

# Sociedade e Estado

Volume 32 – Número 2

Copyright © 2017  
by Departamento de Sociologia da UnB.  
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Vice-diretora: Christiane Girard Ferreira Nunes

Chefe do Departamento de Sociologia: Lourdes M. Bandeira

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Edson Silva de Farias

Editora responsável: Lourdes M. Bandeira

Editores-adjuntos: Ana Cristina M. Collares e Joaze Bernardino-Costa

Preparação dos originais e apoio administrativo:

Enderson Paulo dos Reis

Produção editorial:

Edição, revisão e diagramação: Paralelo 15

[www.editoraparalelo15.com.br](http://www.editoraparalelo15.com.br) / [editor@editoraparalelo15.com.br](mailto:editor@editoraparalelo15.com.br)

Endereço para correspondência

Departamento de Sociologia (SOL/UnB) — Instituto de Ciências Sociais

novo prédio ICS — Campus Darcy Ribeiro — Universidade de Brasília

CEP 70910-900 — Brasília- DF

Tel.: 55 61 3107-1537

Homepage: <https://www.sol.unb.br>

E-mail: [revistasol@unb.br](mailto:revistasol@unb.br)

[facebook.com/Sociedade e Estado](https://facebook.com/Sociedade e Estado)

Indexadores e bases de dados:

CLASE- citas latino-americanas de sociologia y economia; Directory of Open Access Journals (DOAJ); DATAINDICE- Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-IUPERJ; EBSCO Publishing; IBICT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; LATINDEX – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; SciELO- Scientific Electronic Library Online; SCOPUS (Elsevier); SEER- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas.

Versões on-line: <http://www.scielo.br>

SEER- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas

<http://periodicos.bce.unb.br/>

---

Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia da Universidade de

Brasília v. 1 n. 1 (1986- ) — Brasília: O Departamento, 1996.

Semestral. Quadrimestral a partir de 2005.

ISSN 0102-6992 (impresso)- ISSN 1980-5462 (eletrônico)

1. Sociologia. 1. Universidade de Brasília — Departamento de Sociologia.

---

CDU 301:321(05)

# Sociedade e Estado

Volume 32 – Número 2

Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 2, Maio/Agosto 2017

**Comitê Editorial:**

Carlos Benedito Martins (UnB), Lourdes M. Bandeira (UnB), Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB), Tânia Mara Campos de Almeida (UnB), Maria Francisca Pinheiro Coelho (UnB).

**Conselho editorial:**

Abílio Afonso Baeta Neves (UFRGS),  
Afrânio R. Garcia (Ehess/França),  
Alfred Stepan (University of Columbia/EUA),  
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB),  
Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB),  
Bárbara Freitag Rouanet (UnB),  
Maria Stela Grossi Porto (UnB),  
Débora Messenberg Guimarães (UnB)  
Edna M. Ramos de Castro (UFPA),  
Elisa Reis (UFRJ),  
Francine Descarries (UQAM/CAN),  
Frédéric Vandenberghe (IESP/UERJ),  
Gabriel Cohn (USP),  
Hélgio Trindade (UFRGS),  
Ilse Scherer-Waren (UFSC),  
Lúcia Lippi de Oliveira (FGV),  
Magda Neves (PUC-MG),  
Maria Lúcia Maciel (UFRJ),  
Josefa Salete Cavalcanti (UFPE),  
Mike Featherstone (Goldsmiths, University of London/UK),  
Pedro Célio Alves Borges (UFG),  
Sérgio Adorno (USP),  
Tom Dwyer (Unicamp),  
Wanderley Guilherme dos Santos (UFRJ).

**Pareceristas do Volume:**

Emerson Urizzi Cervi, Leno Francisco Danner, Maristela Andrade, Ricardo Toledo Neder, Luciana Chianca, Lara Santos de Amorim, Wilton Carlos Lima da Silva, Carlos Cowan Ros, Gil Célio de Castro Cardoso, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, Marilene Corrêa da Silva Freitas, João Marcelo Ehlert Maia, Antonio Brasil Jr., João Gabriel Lima Cruz Teixeira, Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, Dalva Maria Borges de Souza, Breitner Tavares, Maria Francisca Coelho, Christiane Machado Coelho.

**Apoio:**



## Sumário

|   |     |
|---|-----|
| Editorial<br><i>Lourdes M. Bandeira, Ana Cristina M. Collares &amp; Joaze Bernardino-Costa</i>  | 285 |
| <b>Artigos</b>  |     |
| Guerra fiscal na federação brasileira:<br>a contribuição das abordagens da sociologia econômica<br><i>Luciléia Aparecida Colombo</i>  | 291 |
| Desenvolvimento e meio ambiente no semiárido:<br>contradições do modelo de conservação das Reservas<br>Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) na Caatinga<br><i>José Irivaldo Alves Oliveira Silva</i>  | 313 |
| Mudanças urbanas e<br>fragilidades da política de memória<br>(A destruição do Monumento ao Trabalhador em Goiânia)<br><i>Pedro Célio Alves Borges</i>   | 345 |
| Fragmentación, asistencialismo<br>e individualización de la responsabilidad:<br>perspectivas territoriales concernientes a las<br>percepciones ciudadanas de las políticas públicas<br>en el contexto chileno de producción neoliberal<br><i>Fernando Codoceo &amp; Jorge Muñoz Sougarret</i> | 371 |
| Desprovincializar o desenvolvimento:<br>enunciação subalterna e resistência nas<br>bordas da acumulação capitalista na Amazônia<br><i>Wendell Ficher Teixeira Assis &amp; Anabelle Santos Lages</i>   | 389 |

|   |     |
|---|-----|
| Gilberto Freyre e o tempo-espaço brasileiro:<br>uma crítica ao cronótopo da modernidade<br><i>Sergio B. F. Tavolaro</i>   | 411 |
| Teatro do Oprimido e projeto emancipatório:<br>mutações, fragilidades e combates<br><i>Inês Barbosa &amp; Fernando Ilídio Ferreira</i>  | 439 |
| Acumulação social da violência e sujeição criminal em Alagoas<br><i>Emerson Oliveira do Nascimento</i>  | 465 |
| A força dos dispositivos<br><i>Nicolas Dodier &amp; Janine Barbot</i>   | 487 |
| Notas de Pesquisa   |     |
| Engajamento cívico e internet.<br>Notas de pesquisa, a partir de uma tipologia<br><i>Davide Carbonai &amp; Paulo Ricardo Zilio Abdala</i>   | 521 |
| Resenhas  |     |
| Hegemonia e estratégia socialista<br>LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. <i>Hegemonia e estratégia socialista:<br/>por uma política democrática radical</i> . São Paulo: Intermeios, 2015.<br><i>Kamila Lima do Nascimento</i>              | 535 |
| Crise, uma condição intrínseca à modernidade:<br>realidades e horizontes da sociedade contemporânea<br>BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. <i>Estado de crise</i> .<br>Rio de Janeiro: Zahar, 2016.<br><i>Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa</i> | 541 |
| Resumos de teses e dissertações   | 549 |
| Normas para publicação  | 559 |

## Editorial

Lourdes M. Bandeira,  
Ana Cristina Murta Collares  
& Joaze Bernardino-Costa\*

\* Docentes do  
Departamento  
de Sociologia da  
Universidade de  
Brasília.

Este número de *Sociedade & Estado* apresenta nove artigos de fluxo contínuo e uma nota de pesquisa, além de duas resenhas e dos usuais resumos de teses e dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB. O que se notabiliza neste número é a amplitude e variedade de temas tratados. O/A leitor(a) se deparará com discussões sobre o pacto federativo brasileiro, a teoria social, o pensamento social brasileiro, o modelo de conservação do meio ambiente, a política assistencialista neoliberal, a violência, a memória etc. Não bastasse a diversidade temática, a edição também traz contribuições de autores e autoras de diferentes universidades brasileiras do Sul, Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste, bem como contribuições inéditas de pesquisadores chilenos e portugueses, confirmando a contínua internacionalização da revista. Esta diversidade de autores e autoras que contribuíram com este número pode ser tomada como um indício do caráter democrático, plural e aberto do processo de seleção dos artigos adotado por nossa equipe editorial.

Além disso, vem se tornando uma tradição em nossa revista publicarmos traduções de artigos relevantes divulgados originalmente em periódicos de destaque internacional, a fim de promover sua maior circulação entre os estudantes de ciências sociais no Brasil. Apresentamos, assim, neste número, a tradução do artigo “La force des dispositifs”, de Nicolas Dodier e Janine Barbot, publicado originariamente no tradicional periódico francês *Annales: Histoire, Sciences Sociales* e gentilmente cedido à nossa Revista. Ao retomarem algumas pesquisas desenvolvidas sobre dispositivos de reparação de erros médicos, os autores destacam os processos judiciais, o sistema de indenização financeira etc., promovendo um esclarecimento conceitual e metodológico dos dispositivos e sua força na vida social.

O primeiro artigo do fluxo contínuo, de autoria de Luciléia Aparecida Colombo, professora da Universidade Federal de São Carlos, dedica-se a um tema caro à política contemporânea brasileira, “a guerra fiscal”. À luz da sociologia econômica, a autora descreve este fenômeno da política brasileira tendo como pano de fundo o pacto federalista brasileiro, destacando condicionantes da referida guerra que vão além

de uma análise centrada na ideia de um agente econômico racional. Entre outras conclusões do artigo, a autora chama a atenção para a ausência de instituições adequadas para o desenvolvimento regional, o que gera uma guerra entre as unidades da federação, esgarçando possibilidades de cooperação entre os estados brasileiros.

Em seguida, José Irivaldo Alves Oliveira Silva, professor da Universidade Federal de Campina Grande (PB), apresenta resultados da pesquisa de campo sobre as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), regulamentadas em 2000 pela lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc). Fundamentado em entrevistas e questionários aplicados junto a proprietários de RPPNs no semiárido nordestino, especificamente na Caatinga paraibana, o autor identifica diversas motivações para esta prática conservacionista entre os proprietários particulares: desde aqueles conservacionistas que não abrem mão da intocabilidade de suas reservas, passando por aqueles que veem em suas reservas uma oportunidade para estabelecer diálogos com o setor empresarial e incrementar sua atividade lucrativa até aqueles que utilizam as reservas como meio de acesso a recursos públicos.

O terceiro artigo, de autoria de Pedro Célio Alves Borges, professor da Universidade Federal de Goiás, debruça-se sobre a tentativa de “supressão da memória na cidade de Goiânia”, a partir da destruição do Monumento ao Trabalhador, monumento-símbolo com explícitos valores socialistas, construído naquela cidade em 1959. O autor chama a atenção para sucessivos ataques entre 1969 e 1986 sofridos por este monumento, desde ações predatórias do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) até a insensibilidade tecnocrática. A destruição do Monumento ao Trabalhador é um ensejo para discutir a produção da memória e dos esquecimentos.

O quarto artigo analisa a percepção e valoração de beneficiários de políticas públicas de combate à pobreza e à vulnerabilidade social na região de Los Lagos, no Chile. Fernando Codoceo e Jorge Muñoz Sougarret, pesquisadores e professores da Universidad de Los Lagos, no Chile, analisam o paradoxo em torno de tais políticas neoliberais: ao tempo que são percebidas positivamente pelos beneficiários, uma vez que mitigam uma situação de carência vivida individualmente, são também políticas desagregadoras, indo de encontro a políticas com capacidade de fortalecer o sentimento de pertencimento coletivo.

Wendell Ficher Teixeira Assis e Anabelle Santos Lages, professor e pesquisadora da Universidade Federal de Alagoas, baseados em pesquisa de campo desenvolvida com lideranças indígenas no Oeste do Pará e da Reserva Indígena Raposa do Sol, em Roraima, propõem um diálogo entre o modelo moderno-capitalista de desenvolvimento e outras formas de conhecimento e percepção da realidade, encontradas en-

tre as lideranças indígenas entrevistadas. A partir de outros significados atribuídos ao território, identidades étnicas e culturais, os autores dialogam com as enunciações subalternas e seus embates frente ao modelo hegemônico de desenvolvimento, propondo uma provincialização deste último.

O artigo seguinte, de autoria de Sérgio B. F. Tavoraro, professor da Universidade de Brasília, revisita o programa intelectual de Gilberto Freyre, no qual a formação social brasileira representava uma modalidade diversa e bem-sucedida da modernidade. Para tanto, o autor mobiliza as categorias tempo e espaço na obra de Freyre, as quais possuem predicados vinculados a situações particulares do trópico. Este é o ensejo para o autor engajar-se não somente no debate sobre a sociedade brasileira como um arranjo moderno dentre outros, como ainda no debate atual sobre teorias sociológicas da modernidade (modernidade global, modernidades múltiplas, pós-colonialismo, modernidade/colonialidade).

Inês Barbosa e Fernando Ilídio Ferreira, pesquisadores da Universidade do Minho, em Portugal, baseados em uma investigação participativa no contexto português contra a política de austeridade imposta pelo governo nacional, a União Europeia e o FMI, discutem as mutações, as fragilidades e os combates do Teatro do Oprimido na atualidade. Ao revisitarem as origens do Teatro do Oprimido nas décadas de 1960 e 1970 e mencionando a expansão do Teatro do Oprimido por mais de cem países, os autores reivindicam uma reinvenção da metodologia do Teatro a fim de que seu projeto emancipatório não se perca diante de outros usos que têm surgido mundo afora.

Emerson Oliveira do Nascimento, professor da Universidade Federal de Alagoas, desenvolve reflexão sobre o fenômeno da violência naquele estado. O artigo contextualiza historicamente o problema da violência em Alagoas, destacando os limites da tese tradicional que associa a violência na região ao passado agrário do estado e reforçando a representação de uma sociedade desde sempre violenta. Em seu lugar, o autor, baseado em matérias jornalísticas, documentos e entrevistas com agentes do sistema de justiça criminal no período entre 1950 e 2000, busca analisar as transformações das práticas de violência no estado, discutindo a construção social do crime em Alagoas, as transformações operadas nas subculturas dos crimes de mando e pistolagem até a formação de grupos de extermínio, contribuindo com uma visão mais dinâmica e não reificada deste fenômeno social.

Na seção “Notas de pesquisa”, *Sociedade & Estado* traz as contribuições de Davide Carbonai & Paulo Ricardo Zilio Abdala, professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em torno de pesquisa em desenvolvimento sobre engajamento

cívico e internet. A partir de questionários aplicados na região do Pampa, os autores buscam analisar a relação entre tipos de usuário da internet e as formas mais tradicionais de civismo. Embora a internet possa levar muitas pessoas às ruas, os resultados preliminares da pesquisa não permitem dizer que o ativismo cibernético resulte em engajamentos cotidianos na vida política.

Na seção “Resenhas”, Kamila Lima do Nascimento, doutoranda em ciência política na Universidade Federal de Pelotas/RS, discute o clássico de Laclau e Mouffe, *Hege-  
monia e estratégia socialista*; enquanto Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa, professor do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, apresenta resenha do livro *Estado de  
crise*, de Zygmunt Bauman & Carlo Bordoni.

Esperamos que os/as leitores/as se deliciem com a variedade de temas e contribuições apresentadas neste número.

Desejamos a todos, uma boa leitura!

# Artigos



# Guerra fiscal na federação brasileira: a contribuição das abordagens da sociologia econômica

Recebido: 07.03.16

Aprovado: 06.12.16

Luciléia Aparecida Colombo\*

\* Doutora e mestre em ciência política pela Universidade Federal de São Carlos, professora do curso de administração pública da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp-Araraquara). <leiacolombo@gmail.com>.

Alguns temas de natureza econômica adquiriram um protagonismo também em áreas como as ciências sociais, particularmente a ciência política e a sociologia econômica. Objetivamos com este estudo ressaltar o papel da sociologia econômica para articular algumas fontes analíticas para temas recorrentemente presentes nas agendas governamentais, utilizando-nos, neste sentido, como cerne de nosso estudo, o fenômeno da guerra fiscal. Portanto, objetivamos discorrer sobre a guerra fiscal não como fenômeno autônomo, pertencente à esfera econômica, mas como produto de interações sociológicas e políticas por parte dos atores sociais, tais como os governadores de estado. Para tanto, utilizamos uma bibliografia de fonte secundária situada em disciplinas como a economia, a sociologia econômica e a ciência política.

Palavras-chave: sociologia econômica, ciência política, guerra fiscal.

## Introdução

O objetivo principal deste estudo é estabelecer um diálogo sobre os pressupostos da sociologia econômica, questionando a primazia que a economia se apoderou, durante muitos anos, sobre outras áreas do conhecimento, sobretudo porque ocupou espaços onde as ciências sociais deveriam, por seu próprio núcleo estruturador, atuar. Corroboramos a assertiva de que fenômenos aparentemente apenas econômicos têm implicações mais gerais, os quais poderiam e deveriam ser estudados por outras ciências, como a ciência política ou a sociologia econômica, por exemplo. A partir de tais considerações, utilizamos o exemplo da guerra fiscal, prática recorrente na federação brasileira, que, apesar de apresentar uma natureza fiscal – portanto, aparentemente estrita à área econômica –, envolve uma série de fatores não econômicos, principalmente em medidas que visam justamente sua extinção.

Realizadas tais considerações, este artigo é dividido da seguinte maneira: nesta introdução, abordaremos as origens da sociologia econômica, bem como seus principais expoentes; em uma segunda parte, abordaremos os pressupostos desenvolvidos por autores como Max Weber e Mark Granovetter e como eles se posicionam acerca da ciência econômica e a maneira como estes autores analisam o envolvimento entre as

esferas da política e do Estado; em um terceiro momento, abordaremos as causas da guerra fiscal e suas principais repercussões na federação como um todo; finalmente, nas conclusões, salientaremos a importância de uma interdisciplinaridade para a compreensão de determinadas práticas usualmente caracterizadas como econômicas.

Este trabalho justifica-se sobretudo porque a análise interdisciplinar envolvendo áreas de conhecimento como a economia e as ciências sociais em geral – notadamente a ciência política – aumentou consideravelmente nos últimos anos; neste sentido, as contribuições de cada ciência passaram a se mesclar umas com as outras, obtendo, assim, visões mais amplas sobre os diferentes assuntos. Neste sentido, a sociologia econômica também surgiu fortemente alicerçada sobre importantes pilares teóricos e se consolidou principalmente a partir da década de 1990. Nas palavras de Oliver Williamson:

As abordagens econômica e sociológica da organização econômica alcançaram um estado de tensão salutar, em contraste com o estado de coisas anterior, em que as duas se ignoravam e até mesmo chegavam a desprezar as agendas e as conquistas de pesquisa umas das outras com desprezo (Williamson, 1994: 77).

Além disso, durante muitos anos o então denominado “imperialismo econômico”, exclusividade das ciências econômicas, procurava abarcar parte do conjunto das ciências sociais, e se autodefinia pelos pressupostos do comportamento racional e maximizador de interesses, visando atingir o equilíbrio de mercado e a estabilidade de preferências, com redução dos custos de transação – elementos decisivos nas análises pertinentes (Abramovay, 2004). O próprio Pierre Bourdieu, em um de seus últimos trabalhos, assevera:

A ciência que se chama economia repousa sobre uma abstração originária, que consiste em dissociar uma categoria particular de práticas, ou uma dimensão particular de toda prática, da ordem social na qual toda prática humana está imersa (Bourdieu, 2000: 11).

A noção de economia como esfera autônoma do conhecimento era amparada por pensadores clássicos, como John Stuart Mill, cujo argumento principal reside no fato de que a economia emprega o método dedutivo, cujo postulado permite a compreensão da preferência humana através da qual os indivíduos sempre optarão por uma quantidade de riqueza maior, em detrimento de uma quantidade menor. Era uma noção, portanto, de que a economia era uma ciência completa, que não necessitava de outras contribuições teóricas, voltadas, por exemplo, ao estudo do comportamento holístico do homem e da sociedade.

A primazia deste “imperialismo econômico” sobre as demais ciências não teve uma trajetória muito abrangente, pois os primeiros trabalhos de Bourdieu impactaram decisivamente, especialmente através do conceito básico de *habitus*, o qual passou a ser amplamente divulgado nas escolas de sociologia, com destaque para as instituições norte-americanas. Desta forma, as primeiras teorias opostas à teoria econômica ortodoxa começaram a surgir no início dos anos 1980, nos Estados Unidos, questionando vários postulados econômicos neoclássicos. Assim se originava a chamada nova sociologia econômica, a qual passava a caracterizar os mercados como formas de coordenação social caracterizada por conflitos, dependências, estruturas complexas e elevadas imprevisibilidades, diferentemente dos pressupostos rígidos e fixos existentes na teoria econômica até aquele momento. A então denominada nova sociologia econômica teria o mérito principal de analisar sociologicamente o núcleo duro da ciência econômica, ou seja, o mercado, considerando-o como “estrutura social” (Swedberg, 1998).

Como ressalta Ricardo Abramovay (2004) – ao resgatar o pensamento de David Dequech –, as ciências sociais vivenciaram uma espécie de “virada cognitiva”, a qual buscava questionar o núcleo duro da ciência econômica, responsável pela condução de análises que menosprezavam comportamentos orientados por princípios históricos e sociais.

A sociologia econômica contemporânea tem justamente essa característica de conceber os mercados como resultados de formas específicas, enraizadas, socialmente determinadas de interação social, e não como premissas cujo estudo pode ser feito de maneira estritamente dedutiva (Abramovay, 2004: 7).

Granovetter foi um dos autores pioneiros desta nova sociologia econômica e, em artigo de 1985 – “Economic action and social structure: the problem of embeddedness” –, passou a definir e a analisar os mercados como arenas privilegiadas de redes interpessoais. A partir do conceito de “rede” e de *embeddedness* (enraizamento), Granovetter promoveu uma inovação importante no campo da sociologia econômica, noções sobre as quais diversos pesquisadores também se debruçaram posteriormente. Além de considerar a existência do *homo economicus*, Granovetter ampliou os pressupostos básicos do comportamento do ator econômico, acrescentando em suas análises também elementos das motivações não econômicas (Swedberg, 1998; Granovetter, 1992). A argumentação nuclear do pensamento de Granovetter está em sua observação de a ação econômica ser uma forma de ação social, de a ação econômica estar socialmente situada, bem como de as instituições econômicas também serem construções sociais e não meramente econômicas e financeiras (Raud-Mattedi, 2005a).

1. Granovetter distingue dois tipos de enraizamento: o relacional e o estrutural. O primeiro diz respeito às relações pessoais mais próximas ao indivíduo: família, escola, amigos, etc.; o segundo refere-se a relações mais distantes, às quais o indivíduo mantém relações através dos chamados laços fortes – mantidos através de parentes e amigos próximos – e também dos laços fracos – mantidos através de conhecidos – os quais o colocam em contato com diferentes ambientes sociais, adquirindo influência destes ambientes.

Neste sentido – a seguir a argumentação desenvolvida por Granovetter –, se a ação econômica é uma forma de ação social, então os atores perseguem, além dos objetivos econômicos, objetivos sociais, como a sociabilidade, o reconhecimento, o poder. Além disso, a prerrogativa da ação econômica socialmente situada também conduz ao entendimento de que os indivíduos não agem de maneira autônoma, mas que suas ações estão enraizadas, fixadas em sistemas concretos e complexos de relações sociais, ou seja, em redes sociais: eis então a tese do *embeddeness*<sup>1</sup>, ou enraizamento social das ações econômicas. Uma vez que as ações dos atores sociais são condicionadas por seu pertencimento a redes de relações interpessoais, capazes de alterar comportamentos, então o mercado não se caracteriza somente como um jogo de forças abstratas, mas também como um complexo jogo entre atores sociais diversos que operam um conjunto de ações estreitamente enraizadas em redes de relações sociais.

Cabe ressaltar que a análise de rede de Granovetter (1994) leva em conta as “interações concretas entre indivíduos e grupos”, cujo cerne das redes é configurado para facilitar a circulação de informações e aumentar a confiança dos indivíduos ao exercer mecanismos que inibem comportamentos oportunistas e individualistas. Assim, as relações econômicas são travadas em ambientes que detêm uma rede de indivíduos que se conhecem diretamente, ou que irão se reconhecer por intermédio dos indivíduos pertencentes à mesma rede social. E devemos nos perguntar, então: se as redes são o meio e o fim das relações econômicas e sociais, qual o papel das instituições? As relações entre os atores econômicos necessitam da intermediação de uma instância que regule tais relações: aí reside a importância das instituições, que são relevantes porque as regras importam; e as regras importam porque os incentivos importam para manter o próprio funcionamento das redes (Raud-Mattedi, 2005a).

Ao lado de Mark Granovetter (1994), Douglass North (1994) também teorizou sobre a importância das instituições, e sua exposição dos diálogos entre institucionalistas econômicos e sociológicos é bem interessantes. North (1994) advoga que uma das maiores virtudes das instituições é sua capacidade de reduzir os custos de transação; a vida social é delineada pelo autor como obscura em função da dificuldade de os atores entenderem as premissas e os pontos de vista a partir dos quais os outros agem para que todos tenham como parâmetro de confiança a previsibilidade, modeladora das relações. Em sua visão, uma instituição caracteriza-se pela capacidade de implementação de decisões; além disso, elas reduzem o grau de incerteza, característico dos comportamentos imprevisíveis dos atores, e ao propiciar previsibilidade, as instituições permitem aos atores que dela participam uma facilidade na identificação de parceiros adequados para a elaboração de um contrato. As

instituições são capazes de resolver também problemas de ação coletiva, trazendo à tona contribuições de indivíduos que necessitam da coordenação e de mecanismos externos que lhe garantam previsibilidade para agirem conjuntamente (Levi, 1991).

A partir da dedução de que as instituições reduzem os custos de transação, North (1994) dedicou sua atenção ao que envolveria os pressupostos dos custos de transação. Concluiu que tais custos não envolvem apenas um problema de informação nem sempre completa, mas abarca todo um sistema de crenças que determina a ação social. A ênfase de North neste sistema de crenças foi, em grande medida, inspirada em Max Weber (1991), que desenvolveu sua análise sociológica baseado no estudo do sentido da ação social, ou seja, a interiorização de teorias, ideologias e representações sobre o mundo.

Já para Granovetter (1994), a definição de instituições é mais extensa, visto que abrangeria desde os sistemas de organização, como o capitalismo, até a forma das organizações das indústrias e dos grupos profissionais particulares. Mas o cerne da definição de instituições para o autor está na assertiva que instituições são construções sociais.

As instituições econômicas estáveis começam por se desenvolver na base de modelos de atividade construídos ao redor de redes pessoais. Sua estrutura reflete a das redes em questão (Granovetter, 1994: 91).

Além da preocupação com a definição de instituição, o autor retoma, então, a ideia de *path dependency* (dependência de trajetória) e questiona por que alguns países, com instituições semelhantes, conhecem um crescimento econômico baseado na criação de grandes empresas e outros permanecem estagnados, mesmo adotando medidas políticas e econômicas análogas:

Mesmo se as condições econômicas e políticas são idênticas, a forma final pode variar completamente se as estruturas sociais são diferentes. Quando as estruturas de mercado parecem exigir a emergência das empresas, elas podem, no entanto, não nascer se elas não se apoiam numa estrutura social de grupo (Granovetter, 1994: 91).

Com base nesta constatação de Granovetter, há uma explicação também para o desenvolvimento desigual, dentro de um mesmo território, em um mesmo país, ou, ainda, em uma mesma região, onde membros de um mesmo grupo social podem apresentar resultados econômicos diversos, pois estão imersos em estruturas sociais diferenciadas. A análise de Granovetter se estende, ainda, para o âmbito privado, onde as estruturas sociais são capazes de moldar as empresas, que também

apresentam dependência das redes sociais estabelecidas (Raud-Mattedi, 2005a). A tese de Granovetter (1994) pode ser transposta para o caso brasileiro, cujo federalismo apresenta grandes desigualdades regionais, especialmente com as regiões Norte e Nordeste destoando das demais, apresentando níveis de desigualdade econômica bastante significativos. Uma das explicações para a permanência de tais desigualdades tem origem na ausência de uma política consistente de desenvolvimento, transformando-se em lacuna deixada pelo Estado, suprida por mecanismos deletérios, como a guerra fiscal, que passam ser recorrentes na federação, como será evidenciado nas seções subsequentes.

Observa-se, até o exposto, avanços importantes obtidos no campo da sociologia econômica em relação a temas anteriormente desenvolvidos tão somente pela ciência econômica. A partir da análise de rede de Granovetter, por exemplo, pode-se trazer respostas para problemas-chave da teoria econômica, como, por exemplo, o mercado de trabalho, o desenvolvimento econômico e social, a transformação das empresas e dos grupos econômicos que dela fazem parte, ou ainda o sistema financeiro, pautado por critérios de confiança.

## A contribuição da sociologia econômica para o debate

Uma das grandes contribuições da sociologia econômica reside no fato de que a ação econômica é uma ação social e por essa característica, subordina-se a diversos fatores não econômicos; além disso, há uma ausência de autonomia que envolve as ações econômicas, preceitos que não agradam aos apreciadores do então denominado “imperialismo econômico”, que disseminavam a idealização da ciência econômica como um fim em si, área do conhecimento desprovido de afinidade com as demais ciências. Weber (1991), quando analisa o mercado – em *Economia e sociedade* –, questiona tanto a presença deste *homo economicus* quanto a primazia do mercado econômico como esfera individual:

Quando o mercado é deixado à sua legalidade intrínseca, leva apenas em consideração as coisas, não a pessoa, inexistindo para eles deveres de fraternidade e devoção ou qualquer das relações humanas originárias sustentadas pelas comunidades pessoais. O mercado, em contraposição a todas as demais relações comunitárias que sempre pressupõem a confraternização pessoal e, na maioria das vezes, a consanguinidade, é estranho, já na raiz, a toda confraternização (Weber, 1991: 420).

Abramovay (2004) vai ao encontro dos argumentos de Weber e ressalta que não se trata de desmistificar o mercado como um mecanismo autorregulável, mas de

inserir nas análises dos mercados os vínculos sociais concretos, os quais oferecem subsídios importantes para a compreensão das dinâmicas dos mercados, na qual a autorregulação depende da própria maneira como a interação social ocorre. A especificidade da impessoalidade dos mercados não impede que eles sejam construídos e organizados mediante formas concretas de coordenação, cujo estudo empírico é o objeto da nova sociologia econômica.

Com o intuito de estabelecer parâmetros de análise, delimitando o campo de atuação desta sociologia econômica, Swedberg (1998) retoma os estudos de Weber, estabelecendo limites entre as atuações da sociologia e da economia. Para Swedberg (1998), a unidade básica da sociologia é o indivíduo, movido por seus interesses pessoais. A distinção entre a sociologia e a teoria econômica situa-se exatamente no enfoque sobre a ação social deste indivíduo. A análise da ação social é um ponto central na análise de Weber:

*Action is social only insofar as its subjective meaning takes account of the behavior of others and is thereby oriented in its course* (Swedberg, 1998: 57).

A oposição entre as ciências ocorre na delimitação do próprio objeto de estudo: enquanto a teoria econômica analisa a ação econômica em sua generalidade, a sociologia enfatiza o significado do comportamento e da interação social dos indivíduos. Esta distinção é crucial para a fundamentação da tipologia da ação social de Weber.

O mais atraente na teoria weberiana é a reflexão conjunta sobre os pressupostos do imperialismo do econômico que sofrem uma justaposição das noções individualizadas e egoístas dos agentes sociais. Há uma substituição na análise weberiana do *homo economicus* pelo *homo sociologicus*, onde este último é fruto dos recortes analíticos do indivíduo atomizado, cuja característica singular é o fato de suas decisões se pautarem pelo sentido que ele atribui a elas e também às ações dos outros. O conjunto de características do “homem sociológico” é dividido em partes analíticas bem delimitadas: impulsos econômicos, religiosos, políticos ou ideológicos, que moldam o comportamento dos indivíduos e os motivam a agirem não mais de maneira unilateral, mas considerando a complexidade das ações humanas.

Neste sentido e seguindo a linha de raciocínio aqui desenvolvida, a coletividade não é para Weber (1978) algo que existe por si só, mas é também um objeto em constante construção e reconstrução. As estruturas e as instituições são realidades concretas produzidas pelos homens, os quais, ao se sentirem representados, conferem legitimidade a elas. A ação coletiva adquire legitimidade a partir dos significa-

dos atribuídos pelos comportamentos individuais, ressaltando-se a particularidade de que essa perspectiva metodológica centrada no indivíduo não implica compromissos com sistemas individualistas de valores. Elisa Reis (1998) é uma das autoras que analisou profundamente a interferência do *homo sociologicus*, de forma a relativizar a presença do *homo economicus*. Ao partir de uma comparação entre Weber e Durkheim, a autora em tela reforça que explicações sociológicas assentam-se na possibilidade de reconhecer ações individualizantes fundamentadas em uma narrativa compreensiva. A autora retoma os pressupostos weberianos, os quais salientam que mesmo que estivéssemos sob os auspícios de uma economia socialista, ainda assim teríamos de utilizar instrumentais analíticos que priorizassem os elementos sociológicos em termos individualistas, ou seja, da ação dos indivíduos atuantes nesta economia; de forma similar, uma economia caracterizada pelo livre-mercado também teria elementos semelhantes ao priorizar, por exemplo, a teoria marginal.

Um questionamento nuclear seria então: qual é a percepção de Weber sobre a relação entre economia e política? Ao se considerar as definições usuais da sociologia econômica, acima empregadas, qual é o papel do Estado segundo essas mesmas teorias?

Weber (1991) considerava a influência da esfera política sobre a econômica, nas palavras de Swedberg, nos seguintes termos:

*The economy may influence society, but, then again, noneconomic phenomena may equally well influence the economy. In addition, he said, economic phenomena may influence society, but not necessarily in a decisive manner (Swedberg, 1998: 53).*

Além disso, a eliminação do Estado nas análises do fenômeno econômico pode ser apropriada em teoria econômica, mas não em sociologia econômica (Weber, 1991). Quando analisa o papel do Estado, Weber considera o conceito de “luta”, o qual aparece como ponto central na análise weberiana tanto no campo da sociologia política quanto no da sociologia econômica. O conceito básico que diferencia tais campos é a violência, cujo monopólio é do Estado, sendo a atividade econômica considerada uma atividade pacífica, onde os conflitos de interesse são resolvidos pelo compromisso ou pelo poder, mas sem o uso da violência (Swedberg, 1998). Definidas as proporções entre as áreas de atuação, a ordem econômica é para Weber (1978) garantida pela ordem política: “Atrás de toda economia existe um elemento coercivo – atualmente manejado pelo Estado” (Weber, 1978: 10)<sup>2</sup>.

Neste sentido, segundo Weber (1991), toda relação econômica de mercado estaria condicionada a uma intervenção direta do Estado. Assim como o direito, o papel

2. Raud-Mattedi também compactua em seus artigos destes pressupostos weberianos.

do Estado para Weber é assegurar a estabilidade das regras do jogo, garantindo a manutenção de um ambiente econômico com estabilidade, previsibilidade e confiança aos jogadores. Além disso, a função do Estado em uma perspectiva weberiana é garantir a existência de um sistema monetário racional, impedindo que haja interesses políticos pautando a agenda econômica e as oscilações da moeda (Raud-Mattedi, 2005b).

Além do papel do Estado, Weber aponta suas considerações sobre o mercado. Para o autor, a dominação de tipo legal é, das três formas de dominação, a mais adequada à economia de mercado, considerada a lógica da função da burocracia, com regras claras, impessoais e sem arbitrariedade. Neste tipo ideal racional-burocrático, o ator econômico tende a orientar sua ação em função do comportamento dos outros atores, os quais necessitam ser minimamente previsíveis, gerando confiança nas trocas estabelecidas. O ator econômico priorizado por Weber não se comporta de maneira autônoma, mas baseia seus comportamentos subjetivos em interconexão com outros comportamentos tipificados e transmitidos através das instituições.

Contribuições como a de Weber e Granovetter contribuíram para ampliar o campo da sociologia econômica; desmistificaram alguns pressupostos econômicos clássicos, pela via da valorização da sociologia e dos comportamentos coletivos e sociais. Nas palavras de Ricardo Abramovay:

Uma das mais importantes tarefas nas ciências sociais contemporâneas é estabelecer programas conjuntos de pesquisa que ultrapassem fronteiras disciplinares muitas vezes artificiais (Abramovay, 2004: 16).

Inspirados por tal pensamento, no tópico seguinte procuraremos expor as principais razões que cercam hoje o tema da guerra fiscal, procurando inferir a este fenômeno além do simples fator econômico que o envolve, motivações de ordem política e sociológica.

### A guerra fiscal na federação brasileira: um fator econômico ou o produto de interações sociológicas e políticas?

O federalismo brasileiro distingue-se em demasia das definições que procuram conceituá-lo como sistema capaz de articular as diferenças existentes em um território, garantindo a unidade na diversidade, acomodando e resolvendo os conflitos inerentes a toda a sociedade, mas que porventura podem acarretar danos às unidades

3. A fim de evitar confusões de ordem linguística, empregamos o termo estado (em minúsculo) para nos referirmos aos estados que compõem a federação brasileira e Estados (com letra maiúscula) para nos referirmos ao poder do Estado, ou seja, ao governo federal, ao Brasil como um todo.

federadas, quais sejam a União, os estados<sup>3</sup> e, no caso brasileiro, os municípios. O sistema federal representa um arranjo institucional capaz de organizar elementos ora cooperativos, ora competitivos, e nesta ambiguidade de tarefas consegue equacionar a natureza paradoxal que envolve o relacionamento entre os entes federados. No entanto, o caso brasileiro tem a peculiaridade de justapor os elementos cooperativos aos colaborativos, e cujo produto deste tortuoso relacionamento competitivo é a guerra fiscal, travada entre os estados e os municípios para a atração de investimentos e quase sempre de forma deletéria.

A Constituição de 1988 foi um divisor de águas e representou o desmonte do antigo modelo autoritário centralizador que caracterizou o período do regime militar autocrático, provocou diversas transformações na sociedade brasileira, tanto do ponto de vista da democracia, com o fim da coibição de manifestações e dos direitos fundamentais, como também promoveu alterações na própria administração pública e no aparato do Estado. Portanto, o novo formato institucional que se instalava a partir da redemocratização buscava rearticular o pacto federativo, de modo a redistribuir recursos e poder, centralizados no regime de outrora.

Uma série de debates foi realizado entre alguns teóricos sobre a matéria; como resultado da discussão, alguns entes saíram vencedores, outros perdedores, com o novo formato inaugurado pela Carta de 1988. No entanto, a versão de que os estados e municípios saíram vencedores de todo este processo parece ser condizente com a realidade atual, mas, a longo prazo, surgiu sua face negativa, notadamente com a atuação do novo sistema tributário. A inovação trazida pela Constituição de 1988 para os entes subnacionais reside no fato de os estados poderem usar sua autoridade para fixar autonomamente as porcentagens do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o qual constitui a base da receita estadual. A partir de tal prerrogativa dos estados, preparava-se todo o arcabouço para a contenda fiscal.

Além disso, as novas políticas internacionais provocaram uma mudança do perfil de atuação do Estado na economia, até mesmo com o fechamento de agências incumbidas da promoção do desenvolvimento regional: decretava-se o fechamento das superintendências de desenvolvimento das regiões economicamente mais fragilizadas, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Todas essas alterações trouxeram repercussões imediatas para o conjunto da federação:

Na prática, a progressiva retirada do governo federal das ações discricionárias não levou à saudável hegemonia do mercado, como muitos esperavam, mas criou um vazio de políticas rapidamente preenchido pela ação dos grupos regionais (Prado & Cavalcanti, 1998: 113).

A extinção da Sudene e da Sudam abriu caminho para que a guerra fiscal se tornasse prática corriqueira, a partir da constatação de que o Brasil convive com dois blocos regionais formados, de um lado, por regiões desenvolvidas como o Sul, o Sudeste e parte do Centro-Oeste e, de outro, por regiões com grandes dificuldades para a promoção do desenvolvimento, como o Norte e o Nordeste. A guerra fiscal é o argumento utilizado para a atração de indústrias, mas, na maioria das vezes, agrava este quadro de desigualdades.

Concomitantemente a todo o processo descrito, a economia brasileira abria-se à iniciativa de grandes grupos econômicos internacionais e consolidava sua inserção global:

A abertura ensejou a condição econômica para a escalada da guerra fiscal, na medida em que atraiu o fluxo crescente de capitais internacionais em busca de oportunidades de investimento no país. Parcela relevante da guerra fiscal tem a ver com a disputa por projetos industriais de origem externa, sendo os mais visíveis os da indústria automobilística (Dulci, 2002: 3).

Portanto, a guerra fiscal se fortaleceu no gargalo provocado pelo próprio Estado, na ausência de instituições adequadas para fomentar o desenvolvimento regional, contornando as desigualdades intrínsecas à federação brasileira; em contrapartida, os estados, deixados à mercê de suas próprias decisões, promoveram concessões às empresas multinacionais, com uma série de incentivos fiscais, cujo produto desta prática é uma penalização para os empreendimentos nacionais. Se, por um lado, as empresas estrangeiras são as grandes beneficiadoras da guerra fiscal, os empresários nacionais queixam-se frequentemente da carga tributária que agrava a sua produção. Os incentivos fiscais não têm, neste sentido, uma ação pulverizadora: são concentrados em empresas específicas, causando, com isso, um descontrole do setor produtivo.

O mecanismo da “guerra fiscal” permite que os estados façam uma projeção de parte das receitas de seus impostos, concedendo benefícios geralmente concentrados no setor de infraestrutura, cedendo às exigências feitas pelas empresas internacionais para se instalarem nos territórios, tornando-se, assim, reféns dessas empresas; o retorno para este tipo de concessão é difuso, pois existe uma possibilidade real de as empresas instaladas alterarem o planejamento, transferindo-se para outras regiões, onde os incentivos podem ser ainda maiores.

A guerra fiscal acaba por alterar os princípios federativos de colaboração, como adverte Eli Diniz:

Nessa guerra, ganham os estados mais desenvolvidos, com melhores condições locacionais e maior cacife financeiro e político. Isto, seguramente, agravará as desigualdades regionais (Diniz, 2000: 343).

Ricardo Carvalho argumenta que essa prerrogativa é um dispositivo importante para contrabalançar a ausência do Estado no fomento de políticas nacionais de desenvolvimento regional.

A ausência de política regional federal retirou das negociações entre os governos federal e estaduais o principal ponto de discussão, fazendo com que os estados percebessem que não teriam ajuda federal e deveriam conseguir por conta própria novos investimentos (Carvalho, 2001: 168).

O setor industrial foi um dos mais disputados nas contendas fiscais entre os estados, e o setor automotivo ganhou visibilidade, pois os benefícios estaduais concedidos foram inúmeros, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1990. Segundo Glauco Arbix, os incentivos oferecidos pelo estado às empresas montadoras são geralmente os seguintes:

1. Doação de terrenos para a instalação da planta ou de grande parte dela.
2. Fornecimento da infraestrutura necessária para a preparação da área. Isso inclui, em geral, a infraestrutura viária e logística, mas abrange também, em vários casos, ligações ferroviárias e desenvolvimento de terminais portuários.
3. Isenção de impostos estaduais e locais por períodos não inferiores a dez anos. O mesmo vale para as taxas locais. Em vários casos, o acordo inclui a isenção de impostos na importação de peças e veículos.
4. Concessão de empréstimos pelo Estado (por meio de órgãos ou bancos estatais) a taxas muito inferiores às do mercado.
5. Uma série de cauções e garantias estatais, financeiras e legais.
6. Uma série de benefícios adicionais, que variam de acordo para acordo, envolvendo desde fornecimento de transporte público aos trabalhadores e creches para seus filhos a diversas medidas ambientais (Arbix, 2002: 4).

No entanto, ao permitir tais incentivos às empresas, em determinados casos o estado não tem condições de promover tantos privilégios às empresas, mas o fazem, temerários da perda do investimento. Como ressalta Ricardo Varsano, muitas vezes

o déficit fiscal atual do Brasil ocorre, em grande medida, devido ao desequilíbrio das contas públicas estaduais:

Em diversos estados, a arrecadação é quase que insuficiente para cobrir exclusivamente os gastos com pessoal. Mesmo entre estes, há os que insistem em participar de verdadeiros leilões promovidos pelas empresas que já decidiram instalar novos estabelecimentos no país (Varsano, 1997: 11).

Outros setores também praticam guerra fiscal, como o setor alimentício – analisado por Dulci (2002) –, que estudou as indústrias de laticínios de Minas Gerais, como a Parmalat, a Itambé e a Cotochès, as quais agem da mesma forma que a indústria automobilística, pressionando o estado na intenção de obterem maiores isenções fiscais. Além disso, o autor ressalta que elas promoveram uma espécie de hostilidade entre os governos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, que buscava atrair para si tais empresas, gerando uma série de desavenças interestaduais.

Uma instância responsável pela resolução dos conflitos entre os estados é o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que não tem junto aos estados muita representação, pois estes frequentemente acabam burlando as regras impostas por este órgão, criando suas próprias normas e provocando conflitos que acabam exigindo uma intervenção jurídica. É preciso considerar, entretanto, as regras inerentes ao Confaz, que são decisões tomadas por unanimidade dos membros do conselho. Ou seja, se um estado tem oposição a determinado benefício concedido a outro, tal benefício não se aplica, o que acaba por promover uma distorção deste princípio da conformidade entre os estados: em alguns casos – como afirma Arbix (2002) –, os entes subnacionais utilizam-se da regra da unanimidade para barganhar algum benefício em troca da aprovação de determinado incentivo fiscal ao estado pleiteante.

Diante da não aceitação do Confaz como arena privilegiada para a solução de conflitos federativos, surge o modelo de competição não cooperativa, que maximiza práticas individualistas por parte dos estados, mesmo desrespeitando o Confaz e suas regras ou ainda desvirtuando estas regras, com o objetivo de que as mesmas lhes tragam benefícios imediatos. A partir de estudos de casos<sup>4</sup>, evidencia-se que esta “guerra” causa danos à nação como um todo, porque, primeiramente, ela é um incentivo estadual e não federal, ou seja, os grandes vencedores com esta prática são os estados e não a União. Ademais, os ganhos difusos promovem irremediavelmente perdas para o conjunto da federação, acabando por gerar um jogo competitivo de soma zero. O ponto central para a argumentação deletéria da guerra fiscal reside no fato de que a utilização de recursos públicos estaduais para a promoção de

4. Ver Octávio Dulci (2002) e Ricardo Varsano (1997).

um deslocamento industrial, acaba gerando um desenvolvimento regional tortuoso, onde toda a federação sai perdedora.

Como ressalta Ricardo Varsano (1997), a dinâmica do desenvolvimento apresenta uma natureza nacional e, por este motivo, deve ser perseguida sob a coordenação do governo central. Há um dado adicional também relevante: quando os estados tentam assumir o encargo para atração de empreendimentos industriais, os resultados não são aqueles esperados. Os estados que conseguem a instalação de grandes empreendimentos são geralmente os estados fortes, com grande capacidade técnica, financeira e burocrática. Além disso, ao conceder incentivos fiscais, serviços públicos básicos para a população – como saúde, educação, saúde pública etc. – são afetados por falta de recursos. Um terceiro elemento merece destaque: na hasta travada entre os estados para a atração de investimentos, há uma oscilação nas contas públicas estaduais significativa. Como destaca Rui B. Affonso (1995), em alguns casos, o estado até já foi escolhido para a instalação da empresa, mas a mesma se utiliza do leilão como artifício para forçar a concessão de vantagens extras.

Alguns estados reconhecem os efeitos nocivos desta prática, mas não se posicionam para interrompê-la porque ou já participam do programa de incentivos ou ainda por planejarem realizar, no futuro, concessões. Neste esquema permeado pela guerra fiscal, os governadores têm participação essencial, tanto para a valorização dos territórios que representam, quanto para maximizar projetos políticos individuais, os quais poderão ser utilizados em arenas eleitorais mais amplas, a longo prazo. Como ressalta Varsano:

O governador de um estado, como homem público que é, está certamente empenhado em atender aos objetivos maiores da nação. Mas, até mesmo por dever do ofício, coloca os de seu estado acima daqueles e, no caso do conflito de interesse, certamente defenderá os de sua unidade, tendo como bandeira a autonomia dos entes federados. Ademais, preocupa-se também – ninguém é de ferro – com sua carreira política. Se a concessão de incentivos, ao menos na sua visão, traz benefícios para seu estado e, além disso, gera bons dividendos para seu projeto político pessoal, junta-se o útil ao agradável. Ele fatalmente os concederá, a despeito dos interesses nacionais, ainda mais quando estes se manifestam de forma difusa, como, por exemplo, eficiência econômica (Varsano, 1997: 12).

Algumas tentativas de extinguir a guerra fiscal aconteceram desde a revisão constitucional de 1993, que estabeleceu mecanismos com o objetivo de promover mu-

danças no ICMS, buscando uniformizar as alíquotas diferenciadas. No entanto, tais tentativas foram sufocadas pelo discurso regionalista, o qual corrobora o preceito de que na ausência de políticas de desenvolvimento, a guerra fiscal é o único meio de promoção de um dinamismo econômico. Todavia, se invertermos o ângulo de observação, podemos mesmo dizer que, se é vantagem para o governador, a médio prazo o investimento industrial por meio de renúncia fiscal (já que não existe nenhum freio para isso), como ele apoiará projetos de desenvolvimento oriundos do Executivo, que talvez não tenham os mesmos benefícios a curto e médio prazo? Portanto, afirmar que a guerra fiscal é um fenômeno que atua onde o Estado não interviém de maneira extensiva, é fazer *mea-culpa* para justificar a ausência de análises mais amplas, pois a prática da isenção fiscal é o mecanismo mais vantajoso a curto e médio prazo, e atenua, desta maneira, qualquer estratégia de desenvolvimento que emane do topo da escala de poder, ou seja, do Executivo Federal.

No entanto, podemos mesmo assumir que no caso das renúncias fiscais reina, de maneira quase plena, o *homo economicus*. Não existe um só estado que não pratique a guerra, o que reafirma a máxima de que, mesmo a considerando como prática deletéria, agem porque sabem que outros farão o mesmo, num claro movimento de estarem todos, individualmente, trabalhando em nome de seus interesses particulares. Como salienta Varsano:

Nenhum governador é desinformado e, entre eles, é raríssimo um caso de miopia econômica. Todos sabem, no limite, os efeitos da guerra fiscal do ICMS. Mas sabem também que, enquanto o limite não for atingido, há ganhos a serem obtidos fazendo a guerra fiscal. Nessa questão, existem claramente erros de sinalização econômica, que criam divergências entre os objetivos nacionais e estaduais e entre a melhor estratégia de desenvolvimento a curto e a longo prazo (Varsano, 1997: 14).

Portanto, retomamos os princípios weberianos que ressaltam que quando o mercado – e aqui, mais especificamente, o fator econômico – age como esfera autônoma, qualquer laço de cooperação ou de fraternidade é esgarçado. É o que, na verdade, podemos transpor para o fenômeno da guerra fiscal: esta prática tornou-se recorrente, o que impede a prática de laços de cooperação para quem a pratica, afetando, desta maneira, o princípio federativo da mútua cooperação entre os entes federados. Mais do que isso: uma prática aparentemente apenas econômica acaba por exigir medidas eminentemente políticas, para que sejam sanados ou amenizados seus efeitos, a fim de que existam políticas de desenvolvimento regional consistentes, sem incorrer em prejuízos para nenhum ente federado.

Conclusão:  
o “cessar-fogo” ou a prevalência da guerra?

Este trabalho apresentou uma reorganização dos principais conceitos tratados pela teoria da sociologia econômica, que ocupou postos analíticos anteriormente ocupados por economistas, com a predominância do *homo economicus*. Neste sentido, optamos por trazer um fenômeno aparentemente apenas econômico, como a guerra fiscal, mas demonstrando, contudo, que o mesmo pode ser interpretado através da ótica da sociologia econômica. Apesar de ser um fenômeno desagregador da federação como um todo, a guerra fiscal é praticada não por atores anônimos, mas por agentes socialmente legitimados, que são os governadores de estado, alinhados com grandes empresários. Portanto, se eles – os governadores – declararam por diversas vezes considerar a prática deletéria, então, qual a explicação causal para que continuem procedendo desta maneira? Enfim, qual o papel do Estado nesta prática para o conjunto da federação? O Estado não deveria, pois, atuar de forma a regular estas “situações de mercado”? Não temos a pretensão de resolver todas estas questões aqui, dada a complexidade que as mesmas envolvem, mas objetivamos lançar elementos para a criação de novas agendas de pesquisa, para que os estudiosos se debruce sobre elas com uma visão sociológica mais apurada, esquecendo-se por alguns instantes, das metodologias puramente economicistas.

Dentre toda a gama de grandes pensadores na linha da sociologia econômica, elegemos Neil Fligstein (2003) para apresentar algumas conclusões sobre a proposta aqui formulada. Tal escolha deve-se ao fato de que – por meio da metáfora “o mercado enquanto política” – o autor oferece uma visão sociológica dos mercados, na qual, por meio da ação dos participantes, tenta criar mundos estáveis e encontrar soluções sociais para a competição, observando a forma como os estados e os mercados estão fortemente interligados. O autor discute como a política intervém nos mercados e, desta maneira, podemos inserir o fenômeno da guerra fiscal, vislumbrando o Estado como o intermediador deste processo.

Esta nova abordagem da sociologia econômica – ou sociologia dos mercados – surgiu como reação à perspectiva econômica neoclássica que argumentava que os mercados selecionavam formas eficazes para maximizar a produtividade; no entanto, através da sociologia econômica verificou-se uma pluralidade de relações sociais que influenciam e estruturam os mercados no interior das sociedades. Assim, Fligstein (2003), instrumentalizado de sua metáfora, oferece uma proposta político-cultural na qual os mercados não são espaços individualistas e sem correlação com o restante da sociedade, ao contrário, são estruturas sociais que surgem e produzem mundos estáveis e são transformados por tais estruturas.

A metáfora “o mercado enquanto política” expressa duas dimensões. A primeira afirma que os mercados não estão dissociados da política, sendo peças importantes das engrenagens do Estado moderno, o qual, por sua vez, criou condições institucionais para garantir a estabilidade desses mesmos mercados. Uma segunda característica que circunda a metáfora é que a forma como os processos ocorrem no interior do mercado pode refletir dois tipos de projetos políticos: a luta pelo poder no interior das empresas e a luta pelas empresas em dominar os mercados, ambas tônicas do capitalismo. Nas palavras do autor:

A metáfora “mercado enquanto política” serve precisamente como elemento unificador e foca o modo como as estruturas sociais são produzidas com o propósito de controlar a competição e organizar as empresas (Fligstein, 2003: 198).

A ponte que une as duas esferas – Estado e mercado – são as instituições a oferecerem regras compartilhadas, sob a forma de leis ou entendimentos coletivos, mantidos e realimentados através do hábito. Tais acordos podem ser referendados através de um contrato explícito ou implícito, a oferecer concepções de controle e de redução dos custos de transação. As instituições podem agir como intermediadoras no estabelecimento das correlações de competição e colaboração, bem como o modo como as empresas devem ser organizadas para o contexto do mercado, garantindo, paralelamente, a colaboração dos atores econômicos envolvidos.

Uma das maneiras de garantir essa estabilidade dos mercados é construir laços minimamente claros e seguros para que as ações de todos os jogadores sejam previamente calculadas, de modo a que as decisões tomadas visem não somente à satisfação de interesses privados, mas que também considerem as ações coletivas. Neste sentido, com o intuito de garantir a estabilidade dos mercados, há de se ressaltar o papel do Estado, o qual constrói normas seguras, regulamentando, assim, a atuação econômica, com as empresas organizando seus rumos, atuando como agentes que ora competem, ora cooperam para seu benefício pessoal e para o benefício coletivo, como maneira de sobrevivência. O Estado poderia participar efetivamente na construção de mercados estáveis, fornecendo, por exemplo, mecanismos capazes de limitar a competição, aumentando a legitimidade tanto política como econômica. Neste sentido, as propostas sugeridas pela nova sociologia econômica também priorizam os processos políticos, seja na estruturação formal das instituições conduzidas pelo Estado ou mesmo acompanhando a transformação dos mercados.

Em relação à guerra fiscal, uma pergunta merece consideração: por que, afinal, o governo federal não atua no sentido de regulamentar esta competição travada entre os estados da federação, permitindo uma competição menos hobbesiana? O

conflito é a base de todo sistema federativo, não só no Brasil, mas em diversos países do mundo, porém, a questão é refletirmos sobre um modelo de Estado no qual a competição é, diríamos, mais “organizada”, sendo o Estado brasileiro protagonista para “organizar” a competição junto ao conjunto da federação. Lançamos também considerações preliminares de que os governadores de estado se tornaram atores políticos com grande poder dentro de seus territórios (Abrúcio, 2002) e, além disso, fonte de apoio e sustentação política ao governo central. Qual, então, o chefe de Estado que se atreveria a comprar esta briga, com estes chefes territoriais?

No entanto, enquanto não forem estabelecidas regras consistentes, a guerra fiscal continuará a todo vapor. Estas regras consistentes poderiam vir de reformas estruturais e institucionais, como, por exemplo, a definição de um novo sistema tributário, com uma reforma tributária que alterasse a regulamentação do ICMS. Todavia, enquanto o Estado não se manifesta, as leis do mercado ficam à revelia, agindo no sentido de acirrar cada vez mais a competição interestados. A ordem de “cessar-fogo” viria somente através de uma iniciativa emanada do topo da escala de poder. No entanto, parece que o mais viável para não obter inimigos políticos, é deixar que a guerra continue... E...

— Salve-se quem puder!

*Abstract: Some themes of an economic nature have also become prominent in areas such as the social sciences, particularly political science, and economic sociology. The objective of this study is to emphasize the role of economic sociology in articulating some analytical sources for themes recurrently present in government agendas, using the phenomenon of fiscal war as the core of our study. Therefore, we aim in this work to discuss fiscal war not as an autonomous phenomenon, belonging to the economic sphere, but as a product of sociological and political interactions on the part of social actors, such as state governors. We use a secondary source bibliography, located in disciplines such as economics, economic sociology, and political science.*

*Keywords: economic sociology, political science, fiscal war.*

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, 2004.

ABRÚCIO, Fernando Luís. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, “Dossiê Federalismo”, n. 24, Jun. 2005.

———. Reforma política e federalismo: desafios para a democratização brasileira. In: BENEVIDES, Maria Victória; KERCHÉ, Fábio; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Reforma política e cidadania*, p. 225-265. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

———. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

———. Os barões da federação. *Lua Nova*, n. 33, p.165-183, 1994.

ABRÚCIO, F.; COSTA, V. M. F. *Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1999.

AFFONSO, R. B. A. A federação no Brasil impasses e perspectivas. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. *A federação em perspectiva*. São Paulo: Fundap, 1995.

AMARAL, Roniere Ribeiro. Sobre a sociologia econômica de Max Weber. *Revista Sociedade e Estado*, v. 17, n. 1, 2002.

ARBIX, Glauco. Políticas do desperdício e assimetria entre público e privado na indústria automobilística. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 48, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.

CARVALHO, Ricardo Ismael. *Nordeste: a força da diferença. As dificuldades na cooperação entre os governos estaduais no contexto federativo da Constituição de 1988*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2001.

DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

DOUGLAS, Mary; NEY, Steven. The strong presence of *homo economicus*. In: DOUGLAS, Mary; NEY, Steven. *Missing persons – a critique of the social sciences*. Berkley: University of California Press, 1998.

DULCI, Octávio. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. *Revista Sociologia e Política*, n. 18, Jun. 2002.

FLIGSTEIN, Neil. O mercado enquanto política: uma abordagem político-cultural às instituições de mercado. In: MARQUES, Rafael; PEIXOTO, João (Orgs.). *A nova sociologia econômica – uma antologia*. Oieiras: Celta Editora, 2003.

GRANOVETTER, Mark. Business groups. In: SWEDBERG, R.; SMELSER, N. J. *The handbook of economic sociology*, p. 453-475. Princeton; Nova York: Princeton University Press; Russel Sage Foundation, 1994.

———. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, p. 481-510, 1985.

———. *Getting a job: a study of contacts and careers*. Harvard: Harvard University Press, 1974.

GRANOVETTER, Mark; SWEDBERG, Richard. The sociology of economic life. San Francisco: Westview Press, 1992.

GRUN, Roberto. A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos na cena política. *Dados*, v. 17, n. 1, 2004.

———. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, 1999.

LEVI, Margareth. A model, a method and a map: rational choice in comparative analysis. In: LICHBACH, M. I.; ZUCKERMAN, A. (Eds.). *Comparative politics: rationality, culture and structure*. New York: Cambridge University Press, 1997.

———. Uma lógica da mudança institucional. *Dados*, v. 34, n. 1, 1991.

NORTH, Douglass. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

PRADO, Sérgio; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. *Aspectos da guerra fiscal no Brasil*. São Paulo: Ipea; Fundap, 1998.

RAUD-MATTEDI, C. Análise crítica da sociologia econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura de mercado em termos de redes e imbricação. *Revista Política e Sociedade*, v. 4, n. 6, 2005a.

———. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, p. 127-142, 2005b.

REIS, Bruno P. W. O mercado e a norma: o Estado moderno e a intervenção pública na economia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 52, 2003.

REIS, Elisa. Reflexões sobre o *homo sociologicus*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 11, 1988.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, 2004.

———. *Max Weber and the idea of economic sociology*. New Jersey: Princeton University Press, 1998.

VARSANO, Ricardo. A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 15, 1997.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB. v. 1. 1991, [1921].

———. Basic concepts of sociology. In: ROTH, G.; WITTICH, C. (Eds.). *Economy and society*. Berkeley: University of California Press, 1978.

———. *Critique of stammler*. New York: The Free Press, 1977.

WILLIANSAN, Oliver. Transaction cost economics and organization theory. In: SWEDBERG, Richard; SMELSER, Neil J. (Orgs.). *The handbook of economic sociology*. Princeton; New York: Princeton University Press; Russel Sage Foundation, 1994.



# Desenvolvimento e meio ambiente no semiárido: contradições do modelo de conservação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) na Caatinga

Recebido: 26.05.16

Aprovado: 12.01.17

José Irivaldo Alves Oliveira Silva\*

\* Doutor em ciências sociais, mestre em sociologia e doutorando em direito (direitos humanos e desenvolvimento), professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), na Universidade Federal de Campina Grande, pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Professor permanente no Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais e no Mestrado Profissional em Administração Pública. <irivaldo.cdsa@gmail.com>.

Resumo: A pesquisa sociológica tem se interessado crescentemente pelas formas discursivas e práticas pelas quais a chamada “questão ambiental” passa a influenciar escolhas políticas e figurações sociais. Analisou-se o modelo de conservação empreendido pela criação destas unidades de conservação em propriedades rurais privadas. As dinâmicas sociais analisadas envolveram proprietários, populações rurais do entorno e representantes de órgãos públicos, tratados neste trabalho em termos dos processos combinados de mudança ambiental, políticas conservacionistas e marginalização de grupos sociais no quadro da abordagem da ecologia política. A pesquisa de campo, realizada através de roteiro de observação e roteiro de entrevistas com as comunidades do entorno e os responsáveis pelas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), revelou as contradições deste modelo de política conservacionista. Estas contradições são potencializadas no semiárido: de um lado constata-se políticas que absorvem o meio ambiente como elemento exclusivamente de conservação; de outro, políticas que incorporam a questão ambiental como um elemento a mais na política de desenvolvimento e, além dessas, há ainda as políticas de caráter compensatório.

Palavras-chave: desenvolvimento, meio ambiente, conservação, política ambiental, semiárido.

## Introdução

A instituição sistemática de normas jurídicas e políticas específicas com a finalidade de nortear as políticas públicas ambientais no país vem se consolidando, principalmente no último meio século, como estratégia racional de gestão ambiental, implicando o reordenamento espacial, bem como novas formas de regulação do uso e acesso aos recursos naturais. São exemplos desse processo a promulgação do Código Florestal, de 1965; da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981; da Lei de Crimes Ambientais, de 1998; da Lei de Recursos Hídricos, de 1997; da Lei referente ao Manejo de Florestas Públicas, de 2006; o artigo 225 da Constituição Federal, de 1988, sobre meio ambiente; além das regras de compensação ambiental, o sequestro de carbono, entre outras formas de regulação. Uma das iniciativas com maior visibilidade, até mesmo na esfera internacional, e que respondeu mais claramente às reivindicações do movimento ambientalista, foi a en-

1. O Brasil foi pioneiro na conservação da natureza em áreas privadas na América Latina, o que já era rotina nos Estados Unidos e na Europa (Mesquita, 1999).

2. Órgão que antecedeu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

3. Exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (art. 2º, inc. XI, da Lei n.º 9.985/2000).

4. Que envolve coleta e uso – comercial ou não – dos recursos naturais (art. 2º, inc. X, da Lei n.º 9.985/2000).

5. Manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais (art. 2º, inc. VI, da Lei n.º 9.985/2000).

6. Que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (art. 2º, inc. IX, da Lei n.º 9.985/2000).

7. Exemplos de trabalhos sobre

trada em vigor, em 18 de julho de 2000, da Lei n.º 9.985, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

O Snuc tem como finalidade organizar a criação de áreas protegidas no Brasil, para fins de preservação ambiental. Um crescente corpo de trabalhos acadêmicos no campo das ciências sociais tem problematizado diferentes facetas destas unidades de conservação criadas pelo poder público: conflitos socioambientais (Madeira Filho *et alii*, 2007); gestão das unidades de conservação (Araújo, 2007); divisão entre áreas protegidas públicas e privadas (Morsello, 2001); conservacionismo (Bensusan, 2006); urbanização e proteção da natureza (Mendonça, 2004); ambiente e sociedade (Ferreira *et alii*, 2006); e política ambiental (Laschefski *et alii*, 2005).

Pouca atenção tem sido dada, no entanto, à possibilidade de conservação da natureza em propriedades privadas, regulamentada pela Lei do Snuc. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs)<sup>1</sup> – substituindo os antigos Refúgios Particulares de Animais Nativos (Repan's), instituídos em 1977 pelo Instituto Brasileiro Desenvolvimento Florestal (IBDF)<sup>2</sup>, transformados em Reservas Particulares de Fauna e Flora, no ano de 1988 – foram categorizadas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação como áreas de preservação de uso sustentável<sup>3</sup>, portanto, de uso direto<sup>4</sup>, embora sejam, na prática, de proteção integral<sup>5</sup> e uso indireto<sup>6</sup>, já representando 60% do total das unidades de conservação homologadas pelo governo federal<sup>7</sup>.

Em 2006, já haviam sido criadas 656<sup>8</sup> RPPNs no território nacional, totalizando aproximadamente 600 mil ha (Castro & Borges, 2004). Deste total, 36 RPPNs estão localizadas no semiárido nordestino e, dessas, seis no semiárido paraibano (Ibama, 2006). Em pelo menos três dos cinco grandes biomas brasileiros, a quantidade de unidades de conservação privadas já ultrapassa o número de UCs públicas (Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga), ainda que a extensão ocupada pelas RPPNs ainda seja relativamente pequena (Quadro 1).

QUADRO 1  
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRAS EM RELAÇÃO AO BIOMA

| Bioma          | Área (em ha) e número de UCs públicas | Área (em ha) e número de RPPNs | Representação das RPPNs no sistema de unidades de conservação local |        |
|----------------|---------------------------------------|--------------------------------|---|--------|
|                |                                       |                                | Área  | Número |
| Amazônia       | 19.261.180 (61)                       | 39.379, 58 (40)                | 0,2%  | 40%    |
| Mata Atlântica | 2.379.914 (224)                       | 99.028,72 (443)                | 3,8%  | 66%    |
| Cerrado        | 5.001.480 (102)                       | 63.376,16 (103)                | 1,2%  | 50%    |
| Pantanal       | 910.005 (42)                          | 247.979,18 (18)                | 21,0%   | 30%    |
| Caatinga       | 752.649 (14)                          | 65.185,54 (35)                 | 8,0%  | 71%    |

Fonte: Castro e Borges (2004).

O Quadro 1 demonstra que, em termos de área, as RPPNs ainda ocupam menos espaço que as reservas públicas, porém, em número de unidades de conservação, já são maioria, fenômeno influenciado pelos incentivos concedidos pelo Estado aos seus proprietários. Chama a atenção, no caso das RPPNs, o entrecruzamento entre as dimensões privada e pública da propriedade da terra e do controle sobre os recursos naturais. Os proprietários destas áreas protegidas, legitimadas pelo poder público através de seus órgãos responsáveis pela implementação da política ambiental, ao mesmo tempo em que buscam garantir seus direitos privados, reivindicam ainda – e são atendidos – incentivos estatais, processo que se tentará descrever como de “institucionalização das iniciativas privadas de conservação da natureza”.

O Pantanal chama atenção pela extensão da área ocupada por RPPNs. Em 2004, as reservas particulares compreendiam quase 250 mil ha (num total de 18 propriedades), representando 21% de toda a área ocupada com unidades de conservação no bioma. Na Mata Atlântica, na mesma época, eram 443 RPPNs, algumas das quais beneficiadas por recursos públicos e de organizações não governamentais<sup>9</sup>, mediante projetos de conservação da natureza e da biodiversidade, formando corredores ecológicos constituídos, principalmente, por áreas privadas.

No Brasil, portanto, a adoção da estratégia de conservação da natureza em áreas privadas se encontra ainda em expansão, com um interesse crescente entre os proprietários de terra pelo tema. Um encontro nacional de proprietários de RPPNs, realizado em agosto de 2007<sup>10</sup>, reuniu mais de 500 proprietários, organizados em torno de cerca de duas dezenas de associações regionais e estaduais. A expectativa dos organizadores do encontro era de que até o final de 2008 fossem criadas outras 500 RPPNs em todo o país. Entre os principais temas debatidos no encontro, estavam: angariar mais benefícios fiscais para os proprietários; buscar estratégias para aliar conservação ambiental e atividades econômicas ditas sustentáveis; envolver as populações do entorno; implicar a atuação do estatal no processo de conservação ambiental; adotar o associativismo como forma de incrementar o desenvolvimento das RPPNs nas diversas regiões do Brasil, incluindo o semiárido; discutir formas de cobrança dos serviços ambientais produzidos pelas RPPNs.

O evento tinha como pano de fundo a preservação privada da natureza, com recursos públicos e também das chamadas empresas parceiras, ficando clara nas entrelinhas a mudança de postura de um movimento ambiental radical para um movimento ambiental do diálogo com todos os setores da sociedade, mas que, também, demonstrava em alguns momentos contradições entre os participantes, além de buscar incessantemente o auxílio público para seus intentos.

as RPPNs: Paraíso (2005), Lustosa (2006), Lins (2005).

8. Ver: <<http://www.ib.usp.br/ceo/rppn.htm>>. Acesso em: 11 Out. 2006.

9. Bioma que tem centralizado a maior parte dos recursos para desenvolvimento de políticas ditas ambientais, através do poder público e de entidades como Aliança para a Mata Atlântica e a The Nature Conservancy.

10. III Congresso Nacional de RPPNs, realizado nos dias 23, 24 e 25 de agosto de 2007, em Ilhéus (BA).

11. O bioma caatinga abrange diversos estados da Região Nordeste, dentre eles a Paraíba, o Ceará, a Bahia, o Piauí, o Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe.

A Caatinga tem representatividade considerável em relação à extensão de reservas particulares, perdendo apenas para o Pantanal e a Mata Atlântica (Quadro 1). Na Paraíba, o processo de transformação de propriedades rurais em reservas particulares tem sido, em certa medida, considerável (Quadro 2), uma vez que não há na região do semiárido do estado nenhuma reserva pública federal, apenas estaduais, que estão sob responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente (Sudema). As reservas privadas nessa região já cobrem mais de 6.000 ha. As outras unidades de conservação localizadas no semiárido<sup>11</sup> paraibano são: o monumento natural do Vale dos Dinossauros (Sousa), o Parque Municipal Engenheiro Ávidos (Cajazeiras), o Parque Estadual do Pico do Jabre (São José do Bonfim) e o Parque Estadual Pedra da Boca (Araruna), totalizando 1,23 milhões ha; e as áreas de proteção ambiental das Onças e do Cariri, totalizando 54,5 mil ha. Entretanto, a diferença básica entre esses dois regimes – o privado e o público – encontra-se na tomada de decisão: no modelo privado não depende de agentes públicos totalmente, no segundo sim. Mas cabe ressaltar que nas RPPNs, muitas vezes, os proprietários ficam à espera de recursos públicos para tocarem seus projetos. As UCs estaduais citadas acima têm por finalidade básica o turismo ecológico.

QUADRO 2  
RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO  
NATURAL DO ESTADO DA PARAÍBA

| RPPN           | Extensão (ha) | Biomas         | Localização            |
|----------------|---------------|----------------|------------------------|
| Almas          | 3.505,00      | Caatinga       | São José dos Cordeiros |
| Santa Clara    | 750,50        | Caatinga       | São João do Cariri     |
| Fazenda Várzea | 390,66        | Caatinga       | Araruna                |
| Tamanduá       | 325,00        | Caatinga       | Santa Terezinha        |
| Pedra D'água   | 170,00        | Caatinga       | Solânea                |
| Badú Loureiro  | 183,31        | Caatinga       | Catingueira            |
| Pacatuba       | 266,53        | Mata Atlântica | Sapé                   |
| Engenho Gargaú | 1.058,62      | Mata Atlântica | Santa Rita             |
| TOTAL          | 6.607,62      |                |                        |

Fonte: Ibama (2006).

### *Conceitos de unidades de conservação*

A formação de áreas preservadas, conhecidas presentemente como unidade de conservação (UC), é considerada de relevante importância na preservação dos ecossistemas, proporcionando uma busca contínua pela conservação e proteção do meio ambiente. A criação desses espaços firmou-se, no Brasil e no mundo, como a fundamental e mais difusa estratégia de proteção da natureza, por meio da defesa

dos recursos naturais. Essas unidades têm por objetivo principal resguardar a biodiversidade sob proteção especial do Estado.

A ampliação e o aumento do número de UCs ao longo dos últimos anos, mesmo criadas de forma desigual e sujeita a descontinuidades, demonstra que a política de criação de UCs consolidou-se, tornando-se a mais durável e, possivelmente, a principal política nacional de conservação da natureza. No entanto, não é possível garantir a proteção dos ecossistemas de maneira a monitorar a forma como os recursos naturais são utilizados por parte das populações “residentes” no interior ou no entorno das unidades.

Diante disto, entendemos que existe uma preocupação de analisar como se dá o gerenciamento dessas UCs, garantindo a proteção dos recursos naturais presentes nessas áreas. Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho consiste em investigar o modelo de gestão desenvolvido nas unidades de conservação do semiárido paraibano, por se tratar de região com uma biodiversidade peculiar, que infelizmente sofre com processo crescente de desertificações, uma expressiva degradação do solo, onde o fenômeno da seca é constante. Para analisar a gestão realizada nessas unidades utilizaremos a classificação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), sistematizando os dados da gestão dessas unidades e proporcionando assim uma análise da eficiência do modelo de gestão aplicada nessas UCs.

QUADRO 3  
RESUMO DE DEFINIÇÕES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

| Definição  | Fonte                                    |
|--|--|
| “Áreas com características naturais de relevante valor, com garantias de proteção e mantidas sob regimes especiais de proteção”.   | Feldmann <i>et alii</i> (1992: 144-145). |
| “Áreas geográficas públicas ou privadas (porção do território nacional) dotadas de atributos ambientais, que requeiram sua sujeição pela lei a um regime jurídico de interesse público que implique sua relativa imodificabilidade e sua utilização sustentada, tendo em vista a preservação e integridade de amostras de toda diversidade de ecossistemas, a proteção ao processo evolutivo das espécies, a preservação e proteção dos recursos naturais”.                          | Sampaio (1993: 45).                      |
| “Espaços ou porções do território nacional, incluindo as águas jurisdicionais, de domínio público, instituídas pelo poder público com objetivos e limites definidos, geralmente fechados, sujeitos à administração especial, a que se aplicam garantias de proteção total dos atributos naturais que tenham justificado sua criação, efetuando-se a preservação dos ecossistemas em estado natural com o mínimo de alterações e admitindo, apenas, o uso indireto de seus recursos”. | Silva (1998: 160-161).                   |
| “Áreas definidas pelo poder público visando à proteção e a preservação de ecossistemas no seu estado natural e primitivo, onde os recursos naturais são passíveis de um uso indireto sem consumo”.   | Souza (1996: 89-90).                     |

Fonte: elaboração própria.

Entende-se que unidades de conservação são “áreas com características naturais de relevante valor, com garantias de proteção e mantidas sob regimes especiais de proteção” (Feldmann *et alii*, 1992: 144-145). Áreas geográficas públicas ou privadas (porção do território nacional) dotadas de atributos ambientais, que requeiram sua sujeição pela lei, a um regime jurídico de interesse público que implique sua relativa imodificabilidade e sua utilização sustentada, tendo em vista a preservação e integridade de amostras de toda diversidade de ecossistemas, a proteção ao processo evolutivo das espécies, a preservação e proteção dos recursos naturais (Sampaio, 1993: 45).

A partir das definições expostas, entende-se que as unidades de conservação têm por objetivo principal proteger a biodiversidade, por meio da manutenção dos recursos genéticos, recursos hídricos e edáficos, proteger paisagens naturais e promover a restauração de ecossistemas degradados (Snuc, 2006).

O crescimento das UCs no Brasil é bastante significativo nas últimas décadas. Esse aumento é fundamental e urgente para “garantir” a conservação da biodiversidade, sobretudo em um país como o Brasil, com um vasto território, e uma imensa biodiversidade, espalhada por vários biomas e ecossistemas, considerado como diverso. Entretanto, ele vem sofrendo com sucessivos episódios de degradação, alteração e conversão de sua biota, para dar lugar às atividades produtivas e à construção de infraestrutura. A degradação do meio ambiente é de fácil percepção, com as crescentes catástrofes ocorridas por todo mundo, e causa preocupação social por se tratar de um interesse coletivo e imprescindível à existência dos seres vivos.

Na visão de Drummond (1999), a criação de UCs nos últimos 70 anos tem caminhado na contramão dessa tendência expansionista e imediatista. Tem sido uma estratégia importante para conter os impactos desse padrão de ocupação desenfreada do território e de uso imprevidente dos recursos naturais. Ela permite a sobrevivência de espaços nos quais os processos de reprodução da biodiversidade e da evolução biológica transcorram sem abalos radicais resultante das ações humanas (Pádua, 1997). Mesmo com o fortalecimento da criação de UCs nas últimas décadas, a discussão sobre essa política de conservação e preservação dos recursos naturais tem seu marco na criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872 nos Estados Unidos.

Do final do século XIX até hoje, os parques nacionais ganharam uma importância significativa, expandindo-se por todo planeta, sendo na atualidade o tipo mais conhecido e habitual de espaço protegido. No entanto, como dito, foram surgindo outras categorias (reservas biológicas, refúgios de vida silvestre, florestas nacionais etc.), com os mais variados objetivos de preservação e conservação, e de controle da exploração dos recursos (Nash, 1982).

No Brasil, a primeira proposta registrada de criação de parques nacionais foi bastante precoce. Em 1876, o engenheiro André Rebouças (1838-1898) revelou ótima premonição, ao sugerir que fossem criados parques nacionais em dois locais: um na Ilha do Bananal, rio Araguaia, outro em Sete Quedas, rio Paraná (Dean, 1996; Pádua, 1997). Muitos anos depois, foram de fato criados parques nacionais nesses dois locais – o Parque Nacional do Araguaia, em 1959, e o Parque Nacional de Sete Quedas, em 1961 – embora este último tenha sido destruído, em 1980, para dar lugar ao lago da barragem da usina hidrelétrica de Itaipu.

Segundo Pádua (1997), os primeiros parques nacionais brasileiros surgiram apenas na década de 1930, o primeiro criado com o objetivo explícito de proteção da natureza foi de responsabilidade estadual: o Parque Estadual da Cidade, atualmente Parque Estadual da Capital, criado em 10 de fevereiro de 1896, pelo Decreto n.º 335, na cidade de São Paulo.

Ao longo dos últimos 70 anos, o crescimento das unidades de conservação federais brasileiras, e da área por elas protegidas, revela algumas notáveis tendências, notadamente a ampliação do número e da área de UCs, que a cada década, ainda que de forma desigual, indica e demonstra que a política de criação de UCs vem se tornando destaque e sendo considerada possivelmente como a principal política nacional de conservação da natureza. Conforme a Lei n.º 9.985/2000, os estados, o Distrito Federal e os municípios também podem criar UCs de todas as categorias nos territórios sob sua jurisdição.

Muito se discute sobre conservação e preservação dos recursos naturais, embora os dois conceitos possam parecer similares, na prática, são duas diferentes correntes ideológicas no que diz respeito à relação do homem com a natureza. E para compreender qual a função das UCs e como se dá o modelo de gestão dessas unidades – especificamente no estado da Paraíba, objeto desta investigação – é necessário que façamos uma breve distinção do que é tratado por esses termos. Nos Estados Unidos, no final do século XIX, surgiram duas correntes ideológicas conhecidas uma como conservacionistas, outra como preservacionistas (Eckholm, 1982).

## Distinção conceitual entre conservação e preservação da natureza

Considera-se a conservação da biodiversidade o conjunto de práticas destinadas à proteção da biodiversidade, incluindo a combinação de ações que vão da preservação absoluta das comunidades bióticas estáveis ao manejo de ecossistemas modificados pela humanidade.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) conceitua a conservação da natureza da seguinte forma:

O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (art. 2º, II).

Segundo Drummond (1999),

Como se percebe dessa definição legal, a conservação da natureza pressupõe sempre o manejo realizado pelos humanos, mesmo quando a opção de manejo seja a não ação ou o não uso (preservação de um dado ecossistema) (Drummond, 1999).

No que se refere às políticas de proteção da biodiversidade, preservação e conservação representam ideias distintas. No senso comum, contudo, preservar e conservar expressam o mesmo significado. O preservacionismo diz respeito à preservação da natureza como ela se encontra no seu estado natural. Ao contrário da preservação, a conservação da natureza aborda toda ação advinda do homem, com a finalidade de manter os ecossistemas em seu estado natural, desde a preservação até a recuperação de áreas degradadas. Portanto, podemos dizer que a preocupação em utilizar adequadamente os aspectos naturais que o homem transforma ou consome, é o que chamamos de conservacionismo. Conservar, nesse caso, não significa guardar e sim fazer o uso racional desses recursos, para atender às necessidades dos seres humanos, levando em consideração o futuro das próximas gerações.

## O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) e os instrumentos de gestão previstos na lei

Antes da Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Snuc, o Brasil não tinha uma sistematização no que se refere às normas jurídicas acerca de áreas protegidas, conseqüentemente, contava com normas esparsas sobre o assunto, não tendo um corpo central que dispusesse de regras gerais para a proteção de áreas naturais específicas. “O Snuc é um empreendimento da razão a partir de conhecimentos obtidos da biologia, geografia e antropologia”, afirma Rodrigues (2005: 56).

Sobretudo a partir da década de 1980 torna-se nítida a evolução das políticas ambientais brasileiras e da legislação específica para a proteção ambiental. No Quadro 4,

**QUADRO 4**  
**INSTRUMENTOS LEGAIS**

| Instrumento legal    | Data       | Resumo  |
|----------------------|------------|---|
| Lei n.º 4.771        | 15.09.1965 | Institui o Novo Código Florestal Brasileiro.  |
| Lei n.º 5.197        | 03.01.1967 | Lei de Proteção à Fauna.  |
| Lei n.º 6.938        | 31.08.1981 | Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente.  |
| Lei n.º 7.347        | 24.07.1985 | Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente.  |
| Constituição Federal | 05.10.1988 | Trata da proteção ao meio ambiente no Artigo 225, Capítulo VI.  |
| Decreto n.º 750      | 10.02.1993 | Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão da vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica. |
| Decreto n.º 1.922    | 05.06.1996 | Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural.  |
| Lei n.º 9.605        | 12.02.1998 | Lei de Crimes Ambientais, no que se refere às infrações e punições.   |
| Lei n.º 9.985        | 18.07.2000 | Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (Snuc).   |
| Decreto n.º 4.340    | 22.08.2002 | Regulamenta o Snuc.   |
| Decreto n.º 5.758    | 13.04.2006 | Estabelece o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.  |
| Decreto n.º 5.758    | 13.04.2006 | Estabelece o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.  |

Fonte: elaboração própria.

identificamos exemplos expressivos da legislação ambiental na esfera federal, com destaque para o Snuc, que será abordado no presente trabalho.

Essa lei sugere que estados e municípios também criem os seus sistemas de unidades de conservação e, assim, contribuam para o cumprimento dos objetivos e das metas relacionados à proteção da biodiversidade ecológica. O Estado garante a proteção dessas áreas, enfatizando seu caráter público, isto é, as áreas que demonstram benefícios sociais, culturais e econômicos de uso comum aos cidadãos (bens de uso comum a toda população). Portanto, para que uma área seja reconhecida como unidade de conservação deverá cumprir alguns requisitos tais como: relevância da natureza, oficialismo e objetivo conservacionista.

Um dos objetivos da implementação das unidades de conservação, segundo a Lei n.º 9.985, no art. 4º é

proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (Brasil, 2000).

Sendo assim, o objetivo específico da Lei do Snuc foi estabelecer critérios e normas para a criação, implementação e gestão das UCs. A importância do modelo de gestão dessas unidades é fundamental para o desenvolvimento da proteção dessas áreas.

QUADRO 5  
GRUPO DE UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL

|                            | Categoria  | Objetivos  |
|----------------------------|--|--|
| Grupo de proteção integral | Estação Ecológica (Esec)                                     | Preservação da natureza e realização de pesquisas científicas.   |
|                            | Reserva Biológica (Rebio)                                    | Preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. |
|                            | Parque Nacional, Parque Estadual ou Parque Natural Municipal | Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.  |
|                            | Monumento Natural (MN)                                       | Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.  |
|                            | Refúgio de Vida Silvestre (RVS)                              | Proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.  |

Fonte: elaboração própria, Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei do Snuc).

Os Quadros 5 e 6 apresentam, separadamente, o objetivo de cada categoria pertencente ao grupo de “proteção integral” e ao grupo das “unidades de uso sustentável”. Os Quadros 5 e 6 permitem uma descrição sucinta sobre os principais objetivos de cada unidade de conservação, assim como diferenciar quais unidades possuem domínio da iniciativa privada e/ou posse e domínio público, a partir da leitura da Lei n.º 9.985, de 18 julho de 2000. Dentre as categorias citadas podemos enfatizar aquelas que foram estudadas no presente trabalho, quais sejam, Monumento Natural (MN), Parque Ecológico, Parque Estadual (Parna), Área de Proteção Ambiental (APA) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

#### *O que é Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)*

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma área protegida, gravada com perpetuidade<sup>12</sup>, instituída em propriedade de domínio privado por iniciativa de seu proprietário, mediante ato de reconhecimento do poder público por ser considerada de relevante importância para a proteção da biodiversidade, e por apresentar características que justificam ações de recuperação, de modo a promover a conservação do seu ecossistema por ostentar atributos de caráter paisagístico que mereçam sua preservação.

Em seus limites, só serão permitidas a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

12. Constará de termo de compromisso assinado perante órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis a qualidade eterna da reserva.

QUADRO 6  
GRUPO DE UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL

|                          | Categoria   | Objetivos  | Posse e domínio   |
|--------------------------|---|--|---|
| Grupo de uso sustentável | Área de Proteção Ambiental (APA)                          | Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.  | É constituída por terras públicas ou privadas. Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em Área de Proteção Ambiental.   |
|                          | Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie)              | Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.  | É constituída por terras públicas ou privadas. Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.   |
|                          | Floresta Nacional (Flona), Floresta Estadual ou Municipal | Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.  | É constituída por terras públicas ou privadas. A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.   |
|                          | Reserva Extrativista (Resex)                              | Proteger os meios de vida e a cultura de populações extrativistas tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.   | É de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 da Lei do Snuc.   |
|                          | Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)              | Preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações. | É de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.   |
|                          | Reserva de Fauna (Refau)                                  | Manter populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.  | É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. A visitação pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração. |
|                          | Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)           | Conservar a diversidade biológica.   | Posse e domínio privados.   |

Fonte: elaboração própria, Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei do Snuc).

### A questão da pesquisa

No semiárido, essas reservas privadas se inserem num contexto marcado, de um lado, pela crescente degradação ambiental, tendo como consequência um intenso processo de desertificação e seca (Araújo *et alii*, 2002), talvez intensificado pela baixa distribuição de renda e pelas condições ambientais, e de outro, pela concentração fundiária e marginalização das famílias de pequenos produtores ou de agricultores sem-terra, considerando ainda as atividades produtivas tradicionais na região – criação de gado e algodão – como responsáveis por esse estágio de

degradação ambiental. O que chama a atenção é a adoção recente de uma política de preservação da natureza iniciada a partir da iniciativa de proprietários rurais em determinadas regiões – notadamente no Cariri e no sertão da Paraíba – responsáveis pela eclosão de conflitos fundiários nem sempre declarados. Além disso, tem levado a refletir acerca da formação de uma nova identidade no campo composta por proprietários rurais que se dizem “ambientalistas” (Sevá, 2008; Bruno, 2008). Isso, talvez, implique num discurso “moderno” com práticas antigas de concentração de terras e continuidade ou reprodução das relações de poder, não só no semiárido, mas em outras regiões do país.

O objeto de pesquisa deste trabalho foi organizado a partir de um enfoque sociológico – instrumentalizado pela sociologia ambiental e a ecologia política – em relação às áreas protegidas, atualmente conhecidas como unidades de conservação, sendo as mesmas compreendidas como instrumento de política ambiental complexo, ou de gestão territorial, destinado a regular o acesso e o uso de recursos naturais (César *et alii*, 2003).

Ao invés de formular, no presente trabalho, uma explicação geral sobre as iniciativas de criação de RPPNs no semiárido, optou-se por uma abordagem teórico-metodológica que dê conta da complexidade do processo, envolvendo as mais diversas motivações na criação dessas reservas, bem como nas dinâmicas sociais que as norteiam.

## Conservação da natureza através de unidades de conservação

As políticas ambientais perpassam atualmente os discursos governamentais e não governamentais, tendo como centro o dilema sobre a sobrevivência da sociedade como se conhece diante da escassez de recursos naturais. Sendo assim, pode-se afirmar que a principal política ambiental desenvolvida, tanto nos países ricos como nos pobres, centraliza-se na criação de áreas protegidas, como forma de conservar a natureza naquele espaço para a sociedade atual e as gerações vindouras (Santilli, 2005).

Segundo Bensusan (2006), o Brasil já contava, em 2006, com 10,52% da superfície do país como área protegida, totalizando 101,4 milhões de ha, conforme dados reunidos pelo Instituto Socioambiental, incluindo áreas federais e estaduais.

### *Compreendendo o contexto*

A criação de áreas protegidas ganhou destaque no século XX, sendo incluídas como pauta de discussão, ou já como estratégia, em diversos eventos ambientais, com destaque para a Convenção de Estocolmo de 1972, e a ECO-92, no Rio de Janeiro em 1992, que serviram para firmar a crença da irreversibilidade dessa política de criação de parques como caminho para um desenvolvimento sustentável. A ideia central das áreas protegidas antes da convergência entre ambientalismo e ciências sociais, conhecida como socioambientalismo, teria sido a necessidade de “preservar algumas áreas naturais e ecossistemas da ação humana e de atividades econômicas predatórias” (Santilli, 2005: 26), porém, construindo ações que dizem associar desenvolvimento e preservação ambiental. Com a influência dos movimentos sociais, a referida concepção passou a considerar a possibilidade de envolver as populações ou habitantes atingidos quando da criação dessas áreas, e não simplesmente retirá-las do local a ser preservado.

Na década de 1970, houve um incremento na criação dessas áreas protegidas, em número superior às que já existiam, principalmente com o crescimento do movimento ambientalista. O problema é que muitas dessas áreas foram elaboradas nos gabinetes oficiais, sem muito conhecimento das condições ecológicas e sociais locais (Bensusan, 2006). Daí buscou-se regular ao máximo o uso e o acesso aos recursos, porém, existem hoje aqueles que defendem o uso humano “e que áreas destinadas estritamente à conservação, sem presença humana, não devam existir” (Bensusan, 2006: 25).

Uma superfície superior a 11,5% do planeta é tombada como área protegida, com acesso e uso dos recursos naturais restritos (Bensusan, 2006), constituindo-se em múltiplos territórios (que implicam em poder), que não são apenas físicos, mas acadêmicos, de produção, de convivência humana, de conservação, entre outros (Coeelho *et alii*, 2007).

A criação de RPPNs é uma política de controle sobre faixas de terra, muitas vezes daquelas que não interessam muito aos proprietários ou às empresas de grande porte, mas que legitimam, ou dão a impressão à sociedade de que o papel de certos atores sociais em relação à preservação ambiental está sendo realizado efetivamente, sendo nada eficaz a atuação do Estado na fiscalização dos atributos exigidos pela legislação. Parece muito mais uma gestão capitalista dos recursos naturais do que uma estratégia romântica de proteção ambiental, e motivada não apenas, como afirma o discurso oficial, pela sacralização desses espaços e a manutenção de estoques de recursos naturais. O que na verdade ocorre é a restrição do

uso e acesso aos recursos, criando uma situação de disparidade entre a área protegida e a população que não compreende muito bem o que está ocorrendo. Essa proteção ocorre muito mais porque ainda se identificam essas terras como sendo de um determinado dono, ou porque o Ibama, ou outro órgão, pode prender. Para Fernandes (2003):

Não há nesse ecologismo supostamente inaugurador de novos tempos uma negação da ética da competição e do lucro imediato e crescente, determinante dos modos e do ritmo de disponibilização dos recursos naturais praticados desde o surgimento da indústria (Fernandes, 2003: 133).

Em 2000, foi aprovada a Lei n.º 9.985, que veio regular a criação dessas áreas protegidas nos limites territoriais brasileiros. A referida lei foi objeto de doze anos de discussão, tendo sido sua elaboração solicitada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), antecessor do Ibama, à Fundação Pró-Natureza (Funatura). Tal projeto de lei foi apreciado no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), e, em maio de 1992, foi enviado pelo então presidente da República, Fernando Collor de Melo, ao Congresso Nacional. Estabeleceu-se um campo de conflito entre socioambientalistas e preservacionistas (Santilli, 2005), o primeiro grupo defendendo que tratar da questão ambiental não poderia ser um ato dissociado do social, e o segundo grupo afirmando que o importante mesmo era conservar a natureza sem a presença humana.

Segundo Santilli (2005), a referida lei

tem uma inspiração socioambiental, que prevaleceu, em grande parte, sobre conceitos defendidos pelo preservacionismo clássico ou tradicional (Santilli, 2005: 112).

Para se ter uma ideia, inicialmente, quando do envio do projeto ao Congresso, em 1992, o mesmo não atentava para as necessidades humanas concretas, não havendo qualquer referência à deterioração da qualidade de vida das pessoas. Porém, essa análise puramente legalista não traduz o campo de conflitos em sua integralidade, pois se pode dizer que há uma institucionalização e uma elevação de patamar de uma ideologia que visa manter, talvez, um certo *status* social, dissimulando-se os reais interesses na execução de determinadas políticas (Sevá, 2008).

É preciso deixar claro que não se pode ter uma visão ingênua ao ponto de acreditar que a estratégia de criação de unidades de conservação diz respeito exclusivamente à “proteção de ecossistemas ameaçados pela ação humana ou pela expansão do

capitalismo” (Coelho *et alii*, 2007). Essa estratégia envolve muito mais do que a mera intenção de preservar espaços territoriais para as próximas gerações, dentro de uma instrumentalização voltada ao desenvolvimento sustentável, mas uma valorização do que é natural na natureza, tendo como ideia central a de “recurso natural”, uma unidade que possa ser mensurada monetariamente no mercado.

## Considerações acerca do modelo de reserva particular do patrimônio natural

As RPPNs seriam como uma ferramenta complementar às políticas públicas implementadas pelo Estado (Mesquita, 1999), em busca de uma atitude de conservação integral? Ou seriam definidas como uma política de promoção de maior capilaridade do próprio Estado na iniciativa privada de conservação da natureza, significando não uma diminuição da presença do público, mas um aumento de sua atuação? Parece-nos muito mais uma parceria entre o privado e o público, algo muito mais contemporâneo.

A caracterização dessa modalidade de reserva de caráter privado tem como origem a própria iniciativa do proprietário que a define (em termos de extensão, e disposição de seus limites dentro da propriedade, por exemplo). Remanescem, contudo, algumas lacunas, a exemplo da forma e dos critérios de concessão, da ausência de clareza quanto ao papel da União, bem como dos estados e municípios, no desenvolvimento dessa política, e a lei não limita a extensão das reservas. Isso leva a questionar a viabilidade de uma RPPN de pequena extensão, como, por exemplo, uma reserva de apenas 1 ha, ou de 200 ha, uma vez que sua extensão seria fator de alta relevância na conservação das espécies animais, que necessitariam de importantes faixas de terra para que o intento conservacionista fosse alcançado (Morsello, 2001); a fragmentação no processo de criação dessas reservas; a presença de interesses diversos e, portanto, de diversas racionalidades; além do que se estabelece um certo conflito entre a função social da terra, que autoriza a desapropriação de terras privadas improdutivas, e a função ambiental, que também se constitui em requisito para a manutenção da propriedade.

Constataram-se fragilidades na adoção dessas políticas ambientais que tratam de regular o acesso e uso dos recursos naturais (César *et alii*, 2003), tanto em sua manutenção, quanto na inclusão da população no desenvolvimento das mesmas, considerando que há injunções de diversas ordens (política, socioeconômica, cultural). Porém, a destruição da natureza pode servir como fundamento que legitima essas políticas de preservação, criando-se um “campo” da questão ambiental, de

certo modo hegemônico no discurso, fazendo parte de uma construção institucional ambiental (Lopes, 2006).

Dessa forma, hoje há o desenvolvimento de “condutas ecológicas” (Ferreira, 2003). No Brasil, esse desenvolvimento é marcado por uma “nova” institucionalização – principalmente nas duas últimas décadas –, caracterizada pela intensificação do reconhecimento oficial das referidas condutas ambientais, diante da complexificação dos fenômenos em torno de um “processo de ambientalização”<sup>13</sup> como objeto de conflito e de elaboração de estratégias por diferentes grupos sociais (Lopes, 2006). Isso não surge no Brasil, e sim no seio de um movimento internacional através da articulação de diversos atores governamentais e não governamentais na construção desse discurso “ambientalizante”<sup>14</sup>.

13. Sentido processual das relações sociais, como se pode verificar na obra de Elias (Landini, 2006).

14. No mesmo sentido processual referido.

Esse ambientalismo vem impregnado de uma necessidade de superar os paradigmas do racionalismo econômico, apontando para mudanças sociais e institucionais (Leff, 2006: 248), na esperança de impedir os efeitos deletérios do desenvolvimento. Só que, ao contrário do que Leff (2006) afirma, não há como garantir que tal construção das condutas pautadas no respeito ao meio ambiente de forma sustentável não seja uma nova estratégia com a finalidade de legitimar um discurso capitalista. O Estado apresenta-se como fonte de políticas regulatórias, nem sempre consensuais, construindo marcos normativos, cuja participação de setores interessados da sociedade é duvidosa, porém, em meio a uma legislação complexa e pouco funcional, encontram-se órgãos estatais ambientais que têm sua atuação sob o foco da desconfiança, tanto em âmbito federal, como estadual e municipal. Forma-se um campo de conflito entre a sociedade e esses órgãos, que são criados com a finalidade precípua de fiscalizar a preservação ambiental e executar a política estatal direcionada ao meio ambiente (Coelho *et alii*, 2007).

Nessa análise, consideram-se que todas as relações humanas têm elementos políticos, manifestos no uso estratégico de posição, conhecimento ou representações para ganhar acesso diferenciado a recursos (Paulson, Gezon & Watts, 2004), o que poderia ser aplicado ao caso das RPPNs, no qual há a formação de um território próprio de representações de proprietários rurais.

Na presente abordagem, como alternativa a uma ecologia sem política (que focaliza os limites do crescimento, a escassez dos recursos naturais, o crescimento populacional num mundo de recursos finitos, a adoção de tecnologias sustentáveis, entre outros temas), a ecologia política parte do pressuposto de que os recursos naturais, portanto, são construídos e não dados, principalmente quando se trata da criação

de espaços preservados com limitações de acesso aos recursos naturais. Portanto, nesse caso especificamente, a estratégia de separar áreas para preservação da natureza, de forma integral, regulando o acesso e o uso dos recursos naturais, constrói o meio ambiente, em termos de recursos.

Os pesquisadores vinculados a essa corrente da ecologia política, tomam a mudança ambiental como um produto do processo político e chamam a atenção para o fato de que custos e benefícios associados à mudança ambiental são distribuídos desigualmente entre os atores sociais, o que pode estar acontecendo no semiárido com os proprietários de RPPNs e as populações do entorno, reforçando ou reduzindo as desigualdades econômicas e sociais já existentes, alterando as relações de poder (Paulson, Gezon & Watts, 2004).

Estudaram-se os processos de criação da Fazenda Tamanduá, em Santa Terezinha (PB), na qual se desenvolve um processo produtivo de manga orgânica, queijo orgânico, tubulações de irrigação, ao lado da RPPN; da RPPN da fazenda Almas, a maior do estado, em São José dos Cordeiros (PB), que vem de um processo de decadência da cultura do algodão, após uma longa história de “prosperidade” rural, que findou em sua transformação em reserva particular, atualmente em processo de inventário, no qual os familiares não desejam permanecer com a reserva enquanto ela continue com o estatuto de RPPN; e da RPPN Major Badú Loureiro, localizada entre os municípios de Emas e Catingueira, ambos na Paraíba, que fazia parte de uma grande fazenda, a qual foi desapropriada recentemente e está sob o domínio de cerca de 60 famílias do MST, que vivem à margem do único pedaço de terra que não foi desapropriado, justamente a RPPN, ficando sob os cuidados da família que herdou a propriedade.

Aqui pode-se observar três lógicas de conservação muito claras, uma voltada para o mercado, na qual a conservação da natureza tornou-se um acessório na dinâmica empresarial da propriedade, atividade fim – Fazenda Tamanduá; outra, mais voltada para a simbologia de uma ecologia voltada à proteção da natureza, mas que tem a preservação de uma tradição histórico-familiar por trás – no caso a Fazenda Almas; e, por fim, na Major Badú Loreiro, a proteção de uma área com o intuito de receber recursos federais e proteger da desapropriação pressionada pelo movimento dos sem-terra.

## Problemas identificados quanto ao modelo de conservação privada

Identificaram-se pelo menos seis questões colocadas pelo processo de “institucionalização das iniciativas privadas de conservação da natureza” no semiárido:

1. a problemática relação entre público e privado quanto aos direitos e deveres para com a unidade de conservação;
2. a apropriação do discurso ambientalista pelos proprietários de terra da região;
3. as tensões entre políticas conservacionistas e políticas fundiárias no semiárido;
4. a marginalização das populações do entorno das RPPNs;
5. a relação entre reservas particulares e os processos de mudança ambiental; e
6. os benefícios que têm sido concedidos aos proprietários de RPPNs.

*Relação entre público e privado* – A Lei do Snuc define que a homologação de uma RPPN é prerrogativa do poder público (nas esferas federal, estadual e municipal), mediante projeto acompanhado de plano de manejo, apresentado pelo proprietário<sup>15</sup>. A partir desse reconhecimento, estabelece-se uma situação de incerteza sobre quais são as responsabilidades do Estado sobre a área, bem como quais os direitos e deveres dos proprietários. Um dos direitos dos proprietários de RPPN é a exclusão da mesma da área tributável do imóvel rural, sendo dever do proprietário confeccionar o plano de manejo, que nada mais é do que a peça técnica que detalhará a forma de uso do espaço e seus recursos. Nessa pesquisa, verificou-se que existe uma zona de indefinição quanto a estes direitos e responsabilidades, resultando, por exemplo, em cobranças por parte dos proprietários em relação aos órgãos ambientais estatais, principalmente quanto à fiscalização e à conscientização ambiental da população do entorno, ou denúncias dos agentes públicos de que os proprietários não cumprem o que haviam se comprometido perante os órgãos ambientais. Além disso, um novo regime de propriedade surge, com características de propriedade pública e privada. Continua a propriedade, que se transformou em RPPN, sendo privada, porém, o proprietário não poderá produzir nela.

*Proprietários conservacionistas* – O discurso ambientalista se reproduz em diversos setores e grupos. Um desses grupos é o de proprietários de terras. Esses incorporam um discurso conservacionista e deixam de ser apenas proprietários de terra, enca-

15. Lei n.º 9.985, art. 21 e Decreto n.º 5.746/2006, art. 2º.

rados de forma negativa por determinados setores da sociedade (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, por exemplo), e passam a ser ambientalistas. Eles se apresentam como comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Talvez haja aí a convivência de estruturas e processos contemporâneos arcaicos e modernos (Bruno, 1997), ou, em outra chave analítica, pode-se interpretar este fenômeno “nos termos das mudanças estruturadas nas configurações formadas por indivíduos e grupos sociais interdependentes”, ressaltando a “dinâmica concreta dos entrelaçamentos sociais” que tornam proprietários de terra conservacionistas (Coelho & Cunha, 2007: 266). É importante ressaltar que nas últimas décadas a problemática ecológica passa a fazer parte do debate sobre a propriedade da terra (Andrade, 1979).

Percebe-se, também, a formação de um “novo” movimento social organizado de proprietários de terra, talvez uma “nova” identidade baseada nesse viés ambiental, reunindo forças de diversos setores – tais como ambiental, estatal, empresas privadas, ONGs, associações e agricultores – em busca do estreitamento de sua relação entre proprietários de RPPN e Estado. Já foi criada uma confederação de proprietários de RPPNs, composta por associações de proprietários presentes em todos os estados, realizando mesmo eventos nacionais, onde um dos temas mais recorrentes é o aumento das vantagens dos proprietários de RPPNs, no contexto da manutenção do domínio sobre sua propriedade. Atualmente a grande vantagem apresentada com o reconhecimento de uma área privada como RPPN é justamente a diminuição a incidência do Imposto Territorial Rural (ITR) sobre a área tributável, uma vez que a área de reserva não será contabilizada no valor do imposto. Porém, os proprietários apresentam uma agenda com a necessidade de maiores vantagens, principalmente no que se refere ao aporte de recursos públicos para o financiamento dessa atividade. Em resumo são estas as vantagens:

- direito de propriedade preservado;
- isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) referente à área criada como RPPN;
- prioridade na análise dos projetos pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA);
- possibilidades de cooperação com entidades privadas e públicas na proteção, gestão e manejo da unidade; e
- preferência na análise de pedidos de concessão de crédito agrícola, junto às instituições oficiais de crédito, para projetos a serem implementados em propriedades que contiverem RPPNs em seus perímetros.

No semiárido nordestino e norte mineiro formou-se uma rede de diversas associações como a Asa Branca (Ceará, Piauí e Maranhão), Macambira (Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas), Associação Caatinga, Associação Pernambucana de Proprietários do Patrimônio Natural (APPN), Associação dos Proprietários de Reservas Particulares da Bahia (Preserva) e a recentemente criada Aliança da Caatinga, com o objetivo de incrementar o número de reservas particulares no semiárido, contando mesmo com apoio financeiro de organizações não governamentais nacionais e internacionais. Está em andamento, ainda, o processo de formação de uma associação na Paraíba.

Nacionalmente há, ao que parece, uma corrente forte e crescente do conservacionismo, principalmente entre aqueles que se autoidentificam como “rppnistas”, buscando cada vez mais a formação de unidades de conservação de proteção integral na modalidade de reserva privada, processo que caminha lado a lado com a defesa do uso sustentável dos recursos nessas reservas.

Chamou especial atenção a participação de inúmeras organizações não governamentais (ONGs) e as organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip’s) no III Congresso Nacional de Proprietários de RPPNs<sup>16</sup>, algumas das quais internacionais. Dentre estas havia uma que se destacava – The Nature Conservancy (TNC) –, ONG americana, criada em 1951, que tem como objetivo base, como pareceu claro no evento, conservar terra e água, ou como está estampado em seu site:

Nossa missão é preservar as plantas, os animais, e as comunidades naturais que representam a diversidade da vida na Terra mediante a proteção das terras e águas que eles precisam para sobreviver.

Além disso, ficou claro no evento o empenho que estava sendo despendido para emplacar estratégias de conservação em propriedades privadas no semiárido, destinando recursos financeiros através da Aliança da Caatinga para criação de RPPNs, e sem ações claras por parte do Estado em implantar outras modalidades de unidades públicas na região. A referida ONG destaca, dentre os seus objetivos, os seguintes: dobrar a superfície das áreas de reservas particulares já criadas no bioma Caatinga de 110.000 ha para 220.000 ha; apoiar a proteção da biodiversidade em reservas particulares existentes; contribuir com ações que já existem e promover ações concretas de preservação ambiental; promover o envolvimento estratégico do setor científico com o apoio a estudos, para conscientização e mobilização da sociedade sobre a necessidade de conservação dos recursos naturais da Caatinga<sup>17</sup>.

Outro objetivo menos explícito é certamente o ganho financeiro em potencial com determinadas áreas que suplantam as demais atividades econômicas na Caatinga.

16. Em 2006, Ilhéus (BA).

17. <<http://www.rppnbrasil.org.br/alianca/folder%20Alianca.pdf>>.

Portanto, existe um discurso em torno da preservação da Caatinga, com destaque o exotismo de sua vegetação, como se pode constatar em materiais publicitários da Associação Caatinga do Ceará, mas que se contrapõe em relação a outro discurso bem recorrente de necessidade de produtividade e fixação do homem no campo, através da concessão de recursos para que ele produza, através do desenvolvimento (encarado como crescimento). Enquadra-se nessa concepção a transposição do rio São Francisco. Há diversos assentamentos na Caatinga, porém, uma vez reconhecida a reserva privada, numa determinada propriedade, ela não poderá mais ser desapropriada, já são quase 2.000 assentamentos, conforme informações atualizadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)<sup>18</sup>.

*Conservação e luta pela terra* – O bioma Caatinga, como já observamos, abrange diversos estados da Região Nordeste, dentre eles a Paraíba, o Ceará, a Bahia, o Piauí, o Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe. Além desses, essa faixa seca se estende sobre parte da porção norte do estado de Minas Gerais (Prado, 2005). Nessa região, existe uma realidade fundiária na qual as terras ainda estão sob o poder de poucos proprietários, apesar do grande número de pequenos proprietários já existentes (Andrade, 2005). Isso pode ser verificado na região do Cariri paraibano, onde existe uma RPPN de 3.505 ha<sup>19</sup> numa região marcada pela concentração fundiária e pela escassez de terras agricultáveis. O estado da Paraíba caracteriza-se justamente por uma importante concentração de terras, conforme o censo agropecuário realizado pelo IBGE em 1996, que apresenta os seguintes dados: 69,3% dos estabelecimentos rurais possuíam em 1970 menos de 1 ha, ocupando uma área de 8,1% do território. Em 1995 esse panorama não mudou: 69,3% dos estabelecimentos detêm menos de 1 ha, ocupando 7,2% do território (IBGE, 1997). Porém, quando o tamanho da terra passa para 1.000 ha, em 1970, apenas 0,3% dos estabelecimentos rurais detinham 21,4% da área total, tendo esse número caído para 18,5% em 1995 (IBGE, 1996). Essa realidade corresponde à realidade do Cariri e do semiárido em todo o Nordeste (Andrade, 2005). Uma região de diversas contradições não só fundiárias, mas de distribuição de renda, presença de uma política clientelista, escassez de água, ausência de oportunidades, entre outras adversidades. Sendo assim, torna-se pertinente questionar como a implantação dessas políticas de preservação da natureza acontece diante de situações contraditórias, podendo gerar situações de potencial ou concreta marginalização.

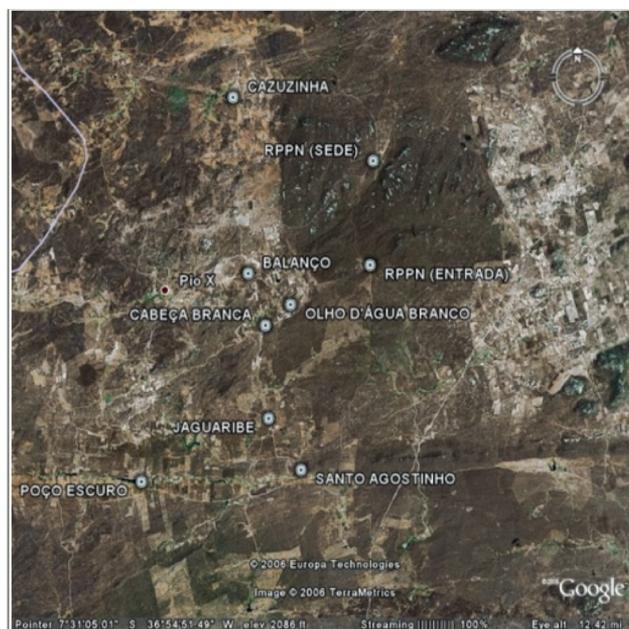
*Marginalização das populações do entorno* – Trabalhou-se com a hipótese de que políticas conservacionistas podem contribuir para agravar “a situação de marginalização” (Andrade, 2005) vivida pelas populações residentes no entorno de unidades de conservação no semiárido. Os camponeses ou agricultores familiares que vivem no entorno dessas áreas são reputados, muitas vezes, como destruidores da natureza. No site da The Nature Conservancy pode-se ler que se tem como causa da

18. <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>.

19. Ver Quadro 2.

necessidade de proteção da Caatinga o seguinte: “a agricultura rudimentar e o uso intensivo dos recursos naturais aumentam a degradação do solo”. Neste trabalho, questionam-se as estratégias que norteiam essas incursões preservacionistas no semiárido. Qual seria o sentido da agricultura rudimentar? No caso investigado, analisaram-se algumas comunidades no entorno dessas unidades, dentre as quais algumas ao largo da RPPN Almas, tais como Santo Agostinho, Jaguaribe, Balanço, Cabeça Branco e Olho d’Água Branca, conforme situa a Figura 1. Os problemas enfrentados por essas comunidades dizem respeito ao acesso aos recursos naturais presentes na reserva, às restrições à caça, à ausência de diálogo com os responsáveis pela reserva, à pressão pela preservação da área, à impossibilidade de extração da madeira, um recurso essencial para fazer as cercas das pequenas propriedades. Além disso, pode-se verificar a falta de compreensão do valor da preservação de áreas privadas. Outra comunidade existente e verificada foi o assentamento no entorno da RPPN Major Badú Loureiro, situada na fazenda de mesmo nome. Nessa, verificou-se a falta de diálogo entre o proprietário da reserva e a comunidade; e outros semelhantes conflitos podem ser observados na RPPN Almas. Portanto, há um projeto de conservação, talvez com motivações diversas, que exclui as populações do entorno dessas áreas, o que pode dificultar a consecução dos reais objetivos protecionistas da área.

FIGURA 1  
MAPA REPRESENTATIVO DAS  
COMUNIDADES NO ENTORNO DA RPPN ALMAS



Da mesma maneira, indaga-se sobre quem ganha e quem perde com a estruturação dessa política conservacionista em áreas privadas no semiárido. Isto é, para quem a formação dessas áreas privadas de conservação é vantajosa? Espaço no qual, legalmente, a população da região semiárida, por exemplo, não poderia ter acesso aos benefícios ou pelo menos, a legislação menciona a necessidade de integrar essas populações na gestão dessas unidades de conservação privadas.

*Mudança ambiental no semiárido* – De acordo com o Global Environment Facility (GEF), cerca de 40% da cobertura florestal do Nordeste fica no semiárido. Segundo Benidelli (2006), a partir de dados de 2006,

esta cobertura é responsável por 90% da demanda de produtos florestais, 70% da energia utilizada pelas famílias, e participa com 15% da renda global dos produtores. A lenha e o carvão vegetal representam 25% da energia primária do setor industrial, ocupando entre o primeiro e segundo lugar na matriz energética [da região] (Benidelli, 2006: 36).

Segundo dados da Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente (Sudema) da Paraíba, a cobertura florestal do semiárido nordestino aumentou em cerca de 304 mil ha em virtude da diminuição das áreas utilizadas pela agricultura (Sudema, 2004). Essa informação destoa com os dados divulgados recentemente pelo jornal *Correio da Paraíba*<sup>20</sup>, em reportagem de M. Lúcio, dando conta que 29% do território paraibano encontra-se comprometido com a desertificação, com destaque para a região do Cariri, o que coloca o estado como a unidade federativa que apresenta o maior índice de desertificação do país. Em verdade, o que se verifica é a intensificação do uso do recurso madeireiro da região para fabricação de carvão, fornecimento de lenha para as panificadoras e cerâmicas dos centros urbanos, como Campina Grande, Sumé, Monteiro, Patos, entre outras.

*Vantagens para os proprietários* – Como forma de incentivar mais adesões de proprietários às políticas conservacionistas, a legislação prevê alguns benefícios: isenção do Imposto Territorial Rural (ITR); impossibilidade de desapropriação da terra para qualquer fim, incluindo fins de reforma agrária; possibilidade do proprietário receber recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA)<sup>21</sup>, bem como de outras fontes governamentais; preferência na concessão de crédito agrícola; proteção estatal; e exploração econômica da área, através, por exemplo, do ecoturismo. Além desses incentivos públicos previstos na Lei do Snuc, existem outras vantagens como o ICMS ecológico, que prevê a destinação crescente de parte da arrecadação do ICMS aos municípios que possuem RPPNs ou outras modalidades de reservas (Castro *et alii*, 2004). No Paraná, o município beneficiado pelo ICMS

20. M. Lúcio, "Processo de desertificação na Paraíba é o maior entre os estados brasileiros", *Correio da Paraíba*. Ver <<http://www.portalcorreio.com.br/capa/?p=noticias&id=27445>>. Acessado em: 8 Abr. 2007.

21. O FNMA disponibilizou, em 2014, cerca de dois milhões de reais para projetos, conforme dados do relatório de prestação de contas disponível em: <<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80124/Relatorio%20de%20Gestao%202014-FINAL.pdf>>.

22. De acordo com a Constituição Federal, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) arrecadado pelos estados deve ser dividido na proporção de 75% para o estado e 25% para os municípios que o geraram. Para a distribuição desses 25%, o estado pode legislar criando critérios próprios até o montante de um quarto deste valor, a exemplo de educação, saúde, meio ambiente, patrimônio histórico, entre outros. Os critérios ambientais inseridos nesses 25% são chamados de ICMS Ecológico ou ICMS Verde.

23. Ver <[http://www.icmsecologico.org.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=54&Itemid=62](http://www.icmsecologico.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=54&Itemid=62)>.

24. Ver Figura 1.

ecológico<sup>22</sup> tem a obrigação legal de auxiliar e apoiar o proprietário de RPPN e, em troca, recebe compensações fiscais e incentivos (Castro *et alii*, 2004). Existem dados referentes ao ano de 2011<sup>23</sup> acerca desses repasses por estado, das transferências aos municípios, porém resta saber qual seria o destino desses recursos, que pode ser tanto para as RPPNs como para outra política ambiental. Entretanto, é importante afirmar que o sistema de arrecadação da tributação estadual e municipal, principalmente este último, ainda é precariamente interligado, sendo difícil obter dados precisos.

## Considerações finais

A existência de interesses econômicos que perpassam as questões meramente ambientais nas RPPNs do semiárido revela a complexidade dos processos de territorialização e de mudança ambiental, confrontando projetos territoriais de proteção da natureza e de manejo dos recursos naturais, num contexto marcado pela forte demanda de mercado para os produtos extrativistas da Caatinga (particularmente recursos madeireiros como lenha, carvão, mourões, entre outros), pela marginalização de grupos sociais e pelas desigualdades de poder entre os diferentes atores envolvidos nestes conflitos.

Uma das dificuldades da abordagem da ecologia política reside justamente na problemática que busca ressaltar: como tratar o poder empírico e analiticamente? As referências à noção de poder, muitas vezes, resultam em abstrações difíceis de fundamentar empiricamente. Aqui, buscou-se demonstrar como diante do choque entre “mundos sociais”, as comunidades identificadas no item “marginalização das populações do entorno”, e projetos territoriais de diferentes grupos sociais<sup>24</sup>, no mais das vezes envolvidos em conflitos relativos à definição das formas de regulação do acesso e uso dos recursos naturais (disfarçados de conflitos relativos à proteção da natureza), o poder se revela na capacidade de institucionalizar e legitimar intencionalidades que expressam os interesses dos diferentes grupos de uma figuração social dada. A criminalização das condutas das populações do entorno é uma tônica da relação entre a gestão dessas unidades de conservação e as mesmas. Porém, é importante destacar que atualmente a gestão da RPPN Almas, por exemplo, é realizada por um conselho gestor – com representação de pesquisadores e de membros da comunidade – que está auxiliando no processo de educação ambiental da região.

Uma das facetas do poder que se revela na capacidade de produzir projetos territoriais com alto grau de institucionalização é o de criminalizar os atores que se opõem às intencionalidades que eles expressam. Tanto nos assentamentos rurais como nas RPPNs da Caatinga, percebe-se claramente que os processos históricos de

marginalização social, no tocante à exploração de recursos naturais, se desdobram, atualmente, em mecanismos de criminalização. Atividades cotidianas como caçar, cortar madeira, fazer carvão, ganham novo significado, qualificadas como crimes nos novos arranjos sociais instituídos.

É importante ressaltar a complexidade das relações entre questão agrária e questão ambiental. No assentamento da reforma agrária estudado, próximo à RPPN Major Badú Loreiro, o rigor da legislação ambiental não tem garantido a efetiva proteção da natureza em áreas de proteção permanente e de reserva legal, mas impõe limites à transição de famílias assentadas de trabalhadores rurais sem-terra a agricultores familiares; e mesmo tem dificultado os esforços de proteção dos recursos naturais apropriados coletivamente nas áreas reformadas, ao não reconhecer a legitimidade dos arranjos institucionais coletivamente instituídos destinados à regulação do acesso e uso dos recursos comuns que entrem em contradição com as normas legais (Nunes & Cunha, 2008).

O fato é que encontrar formas efetivas de exploração e conservação de recursos naturais não se coloca – tanto para famílias assentadas como para as populações do entorno de RPPNs – apenas como uma questão de proteger ou não a natureza. Aqui, trata-se, centralmente, de uma questão de reprodução social, de viabilização dos projetos de constituição de uma agricultura familiar viável no semiárido nordestino.

As lutas simbólicas atualmente travadas em relação a estas dinâmicas têm demarcado visões sobre os agricultores familiares muito contraditórias, em particular sobre as formas de relação com o ambiente. Mesmo a ideia de convivência com o semiárido não deixa de ser “romântica” e revela tentativas de se exercer controle sobre as ações e práticas destas populações, definindo uma forma estática de ser social.

O que se constatou quanto às dinâmicas de criação de RPPNs no semiárido, a partir do ano 2000, foi a presença de modelos distintos de reservas privadas, inseridas num contexto social semelhante de concentração fundiária, de práticas políticas hegemônicas, de baixo índice de desenvolvimento humanos dos municípios e suas zonas rurais, da seca causticante, vegetação pobre, baixa escolaridade, além dos conflitos fundiários históricos na região.

Em todos esses modelos, a população do entorno sofre um processo de desconsideração ou, como prefere Gerhardt (2007), sofre uma sistemática “invisibilização” das comunidades citadas acima, que os proprietários buscam justificar pelo caráter privado da área, embora a legislação determine a interação com a comunidade externa à reserva. Ocorre em outros modelos no semiárido, como a RPPN Serra das Almas,

em Crateús (CE), alto sertão, uma busca pela maior interação com a comunidade do entorno, entretanto, diante dessa “invisibilização” provocada por esse processo ambientalista, práticas ditas de educação ambiental também podem acabar contribuindo para tornar os membros da comunidade atores meramente passivos do processo.

Além disso, acredita-se que há perfis diferenciados de proprietários, que podem ser delineados do seguinte modo: aqueles conservacionistas, que não abrem mão da intocabilidade de sua reserva; aqueles que são conservacionistas, mas veem na RPPN uma oportunidade de aumentar sua visibilidade perante parceiros e outros empresários, incrementando sua atividade lucrativa, tornando com isso sua RPPN uma atividade lucrativa; e aquele que vislumbra na RPPN apenas uma “porta” de entrada para acessar aos recursos públicos. Pouco se menciona acerca dessas reservas privadas no semiárido, incluindo as estratégias necessárias para sua implantação e manutenção.

O quadro de mudança ambiental por que passa a referida região – clima cada vez mais seco, escassez da madeira, erosão em diversos pontos – acaba fazendo parte do discurso ambientalista para a conservação do semiárido, sendo extremamente relevante a criação de corredores ecológicos com a finalidade de estancar o acelerado processo de desertificação que é uma realidade nessa região semiárida, ou seja, seria muito importante retomar o processo de identificação de novas áreas para preservação, o que está parado há décadas. Para os proprietários de RPPNs, essas reservas poderiam contribuir para preservar o que ainda resta, mas, para isso, seria necessário mudar as modalidades de agricultura, adotar o cultivo orgânico, entre outras práticas incorporadas pelas comunidades e pelos movimentos articuladores dessa possível recuperação ambiental.

Nessa região está se disseminando a ideia de necessidade da criação de RPPNs, principalmente quando os movimentos de defesa dos direitos dos proprietários sabem que a região apresenta uma das mais injustas distribuições fundiárias do país, sendo mais plausível convencer os proprietários para que criem reservas particulares, havendo, posteriormente, uma “compensação”, como a isenção de impostos, a prioridade na análise de projetos rurais, a proteção estatal, dentre outras vantagens do procedimento. Desse modo, seria muito relevante estudos futuros para avaliar os benefícios constatados a partir da criação das reservas, buscando identificar novas UCs ou RPPNs para criação de corredores ecológicos.

Dessa forma, no semiárido nordestino, os processos analisados revelam:

a. a crescente institucionalização das formas de regulação do acesso e uso de recursos naturais, via delimitação de unidades de conservação – prioritariamente pela transmutação “mágica” do antigo latifúndio na nova Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) – e instituição das áreas de reserva legal e de preservação permanente nos assentamentos rurais;

b. a “ambientalização” da propriedade da terra como meio de legitimar o acesso a políticas públicas, expressas paradigmaticamente pelo modelo RPPN, mas também uma questão muito real na pauta dos movimentos sociais do campo, em particular o MST;

c. a complexificação das redes sociais, que desenvolvem papel ambíguo para diferentes atores no novo esforço de controle e apropriação do público pelo privado;

d. a maior diversificação dos agentes de mediação (tutela?) entre as populações rurais, processo legitimado via institucionalização de papéis sociais, em especial àqueles exercidos por representantes das chamadas organizações não governamentais;

e. a dificuldade em estabelecer regimes de proteção da natureza que incorporem necessidades e projetos de grande parte das populações rurais da região semiárida.

A reserva legal, antes mesmo do reconhecimento da possibilidade de transformar uma parcela da propriedade em reserva, exerce um papel antigo de ambientalização da propriedade rural. No entanto, com a Lei n.º 12.651/2012 – conhecida como “Novo Código Florestal” – permite-se que essa área seja menor, considerando a extensão ou o percentual de Área de Preservação Permanente (APP), ou seja, o proprietário é obrigado a preservar apenas 20% de sua área. Se ele já dispor de 10% de APP, basta ter como reserva legal 10% das terras, sobrando uma parcela maior de terras agricultáveis. Essa é uma forma de controle do Estado sobre a política fundiária do país, lembrando que essa reserva legal e a RPPN serão deduzidas do valor do Imposto Territorial Rural, uma forma de incentivar a manutenção desses espaços, que não poderão ser usados na agricultura. Esse polêmico diploma legal ampliou sobremaneira o leque de concessões para dispensa de reservas legais. Além da citada acima, serão isentos de reserva legal propriedades alvo de empreendimentos com finalidade de abastecimento público, que sejam concedidas para instalação de linhas de transmissão ou para produção de energia e para ampliação da capacidade de rodovias e ferrovias (art. 12 da citada lei). O papel dessa reserva legal é muito semelhante às RPPNs, justamente criando possibilidades de amortecimento e ressar-

cimento dos danos causados por atividades produtivas ou pela não produtividade da área, evitando sua desapropriação, por exemplo.

*Abstract: Sociological research has become increasingly interested in the discursive forms and practices by which the so-called "environmental issue" is to influence policy choices and social figurations. It was analyzed the model of conservation undertaken by the creation of these protected areas on private farms. The social dynamics analyzed involved landowners, surrounding rural communities and the representatives of public agencies, addressed in this work in terms of the combined processes of environmental change, conservation policies and marginalization of social groups within the approach of political ecology. The field research, through observations skills and some questions with the communities, revealed contradictions of this conservationist policy model. These contradictions are enhanced in the semi-arid region. On the one hand there are policies which devise the environment as an element of only conservation, on the other hand there are policies that incorporate the environmental issue as one more element in development policy, and there are thus, the compensatory policies.*

*Keywords: development, environmental, conservation, environmental policy, semi-arid.*

## Referências

ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

———. *Agricultura e capitalismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

ARAÚJO, M. A. R. *Unidades de conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial*. Belo Horizonte: Segrac, 2007.

ARAÚJO, A. et alii. *Desertificação e seca: contribuição da ciência e da tecnologia para a sustentabilidade do semiárido do Nordeste do Brasil*. Recife: Gráfica e Editora do Nordeste Ltda., 2002.

ARAÚJO, L. V. Coutinho de. *Levantamento fitossociológico da Reserva Particular do Patrimônio Natural da Fazenda Tamanduá*. Santa Terezinha, 2000.

BENIDELLI, T. *Assentamento poderá ter manejo florestal*. In: <[http://www.pnud.org.br/meio\\_ambiente/reportagens/index.php?id01=2272&lay=mam](http://www.pnud.org.br/meio_ambiente/reportagens/index.php?id01=2272&lay=mam)>. Acesso em: 11 Out. 2006.

BENSUSAN, N. *Conservação da biodiversidade: em áreas protegidas*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. Instrução Normativa n.º 145, de 9 de janeiro de 2007. Brasília: Ibama, 2007.

———. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: Palácio do Planalto, 2000.

———. Constituição Federal de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRUNO, R. A. L. Grupos de solidariedade, frentes parlamentares e pactos de unidade e ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo... Rio de Janeiro: *Relatório Final de Pesquisa*, 2008, mimeo.

———. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; UFRRJ, 1997.

CASTRO, R.; BORGES, M. (Orgs.). *RPPN, conservação em terras privadas: desafios para a sustentabilidade*. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004.

CÉSAR, A. L. *et alii*. Proposta de um procedimento para a criação de unidades de conservação. In: LITTLE, P. E. (Org.). *Políticas ambientais no Brasil*. São Paulo: Peirópolis; IIEB, 2003.

COELHO, M. C. N. *et alii*. *Unidades de conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política*. Draft, encaminhado para publicação, 2007.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H. Reflexões sobre o futuro dos assentados e das populações quilombolas em áreas de mineração da Amazônia oriental. In: COELHO; MONTEIRO (Orgs.). *Mineração e reestruturação espacial da Amazônia*. Belém: Naea/UFPA, 2007.

DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DRUMMOND, J. A. A legislação ambiental de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente & Sociedade*, Ano II, n. 3-4, p. 127-147, 2º sem. 1998, 1º sem. 1999.

ECKHOLM, E. P. *Down to Earth, enviromentan human needs*. New York: W.W. Norton, 1982.

FELDMANN, F. *et alii*. *Guia da ecologia*. São Paulo: Guias Abril, 1992.

FERNANDES, M. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. Belém: Unamaz, 2003.

FERREIRA, L. da C.; JACOBI, P. (Orgs.). *Diálogo em ambiente e sociedade no Brasil*. São Paulo: Anppas; Annablume, 2006.

———. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

GERHARDT, C. H. *A invisibilização do outro nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas: uma análise comparativa*. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, GT Ambiente e Sociedade, Recife (PE), 29 de Maio a 1º de Jun. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama). *Unidades de conservação*. In: <<http://www.IBAMA.gov.br/siuc-web/rppn/>>. Acesso em: 28 Abr. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censos Agropecuários de 1980, 1985 e 1995/1996*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>>.

LASCHEFSKI, K.; ZOURI, A.; PEREIRA, D. B. (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LEFF, H. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

———. *Epistemologia ambiental*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LINS, A. da S. *A decisão de preservar um estudo das reservas particulares do patrimônio natural na região cacaueira (sul da Bahia-Brasil)...* Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), Ilhéus (BA), 2005.

LOPES, S. L. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Ano 12, n. 25, p. 31-64, Jan./Jun. 2006.

LUSTOSA, I. M. C. *RPPN, ecoturismo, populações tradicionais e/ou locais: dilemas de uma política de áreas particular*. Disponível em: <<http://www.sur.iucn.org/ces/portugues/index.cfm?toi=articulo&idPasado=263&numeroRevista=7#>>. Acesso em: 24 Jun. 2006.

MADEIRA FILHO, W. *et alii*. *Laudo multidisciplinar em conflito sócio-ambiental: o caso da reforma agrária no entorno da reserva biológica de Poço das Antas*. “Série Pesquisas”. Niterói: PPGSD/UFF, 2007.

MENDONÇA, F. (Org.) *Impactos socioambientais*. Curitiba: UFPR, 2004.

MESQUITA, C. A B. *Caracterización de las reservas naturales privadas en América Latina*. Tesis Mag. Sc. Catie. Turrialba, Costa Rica, 1999.

MORSELLO, C. *Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo*. São Paulo: Annablume, 2001.

NASH, Roderick. *Wilderness and the American mind*. New Haven: Yale University Press, 1982.

NEVES, R. M. de Lyra *et alii*. *Aves da fazenda tamanduá Santa Teresina Paraíba*. Paraíba: Edição dos Autores, 1999.

NUNES, A. M. B.; CUNHA, L. H. *Processo histórico dos movimentos agrário e ambiental e a evolução legislativa da matéria ambiental para áreas de assentamento*. III Encontro da Rede de Estudos Rurais, Campina Grande, 9 a 12 Set. 2008.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. *Sistema brasileiro de unidades de conservação: de onde viemos e para onde vamos?* Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 1997, Curitiba. Anais... Curitiba: IAP; Unilivre; Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997, v. 1.

PARAÍSO, L. B. Dilemas da participação na gestão de unidades de conservação: a experiência do Projeto Doces Matas na RPPN Mata do Sossego. In: ZHOURI, A. (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PAUSON, S., GEZON, L. L., WATTS, M. Politics, ecologies, genealogies. In: PAULSON, S., GEZON, L. L. *Political ecology across spaces, scales, and social groups*. New Jersey: Rutgers University Press, 2004.

PRADO, D.E. As Caatingas da América do Sul. In: Leal, I. R.; TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. ( Eds. ). *Ecologia e conservação da Caatinga*. 2 ed. Recife: Editora Universidade/UFPE, 2005.

RODRIGUES, J. E. R. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. São Paulo: RT, 2005.

SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos*. São Paulo: Peirópolis; IIEB, 2005.

SAMPAIO, F. J. M. *Meio ambiente no direito brasileiro atual*. Curitiba: Juruá, 1993.

SEVÁ, J. T. *As Reservas Particulares de Patrimônio Natural e as associações de proprietários de RPPN: novas configurações e velhos mecanismos da apropriação privada da terra*. Draft, encaminhado para publicação, 2008.

SILVA, J. A. da. *Direito ambiental constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1998.

SOUZA, M. C. de. Das unidades de conservação criadas pelo poder público: conceito, classificação e possibilidade de cessão de uso a órgão público ou particular. *Revista de Direito Ambiental*, v. 1, p. 89-96, 1996.

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MEIO AMBIENTE (SUDEMA). *Atualização do diagnóstico florestal do Estado da Paraíba*. João Pessoa: Sudema, 2004.

# Mudanças urbanas e fragilidades da política de memória

(A destruição do Monumento ao Trabalhador em Goiânia)\*

Recebido: 02.06.16

Aprovado: 22.02.17

Pedro Célio Alves Borges\*\*

Resumo: O artigo trata da supressão da memória em formações urbanas contemporâneas, através de pesquisa sobre a destruição do Monumento ao Trabalhador, ocorrida em Goiânia entre 1969 e 1986. O explícito teor socialista impregnado ao monumento desde a sua origem atraiu ações visando ao seu desaparecimento material e à sua eliminação na memória dos goianienses. Em 1969, ativistas do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) derramam piche fervido nos dois painéis que compunham a obra, cujas imagens evocavam as “Lutas dos trabalhadores” e o “Mundo do Trabalho”. Ausência de defesa do monumento e intervenções urbanísticas no espaço da praça em que ele se localizava concluíram a tarefa do CCC. Orientamos a pesquisa desse percurso com as noções de *esquecimento institucional* ou *obrigatório* (Paul Ricœur) e de legitimação política segundo o *poder de fixação de versões* que se opera no plano simbólico (Pierre Bourdieu). A análise vale-se da operacionalização de três categorias: repressão política, insensibilidade tecnocrática e omissão quanto à memória e à simbologia das lutas dos trabalhadores.

Palavras-chave: supressão ideológica, imagens urbanas, política de memória, Goiânia.

## Introdução

Idamos nesta reflexão com uma modalidade de supressão da memória coletiva nas configurações urbanas contemporâneas, denominada história silenciada ou *esquecimento obrigatório*. Nos estudos desse campo, frequentemente este tema é associado à esfera da política, a um modo que permite qualificar as narrativas posteriores sobre experiências traumáticas de acordo com a força de fixação adquirida pelas versões a respeito dos acontecimentos nelas referidos, que podem variar conforme alterem as circunstâncias de hegemonia e legitimação das forças produtoras dos discursos em disputa. A referência empírica para o exercício que desenvolvemos assenta-se na sequência de eventos relacionados à destruição do Monumento ao Trabalhador, que se localizava na Praça do Trabalhador, em Goiânia, entre 1969 e 1986.

Durante quase 30 anos, desde a sua inauguração em 1959, a presença do monumento atribuiu singularidade visual ao espaço amplo e aberto da praça e mesmo ao centro da cidade. As pessoas que passavam nas vias de contorno do local,

\* Texto produzido no âmbito do estágio pós-doutoral realizado no Departamento de Sociologia da UnB, sob a supervisão do Dr. Brasilmar Ferreira Nunes. Apresentamos versões anteriores na Mesa-Redonda “Patrimônio, memória e cidades”, do II Seminário Neap: O trabalho da memória e processos de patrimonialização – Goiânia, 2 a 4 Set. 2014; e no GT “Urbanidades Disputadas”, do XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, XII Conlab/1º da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanidades em Língua Portuguesa – Lisboa, 1 a 5 Fev. 2015.

\*\* Doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), professor associado da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Goiás (UFG) e representante da instituição na Comissão Estadual de Memória, Verdade e Justiça-GO. <pcab21@hotmail.com>.

FIGURA 1  
VISTA AÉREA DA PRAÇA DO TRABALHADOR,  
EM GOIÂNIA. NA PRAÇA EM FRENTE À ESTAÇÃO  
FERROVIÁRIA VÊ-SE O MONUMENTO AO  
TRABALHADOR (FOTO DE 1962)



Fonte: Oliveira (2012).

FIGURA 2  
SIMULAÇÃO DIGITAL MOSTRA A POSIÇÃO EXATA  
QUE O MONUMENTO AO TRABALHADOR OCUPAVA  
NO CENTRO DA PRAÇA DO TRABALHADOR,  
EM FRENTE À ESTAÇÃO FERROVIÁRIA,  
ATÉ SEU DESAPARECIMENTO, EM 1986



Fonte: Goiânia (2003).

to interagem com a amplitude da praça, emprestando sensação de leveza e monumentalidade ao local (Figura 4).

De início, a destruição e o sumiço do Monumento ao Trabalhador mostram a origem imbricada à repressão da ditadura militar de 1964. Entretanto, soa incompleto creditá-los apenas à ação repressiva. O trabalho iniciado pelo CCC foi concluído

caminhando, dirigindo veículos ou dentro dos ônibus se acostumaram a perceber as colunas de concreto fincadas na parte central da Praça do Trabalhador, dispostas em dois semicírculos defrontantes, quase completando um círculo perfeito (Figura 1). Cada semicírculo conectava oito colunas de sete metros de altura, como espetos, interligadas por um mural a que serviam de cavalete. No conjunto, o monumento resultava em uma peça de arte com dois painéis sustentados nos cavaletes. Cada painel media 1,50m de altura, iniciando-se a 1,50m do chão, de modo a permitir boa visualização de suas imagens a pessoas de diferentes estaturas. As Figuras 2 e 3, em simulação digital, mostram as formas e dimensões do monumento, tal como existiu nos anos 1960.

As imagens foram confeccionadas pelo artista plástico Clóvis Graciano em mosaicos de pastilhas, com referências às “Lutas dos trabalhadores” e ao “Mundo do trabalho”. Espelhos d’água em volta do monumen-

em contingências posteriores à ditadura e já desvinculadas às práticas repressivas dos agentes e defensores daquele regime político. O roteiro seguido na pesquisa do período em que se estende a extirpação do Monumento ao Trabalhador da cena urbana goianiense articula três categorias analíticas principais: repressão política, insensibilidade tecnocrática e omissão de autoridades políticas e agentes culturais, quanto à preservação da memória e da simbologia das lutas de esquerda.

FIGURA 3  
SIMULAÇÃO DIGITAL DO MURAL 1,  
DO MONUMENTO AO TRABALHADOR, RECONSTRUÍDO



Fonte: Goiânia (2003).

Para organizar a exposição, dedicamos o primeiro tópico à captação de formulações da literatura sobre o componente seletivo atuante no ordenamento e na fixação das subjetividades coletivas. Sobressai neste enfoque a noção de que a afirmação e a exclusão de significados na memória (e na história) dos que vivem experiências e nelas compartilham os sentidos, depende das disposições de poder desfrutadas pelos agentes políticos em situações determinadas. Em seguida, sinalizamos com alguns pontos conducentes de observações sobre debilidades de uma política de memória em Goiânia, exacerbadas as verdadeiras lacunas quando se trata de referências a fatos e a situações de natureza política.

A terceira parte do artigo recompõe acontecimentos sobre a destruição do Monumento ao Trabalhador, sugerindo uma linha de entendimento para os significados que ele congregou durante a sua curta estadia na Praça do Trabalhador.

Ao final, são esboçadas algumas sínteses de cunho teórico, no

FIGURA 4  
O MONUMENTO AO TRABALHADOR, NA PRAÇA  
DOS TRABALHADORES EM GOIÂNIA (FOTO DE 1962)



Acervo de Hélio de Oliveira.

sentido de sugerir o prosseguimento da pesquisa, bem como da validade de reconstrução do Monumento. Assim, recolocamos a hipótese sobre o pressuposto relativo à fragilidade das políticas de memória nas diferentes gestões frente à Prefeitura Municipal de Goiânia.

## Memória, esquecimento e política

Política e memória entrelaçam-se na construção da história. Os relatos de tempos precedentes adquirem ordenamento e validação pública de acordo com a legitimidade alcançada pelos que os pronunciam nos períodos posteriores ao de sua ocorrência. Extensa literatura nas ciências sociais e noutras disciplinas realça a seletividade dos registros e interpretações de acontecimentos, personalidades e ações do passado. A noção de Bourdieu sobre a necessidade de força legítima para ditar versões e significados aos processos sociais, como premissa para obtenção de reconhecimento dos conteúdos ditados, bem como a nítida vertente política que orienta a classificação de Ricœur sobre memória e esquecimento, fornecem o embasamento para a interpretação que aqui articulamos (Bourdieu, 1989; Ricœur, 2007)<sup>1</sup>.

A fertilidade dos procedimentos nessa perspectiva, que realça a dimensão política da análise, tem sido comprovada em distintas frentes de pesquisas sobre os processos fundamentais à definição do Brasil como nação (Carvalho, 1987; 1990; Sandes, 2011) e dos movimentos contemporâneos de renovação teórica que, por diferentes

vias, delineiam a centralidade de uma *política da memória*, nos contextos transnacionais ou globais (Huysen, 2014).

Uma das maneiras de um povo se valer do passado na construção do presente é inscrevendo-o nos lugares, nos textos e nas mensagens caracterizadores de uma época. Os monumentos públicos de uma cidade também refletem as lógicas das tônicas vencedoras e dos esquecimentos induzidos. Trata-se de mecanismos em que os objetos, as imagens e os ambientes que enfatizam e reforçam crenças determinadas ou

1. Além dessas inspirações, também procuramos observar as referências paradigmáticas aos estudos de memória, formuladas por Bosi (1987), Halbwachs (1990) e Le Goff (1992).

FIGURA 5  
SINDICALISTAS E POPULARES PARTICIPAM  
DAS COMEMORAÇÕES DO 1º DE MAIO,  
JUNTO AO MONUMENTO AO TRABALHADOR  
EM GOIÂNIA, COMO SE TORNOU RECORRENTE  
DESDE A SUA INAUGURAÇÃO (FOTO DE 1961)



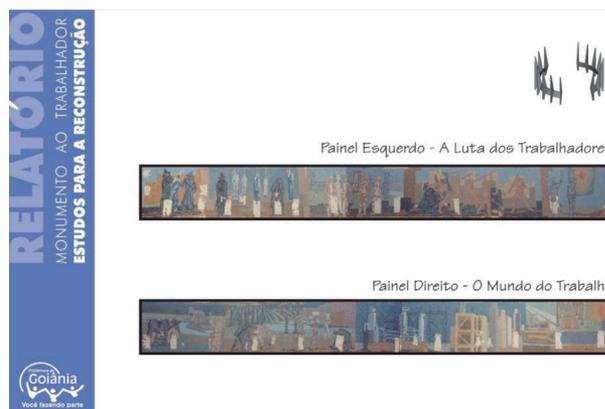
Fonte: Goiânia (2003).

que meramente fazem dissipar os signos a elas opostas, seguem a sucessão das situações de poder que vão se sobrepondo nos tempos futuros. Nesse sentido, uma dupla produção de significados pode ser direcionada ao Monumento ao Trabalhador, que existiu em Goiânia, entre 1959 e 1986. Numa primeira ordem, vêm à tona os discursos demandantes de sua edificação e que se mantêm afirmativos de força política até o destino que lhe coube, de destruição física e (risco de) desaparecimento na memória pública.

Referimo-nos à dimensão simbólica associada às lutas das classes trabalhadoras, do mais genuíno apelo internacionalista e socialista. A outra escala de significados reúne conteúdos de antagonismo imediato aos desta primeira, também eles ostentando uma base político-ideológica traduzível por meio de termos que emergem como sinais de uma mesma época e de um mesmo contexto significativo. Esses componentes não se furtam a comparecer e a atuar de maneira aguda quando a institucionalidade política se lhe mostrou favorável, viabilizada pelo regime militar de 1964, através da perseguição e da violência contra seus opositores<sup>2</sup>.

Nas duas pontas constatamos algo próximo dos sentidos usados por Paul Ricœur na classificação da *mémoire empêchée* (memória impe-

FIGURA 6  
OS DOIS PAINÉIS DE CLÓVIS GRACIANO PARA O MONUMENTO AO TRABALHADOR, EM GOIÂNIA. IMAGENS INTACTAS ANTES DA DESTRUÇÃO PELO COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS



Fonte: Goiânia (2003).

FIGURA 7  
SIMULAÇÃO DIGITAL DOS PAINÉIS DO MONUMENTO AO TRABALHADOR COBERTOS DE PICHE FERVIDO, EM 1969



Fonte: Goiânia (2003).

2. Aqui arrolamos significados diretamente referidos à criação e, posteriormente, à destruição do Monumento ao Trabalhador, de Goiânia. Os atributos “de classe trabalhadora”, nos termos da literatura socialista, foram os utilizados para indicar o “trabalhador” homenageado neste monumento. Invocação de conteúdo diferente desse ocorreu quando a Prefeitura da cidade propôs-se a homenagear os trabalhadores da construção da cidade com o “Monumento a Goiânia”, instalado na Praça Cívica que, por ironia espacial e urbanística, situa-se na ponta da Avenida Goiás oposta à da Praça do Trabalhador.

dida), para a primeira dimensão, e de *mémoire manipulée* (memória manipulada), para a segunda (Ricœur, 2007). Ao revolver uma, levantamos as constelações de motivos e conteúdos que reivindicaram e projetaram o monumento e, posteriormente, acumularam legitimidade para a sua inserção na trama urbana de Goiânia. Na outra, defrontamo-nos com a supressão física da obra através de atos de força e intimidação, próprios dos combates da época, que buscavam erigir uma pré-condição para o esquecimento daquele artefato (o monumento) em razão do aparato simbólico que ostensivamente refletia.

A resultante dessa polaridade conflitiva não recai, neste caso, necessariamente, numa forma institucional, embora dela tenha recebido ajuda decisiva para consolidar-se. O conjunto do processo coloca-nos diante da terceira demarcação tipológica de Ricœur: o *oubli commandé* (esquecimento obrigatório). Esse esquecimento tipifica os aspectos de memória que “prevalencem nos casos de anistia [anistia política]”, equivalendo a um *esquecimento institucional*, conforme a excelente reflexão de Huyssen (2014: 158-159). Ao admitir que a supressão efetiva do monumento pretendesse realmente neutralizar e impedir ressurgimentos na memória coletiva em Goiânia, cabe supor o quão ínfimo deve ser o contingente de pessoas acima de 40 anos em Goiânia (se indagadas em uma eventual enquete feita em 2015) capazes de confirmar que guardam recordação do Monumento ao Trabalhador. Na certa acentuadamente em número menor do que aqueles que viessem a recordar do monumento seria o efetivo dos que conseguiriam responder com precisão acerca de seu significado original. Entre os de idade inferior a 40 anos, alguma referência ao monumento na memória soaria isolada, excepcional.

Entretanto, irrupções da memória se traduzem em iniciativas de sentido contrário ao dessas respostas negativas. Às vezes tomam a forma de depoimentos isolados de militantes, lembranças despreziosas de cronistas e antigos moradores vizinhos à Praça do Trabalhador ou mesmo de iniciativas incompletas de autoridades, impelindo a que pesquisadores de cultura urbana e memória coletiva em Goiânia tratem o *esquecimento obrigatório* (ou *institucional*) mais como tendência do que efeito inevitável dos que o propõem.

Narrativas do silenciamento histórico e do esquecimento constituem construções sociais que interagem com outras narrativas e processos, sujeitando-se ao imponderável e a imprevistos, a interpelações e a reconfigurações de seus significados e conseqüências. Mesmo constituindo atos intencionais ditados para se impor no plano das interações sociais e políticas em um dado tempo (ou *realidade objetiva*) e reproduzir-se na subjetividade coletiva posterior a esse tempo, essas narrativas também têm os seus conteúdos e as suas finalidades originais alterados<sup>3</sup>. Podemos

3. Para detectar tais modificações, Girardet (1987: 72) enxerga a necessidade de que pelo menos três tempos sejam observados nos procedimentos de pesquisa das narrativas legendárias: o tempo da espera e do apelo, o tempo da presença e o tempo da lembrança.

evocar neste instante – além de realçar reflexões sobre a natureza da política (campo de construções hegemônicas e contra-hegemônicas, de conflitos e consensos simultâneos e temporários) – aquela condição da coexistência humana que os fundamentos da sociologia nomeiam de *consequências imprevistas* ou *indesejáveis* da ação (Merton, 1970; Giddens, 2003). Cabe inferir que a narrativa do esquecimento nem sempre consome as intenções dos agentes que a constroem, sejam elas espontâneas ou racionalmente projetadas.

Dessa forma, os efeitos da destruição do Monumento ao Trabalhador também se sujeitam à ausência de linearidade da vida social e da memória. Também neles a racionalização e a previsibilidade fogem de percursos retilíneos, deixando de obedecer às antevisões lógicas e absolutas dos agentes sociais. Volta e meia, vozes políticas e culturais reintroduzem o debate sobre o monumento na esfera pública em Goiânia, encenando atos típicos do que Bosi chama de *rebeldia da memória* (Bosi, 1987). Assim ocorreu com o renomado artista plástico Frei Confaloni, que ao final da década de 1980 manifestou-se sobre a importância de recuperar o monumento. Verificou-se depois com um pastor da Igreja Universal do Reino de Deus e sem qualquer conexão com o significado político do monumento: o vereador Rusemberg, em 1990, propôs a reconstrução do monumento. Numa terceira situação, em 2003, antigos militantes da esquerda goianiense e técnicos da prefeitura tomam a iniciativa de demandar às autoridades municipais que questões de memória da cidade ganhem a nobreza de questões públicas, revestindo-se de termos, porte discursivo e consequências similares às que Huyssen formula para a *política da memória*.

Nestas ocasiões, movimentos na *memória política* voltam a disputar espaços na agenda cultural da cidade. Como agentes da lembrança, seus protagonistas reavivam narrativas imprescindíveis na mediação da memória.

Da mesma forma que os estudos deste campo costumam sublinhar a intensidade com que o “paradoxo da memória e do esquecimento” encontra melhor expressão nos ambientes de monumentos e memoriais, também vale a pena ficarmos atentos para o potencial de coesão social que a reposição de lembranças pode estabelecer. As lembranças levam a reencontros com o passado, que seus animadores propõem em relação aos acontecimentos evocados, ainda que não exatamente na forma pura da existência anterior. Elas levam a conferir versões e a suscitar esclarecimentos sobre relatos consagrados, eventualmente colocando-os em xeque, com funções de complementar ou de substituir elementos, de seletivamente rechaçar ou amplificar limites e verdades até então vigentes. Esse tem sido o roteiro das Comissões de Verdade criadas em vários países saídos de regimes ditatoriais para estabelecer o reencontro com situações até então impedidas de virem à tona (Huyssen, 2014).

Ainda que a memória não garanta retornos nítidos dos “antigos presentes predominantemente esquecidos” – em outra expressão de Huyssen, vez que nela adentram as ambiguidades da história –, ela cumpre a tarefa de devolver à consciência dos tempos atuais, na forma do debate público, elementos de teor informativo e medidas úteis para desobstruir a inserção de sentidos antes obstruídos, e assim gerar reparações de injustiças e redefinições identitárias. Ao final, os resultados são incertos pois, em se tratando de eventos do campo político, de teor traumático, também sua recolocação através da memória será política e, na linha da reparação, o trauma poderá ser superado.

Estudos recentes sobre as mudanças culturais em Goiânia, fundados em promissoras plataformas metodológicas e debates travados durante a crise dos paradigmas teóricos das humanidades, ao final do século XX, vão compondo um leque de distintas interpretações e ênfases acerca dos seus monumentos urbanos. Em uma linha, acentua-se o caráter propedêutico dos monumentos históricos, em especial quando eles se convertem em “locais de memória” (Arrais, 2010). Em outras, é reiterado o potencial de os monumentos ultrapassarem, às vezes rapidamente, as intenções tanto dos artistas que os criam quanto da história oficial que autoriza e define as formas de sua inserção na paisagem urbana e, ao mesmo tempo, de deslizarem para condições de incentivar e receber variadas construções de sentido (Medeiros, 2011; Corsino Jr., 2013). Uma terceira perspectiva, que mais amplia do que se diferencia das anteriores, assume o tom decidido de reivindicar uma política patrimonial do município e do estado (Lima Filho, 2007).

As diferenças entre as reflexões constantes nestes trabalhos não chegam a caracterizar discrepâncias ou antagonismos fundamentais de ordem política ou teórica, pois se assentam mais nos objetos pesquisados do que nas orientações interpretativas que seguem. Em praticamente todos eles, é possível localizar conexões e bases de diálogos que impulsionam para refletir sobre as intencionalidades *especificamente* políticas incrustadas nos monumentos.

Os monumentos são criados para gravar e fixar – como símbolos – os motivos dos homens do passado. Importa torná-los permanentes para tocar as emoções dos homens do presente e mobilizá-los (Arrais, 2010). Nesse sentido, é típico que os monumentos projetem uma grandiosidade pretendida, fixada no espaço e arremessada no tempo sob formas, dizeres, emblemas, figurações totêmicas e icônicas, que buscam homogeneizar as percepções futuras, propiciar-lhes conteúdos unificados e universalistas relacionados a eventos, personalidades ou verdades construídas num tempo socialmente determinado.

Entretanto, vale a pena ter em mente a ressalva feita por Arrais (2010: 2), de que esse potencial evocativo do monumento “só é transformado em força ativa quando ocorre um deslocamento que garante, ao mesmo tempo, sua participação significativa no presente”. E mesmo a leitura diversa a esta, de Corsino Jr., engrossa a necessidade de se observar a tendência de múltiplos significados e funcionalidades atribuídas aos monumentos, como *consequências imprevistas*. Ao ser instalado num espaço da cidade, o monumento passa a integrar a paisagem urbana do lugar, interage com os movimentos e as percepções dos sujeitos que ali passam e o observam, tocam suas superfícies de pedra, ferragem ou madeira, sentam-se à sua sombra, imputam-lhe apelidos e recriam, além dos nomes, as suas finalidades, ou simplesmente apreciam-no sem preocupação com o seu significado original. Ele pode ser absorvido pelo imaginário dos sujeitos da cidade, até mesmo como ponto de referência do urbano, seja para qualificar visualmente o espaço imediato, seja para facilitar uma mera explicação de endereços e percursos na cidade. Ao perder sua sacralidade – ensina a hipótese trabalhada por Corsino Jr. – “...não necessariamente, o monumento permanece incrustado e cristalizado no passado de uma história oficial”. Ele chega a outros tempos presentes ressignificado, corroborando a construção de outras narrativas, embora para sujeitos específicos ele mantenha os atributos originais, relacionados à função da lembrança da qual continua sendo, como imagem, o componente de abertura e efervescência.

Nas três perspectivas, vicejam meios úteis para caracterizar monumentos ilustres de Goiânia, tecendo listas e relatos dos quais aqui aproveitamos os distinguíveis a partir da imediata natureza política neles inscrita. Um deles, o conjunto dos edifícios ao longo do eixo cívico-monumental entre a Estação Ferroviária e o Palácio de Governo, cuja dimensão política Arrais decompõe com especial clareza, diferenciando-se da voga acadêmica que se esgota em realçar a preciosidade do maior acervo arquitetônico *art déco* no país. Outro, a estátua de Anhanguera, deslocada do exato sítio em que fora posicionada em 1942, quando de uma intervenção na praça da qual ocupava o centro, a Praça do Bandeirante, que praticamente a eliminou do espaço que ocupava. Desta praça restaram o nome e a estátua. Conta Corsino Jr. que o Anhanguera

[...] certa feita recebeu o “agrado” de manifestantes que, ao fecharem o trânsito na avenida, colocaram-lhe bananas na basteia. [...]. A praça foi fisicamente retirada, deixando para trás o nome e a estátua “espremida” entre o fluxo de ônibus dos dois sentidos da Avenida Anhanguera (Corsino Jr., 2013).

Nestes estudos sobre o urbano em Goiânia, o que surpreende em relação ao Monumento ao Trabalhador é a escassez de referências. Até mesmo no âmbito da “crí-

tica acadêmica”, ele praticamente quase nunca consta das “trilhas patrimoniais” da cidade. Numa das raras reflexões que o citam como referência empírica, Wilton Medeiros trata confusamente o significado do Monumento ao Trabalhador, abrindo-o a uma dimensão que, no limite, o elimina como fator político e histórico:

Lá [na Praça do Trabalhador] foi erigido o “Monumento ao Trabalhador”. Porém, apesar da iniciativa em homenagear os trabalhadores da construção de Goiânia, a concepção do monumento foi inspirada no dia 1º de Maio, o Dia do Trabalhador. Isso ficou por demais abstrato e distante da noção de construção de Goiânia e, então, os goianienses não apropriaram a obra que chegou inclusive a ser alvo de protestos (Medeiros, 2011).

Despolitização, ingenuidade e pressa na reconstituição factual sobram nesta leitura de Medeiros. Juntas ou isoladas, elas são vias fáceis para conduzir a análise histórica a lamentáveis ciladas: primeiro, a intenção no monumento de Clóvis Graciano não se vinculou a “homenagear os trabalhadores da construção de Goiânia”, ao menos diretamente ou *stricto sensu*; segundo, a referência ao 1º de Maio é uma cena, entre várias outras, tradutoras da concepção classista que presidiu a criação do artista; terceiro, repetindo o conjunto de sentidos e emblemas desenhados no mosaico só abstratamente poderia aproximar-se “da noção de construção de Goiânia”, dada a sua inspiração internacionalista; quarto, a afirmação de que “os goianienses não apropriaram a obra” (sic) dá as costas a fatos e evidências, ao menos em duas situações: o que dizer da origem do nome da “Praça do Trabalhador”, local em que se localizava o monumento, a não ser como reconhecimento e aceitação pública do monumento?<sup>4</sup>; além disso, o que dizer da imagem reproduzida na Figura 5, de uma comemoração do 1º de Maio, que passou a se realizar junto ao Monumento?; quinto, é pueril extrair do fantasioso desencontro entre os goianienses e o monumento uma causalidade para o fato de que ele “chegou inclusive a ser alvo de protestos”: por um lado, essa suposição desconsidera os inúmeros registros sobre problemas e perigos suscetíveis a obras de arte permanentemente expostas ao ar livre em vias urbanas, por outro lado, ela brinca com a história ao reduzir o ato de vandalismo do CCC em 1969, acoplado à repressão de Estado, a simples “protestos”. Tratou-se de efetivo crime político e obscurantismo cultural.

## Fragilidades da política de memória em Goiânia

Numa função ou noutra das perspectivas acima mencionadas, os monumentos permanecem peça-chave nas constantes reinvenções do urbano e em suas correspondentes traduções textuais. Por isso, mas não apenas, não demandaria grande esforço reunir contrapontos à assertiva de Robert Musil, de que “[...] nada é tão in-

4. Antes dos anos 1960, a linguagem comum usava o nome “Praça da Estação” para referir-se ao espaço em frente à Estação Ferroviária, embora o nome oficial do local fosse “Praça Americano do Brasil”. O que houve foi uma ressignificação pela população, para Praça do Trabalhador, “...por se encontrar referida [a praça] ao Monumento ao Trabalhador” (Goiânia, 2003).

visível no meio urbano quanto um monumento” (apud Huyssen, 2014). A nosso ver, sobram casos em que vigoram efetivas modalidades de interação entre moradores e visitantes de diferentes cidades com os seus monumentos, gerando não apenas registros na percepção espontânea, mas também permitindo a decodificação, no plano da ciência, dos modos como os significados neles embutidos compartilham as rotinas urbanas.

A noção de *política de memória*, como aqui estamos tratando, procura uma maneira de orientar a operacionalização de seus componentes em uma pesquisa empírica. Por isso, primeiramente os insere no universo das políticas públicas de cultura de uma dada gestão. Entretanto, procura não se deixar restringir a esse plano formal da classificação à medida que também busca neles enxergar os conteúdos e as expressões que legitimam discursos, afirmam opções e justificam ações políticas. Nesse sentido, seguimos as conceituações predominantes nos estudos sobre as políticas de reparação às injustiças, próprios de momentos posteriores a ditaduras em que graves violações aos direitos humanos integravam as políticas do Estado.

De duas maneiras esta linha de reflexão concebe a *política de memória*:

De forma restrita, consiste de políticas para a verdade e para a justiça (memória oficial ou pública); vista mais amplamente, é sobre como a sociedade interpreta e apropria o passado, em uma tentativa de moldar o seu futuro (memória social) (Brito, 2009: 58)<sup>5</sup>.

5. Ver, ainda, Pollak (1989) e Araújo, Fico & Grin (2012).

Uma vantagem em assim caracterizar a *política de memória* consiste em compatibilizar no ato da pesquisa a perspectiva teórica assumida no início do texto, a partir de Ricœur e Bourdieu. Chega-se assim a um recurso que facilita a identificação e a interpretação qualitativa de significados e sentidos que, de outra forma, podem não se mostrar visíveis ou analiticamente separáveis do conjunto social e histórico que se está reconstituindo. Nessa perspectiva, a memória acaba se configurando como instrumento nas lutas de poder, nas definições sobre o futuro. “Mitoses e memórias definem o âmbito e a natureza da ação, reordenam a realidade e legitimam o exercício do poder”, afirma Alexandra Brito (2009: 59).

Outra vantagem dessa postura consiste no reforço que ela carrega para a vigilância do pesquisador diante de fontes carregadas da polissemia típica da linguagem política. Favorece a perícia para esquivar-se da demagogia presente em declarações das autoridades, por mais enfáticas que estas declarações sejam diante de plateias e épocas simpáticas à causa, e assim diagnosticar e avaliar a *política de memória* na gestão de uma cidade. Por fim, fornece foco mais pragmático na leitura de documentos e na etnografia, de modo a captar:

1. os registros dos recursos orçamentários e suas fontes de financiamento, como rubricas vinculadas, para execução das finalidades anunciadas;
2. a eficácia da gestão para impelir ações no sentido da memória coletiva, bem como o nível de sua articulação orgânica ao plano de governo municipal como um todo e a conexão deste a compromissos e mecanismos similares em outras instâncias de poder;
3. a efetividade e a autonomia de um corpo técnico capacitado na elaboração, aprovação e gestão dos programas atinentes à memória e ao patrimônio; e
4. a existência e manutenção de atividades continuadas de informação e formação da cidadania em que memória histórica, valores identitários referidos em lugares e imagens, acontecimentos e hábitos alusivos à constituição da comunidade sejam conduzidos ao tempo presente para apontar as vantagens de sua evocação, como lembrança e como continuidade positiva no futuro.

Regra geral, ações para universalizar as referências da memória em Goiânia, principalmente quando direcionadas aos moradores, resultam obscurecidas nos diferentes ciclos de política cultural da cidade. Raros são os momentos em que posturas associadas à *política de memória* integram eixos do programa cultural de uma gestão. Quando ocorrem, revelam-se em iniciativas intermitentes e desencaixadas do *habitus* dos agentes atuantes no campo cultural, aos quais sequer são disponibilizados os resultados das ações empreendidas, para conhecimento, debate e avaliação quanto a sua continuidade. Algo de promissor, que eventualmente surge numa ou noutra gestão, acaba sucumbido por força de rubricas definidas e reduzidas a eventos pontuais com função mais de comemorar datas do calendário cívico da cidade do que de seguir propriamente um fluxograma cultural conceitualmente concebido.

Para diminuir o tom impressionista e normativo que pode incidir nessa parte da exposição e adicionar um grau de objetividade à nossa proposição básica, vejamos alguns exemplos do dia. Em atendimento a exigências da Delegacia de Justiça do Ministério Público Estadual, em agosto de 2014 a Prefeitura Municipal realizou levantamento de imóveis antigos com características para contar a história da cidade. Até então a população, os agentes culturais e os próprios órgãos vinculados à gestão cultural na cidade – como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Secretaria Municipal de Cultura – desconheciam que restam em pé na capital apenas 150 casas construídas entre 1940 e 1970, incluídas no patrimônio histórico (76 casas no Setor Central, 30 no Setor Sul, 21 no Setor Aeroporto, 17 em

Campinas, 12 no Setor Oeste, 1 no Setor Bueno e 1 no Setor Marista). O assunto chegou ao público através de edição de domingo do jornal *O Popular*, com destaque na capa e três páginas do “Caderno Cultural”. Ao buscar uma compreensão para o acelerado ritmo de destruição do patrimônio arquitetônico da capital nos últimos anos, a reportagem salienta:

A ausência de uma política pública de preservação desses tesouros e a inexistência, por exemplo, de um conselho municipal ligado à área jogam a responsabilidade da preservação totalmente nas mãos dos donos das casas e dos prédios (Borges, *O Popular*, 2014).

Além da omissão dos poderes instituídos, a matéria sinaliza, com outras razões, para a fragilidade e ausência de uma política de memória. São causas que vão das afrontas ao conceito orientador do plano urbanístico original, passam pelas mudanças constantes nos planos diretores visando legalizar intervenções danosas não apenas à memória, mas também à vida urbana (obstruções de paisagem, entupimento de vias de circulação, violações de leis protetivas ao ambiente e transtornos crescentes ao transporte público) e chegam à especulação imobiliária e a outras definições de política urbana submetidas aos interesses de mercado, como a venda de áreas públicas pertencentes ao município, ocorrida no primeiro semestre de 2014.

Designações próprias de uma cidade jovem, de existência menos do que centenária, somam-se aos fatores urbanísticos e político-econômicos acima mencionados, para dificultar a consolidação dos parâmetros de uma política de memória em Goiânia. Segundo o Censo de 2010, a composição demográfica de Goiânia continua impactada por levadas recentes de migrações. Mais de 125 mil residentes captados pelo Censo (aproximadamente 10% da população total) não moravam na cidade antes de julho/2005 (Brasil, 2013)<sup>6</sup>.

Completam a tepidez e a quase ausência de ações emuladoras de memória coletiva as condições de vida e trabalho destes novos ocupantes de suas ruas e espaços públicos, definidas por rotinas produtivas e socioculturais ditadas pela expansão das periferias e conurbação com os municípios vizinhos. A experiência urbana condicionada pela aridez dos cenários metropolitanos e exposta à cultura de massas, pouco favorece para produzir identificação do morador com a cidade e seus símbolos. Trata-se, assim, de um aspecto da modernidade contemporânea que, em diferentes sentidos, faz aprofundar a atomização cultural e não permite a este morador escapar ileso da individualização e do isolamento *blasé* típicos da vida urbana.

Um conjunto de condicionantes assim amalgamados induz a indagar sobre locais, monumentos, imagens ou textos de Goiânia que poderiam materializar alguma co-

6. O Atlas Demográfico do Censo de 2010 informa que, na década anterior, somente Brasília entre as capitais brasileiras recebeu quantidade maior de migrantes do que a capital goiana.

notação legendária ou remeter a traços de identificação coletiva com a cidade. Em que medida soa lícito proclamar a existência de uma simbologia compartilhada por distintas camadas sociais dos goianienses, que orientem para afirmar referências políticas em seus imaginários? Por desconhecimento de pesquisa ou estudo apoiado nessas indagações, ou em outras assemelhadas, recorro ao léxico captado de depoimentos, do noticiário, de páginas eletrônicas de entidades, de crônicas e conversas corriqueiras nas ruas e lugares de Goiânia<sup>7</sup>.

7. As anotações adiante decorrem de vivência que agrupa curiosidades colhidas em debates espontâneos e em leituras de crônicas e artefatos biográficos de antigos moradores de bairros, bem como de pioneiros de Goiânia.

Nesse plano, o compartilhamento do imaginário do goianiense sobre sua cidade e a vida que nela leva retrata o teor pretendido nos chamamentos do marketing, de governos e do mercado, mesmo que as imagens, os locais e os significados emitidos nas respostas aparentem formas genéricas. Porém, mais comuns na percepção popular são as respostas de desconhecimento dos significados e símbolos solicitados.

8. Esta imagem é corriqueira em capas de livros e publicações oficiais do governo de Goiás e do município de Goiânia e aparece em vários outros espaços públicos, como no quadro do pintor M. Cavalcanti, no saguão da Câmara Municipal de Goiânia.

Quando se trata de caracterizar as origens de Goiânia, duas das imagens mais referidas são, uma, as juntas de bois puxando o rolo de compactação do solo na Praça Cívica<sup>8</sup> e, outra, a Avenida Goiás vista em perspectiva monumental com arborização ainda baixa e dando evidência à Torre do Relógio, no início da via entre a Rua 1 e a Praça Cívica, e ao prédio do Grande Hotel, situado na esquina com a Rua 3. Estas imagens, como outras a elas associadas, parecem exclusivamente intencionadas a registrar época e, quando muito, a depender da cambalhota interpretativa a que se permite o investigador, pleiteiam que os traços rurais e o bucolismo sejam permanentes no modo de vida dos goianienses.

Talvez não haja outras constelações de imagens de maior frequência em publicações de imprensa e nos memoriais urbanísticos de Goiânia do que as do conjunto *art déco* formado pelas primeiras edificações da cidade, que se encontram espalhadas e mal preservadas em toda a área do centro planejado. A Praça Cívica tomada por inteiro lidera essa iconografia. O contexto mostra um amplo átrio que centraliza e vincula edifícios e nascentes das avenidas principais a se esparramarem para os bairros da cidade. A extensa produção acadêmica sobre história e cultura da modernidade em Goiânia, de que Palacin (1976) é um dos pioneiros, também é tributária da farta utilização das imagens do *art déco*. Numa listagem aliviada de obras com caráter biográfico, memorial e documental, vale destacar os trabalhos de Chaul (1986), Coelho (1997; 2002), Bernardes (1999), Manso (2001), Unes (2001), Mello (2006), Lima Filho e Machado (2007) e Arrais (2010).

Sublinhe-se aqui a escassez de referências nos relatos espontâneos a espaços, peças ou imagens com estrito sentido político, que informem visitantes e moradores sobre as questões do poder na história da cidade e sobre as lutas e dramas que esse

campo encerra. As citações ao *art déco* esgotam-se na definição de estilo: cultural ou urbanístico, ou ambos. Já as menções à Praça Cívica acabam supostas muito mais na amplitude do espaço, à sua centralidade urbanística na cidade e ao conjunto *art déco* que a rodeia e dela se esparrama. Nestas maneiras de perceber, o componente político ou é subsumido ou comparece apenas para adornar o protagonismo histórico da praça, marco zero na concepção e construção da nova capital.

A incumbência de sediar os poderes regionais, em que pese conferir nobreza política à Praça Cívica, vai com o tempo sendo nublada e entorpecida nas referências a ela feitas. Esse esvaziamento progressivo aparece em alguns registros: a primeira década do século XXI encontra até mesmo o Palácio das Esmeraldas cada vez mais convertido em adereço passivo do espaço da Praça Cívica. Dele cada vez menos emanam dinâmicas integradoras com a praça, como outrora ocorria. A emulação política do palácio orienta-se mais e mais para o edifício detrás, no lado oposto ao da praça, antes chamado de Centro Administrativo. É no sentido do hoje Palácio Pedro Ludovico que os olhos e a consciência dos passantes comuns creditam as ações de poder do governador, dado estar nos seus dez pisos o funcionamento efetivo das secretarias e da administração direta, a sede da burocracia oficial, que acolhe e encaminha demandas de prefeitos, lobistas e funcionários públicos, em cujos corredores e computadores circulam os processos envolvendo verbas, favores, benesses e perseguições, misturados aos áulicos contumazes e aos consagrados teretetés de gabinetes e bastidores.

Além da Casa Verde – como assim o cronista Hélio Rocha trata o Palácio das Esmeraldas –, com o passar do tempo e vivendo os efeitos das mudanças no centro planejado e na cidade, outros prédios da Praça Cívica tiveram esvaziado o teor político de antes. Do Judiciário ficou o Tribunal Regional Eleitoral, com a construção em *art déco* obscurecida pelo prédio de traços modernos, erguido e espremido no mesmo lote, poucos metros atrás do primeiro. Além desses, permanecem algumas edificações da administração federal (Correios, Ministério do Trabalho, Sine) e prédios estaduais com movimentos e efetividade declinantes (Museu de Arte e Cultura, Tribunal de Justiça), em virtude da descentralização ou de terem mudado suas sedes para novas construções noutros locais e bairros.

Numa reportagem dedicada à comemoração dos 77 anos da cidade (*Hoje*, 2010), a Praça Cívica, o Relógio da Avenida Goiás e a Estátua do Bandeirante lideram as frequências de citações espontâneas de moradores de Goiânia e migrantes arguidos sobre os locais e as características que consideravam típicos da cidade. Alguns repartiram essas preferências com outros ícones mais recentes: os parques verdes, com mais frequência o Parque Vaca Brava, a arborização da cidade e o Estádio Serra Dourada.

— Quando penso em Goiânia, me lembro dos parques, principalmente do [Parque] Vaca Brava. Eu não lembro de outra coisa típica. Mas eu não tenho tempo pra conhecer mais... Trabalho muito a semana inteira e não sobra tempo [para conhecer mais] (33 anos, analista de negócios – origem: Paraná).

— Fiquei aqui um tempo e foi amor à primeira vista. Gosto muito da arborização da cidade. Em Goiânia, eu adoro o Parque Areião, local muito bom pra relaxar, passear. [...] O que mais...?! O povo daqui é muito bom, trata bem a gente de fora (37, eletricista de autos – origem: São Paulo).

— O que me marcou quando conheci Goiânia foi ver de perto um estádio de futebol, primeira vez que eu vi foi aqui e me apaixonei. A Praça Cívica também chama muito a minha atenção, porque é o centro de tudo (23 anos, balconista e estudante – origem: Tocantins).

— Quando eu cheguei, ficava na porta de casa e enxergava o relógio da Avenida Goiás, de tanto que não tinha nada. [...] O principal ponto de Goiânia é o Lago das Rosas. A vida social da cidade era lá (71 anos, funcionário público aposentado – origem: Bahia).

— Apesar de ter sido um choque cultural, eu gosto muito daqui. Mas Goiânia ainda não tem um símbolo ou monumento marcante, pelo menos que eu saiba. A Praça Cívica foi o primeiro lugar em que eu fui... e lá eu me localizei (23 anos, estudante universitária – origem: Brasília).

— Estudei muito a história de Goiás, quando penso na capital lembro-me da Marcha para o Oeste e o monumento do Bandeirante representa muito isso (22 anos, estudante – origem: Goianésia, interior de Goiás).

Chama a atenção, não custa repetir, a quase completa ausência de citações a locais referidos através de sua dimensão especificamente política, indicando algo de despolitização na memória coletiva dos goianienses. A exceção pode estar na citação à Estátua do Bandeirante, embora caiba aqui a mesma ressalva em relação a numerosas citações à Praça Cívica: o fator político ressoa implícito ou fora das zonas de relevância que movem a lembrança; fica escondido sob a emersão do sentido somente histórico, o que mais catalisa a lembrança do entrevistado.

## Roteiro da destruição e do esquecimento

A concepção e construção do Monumento ao Trabalhador no final dos anos 1950, na Praça da Estação, atenderam reivindicação de sindicalistas da cidade que demandavam reconhecimento das autoridades locais e da população ao papel dos trabalhadores para que o avanço da vida moderna viesse assentado em princípios de justiça e progresso social. O explícito teor ideológico impregnado às origens do

monumento atraiu ações de hostilidade e o desinteresse das autoridades para protegê-lo. Anos depois, o autor dos cavaletes de concreto para os painéis do monumento, arquiteto Elder Rocha Lima, explicita uma boa medida dessa compreensão: “Na época, o termo ‘trabalhador’ era um palavrão e essa homenagem atraiu a ira da ditadura” (apud Borges, *O Popular*, 2003). Ainda assim cabe sublinhar nesta reflexão o empenho do governador José Feliciano de Oliveira e do prefeito da capital, Jaime Câmara, para prontamente atenderem à reivindicação dos líderes sindicais, quanto à aprovação e construção da obra, em 1959.

A favor de uma sintonia com os fatos, a interpretação requer que não se credite automaticamente a destruição e o esquecimento do Monumento ao Trabalhador somente à repressão do regime militar de 1964. A compreensão resulta incompleta quando deixa de levar em conta elementos, situações e decisões tomadas em momentos posteriores ao período de terror e medo encerrado na década de 1980.

Numa madrugada de abril de 1969, ativistas do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) derramam piche fervido nos dois murais. A pasta preta cobriu a quase totalidade das duas superfícies e apenas uma pequena parte dos desenhos permaneceu à vista (Figuras 6 e 7).

Esta ação do CCC apenas inicia a destruição do monumento. A ela seguiu-se a sequência de omissões e desinteresse dos gestores municipais com o monumento, a começar pelo prefeito Iris Rezende e sua secretária de cultura, Maria Guilhermina. Em meio ao clima de recrudescimento da repressão do regime de 1964, nenhuma providência foi tomada para a limpeza e recuperação das pastilhas, que rapidamente se descolavam das duas bases de concreto. Personalidades e entidades culturais da cidade também silenciaram, face ao temor de que iniciativas para proteger o monumento e recuperar suas partes violentadas resultassem em posicionamentos e riscos que elas talvez preferissem não assumir.

Todas as demais gestões após Iris Rezende, cassado ao final de 1969, fizeram ouvidos moucos para a esperada proteção e recuperação do monumento agredido. Mais do que isso, em duas ocasiões os executivos municipais continuaram o trabalho do CCC. O prefeito Manoel dos Reis ordenou, em 1973, a raspagem das pastilhas deterioradas, sem nenhuma proposta de reconstituição, deixando entender que esta atitude atendia mais às suas declaradas convicções anticomunistas do que às incumbências de administrador público.

Mais adiante, em 1986, com o país já vivendo a democratização e debatendo a “Constituição Cidadã”, Joaquim Roriz (nomeado prefeito da cidade após o afasta-

mento do antecessor) encarrega-se de jogar ao chão as duas armações de concreto que serviam de sustentação aos antigos painéis. A alegação para o desmanche prendeu-se à falaciosa necessidade de desobstruir a extensão da Avenida Goiás para o norte da cidade, pois havia um projeto para a via seguir em linha reta, passando por baixo da Estação Ferroviária. A avassaladora força dos tratores dá forma à mentalidade tecnocrática na gestão urbana, consumando o desaparecimento material desse que foi não apenas um elemento distintivo da Praça do Trabalhador, mas o único símbolo do movimento socialista inscrito na paisagem urbana de Goiânia.

Viu-se posteriormente que a extensão da Avenida Goiás seguiu trajeto diferente do alegado, desviando-se completamente do espaço então ocupado pelos pilares do monumento. Em resumo, a extirpação da praça e também dos cavaletes que remanesciam após a destruição dos painéis de Clóvis Graciano, nos episódios de 1969 e 1973, faz acelerar a tendência de esquecimento coletivo do monumento e de sua carga simbólica.

Um hiato nesse percurso é aberto quando, em 1990, o vereador pastor Rusemberg Barbosa faz aprovar na Lei Orgânica do Município (no artigo 10 – “Das disposições transitórias”), autorização para que o Executivo adote procedimentos para “reconstrução do Painel/Monumento da Praça dos Trabalhadores (...) o antigo Coreto da Praça Joaquim Lúcio e o prédio ‘Castelinho’ no Lago das Rosas”. Certamente que o prefeito à época, Nion Albernaz, e os prefeitos subsequentes, com suas respectivas assessorias culturais, não compreenderam esta “autorização” como a oportunidade para a recuperação daquela marca cultural da cidade vinculada aos trabalhadores como classe social, nem se sentiram comprometidos com o sentido ético-político nela implicado.

No primeiro momento, esse menoscabo ganhou apoio nas aparências de folclore e descrédito impregnadas à figura do seu autor, que era líder da Igreja Universal do Reino de Deus. De fato, as atitudes polêmicas do vereador Rusemberg acabam por se estender à defesa pública da reconstrução do Monumento ao Trabalhador, já que ele próprio a vinculou à campanha para derrubar a Estátua do Anhanguera, erguida em 1942 na Praça do Bandeirante para tornar-se, nas décadas seguintes, referência constante nas imagens de enaltecimento da cidade. Na revisão histórica assumida por Rusemberg, Anhanguera “foi um predador de índios e, como tal, não merece ser alvo de orgulho dos goianienses” (Mosaicos do Brasil – Blog).

A inépcia na associação dos dois assuntos combinou-se ao descompromisso dos gestores municipais de então, levando o tema da reconstrução a adormecer e a assim prosseguir nas gestões seguintes.

Somente no ano de 2003 agentes políticos e culturais vinculados aos ideais de esquerda e a movimentos sociais de Goiânia voltam a reivindicar a reconstrução do Monumento ao Trabalhador. Em atendimento, o prefeito Pedro Wilson institui Grupo de Trabalho (GT) para realizar estudos nesse sentido (Goiânia, 2003). Temos no relatório produzido pelo GT a principal fonte para orientar a exposição a que prosseguimos neste tópico.

Os integrantes do GT resgatam a iniciativa do vereador Rusemberg, posteriormente incorporada à Lei Orgânica do Município, de 1990, e convertida em base legal do seu relatório ao prefeito. No aspecto formal, o texto organiza em 18 títulos os fundamentos para a nova demanda de reconstruir o monumento, acompanhados de um bem elaborado conjunto de ilustrações digitais e fotografias, usado para descrever os passos dados na sua investigação. Quanto à argumentação do GT, são caracterizadas as distinções que remetem à essência simbólica do monumento, bem como as controvérsias geradas no seu entorno, de cunho político, artístico e legal. Acompanha o texto um clipe/animação de 41 segundos, que posiciona o Monumento no local exato da antiga construção, visando verificar “as possíveis interferências visuais com o edifício tombado da Estação Ferroviária de Goiânia”<sup>9</sup>.

9. Ver: <[https://www.youtube.com/watch?v=2wBD-S\\_t1Z4](https://www.youtube.com/watch?v=2wBD-S_t1Z4)>.

A primeira questão debatida no GT refere-se às cartas patrimoniais referidas no relatório (Carta de Veneza, Carta de Burra e Carta de Lisboa) que, tomadas ao pé da letra, não recomendam a reconstrução do Monumento ao Trabalhador. “Mas há exceções”, enfatiza o documento. Para os autores não se trata, neste caso, de anastilose (“recomposição de partes existentes, mas desmembradas”), somado ao fato de o monumento não ter sido tombado como patrimônio histórico. Essas duas razões retiram o tratamento do tema do âmbito estritamente legal, traduzido nas cartas patrimoniais.

Assim, o GT

[...] optou por considerá-lo [o Monumento ao Trabalhador] um “objeto-testemunho”, uma referência histórica e simbólica da política goiana, do Brasil e da própria democracia. Talvez um patrimônio “imaterial” já presentificado em nossa memória. Nessa direção, colocou-se em evidência o fato de que a demolição do monumento, além do descaso político-administrativo “parece indicar [...], sobretudo, uma espécie de silenciamento tácito da história de nossos trabalhadores” (Goiânia, 2003).

Em seguida, advém uma analogia com três casos recentes de reconstrução de patrimônios que se encontravam em situações de legalidade similares à do Monumento ao Trabalhador: a Cruz do Anhanguera, na cidade de Goiás, o Coreto da Praça

FIGURA 8  
O MONUMENTO AO TRABALHADOR E A ESTAÇÃO  
FERROVIÁRIA, NA PRAÇA DOS TRABALHADORES EM  
GOIÂNIA. A COEXISTÊNCIA DE ESTILOS, POUCOS ME-  
SES ANTES DA AÇÃO DO CCC (FOTO DE 1969)



Acervo de Hélio de Oliveira.

reconstituição um ato de falsificação?” A resposta do GT pondera que o Monumento ao Trabalhador se caracterizava como obra “mecanicamente reproduzível, já que as pastilhas poderiam ser recolocadas por outra pessoa, que não o próprio artista”, como de fato o foi. Dessa forma, desfazendo-se a eventual falsidade do monumento reconstruído, ele seria uma réplica, porém revestida da importância de reconhecimento público e reparação à verdade histórica, ambos de maior validação no plano simbólico do que propriamente artístico. Portanto, “não menos importante do que o original”, na compreensão do relatório. Para sustentar esta compreensão, são citadas diversas opiniões colhidas no próprio campo artístico local.

Por último, o relatório aborda o contraste de estilos entre a Estação Ferroviária e seu entorno envolvente, o que poderia desfavorecer o tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), dentro do processo *Art Déco* de Goiânia. Nessa ressalva, “a inserção de novo elemento arquitetônico e artístico, significativo em forma, volume e cor, poderia ‘ser concorrente’”. Ocorre que o tombamento do acervo da estação e entorno ocorreu através do despacho do governador, de 18 de outubro de 1982, quando os cavaletes de concreto ainda existiam naquele espaço. A rigor, ele próprio integrava o conjunto tombado. O relatório conclui, nesse aspecto, que a sua presença “como parte” remete à consideração de uma “anastilose, o que necessariamente implicaria em sua reconstituição”.

Para além dessa adequação à essência cronológica do tombamento, o relatório resgata que a edificação da Estação Ferroviária tem data de 1952, ilustrativo, portanto,

Joaquim Lúcio e o edifício apelidado Castelinho, os dois últimos em Goiânia. Lembram os autores, “foi através de um plebiscito realizado em Campinas (bairro de Goiânia, em que fica a Praça Joaquim Lúcio) que se decidiu o que reconstruir como Coreto da Praça”.

Outro ponto controverso tratado no relatório arguiu sobre a originalidade de uma obra de arte, no caso da reconstrução: “Em caso de desaparecimento ou destruição de uma obra, cujo artista responsável fosse falecido, seria sua

de “um *art déco* tardio”, enquanto o Monumento ao Trabalhador foi inaugurado em 1959. Essa curta distância no tempo deixa apenas presumida a concorrência de estilos, o que traria despurificação ou poluição do *art déco* e consequente perda da condição para o tombamento pelo Iphan:

Logo, a Estação é o fim do movimento *art déco* e o Monumento é o estado nascente de outro, que trouxe a modernidade ao Brasil. Ambos representantes de uma arquitetura internacional, portanto ressignificados por nossas manifestações culturais locais. Qual é o mais importante para nossa história? Ambos, é óbvio. Assim, não havendo precedência de um sobre o outro, os dois podem conviver no mesmo espaço, mostrando inclusive a diversidade de nossa arte (Goiânia, 2003).

Percorridas essas polêmicas, o GT encerra seu relatório declarando a legitimidade da reconstrução do Monumento ao Trabalhador, ainda que não mais seja possível reconstruir a Praça dos Trabalhadores, dadas as modificações urbanísticas irreversíveis operadas no seu espaço. Um elenco de sete recomendações é endereçado ao prefeito, cuja síntese solicita que o processo de reconstrução seja considerado menos um ato nostálgico do passado, e sim o “reconhecimento simbólico da história de nosso povo”.

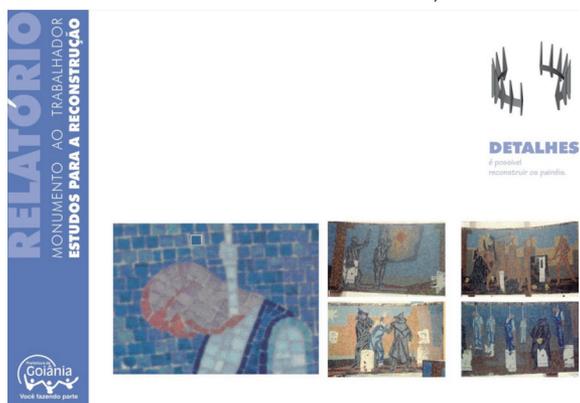
A sétima recomendação do GT, no entanto, rapidamente viu-se pendurada na brocha, provavelmente em função de os membros do GT terem se embalado no otimismo da causa justa. Seu texto completo é: “Decidida a reconstrução, sugerimos que o mesmo seja inaugurado em 1º de Maio de 2004.” Desde então, passada mais uma década, o processo não mais andou.

## Conclusão

As reverências contundentes às lutas dos trabalhadores (Painel 1) e ao mundo do trabalho (Painel 2) autorreferidas no Monumento ao Trabalhador, e assim reconhecidas pelos agentes do campo político-cultural, traduziam o momento de avanços das lutas sociais no Brasil, ao final da década de 1950. Elas fornecem dimensão singular à obra artística através de várias cenas emblemáticas, particularmente no destaque dado à figura dos “Enforcados de Chicago”, episódio que lembra a repressão à greve de trabalhadores iniciada em 1º de Maio de 1886, na cidade de Chicago e que três anos depois inspirou a instituição internacional do Dia do Trabalhador (Figura 9).

Do mesmo modo, as ações para a destruição dos painéis demonstraram a profundidade da inversão político-ideológica operada na sociedade brasileira com o golpe de

FIGURA 9  
 DETALHES DO MOSAICO EM PASTILHAS NO PAINEL DE  
 CLOVIS GRACIANO (“A LUTA DOS TRABALHADORES”)  
 PARA O MONUMENTO AO TRABALHADOR, EM GOIÂNIA



Fonte: Goiânia (2003).

março de 1964 e a afirmação da ditadura que lhe sobreveio. Ousamos afirmar, como *insight* para posteriores pesquisas, que esta foi uma das mais incisivas atrocidades cometidas durante a ditadura contra a cultura e as artes em Goiânia, dado o efeito que produziu de banir da memória política da cidade a principal homenagem realizada pelos poderes constituídos aos trabalhadores como classe social.

Os dois processos mostram a singular dinâmica das tensões presentes na dualidade memória -esquecimento, segundo a abordagem que delineamos nos parágrafos introdutórios: versões de acontecimentos significativos no passado, intencionadas a inserir conteúdos na memória social ou, ao contrário, a produzir o esquecimento, adquirem força de validação e se legitimam no decorrer do tempo de acordo com a força legítima que conseguem acumular em contextos específicos das disputas hegemônicas.

Por isso mesmo, cabe admitir que, no limite, o processo de *esquecimento institucional* ou *obrigatório* não se consumou. Manifestações posteriores bem o comprovam, ao modo da iniciativa que resultou no GT da Prefeitura Municipal de Goiânia, em 2003. Mais ainda: as linhas do esquecimento podem mesmo, em 2015, ser confrontadas, retidas e revertidas em novos contextos de decisões, desde que haja coadunação de vontades políticas, na sociedade e no Estado, sob a institucionalidade democrática.

Para ganhar materialidade, a reversão somente se afirmará no plano político. Fica a depender de novas retomadas no debate público a respeito do Monumento ao Trabalhador, que logrem repor para as gerações presentes o seu significado, além de especificamente político, também histórico, artístico, urbanístico e arquitetônico. Todas essas instâncias participantes na conceituação do monumento deverão se reunir, no plano simbólico, tanto no que diz respeito às definições da Praça do Trabalhador, como lugar, quanto no que pode importar para a cidade de Goiânia como expressão de uma comunidade formada em processos histórico-sociais e, sobretudo, detentora de memória. Aliás, não custa repetir que o nome da praça lhe é

tributário. Essas iniciativas, caso ocorram, virão acarretar em reforço de políticas de memória e defesa do patrimônio no contexto das políticas públicas de cultura, em plano municipal e estadual.

Embora essa tarefa possa eventualmente estimular o envolvimento e a identificação de agentes políticos e culturais, acadêmicos e sindicais, identificados com a simbologia do monumento, como imaginamos, ela não deve reter-se nestes segmentos. Mais vantagens ela trará à democracia, se a mobilização que empreender resultar na expansão da consciência identificada com o enaltecimento da memória e da liberdade como valores necessários à construção do futuro, da comunidade e da nação. O presente artigo pretende ser uma contribuição nesse processo.

*Abstract: The article deals with the suppression of memory in contemporary urban formations, through research on the destruction of the Monumento ao Trabalhador (Workers Monument) in Goiânia (state of Goiás, Brazil) between 1969 and 1986. The socialist explicit content impregnated in the monument since its origin draw attention that resulted in its material disappearance along with its disposal in the memory of the people of Goiânia. In 1969, the Comando de Caça aos Comunistas - CCC (Communist Fighter Command) - pour boiled petroleum pitch in two panels of the monument whose images evoked the struggles of workers and the world of work. The absent defense of the monument and urban interventions in the square of the space in which it was located brought to an end the CCC task. We guided the research route with the notion of institutional or compulsory forgetting, by Paul Ricœur, and also the notion of political legitimacy according to the holding power versions that operate on the symbolic level (Pierre Bourdieu). The analysis was based on threefold categories: political repression, technocratic insensitivity and omission concerned to the memory and symbolism of workers' struggles.*

*Keywords: ideological suppression, urban images, Memory policy, Goiânia.*

## Referências

ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica (Orgs.) *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

ARRAIS, Cristiano Alencar. Monumentos e usos do passado: uma tentativa de conceituação a partir de três experiências. In: *Anais do XII Encontro da Anpuh-Ceará – Universidade Regional do Cariri*, 2010. <[http://www.ce.anpuh.org/download/anais\\_2010\\_pdf/st\\_manuelina/Cristiano%20Arrais%20trabalho%20completo%20-%20anpuhce.pdf](http://www.ce.anpuh.org/download/anais_2010_pdf/st_manuelina/Cristiano%20Arrais%20trabalho%20completo%20-%20anpuhce.pdf)>. Consulta em: 18 Nov. 2014.

BERNARDES, Genilda. *Goiânia, cidade planejada/cidade vivida: discurso e cultura da modernidade*. Tese (Doutorado em sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

BORGES, Pedro Célio A. Produtores de discursos e imagens políticas em Goiás. In: IV Congresso Latino americano da Wapor – Associação Internacional de Pesquisadores em Opinião Pública, 2011, Belo Horizonte. *Anais do IV Congresso Latino Americano da Wapor*. v. 1. Belo Horizonte, 2011.

BORGES, Rogério. Nossas casas, nossa história. *O Popular*, “Capa e Caderno Magazine”, Goiânia, 24 Ago. 2014.

———. Opiniões divergentes – empecilhos para a restauração. *O Popular*, “Caderno Magazine”, p. 3, Goiânia, 16 Jul. 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembrança dos velhos*. São Paulo: Edusp; T. A. Queiroz, 1987.

BRITO, Alexandra Barahona de. Justiça transicional e a política da memória: uma visão global. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n. 1. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

CAMILO, Shirley. *No Parque Mutirama, a ferrovia homenageia as cidades goianas*, 2013. In: VIDA BUENA (Blog). <<http://www.vidabuena.com.br/cultura/1000-no-parque-mutirama-a-ferrovia-homenageia-cidades-goianas.html>>. Consulta em: 22 Ago. 2014.

CARVALHO, José M. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

———. *Os bestializados*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CHAUL, Nasr F. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. 2. ed. Goiânia: Editora da UFG, 1986.

COELHO, Gustavo N. O art déco e a política modernizadora na fundação de Goiânia. In: BOTEELHO, Tarcísio R. *Goiânia – cidade pensada*. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

———. *A modernidade do art déco na construção de Goiânia*. Goiânia: Edição do Autor, 1997.

CORCINO JR., Givaldo Ferreira. Espaços da memória: um estudo da poética dos monumentos urbanos. In: *Anais eletrônicos do XIII Nacional de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro, Uerj, 2013.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GOIÂNIA, PREFEITURA. Decreto n.º 1.805, de 24 de junho de 2003. Monumento ao Trabalhador – estudos para reconstrução: Relatório. Goiânia: Grupo de Trabalho, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOJE. Goiânia 77 anos – Destino de migrantes. “No coração do Brasil”, p. 7-8. Goiânia, 24 Out. 2010.

HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Atlas do Censo Demográfico 2010*. Brasília: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520870&idtema=97&search=goias|goiania|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-migracao>>. Consulta em: 26 Ago. 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1992.

LIMA FILHO, Manuel F.; MACHADO, Laís A. (Orgs.). *Formas e tempos da cidade*. Goiânia: Cãnone Editorial; UCG, 2007.

MANSO, Celina F. A. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MEDEIROS, Wilton de Araujo. Goiânia, anos de 1960: construções de sentidos de tempo e lugar. In: *Anais do I Seminário Internacional de História do Tempo Presente*. Florianópolis: Udesc; Anpuh; PPGH, 2011.

MELLO, Márcia M. *Goiânia: cidade de pedras e palavras*. Goiânia: Editora UCG, 2006.

MERTON, Robert K. Funções manifestas e latentes. In: *Teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MOSAICOS DO BRASIL – BLOG. *Cadê o Clóvis Graciano que estava aqui?*, 2010. <<http://mosaicodobrasil.tripod.com/id38.html>>. Consultado em: 10 Nov. 2014.

———. *A presença e a ausência de Clóvis Graciano em Goiânia*, 2010. <<http://mosaicodobrasil.tripod.com/id96.html>>. Consultado em: 10 Nov. 2014.

OLIVEIRA, Hélio. *Eu vi Goiânia crescer – fotografias*. v. I- II. Goiânia: Edição do Autor, 2012.

*O POPULAR*. Patrimônio descuidado. In: Memorandum – Hélio Rocha. “Caderno 1”, p. 9. Goiânia, 27 Dez. 2014.

PALACIN, Luís. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Editora Oriente, 1976.

POLLAK, Michael. Memória. Esquecimento. Silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro: CPDoc, 1989.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SANDES, Noé F. *A invenção da nação – entre a monarquia e a república*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2011.

UNES, W. *Identidade art déco de Goiânia*. Goiânia; São Paulo: Editora da Universidade Federal de Goiás; Ateliê Editorial, 2001.

# Fragmentación, asistencialismo e individualización de la responsabilidad: perspectivas territoriales concernientes a las percepciones ciudadanas de las políticas públicas en el contexto chileno de producción neoliberal\*

Recebido: 10.06.16

Aprovado: 15.02.17

Fernando Codoceo  
& Jorge Muñoz Sougarret\*\*

Resumen: Este artículo se propone analizar la percepción y valoración que los ciudadanos manifiestan sobre la implementación de políticas públicas y el desempeño de la institucionalidad pública en Chile. Para ello hemos reducido nuestro universo de búsqueda a entrevistar a sujetos en condiciones de vulnerabilidad social, es decir, directos 'beneficiarios' de las políticas sociales orientadas a la superación de la pobreza y la vulnerabilidad social. El trabajo fue implementado haciendo uso de metodologías cualitativas y ha sido desarrollado en la Comuna de Osorno de La Región de Los Lagos, Chile. Desde una perspectiva global este artículo busca poner en tensión el carácter fragmentador de las políticas públicas en relación con la internalización de la lógica asistencialista y el principio neoliberal de la responsabilidad individual.

Palabras claves: fragmentación, asistencialismo, individualización.

## Introducción

“Los ricos... comparten con los pobres el producto de todas sus mejoras. Se ven guiados por una mano invisible a efectuar la misma distribución de las necesidades de la vida que se hubieran cumplido si la tierra se hubiera dividido en iguales porciones entre todos sus habitantes, y de este modo, sin pretenderlo, sin saberlo, hacen avanzar los intereses de la sociedad y permiten los medios para la multiplicación de la especie.”

Adam Smith, *La teoría de los sentimientos morales*, parte IV, capítulo 4.

\* Este artículo es parte de los resultados del proyecto Fondecyt 1120770.

\*\* Fernando Codoceo es doctor en ciencias políticas (Universidad de Aachen, Alemania); licenciado en filosofía de (Universidad de Valparaíso). Académico del Centro de Estudios para el Desarrollo Local y Regional (Ceder) de la Universidad de Los Lagos, Osorno, Chile. <fcodoceo@gmail.com>. Jorge Muñoz Sougarret es doctorando en historia (Pontificia Universidad Católica, Chile), magíster en ciencias humanas mención historia y académico del Centro de Estudios para el Desarrollo Local y Regional (Ceder) de la Universidad de Los Lagos, Osorno, Chile. <jorge.munoz@ulagos.cl>.

Este artículo se propone analizar cómo se construyen y establecen las percepciones y valoraciones que los ciudadanos manifiestan sobre la implementación de las políticas públicas y el desempeño de la institucionalidad en Chile. Para ello hemos reducido nuestro universo de búsqueda a entrevistar a sujetos en condiciones de vulnerabilidad social, es decir, directos ‘beneficiarios’ de las políticas sociales orientadas a la superación de la pobreza y la vulnerabilidad social. Además se estableció que fueran habitantes de la Región de Los Lagos, debido a las siguientes condicionantes regionales: primero se encuentra a aproximadamente 1.000 kilómetros al sur de la capital del país, situación que difuma la imagen de la acción estatal entre los actores locales; segundo, ha mantenido durante los últimos años bajas tasas de desempleo, en tanto para el período anual 2013 y 2014 el país mantuvo índices de desempleo superiores al 6%, la región únicamente en 2013 alcanzó un 2,7% que aumentó a 4,1% en 2014; tercero, si observamos puntualmente los índices de desempleo de la Región de Los Lagos vemos una clara desproporción por sexos, con tasas constantes para la mujer superior al 5% y menores o cercanas al 3% en los hombres – indicador que se complementa con la desproporción salarial existente en Chile, donde se estima que las mujeres ganan en promedio un 30% menos que los varones (INE, 2013: 19; 2015a: 5; 2015b: 2). Eventos que, aparentemente, haría de los individuos regionales, particularmente a los varones, sujetos ‘favorecidos’ por el desempeño económico, social y político del país y sus gobiernos.

La selección particular de los entrevistados, tanto por su situación de ‘beneficiados’ como por su lugar de habitación, se explica porque consideramos que ellos conviven diariamente con las paradojas de las políticas públicas de los Estados neoliberales; siendo receptores y reproductores de un discurso éticolaboral que apoya la individualidad, el emprendimiento y la obtención de la dignidad social vía el trabajo, en tanto son beneficiados ‘asistencialmente’ por el Estado, quedando a la merced de los enjuiciamientos de sus pares y propios relativos a su incapacidad de cumplir con las expectativas sociales.

El resultado de las entrevistas fue categorizado dentro de tres codificaciones teóricas trabajadas previamente por otros autores y que dan pábulo a las hipótesis de este artículo: primero, en Chile la implementación de las políticas sociales es percibida por los beneficiarios como un conjunto de *acciones fragmentadas*. Restando valor e importancia a políticas públicas con impactos transformadores mayores e, inclusive, muchas de esas acciones son vistas como intervenciones que pueden desfavorecer aún más la condición familiar y comunitaria de la población a la cual están dirigidas; segundo, aquella visión de fragmentación impulsa la promulgación de políticas públicas centradas en la entrega de efectos materiales constatables en el corto plazo, escenario que finalmente impulsa a la concreción de políticas *asis-*

*tencialistas* por parte del Estado. Esta lógica de respuesta estatal en Chile ha adquirido importancia debido al debilitamiento de los partidos políticos y la necesidad de avanzar hacia una política eleccionaria de corte personalista, que se centra más en las biografías de los políticos que en su adscripción sólida a un ideario; y finalmente como tercer punto, la lectura asistencialista del Estado reposa y se aprovecha del principio de *responsabilidad individual*, detentado por gran parte de las sociedades bajo el neoliberalismo. Este principio compele a los individuos a asumir su realidad inmediata como resultado exclusivo de sus acciones haciendo que, tanto en las facetas positivas como negativas de la vida, aparezca el individuo como único gestor, desarraigado de todo contexto social, político o económico que no lo involucre directamente a él o sus cercanos. Este principio no sólo explica los mecanismos internos de funcionamiento de las dos proposiciones anteriores, sino que, además, insta las condiciones y establece las expectativas con que los sujetos se enfrentan a la implementación de las políticas sociales.

La confluencia entre tales proposiciones y nuestros entrevistados nos lleva a considerar al neoliberalismo, habitualmente asociado puramente al ámbito del consumo y la economía global, como un suceso determinante en las percepciones de los individuos al enfrentarse a la implementación de la política pública. Ya que habría mudado las bases que sostenían los proyectos colectivistas y nacionalistas de mediados del siglo XX a favor de estructuras centradas en las capacidades individuales, haciendo que los sujetos exijan de la política pública efectos directos en su cotidianidad, despreciando o subvalorando las acciones políticas que los intentan agrupar dentro de programas de apoyo colectivo —ya que intrínsecamente hiere su auto sentimiento de individualidad extrema.

Esta situación acaba por producir dos efectos concatenados, primero la maleabilidad en discursos y acciones por los individuos afectos a la política pública, que transitan pendularmente desde la aceptación pasiva a la crítica callejera por la no obtención de un beneficio; y segundo, dentro de los sectores políticos estableció las pautas para la aparición de grupos de intereses particulares y políticos carismáticos o burocráticos, que intentan atraer al electorado con promesas reducidas a la satisfacción de deseos específicos, habitualmente relacionados a derechos individuales o mejoramientos de infraestructura y, rara vez, con vocación a problemáticas de nivel país o con efectos medibles a largo plazo.

La estructura del trabajo es convencional. En el primer apartado hará referencia a algunas cuestiones metodológicas desde la cual fue abordada esta investigación; en segundo lugar se hará referencia a antecedentes de orden histórico-teórico en el cual se discutirá la transformación de las políticas públicas en el proceso transfor-

macional que tuvo lugar bajo el régimen militar y que, con distintos énfasis, ha continuado bajo los gobiernos democráticos y, tercero, se propone un apartado donde se presentan los principales resultados.

## Enfoque metodológico y algunas antecedentes sobre los sujetos de estudios y los programas sociales

El trabajo de campo fue de naturaleza cualitativo lo que significa, en palabras de Uwe Flick, poner atención “en los puntos de vista de los sujetos y en el significado que ellos atribuyen a las experiencias y los acontecimientos, así como la orientación hacia el significado de los objetos, las actividades y los acontecimientos” (Flick, 2004: 34).

Haciendo uso, como marco referencial, del diseño propuesto por la Teoría Fundamentada (Strauss *et alii*, 2002) se implementaron procesos de codificación y categorización que permitieran ordenar los contenidos de las diversas entrevistas aplicadas.

Sin embargo lo que más interesa en este trabajo es “leer” los discursos como pertenecientes a engranajes mayores, pues pareciera ser que lo importante “es a la vez distinguir los acontecimientos, diferenciar las redes y los niveles a que pertenecen, y reconstituir los hilos que los unen y los hacen engendrar unos a otros” (Foucault, 2000: 133). En este marco entendemos que el diseño de la teoría fundamentada, y en general la investigación cualitativa, implica un acto interpretativo de segundo orden, es decir una interpretación de la interpretación. Lo que piensan y expresan los sujetos es algo que tiene que ser situado en contextos mayores, pues son, en su mayoría, reproducciones de modelos interpretativos dominantes (Vasilachis, 2003). En casi todos los casos no resulta muy significativo preguntar qué es lo que los sujetos piensan, sino por qué y bajo qué condiciones llegan a plantearse de esa forma. Es decir, la pregunta se asocia a un momento histórico y al lugar que los sujetos ocupan en la red social de la cual ellos son partes. Flores plantea también que: “se entiende, así, que el actor social no solo habla en base a su experiencia cotidiana, sino que también es la representación de un “escuchar” social, que se produce en otras partes. Por ello, el discurso del actor es una reproducción del mundo social, aunque ello no necesariamente implique una representación “estructural” del todo social” (Flores, 2009: 266).

Para el trabajo fueron aplicadas de modo específico 10 entrevista en profundidad, con las cuales se ahondó en aquellos aspectos que constituyen las bases hipotéticas de este artículo. Estas fueron aplicadas entre octubre y diciembre del año 2014.

Aquellas constituyen las fuentes de información más directa para este estudio. No obstante aquello, también nos apoyamos en el trabajo de levantamiento de información desarrollado por Beatriz García, quien, entre el año 2014 y 2015, desarrolló una investigación que dio como resultado un trabajo bajo el título “Territorios e imaginarios de la exclusión social en tiempos de globalización: un estudio sobre mujeres de asentamientos urbanos marginales de la comuna de Osorno, Chile” y con el cual optó al grado de Magister en Ciencias Sociales de la Universidad de Los Lagos. Todo este trabajo de campo se sitúa en un marco investigativo mayor que viene siendo realizado desde el año 2013 y en el cual han sido aplicadas poco más de cien entrevistas a personas en condición de exclusión social y profesionales vinculados con las políticas de intervención.

Las características sociológicas comunes de los entrevistados utilizados para este estudio fueron encontrarse en condición de vulnerabilidad social. En general, personas con baja educación formal (la mayoría de ellas no han concluido los estudios primarios), que se desempeñan laboralmente en actividades informales o precarizadas y mal remuneradas, habitantes en sectores destinados a la construcción de viviendas sociales o en “campamentos” (nombre habitual en Chile para un conjunto de viviendas precarias, autoconstruidas con materiales livianos e instaladas sin autorización en espacios de propiedad privada o del Estado y sin contar con suministros formales de agua y electricidad). De acuerdo a los instrumentos de clasificación están ubicados entre el 10 y el 20% más pobre de la población. Se puede agregar, además, que los entrevistados son hombres y mujeres distribuidos de manera proporcional y que su edad varía entre los 25 y los 50 años de edad. Dada su condición, se trata de personas que forman parte del foco de atención de los diversos programas sociales generados por el Estado a través de sus políticas públicas.

La oferta programática que da forma a las políticas sociales es diversa. Algunos de los entrevistados son usuarios de programas de apoyo para la empleabilidad y otros pro-emprendimiento que, en su mayoría, le permiten la comercialización menor de productos. Uno de los principales prestadores de servicios de este sector de la población es el FOSIS (Fondo de Solidaridad e Inversión Social), que es un organismo creado en 1990 y, según lo establece uno de sus artículos con los cuales fue creado, su tarea radica en “contribuir prioritariamente a la erradicación de la extrema pobreza y el desempleo” (Artículo 7, Ley 18.989). Para ello, en la actualidad, “implementa programas en tres ámbitos: emprendimiento, trabajo y habilitación social” <<http://www.fosis.cl/index.php/programas>>. Son 12 programas los que en la actualidad tiene en marcha este servicio. Todos ellos operan bajo el principio de concursabilidad, lo que significa que las personas interesadas en recibir la prestación deben presentar sus antecedentes a fin de ingresar a un proceso de selección.

Se trata, por ende, de instrumentos que no operan bajo el principio de políticas universales, sino de atención a los sectores sociales que, bajo la medición que arrojan determinados instrumentos, se encuentran en situación más desfavorecida dentro del universo calificado como pobre y vulnerable. El sistema de selección implica que se instala un sistema de competencia entre las personas que cuenta con los requisitos mínimos de postulación.

## Desregularización económica e individualización de la responsabilidad en el Chile actual

El supuesto central de este trabajo es que los imaginarios sociales se enmarcan en contextos sociales e históricos. Vale decir, las formas que adquieren los procesos de subjetivación son el resultado de las tensiones diversas en las cuales las acciones del sujeto colectivo tienen lugar. Felix Guattari señala que cuando hablamos de subjetivación nos referimos a los “sistemas de conexión directa entre las grandes máquinas productivas, las grandes máquinas de control social y las instancias psíquicas que definen la manera de percibir el mundo” (Guattari, 2006: 41). De ahí que resulte relevante no sólo escuchar lo que sujetos piensan y dicen sino preguntarse, a su vez, porqué ellos articulan ideas con determinados contenidos y cómo llegaron a pensarlas. Es decir partimos de la idea de que los imaginarios sociales y las acciones humanas, de alguna manera y con distintos matices, reflejan los procesos de subjetivación que actúan y ejercen presión histórica sobre ellas.

A partir de lo anterior y en el contexto de este trabajo resulta pertinente reiterar algunos aspectos del modelo de desarrollo que fue instalado en Chile bajo el régimen militar (desde 1973 a 1989) y que ha sido motivo de una prolífera discusión en la literatura especializada (Angell, 1993; Ffrench-Davis, 1982; Huneus, 2000; Moulián, 1997; Moulián *et alii*, 1980). Modelo que se propuso cambiar las bases del llamado “crecimiento hacia dentro” que propuso el Estado chileno desde 1933, reemplazándolo por un experimento neoliberal que disminuyó al máximo el rol interventor en la economía del Estado, complementado con una política de privatización de antiguas empresas y labores administradas por entidades gubernamentales (Salazar *et alii*, 2002; Ffrench-Davis, 2001: 63).

Los experimentos neoliberales han sido definidos por Loïc Wacquant, él sostuvo que para calificar como tales debían estar sostenidos en cuatro lógicas fundamentales: (1) *Desregulación económica*, (2) *Descentralización, retracción y recomposición del Estado de bienestar*, (3) *Ampliación del tropo cultural de la responsabilidad individual* y, (4) *Un aparato penal expansivo, intrusivo y proactivo policial que asegura el poder del Leviatán* (Wacquant, 2011). El proceso chileno contuvo, con matices, estas

cuatro lógicas, expresadas en la eliminación de todas las legislaciones favorables al acceso comunitario a la propiedad, restableciendo el principio decimonónico de acceso privado e individual a toda propiedad o bien; se eliminaron todas las barreras arancelarias de importación y las bandas de precios nacionales, en pos de beneficiar la producción exclusivamente de bienes capaces de competir en los mercados externos y abrir el mercado de importación, que en el mediano plazo significó una disminución en el precio de los bienes de consumo importados (electrónicos y automotrices) y el aumento de los bienes de consumo producidos en el país (alimentos primordialmente); la promulgación del Decreto con Fuerza de Ley 600, en 1974, que permitió a las empresas extranjeras invertir en el país y transferir sus capitales y utilidades líquidas a sus países de origen, legislación hecha a la medida de la gran minería cuprífera; y finalmente, pero no menos importante, el asesinato por motivos políticos de cerca de 3.000 personas y la prisión y tortura de 9.795 (Buchi, 1993: 77; Ruíz, 2014: 22; Wisercarver, 1986: 125).

Los procesos de privatización y desregularización fueron complementados con una intensa transformación del sistema de protección social chileno. Muy sensible en este proceso fueron los sistemas de salud y educación que vieron la inclusión de privados como prestadores de servicio sujetos al ejercicio de la libre competencia y, con ello, entregando al Estado un único rol como distribuidor de subsidios (Constitución Política, 1980. Art. 19).

Lo que nos interesa con estas menciones es poner en evidencia la gran transformación que fue llevada adelante bajo un orden autoritario. La dictadura militar, finalmente, cambiando el modelo de desarrollo, modificó los horizontes desde los cuales los sujetos explicamos nuestra condición y las relaciones que establecemos con los entornos sociales. Tenemos la impresión que en Chile actual nada puede ser explicado sin hacer referencia a la revolución neoliberal. Un ministro del gobierno militar, Hernán Büchi, se jactó con posterioridad que el neoliberalismo había cambiado la fisonomía chilena: “(...) y lideró de hecho una verdadera revolución en la estructura productiva y social, en la orientación de su desarrollo y en *las percepciones de la gente*” (Büchi, 1993: 153).

No es infecundo detenerse en la última frase, desde mediados de la década de 1970 hasta fines de la década de 1990 se estableció en Chile un discurso que asoció la conducta social de las personas con su desarrollo económico y material, el mismo se debe a la consolidación de un proyecto histórico en Chile. Desde la década de 1920 (con posterioridad a la visita de la Misión Kemmerer, auspiciada por el gobierno de EEUU) los gobiernos nacionales habían impulsado políticas que apuntaban a la destrucción de los lazos de dependencia laboral de amplios sectores de

trabajadores (principalmente agrícolas) e integrarlos como individuos y comunidad plenamente a la economía salarial y al mercado de consumo —abastecido por productos de producción nacional. El giro neoliberal vino a cerrar tal ciclo, inhibiendo a futuro la aparición de relaciones de dependencias de corte tradicional; hizo que el salario mediara en toda relación laboral e individualizó todo acceso a los bienes de consumo, democratizados a todos los estamentos de la sociedad vía la importación a bajo precio. Este acceso irrestricto a bienes y consumos únicamente fue condicionado por un mundo político y social restringido, del cual los ciudadanos únicamente podían ser invitados a participar como vecinos —ya sea exigiendo mejoras o asistencia a los Gobiernos Municipales—, nunca como integrantes de un entramado social-político-cultural (Valdivia *et alii*, 2012). En resumidas cuentas el giro neoliberal terminó por mermar la imagen del ciudadano, elevando, en cambio, las del actor social-consumidor (que se muestra crítico frente el Estado, la política o cualquier organización diferente a sus intereses) y empresario (epítome del sujeto independizado del Estado y de la sociedad).

La fuerza de aquellos casi veinticinco años ininterrumpidos de discurso oficial del neoliberalismo ha discurrido hasta sitios impensados, siendo quizás el más móvil es representado por los grupos que por encontrarse en situación de pobreza dependen directamente de la política pública. Si la sociedad ha impuesto que todos los futuros posibles son privados, que las conductas deben guiarse por deseos individuales, nunca sociales, los sectores en estado de pobreza que reciben apoyo estatal sienten su situación como una paradoja que los mortifica. Transversalmente a los entrevistados, en sus relatos aparece el deseo verbal de la separación y reivindicación a futuro de su vida por medio de las acciones individuales (“uno decide por voluntad propia si seguimos siendo pobres o seguir siendo alguien más” Entrevistado 01). Su pobreza no es observada como un problema estructural que reflejaría conflictos en las formas de organización social sino, más bien, es un problema privado que refleja el carácter personal, disciplina y voluntad al momento de integrarse socialmente y sobreponerse a las situaciones de pobreza o exclusión social:

Es como uno quiera vivir, si uno se esfuerza para vivir bien, va a vivir bien [...] Hay que trabajar para sobrevivir, tampoco va a estar uno dependiendo de lo que la Municipalidad da, como hace mucha gente aquí, de que yo soy pobre y tienen que darme (Entrevistada 05).

Esta figura del sujeto pobre emprendedor y auto responsable aparece usualmente envuelta en un tipo de discurso optimista sobre la propia condición a futuro y que se configura en oposición a otros sujetos en situación de pobreza (“a todos los pobres los meten en un mismo saco, que todos somos delincuentes, que no somos gente

que progresa” Entrevistada 02). Este “pobre emprendedor” representa uno de los grandes éxitos en la configuración de la subjetivación neoliberal, al naturalizar su situación económica y social, que acontece ajena de todo orden político. Bajo esta perspectiva la realidad es interpretada y vivida como algo neutral e independiente de las acciones humanas, con sus intereses, conflictos e interpretaciones y, por eso, es aceptada con resignación. En casos extremos las situaciones de pobreza son vividas con optimismo y agradecimiento:

Yo encuentro que en un campamento, las personas deberíamos dar gracias a Dios de estar en un campamento porque si no existiera el campamento ¿a dónde estaríamos? Porque yo le digo a la gente que no todos tenemos los mismos recursos de vivir en una casa con lujos, entonces yo digo que tenemos que dar gracias a Dios porque nosotros tenemos un sitio, porque hay otros países que la gente está comprando los sitios, entonces yo digo que esto es como una bendición que nos llega a nosotros del cielo se puede decir, porque tenemos un sitio para hacer una casa (Entrevistada 04).

En la esfera comunitaria este tipo de percepciones sobre la realidad aparece recurrentemente censurando negativamente a sus pares y planteando un discurso custodio de la privacidad y la tranquilidad del entorno familiar y hogareño:

Yo me siento bien aquí (en el campamento). Por lo menos no hay problemas, de que venga alguien a hacerle problema a uno, no. Uno tiene que vivir su metro cuadrado no más, no estarse metiendo en las casas de los otros y opinando que esto y que lo otro. Yo soy así, yo vivo en mi metro cuadrado, yo puedo estar todo el día en mi casa, en mi sitio mío. Pero no soy de andar por ahí visitando las vecinas porque así es que uno se busca los problemas, entonces yo prefiero estar aquí con mis hijos (Entrevistada 05).

En esta presentación rápida del perfil de nuestros entrevistados, es dable enfatizar en un matiz probablemente ya observado por el lector, los discursos positivos expuestos arriba responden a la visión de mujeres. Ellas que a nivel nacional y regional tienen menores tasas de empleo y remuneración, evalúan su futuro con esperanza, posición absolutamente contraria en el caso del hombre en igual situación de pobreza. Ya en 2004 el Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (Pnud) constataba la existencia de un “chileno molesto”, masculino, con empleo e integrado económicamente a la sociedad, no obstante, abstraído y pesimista sobre su futuro (Pnud, 2004: 71). Él, al igual que la mujer, reconoce que el exclusivo mecanismo de progreso social es un mayor salario y una mejora en sus capacidades de consumo pero no encuentra formas de asirse de las cuerdas que controlan su futuro; cayendo en la frustración, la desidia y la crítica paralizante (“no estoy ni ahí, porque el Pre-

sidente que esté a cargo de cualquier cosa, uno tiene que salir a hacer plata igual, da lo mismo, total qué vamos a hacer. Mientras no se cambie el sistema, nada que hacer”, Entrevistado 6).

Con esta caracterización primero nos interesa dar cuenta de algunas de las formas en las cuales se expresan valóricamente los procesos de subjetivación neoliberal. Más allá de las múltiples diferencias son las expresiones de un tronco común que tiende a la privatización de las problemáticas sociales y, a través de ella, a la neutralización del pensamiento y la acción transformadora. Por tanto, con esto, el orden social neoliberal logra mantenerse no por medio de coacciones violentas hacia los sujetos sino a través del control de las percepciones sobre la realidad y la hegemonía de sus deseos.

En el próximo apartado propondremos tres categorizaciones que consideramos refleja, a *grosso modo*, las formas asumidas por estos sujetos ya caracterizados en este apartado con las políticas públicas implementadas por el Estado.

## Las políticas públicas y subjetivación neoliberal

Todos los procesos de transformación social perturban de manera particular la manera en que los sujetos perciben las políticas públicas y los criterios en base a los cuales evalúan la institucionalidad pública. El caso chileno refleja el tránsito desde un Estado benefactor a uno de naturaleza subsidiaria. En esta nueva etapa, el Estado no debe “actuar sobre la pobreza, sino cuando ella es extrema. El supuesto es que actuar sobre la pobreza, y no sobre la pobreza extrema, puede debilitar los nexos entre el sujeto y la economía, es decir, desestimular el esfuerzo propio y acostumbrar a un segmento importante de la población a vivir de la caridad pública y no de la venta de su trabajo en el mercado laboral” (Onetto, 2001). Incidiendo que cuando el Estado actúa lo hace selectivamente, apartando al sujeto, y haciendo de él un no-ejemplo a seguir por sus pares. La subsidiariedad convierte a la política social en un ejercicio esencialmente fragmentado y asistencialista, ya que presupone que los actores privados de la economía quienes proveerán a la población, pues al Estado “le corresponde asumir directamente sólo aquellas funciones que las sociedades intermedias o particulares no están en condiciones de cumplir adecuadamente, ya sea porque de suyo desbordan sus posibilidades” (Gobierno de Chile, 1974). Esto tiene varias consecuencias que, finalmente, dan una determinada forma a la relación que establece el Estado con los sectores en situación de vulnerabilidad social.

La principal de ellas es que el principio de derecho universal fue reemplazado por el de acción compensatoria ante la necesidad extrema. También está contenido en esta idea la percepción de que son los propios sujetos quienes, haciendo uso de su

libertad, deben velar por su propia seguridad y la de familiares dependientes. Por otra parte, hay una visión negativa de cualquier forma de colectivismo. Ello aportaría a la configuración de una sociedad que desordena el equilibrio que debe existir entre esfuerzo individual y obtención de beneficios. Bajo esta óptica: “(el) Estado debe proveer el financiamiento a la red social que la sociedad estime justo y crear las condiciones para que la competencia pueda existir” (Piñera, 1991: 78). Lo que acá se postula es una coordinación entre las políticas sociales y el modelo económico de modo tal que los programas sociales “incorporen algún tipo de incentivo al esfuerzo individual e insten a las personas en forma gradual a hacerse responsable de su propio destino” (Büchi, 1993: 128). El proceso chileno está marcado por la instalación del principio de desregulación y competencia y aquello ha atravesado también la manera en que los ciudadanos perciben y valoran las políticas públicas y la institucionalidad pública.

A continuación presentamos algunos resultados de las entrevistas aplicadas y que, estimamos, de alguna manera dan cuenta de la base lógica sobre la cual estos discursos tienen lugar. En general la información es confusa y contradictoria entre los entrevistados e incluso al interior de lo que un propio sujeto comprende sobre una temática en particular. Entendemos que esas paradojas son parte del mismo asunto y dan cuenta de la fragmentación que provoca la lógica de subjetivación Neoliberal. Ella da forma a sujetos que pueden ser en momentos casi simultáneos, competitivos y resignados; exigentes con la institucionalidad pública pero asistenciales; autónomos pero con hábitos pordioseros; solidarios, mas despreciativos de sus pares; con vocación pública para sí mismos, pero subvencionistas cuando se trata de beneficiar a sus vecinos; críticos de la política y de quienes la ejercen pero hábiles en obtener beneficios del sistema. El modelo subsidiario neoliberal ha obligado a los sujetos a generar estrategias de sobrevivencia que operan en el espacio social con el mismo desparpajo que se opera en el mercado. El mercado es un lugar de combate y quienes vencen no lo hacen necesariamente con estrategias de confrontación directa: gana quien logra moverse con más agilidad y entiende de diversificación; quien logra destacar cualidades y minimizar defectos; quien no se compromete moralmente y separa los negocios de la vida privada.

Estos comportamientos individuales también son posibles de observar en su vida social y política, siendo sintetizados por nosotros en tres proposiciones:

#### *i. Empoderamiento emprendedor*

El empoderamiento emprendedor es una facultad de quien se siente “empresario de sí mismo” (Foucault, 2000: 264), que, de acuerdo a Schumpeter, “tiene que romper las inercias del entorno y vencer su oposición, pues, normalmente, el entorno es

*hostil a comportamientos novedosos”* (Carrasco, 2008). Aquel empresario-ciudadano sería un inconformista, ya que creería que son sus propias capacidades las que lo harán salir de su posición de pobreza material, y no una mejora en su contexto social, cultural o educacional:

hay que trabajar para sobrevivir, tampoco va a estar uno dependiendo de lo que la Municipalidad da, como hace mucha gente aquí, de que yo soy pobre y tienen que darme, a mí no me gusta ser así (Entrevistada 03);

Nosotros la casa la hemos hecho con harto esfuerzo con las manos de él y con las manos mías y con las de los niños también que han ayudado a lavar y esas cosas (Entrevistada 04);

Se puede salir adelante trabajando, así viva en una población o en una villa, uno sale adelante trabajando, lo mismo pasa en los campamentos (Entrevistada 03).

## *ii. Asistencialismo*

A diferencia del grupo anterior, los individuos con vocación asistencialista siempre están a la espera de un residuo. Se trata de sujetos que no se reconocen ni en su propia autonomía ni en identidad con el resto. No actúan en virtud del cambio, sino de la sobrevivencia. No operan con criterios selectivos en aceptar algún tipo de ofrecimiento. Se trata de personas golpeadas por la vida y que establecen relaciones de dependencia con los servicios sociales al igual que adulación y admiración desproporcionada hacia quienes ejercen labores públicas:

Él (el Gobernador de la época) me ayudó a conseguir una urna más o menos de un millón y medio, a un costo de cuanto de 400 mil pesos, incluso él sacó 100 mil pesos de su bolsillo para poder ayudar a pagar esa urna. Incluso una vez llevó un vacunatorio móvil y con un megáfono comenzó a llamar a la gente, sin importar de dónde venían, para que se vayan a vacunar. Lo importante es que él se dio el tiempo de ir a un lugar vulnerable y no mandar a otro (Entrevistado 05);

El gobierno tendría que ponerse a dar casas y dar más subsidios, porque de otra forma (es) imposible (Entrevistada 03).

### iii. Solidaridad y desprecio hacia los pares

El movimiento pendular en los discursos entre los discursos expuestos previamente cesa al momento de abordar la comparación entre la situación personal y la de sus pares, ambos grupos critican el actuar del otro empero establecen relaciones sociales vívidas y cotidianas que asume la forma de una conducta estratégica (para una mirada superficial aparecería como una muestra de respeto y solidaridad por la realidad compartida). Este discurso estratégico persigue beneficiar a quien lo formula y se sostiene en relación a un tercer sujeto, el Estado; particularmente al momento de demandar la implementación de una política pública que podría beneficiar directa o indirectamente al individuo productor del discurso. El discurso de la solidaridad se transforma entonces en formulaciones volubles y negociables dependiendo de los fines que quieran ser alcanzados. Por otra parte, ellos esconden un lado que busca confirmar la propia superioridad sobre el otro y, por ende, no está sostenido en lo que Adela Cortina denomina la “Ética de la razón cordial” (Cortina, 2007), o sea una impronta ética que coloque en el centro la preocupación genuina por el ser humano y el reconocimiento de éste:

En una acción comunicativa los hablantes se reconocen necesariamente como interlocutores válidos, y en ese reconocimiento básico se descubre un vínculo, una *ligatio*, que es el que nos liga y, en consecuencia, nos obliga internamente y no desde una imposición ajena (Cortina, 2007: 4).

A propósito de las dificultades que tienen las personas para salir de su condición cotidiana de pobreza, una de las personas entrevistadas señaló:

[Será que] malgastan su plata, cuando tiene plata la malgastan, no la saben aprovechar, cuando uno tiene trabajo sale adelante, hace sus cosas, bueno puede construir su buena casa (Entrevistada 05).

Otra señala respecto de su relación con sus pares:

Es como difícil (la relación) con la gente (con su vecinos), como que quieren que todos sean igual, como que si ellos son cochinos, uno también tiene que ser cochino, si ellos tienen la casa chica, que uno tenga la casa chica y si ven que uno tira para arriba, le dicen esto y lo otro (Entrevistada 07).

No se pretende, con la selección de estos pasajes, contribuir a aumentar la imagen estereotipada de perversidad que ha sido construida sobre las personas y los territorios en condición de pobreza. Entendemos que los comportamientos individuales,

colectivos y sus distintas formas de valoración son el resultado de la industria de las percepciones que, en palabras de Guattari, se ha desarrollado construyendo subjetividades colectivas “que no son el resultado de la sumatoria de las subjetividades individuales, sino de la confrontación con las maneras con las que hoy se fabrica la subjetividad a escala planetaria” (Guattari, 2006: 43). Dicho de otra forma, aquellas paradojas que se expresan en los territorios populares son también las mismas que dominan los sindicatos de obreros, las organizaciones estudiantiles o en el comportamiento asociativo en una organización de académicos universitarios.

Tampoco buscamos con la presentación de estos resultados ponernos en un lugar que rechace las contradicciones, en cambio proponemos mecanismos que destaquen las tensiones sociales y que pongan en foco de la reflexión a las paradojas en sí, advirtiendo los impulsos estratégicos que se establecen en los discursos relativos a la implementación de la política pública bajo modelos maduros de subjetivización neoliberal.

## Comentarios finales

En los apartados anteriores hemos mostrado algunos aspectos que dan cuenta del fuerte proceso transformacional que se inició en el Chile dictatorial y que fue continuado bajo los gobiernos transicionales (Moulian, 1997; Mayol, 2012; Ruiz, 2014). El cambio fue drástico y aquello en su conjunto desarrolló nuevos procesos de subjetivación. Ello implicó una modificación en los imaginarios sociales y, por ende, también en las relaciones sociales.

Respecto a la manera en que los sujetos conciben la implementación de las políticas públicas ésta no se aleja, en sus valoraciones de fondo, de lo que hemos denominado impulsos estratégicos utilitarios. Lo prioritario aquí es la instrumentalización de los sujetos como eje central en las relaciones y, por lo tanto, las vinculaciones humanas son unas que están mediadas por la obtención de logros particulares (Cortina, 2007). De ahí que, pensamos, que las percepciones y valoraciones que se tienen sobre las políticas públicas están atravesadas también esencialmente por índice de beneficio personal. Dicho de otra manera, la implementación de las políticas públicas son evaluadas positivamente si ellas, directa e indirectamente, favorecen al sujeto consultado. Se espera que ellas actúen sobre un núcleo específico (*individualizantes*); que solucionen o mitiguen una situación concreta de riesgo o carencia (*particularistas*); que se exprese materialmente (*monetaristas*) y que resuelvan rápidamente en el tiempo (*inmediatista*).

Estas percepciones que han articulado los sujetos sobre la acción de la política social es el resultado de un círculo vicioso. Las políticas públicas están atravesadas por varios

males que pueden terminar haciendo de ellas dispositivos que aumentan la condición de riesgo e inseguridad de las personas a las cuales van dirigidas. El propósito de las políticas sociales no es sólo mejorar la condición material de las personas, sino mejorar la calidad de vida aumentando el sentido de pertenencia a un colectivo, ampliando los canales de participación, extendiendo el diálogo social y profundizando valores como la solidaridad y la confianza social. Las políticas públicas en contextos neoliberales son esencialmente disgregadoras. Su naturaleza cortoplacista, el fomento de la competencia, su focalización en los individuos, la falta de recursos con el que operan, el maltrato laboral al que someten a sus equipos ejecutores, el rechazo a destinar tiempos y recursos para la reflexión y complejización de la oferta programática, el desinterés y la desconfianza con la que se relacionan los equipos profesionales con los usuarios; en fin, todo esto en conjunto con otros aspectos, conlleva a la constitución de círculos viciosos en donde es difícil identificar los puntos de partida y los efectos de una problemática. Lo que fue causa se ha convertido en efecto; lo que es efecto es al mismo tiempo algo que puede ser considerado como un origen.

La aplicación intensa y extendida en el tiempo de políticas neoliberales conduce a situaciones enmarañamiento paradójal. En consecuencia pensamos que aquellas paradojas que hemos nombrado y explicado son hoy parte de un dispositivo mayor que no sólo es el resultado de un ejercicio de disciplinamiento, sino que, al mismo tiempo, se ha convertido en uno de los pilares de la extensión y fortalecimiento de las políticas neoliberales.

*Abstract: The aim of this paper is to analyze the citizen perceptions and the valorization of the implementation of public policies and the performance of the public institutionalization in Chile. For this purpose, we have narrowed down the search universe by interviewing subjects under vulnerable social conditions who are direct 'beneficiaries' of public policies designed to overcoming poverty and social vulnerability. This study followed the qualitative method and it was conducted in Osorno city located in the Lakes District, Chile. As an overview, this article seeks to discuss the fragmentary nature of the public policies in regard to the internalization of the assistential logic and the neoliberal principle of the individual responsibility.*

*Keywords: fragmentation; assistentialism; individualization.*

## Bibliografía

ANGELL, A. *Chile de Alessandri a Pinochet: en busca de la utopía*. Santiago, Chile: Editorial Andrés Bello, 1993.

BÜCHI, H. *La transformación económica en Chile: del estatismo a la libertad económica*. Santa fe de Bogotá, Colombia: Editorial Norma, 1993.

CARRASCO, I.; CASTAÑO, M<sup>a</sup> S. El emprendedor Schumpeteriano y el contexto social. *Información Comercial Española*, n. 845, p. 121-134, 2008.

CORTINA, A. *Ética de la razón cordial: educar en la ciudadanía en el siglo XXI*. Oviedo, España: Editorial Nobel, 2007.

FFRENCH-DAVIS, R. *Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad. Tres décadas de política económica en Chile*. Santiago, Chile, 2001.

———. El experimento monetarista en Chile: una síntesis crítica. *Colección Estudios Cieplan*, n. 9. Santiago, Chile, 1982.

FLICK, U. *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid, España: Editorial Morata, 2004.

FLORES, R. *Observando observadores: Una introducción a las técnicas cualitativas de investigación social*. Santiago, Chile: Ediciones UC, 2009.

FOUCAULT, M. *Un diálogo sobre el poder y otras conversaciones*. Madrid, España: Alianzas materiales, 2000.

GOBIERNO DE CHILE. *Constitución Política de la República de Chile 1980*. 17. impresión. Santiago, Chile: Editorial Jurídica de Chile, 2014.

———. Declaración de Principios de Gobierno de Chile. Santiago, Chile, 1974.

GUATTARI, F. *Micropolítica. Cartografía del deseo*. Madrid, España: Editorial Traficantes de Sueños, 2006.

HUNEEUS, C. *El régimen de Pinochet*. Santiago, Chile: Editorial Sudamericana, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS (INE). *Boletín de Empleo Trimestral*, n. 195. Santiago, Chile: INE, 2015a.

———. *Informe Empleo Regional*. Región de Los Lagos, Nov. 2014 /Ene 2015, Santiago, Chile: INE, 2015b.

———. *VII Encuesta de presupuesto familiar*. Santiago, Chile: INE, 2013.

MAYOL, A. *El derrumbe del modelo: La crisis de la economía de mercado en el Chile contemporáneo*. Santiago, Chile: LOM, 2012.

MOULIÁN, T. *Chile actual. Anatomía de un mito*. Santiago, Chile: Editorial LOM, 1997.

MOULIÁN, T.; VERGARA, P. Estado, ideología y políticas económicas en Chile: 1973-1978. *Colección Estudios Cieplan*. Santiago, Chile, 1980.

ONETTO, L. Los discursos sobre la pobreza en Chile: análisis de sus paradigmas. *Revista Digital Proposiciones*, v. 34. Santiago, Chile: Ediciones SUR, 2001. Recuperado de: <<http://www.sitiosur.cl/r.php?id=185>>.

PIÑERA, J. *El cascabel al gato: La batalla por la Reforma Previsional*. Santiago, Chile: Editorial Zig-Zag, 1991.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). *Desarrollo humano en Chile. Nosotros los chilenos: un desafío cultural*. Santiago de Chile: Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo, 2004.

RUIZ, C.; BOCCARDO, G. *Los chilenos bajo el neoliberalismo; clases y conflicto social*. Santiago, Chile: Editorial Desconcierto, 2014.

SALAZAR, G.; PINTO, J. *Historia contemporánea de Chile*. Tomo III: "La economía: mercados, empresarios y trabajadores". Santiago, Chile: Editorial LOM, 2002.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Bases de la investigación cualitativa. Técnicas y procedimientos para desarrollar la Teoría Fundamentada*. Medellín, Colombia: Editorial Universidad de Antioquia, 2002.

VALDIVIA, V.; ÁLVAREZ, R.; DONOSO, K. (Eds.). *La alcaldización de la política. Los Municipios en la dictadura pinochetista*. Santiago, Chile: Editorial LOM, 2012.

VASILACHIS DE GIALDINO, I. *Pobres, pobreza, identidad y representaciones sociales*. Barcelona, España: Editorial Gedisa, 2003.

WACQUANT, L. Forjando el Estado neoliberal workfare, prisonfare e inseguridad social. *Prohistoria*, v. 16, Jul./Dic. 2011. Recuperado de: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-95042011000200006](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-95042011000200006)>.

WISECARVER, D. Regulación y desregulación en Chile: septiembre 1973 a septiembre 1983. *Revista Estudios Públicos*, n. 22, 1986.



# Desprovincializar o desenvolvimento: enunciação subalterna e resistência nas bordas da acumulação capitalista na Amazônia

Recebido: 23.10.15

Aprovado: 20.06.16

Wendell Ficher Teixeira Assis  
& Anabelle Santos Lages\*

Resumo: Para refletir sobre a continuidade dos processos de subalternização e expropriação de populações tradicionais e camponesas, o artigo se valerá de abordagens aglutinadas no paradigma modernidade-colonialidade. Tentar-se-á conectar a problemática teórica assim construída com o conhecimento empírico de lideranças indígenas sobre as modificações territoriais ocorridas na Região Amazônica durante os anos 2000, num movimento que permitirá questionar certos aspectos da realidade social, bem como fazer girar a espiral que conecta abstração conceitual e realidade concreta. Com esse intuito, a análise aqui empreendida lança mão de dois trabalhos de campo conduzidos em distintos espaços amazônicos; o primeiro levado a cabo na região oeste do Pará, que desde a última década tem sido o cenário de intensos conflitos entre as frentes de expansão econômica e as populações tradicionais; o segundo realizado na TI Raposa Serra do Sol, que representa um caso paradigmático, no qual estiveram em xeque o digladio entre racionalidades e modos diferentes de uso, significação e apropriação dos territórios.

Palavras-chave: colonialidade-modernidade, desenvolvimento, processos de subalternização, expropriação territorial, resistência.

## Introdução

Não esperem que eu me ponha a demonstrar que, em nosso meio, confunde-se barbaramente a civilização com as leis do desenvolvimento normal autêntico, a demonstrar que a civilização há muito já está condenada no próprio Ocidente e que ali é defendida apenas pelos proprietários a fim de salvarem o seu dinheiro.

Fiodor Dostoiévski, *Notas de inverno sobre impressões de verão* (redigido em 1862-1863).

A construção das hierarquias raciais, de gênero e de modos de apropriação dos recursos naturais pode ser vista como simultânea e contemporânea à constituição de uma divisão internacional do trabalho e do território, marcada por relações assimétricas entre economias cêntricas e periféricas. No contexto

\* Wendell Ficher Teixeira Assis é doutor em planejamento urbano e regional, professor adjunto do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas e pesquisador do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Ippur/UFRJ. <wwficher@yahoo.com.br>. Anabelle Santos Lages é doutora em sociologia e bolsista PNPd do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas. <anabellelages@yahoo.com.br>.

brasileiro, mediante a atuação do Estado e dos instrumentos de mercado, tem-se verificado a continuidade de um colonialismo interno (Gonzalez-Casanova, 2006) que coloca em marcha a expansão da acumulação capitalista em direção à fronteira agrícola, acarretando o deslocamento de populações tradicionais e camponesas que ancestralmente ocupam a região Amazônica. A despeito da força desses mecanismos de poder, que operam em múltiplas arenas, essas populações têm-se insurgido contra as formas de usurpação de seus territórios, ao mesmo tempo em que enunciam e praticam modos contra-hegemônicos de uso, apropriação e significação dos recursos naturais. Esses sujeitos, que historicamente têm sido subalternizados, questionam, portanto, o caráter provinciano da lógica de desenvolvimento que, mesmo se particular e limitada, apresenta-se como universal e englobante.

Para refletir sobre a historicidade e continuidade desses processos de subalternização e expropriação, o artigo se valerá das abordagens teóricas reunidas no paradigma modernidade-colonialidade. Tentar-se-á conectar a problemática teórica assim construída com o conhecimento empírico das modificações territoriais concretas ocorridas na região amazônica, num movimento que permitirá submeter à interrogação certos aspectos da realidade social, bem como fazer girar a espiral que conecta abstração conceitual e realidade empírica. Com esse intuito, a análise aqui empreendida lança mão de dois trabalhos de campo conduzidos em distintas zonas da Amazônia. O primeiro levado a cabo na região oeste do Pará, mais precisamente nos municípios de Santarém, Óbidos, Juruti e Oriximiná, que desde a última década tem sido o cenário de intensos conflitos entre as frentes de expansão econômica e as populações tradicionais; o segundo, realizado em Boa Vista (RR), com o objetivo de captar as percepções das lideranças indígenas da TI Raposa Serra do Sol, que representa um caso paradigmático, no qual estiveram em julgamento o digladio entre racionalidades e modos diferentes de uso, significação e apropriação do território.

O procedimento metodológico ancora-se na realização de entrevistas em profundidade que foram conduzidas com quatro lideranças indígenas Arapiuns e três Borari, durante o período de 21 maio a 14 de julho de 2012, nos municípios do oeste do Pará, além de duas entrevistas com lideranças Wapichana e Macuxi concretizadas em Boa Vista entre os dias 6 e 23 de julho de 2012. Para interpretação e compreensão do material coletado, utiliza-se a análise de discurso e de conteúdo (Orlandi, 1988; Maingueneau, 1997; Fairclough, 2001), buscando elucidar os diferentes argumentos e significados enunciados por esses sujeitos na tentativa de defesa e reconquista de seus territórios, bem como na crítica ao modelo unidimensional de desenvolvimento que lhes é impingido. A partir da junção entre uma abordagem teórica que sublinha o histórico de relações assimétricas e a manifestação concreta desses artifícios na contemporaneidade amazônica, espera-se demonstrar que

mesmo submetidas a processos de subalternização, as populações camponesas, indígenas e ribeirinhas têm feito ressoar vozes que questionam, insurgem e propõem novas estratégias de desenvolvimento.

## Colonialidade-modernidade: implicações nos processos de acumulação capitalista

Na perspectiva da colonialidade, as antigas hierarquias coloniais que foram agrupadas na relação europeu *versus* não europeu continuam arraigadas e enredadas na divisão internacional do trabalho e na acumulação do capital em escala global. No argumento de Mignolo (2003), a colonialidade permaneceu invisível sob a ideia de que o colonialismo seria um passo necessário em direção à modernidade e continua a ser invisível hoje, sob a imagem de que o colonialismo acabou e de que a modernidade é tudo o que existe. A construção de novas nações “independentes” representou, assim, simplesmente uma nova fase do sistema modernidade-colonialidade e não significou o fim das práticas colonialistas. Em outras palavras, a descolonização e a construção de nações tornou-se uma nova forma de articulação da colonialidade do poder nas Américas, na Ásia e na África (Mignolo, 2001).

Para Wallerstein (1979), os Estados periféricos, que hoje são oficialmente independentes e alinhados com discursos liberais, construíram ideologias de identidade nacional que produziram uma ilusão de independência e progresso econômico. Do mesmo modo, Grosfoguel (2006) argumenta que as múltiplas e heterogêneas estruturas globais, implantadas durante 450 anos, não se evaporaram juntamente com a descolonização jurídico-política da periferia. Com a descolonização, transitou-se de um período de colonialismo global para um período de colonialidade global, contudo manteve-se a mesma matriz colonial de poder. A colonialidade constitui, portanto, um dos elementos do padrão mundial de poder capitalista, que se fundamenta na imposição de uma classificação racial, étnica e civilizatória de toda a população do mundo (Quijano, 2000b). Como esclarecido, em outros termos, por Maldonado-Torres (2007):

Colonialidade não significa o mesmo que colonialismo. Colonialismo denota uma relação político-econômica, na qual a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação, o que constitui tal nação como um império. Diferente dessa ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emerge como resultado do colonialismo moderno, mas que ao invés de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, melhor se refere à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial [...] (Maldonado-Torres, 2007: 131).

Na tentativa de entender as estratégias de poder subjacentes ao exercício da colonialidade, Quijano (1997; 2000a) desenvolveu a ideia de colonialidade do poder como modelo de exercício da dominação especificamente moderno que interliga a formação racial, o controle do trabalho, o Estado e a produção de conhecimento. Em outras palavras, a colonialidade do poder é a classificação social da população mundial ancorada na ideia de raça, que tem origem no caráter colonial, mas já provou ser mais duradoura e estável que o colonialismo histórico, em cuja matriz foi estabelecida (Quijano, 2000a). O mesmo poderia ser dito do estabelecimento de relações sociais cujo modo operativo favorece a constituição de sujeitos subalternizados intra e interestatais. Guha (1997), em seu trabalho clássico *Dominance without hegemony*, sustenta que subalternidade não é somente uma questão de subordinação de classe dentro de um país industrial, mas de subordinação de organizações sociais e históricas no interior de estruturas interestatais, como as que se estabeleceram entre Índia e Inglaterra. Para o autor indiano, o colonialismo britânico se caracterizou pelo exercício de uma dominação sem hegemonia, uma composição seriamente determinada pela dissolução dos elementos de persuasão e cooperação, que se ancorava na força despótica da superioridade ocidental para erigir uma dominação política que aniquila o surgimento do dissenso ou conflito. No tocante a esse aspecto, a colonialidade do poder não é uma entidade homogênea experimentada de maneira uniforme por distintos grupos subalternizados (Walsh, 2002). Portanto, é imperativo evitar a sedução das taxonomias essencialistas e enxergar o conceito de subalterno como relacional e relativo (que faz referência a sujeitos sociais heterogêneos – um sujeito pode ser subalterno em relação a outro e ao mesmo tempo dominante em relação a um terceiro).

Embora Dussel (2000) considere que o *ego cogito* cartesiano (1636) foi antecedido em mais de um século pelo *ego conquiro* (eu conquisto) hispano-lusitano, que impôs sua vontade de poder sobre os nativos das Américas, é inegável sublinhar a existência de vinculações entre as estruturas de produção do conhecimento e o bom andamento da empresa colonial. A filosofia se constituiu, desde o início, como instrumento de subalternização de formas de conhecimento que se situavam fora de suas fronteiras já disciplinadas (Mignolo, 2003). Para Garcés (2007), o conhecimento e as ciências sociais se foram construindo a serviço da empresa de dominação, conquista e controle da Europa sobre o mundo. De modo que, sem o desenvolvimento de um tipo de conhecimento útil dirigido a controlar todas as ordens da vida social, não teria sido possível o projeto de expansão capitalista. A colonização inaugura, por conseguinte, uma nova *episteme* direcionada a legitimar a rapina, a escravização, o aniquilamento da diferença, a superioridade dos europeus e a expropriação dos territórios<sup>1</sup>.

1. Para entender os desdobramentos desse processo na produção de conhecimento contemporânea, Khatibi (1997) trabalha com a noção de sociedades silenciadas, onde, é claro, há fala e escrita, mas essas não são ouvidas ou lidas na produção planetária de conhecimento guiada pelas sociedades silenciadoras ou desenvolvidas.

Essa matriz de pensamento – que se expressa por meio da colonialidade do poder – procurava e ainda procura encobrir o fato de que a Europa foi produzida a partir da exploração político-econômica do continente americano. Não há como desconsiderar as implicações históricas do estabelecimento desse padrão de poder, que se reflete na recíproca produção histórica da América e da Europa, como redes de dependência histórico-estrutural (Quijano, 2005). Entretanto, o caráter constitutivo da experiência colonial e da colonialidade não figura nas abordagens hegemônicas e eurocêntricas, e mesmo de intelectuais latinos, que desprezam a importância que as relações intercontinentais tiveram para a emergência do capitalismo. A esse respeito, Garcés (2007) sinaliza que a América Latina foi fabricada como algo deslocado e periférico em relação à modernidade, os intelectuais de nossos países assumiram tal deslocamento e se esforçaram para serem modernos, como se a modernidade fosse o ponto de chegada e não a justificação da colonialidade.

Como jamais fomos modernos (Latour, 1994), a colonialidade do poder abre uma porta analítica que desvela o lado mais obscuro da modernidade e clarifica o fato de nunca ter sido possível – nem poder vir a ser admissível – modernidade sem colonialidade. Como destaca Mignolo (2003), faz-se necessário realçar que a modernidade é um projeto que não poderá nunca ser completado, porque a modernidade não pode sê-lo sem colonialidade. Nessa direção, Escobar (2003) propõe a desnaturalização e a desuniversalização da ideia de modernidade como forma de romper com a colonização da realidade que é operada pelo discurso do desenvolvimento. Para tanto, elenca cinco distinções que particularizam o paradigma colonialidade-modernidade, bem como o diferencia da visão hegemônica, que conclama uma modernidade una, linear e unidirecional. A primeira consiste em localizar as origens da modernidade na conquista das Américas e na abertura do circuito comercial Atlântico, após 1492, diferindo da perspectiva dominante que situa o surgimento da modernidade no Iluminismo europeu do final do século XVIII. A segunda é uma atenção persistente ao colonialismo e ao desenvolvimento do sistema mundial capitalista, como constitutivos da modernidade, isso inclui uma determinação de não ignorar a economia e suas formas de exploração. A terceira deriva da adoção de uma perspectiva planetária na explicação da modernidade, ao invés de uma visão que prima por a apresentar como fenômeno intraeuropeu. Já a quarta realça a dominação e o sujeição de outros povos mundo afora como sendo uma necessária dimensão da modernidade, sem desconhecer a conseqüente subalternização da cultura e do conhecimento daqueles povos que foram atirados à periferia pelo centro europeu. Por último, mas não menos importante, uma concepção do eurocentrismo como representação e forma de conhecimento hegemônico que constrói sua própria universalidade calcada numa abstrata superioridade.

2. A hifenização da palavra pretende realçar os desafios de uma enunciação sub-alterna – que pode estar em situação inferior – sub, mas é alterna e representa outra perspectiva. Busca-se clarificar a existência de discursos que, a partir da perspectiva hegemônica, são considerados subalternos e/ou inferiores, mas, que a despeito disso, representam a possibilidade de construção de um novo modelo civilizador que, partindo de uma ótica tida como sub, visa alternar o pensamento dominante.

Ao lançar luz sobre o lado obscuro da modernidade, o paradigma colonialidade-modernidade clarifica que os diferentes discursos históricos (evangelização, civilização, modernização, desenvolvimento e globalização) têm como ideário sustentar a concepção arbitrária de que há um padrão civilizatório que é simultaneamente superior e normal (Lander, 2000). No receituário clássico da modernidade, bem como nos desdobramentos hodiernos do capitalismo, duas alternativas infernais (Stengers & Pignarre, 2005) têm sido infligidas aos povos subalternizados: uma decorre da completa aniquilação, outra da civilização imposta. Grosfoguel (2007) esboça um marcador temporal para esse processo de extermínio e sujeição das sociedades sub-alternas<sup>2</sup> ao assinalar que nos últimos 513 anos do sistema mundo europeu/euro-americano moderno/colonial capitalista fomos transitando do “cristianiza-te ou te mato”, do século XVI, ao “civiliza-te ou te mato” do século XVIII e XIX, ao “desenvolva-te ou te mato” do século XX e, mais recentemente, ao “democratiza-te ou te mato” de princípios do século XXI.

Com base na elaboração teórica aqui sintetizada, pode-se indicar a perpetuação de significados que, formulados a partir de uma racionalidade hegemônica, aproximam o conceito de civilização das ideias de modernidade, tecnologia, espaço, progresso, conquista, desenvolvimento, velocidade e dinamismo, enquanto o conceito de cultura remeteria a noções tais como tradição, rusticidade, arraigo ao lugar, atraso, entrega, irracionalidade econômica, fixidez e monotonia. Nesse sentido, a próxima seção procurará realçar como populações subalternizadas por esse projeto unidimensional enunciam sentidos que rompem com essa hierarquização provinciana.

## Quando fala o subalterno: a diferença cultural como crítica ao desenvolvimento

Para romper com esses pares dicotômicos que constroem a cultura como a expressão do atraso, Escobar (2005) argumenta em defesa do lugar como projeto dinâmico e não como sítio estanque fora do tempo. Da mesma forma, Massey (2000) desloca os sentidos reacionários das noções de lugar, apresentando-o como encontro entre os momentos experienciados localmente e as redes de relação e entendimentos sociais situadas em outros espaços. Já Dirlik (1997) aponta a existência de uma assimetria nos discursos da globalização, nos quais o global é igualado ao espaço do capital, da história e de sua agência, ao passo que o local e o lugar são enxergados como sinônimos de trabalho, tradição e fixidez. Essas visões críticas, que ressaltam os vínculos múltiplos entre identidade, lugar e poder, têm o mérito de evitar a naturalização de categorias, ao mesmo tempo em que problematizam a constituição de identidades essencializadas e, equivocadamente, consideradas autênticas.

A univocidade, linearidade e unidimensionalidade, que compõem o discurso e as razões da modernidade, aplacam e ressignificam práticas e sujeitos sociais, enquadrando-os em uma visão hegemônica e excludente de futuro e desenvolvimento. Para Castro-Gomez (2000) a modernidade representa uma máquina geradora de alteridades que, no entanto, em nome da razão e do humanismo, exclui de seu imaginário a hibridez, a multiplicidade, a ambiguidade e a contingência de formas concretas de vida, elaborando, assim, a imagem quimérica de um todo integrado e homogêneo. Entretanto, para Khatibi (2001), caminha-se nas sociedades subalternizadas para uma tomada de consciência da diferença cultural irreduzível, que questiona a reprodução dos valores elaborados a partir de uma mirada estritamente econômica ancorada na percepção europeia ou estadunidense. Nesse quesito, o excerto disposto a seguir, extraído de entrevista realizada com uma liderança indígena Arapiuns, no oeste do Pará, apresenta as razões de uma voz dissonante que expõe as ameaças de expulsão de suas terras e questiona a unidimensionalidade do desenvolvimento:

Nós queremos continuar aqui, isso aqui é nosso. Esse território é nosso, a gente não caiu de paraquedas aqui, a gente não foi enviado para cá, a gente nasceu, se criou e queremos morrer dentro do que é nosso [...]. Eu quero, na nossa luta, conquistar uma maneira de nosso povo viver, porque sobreviver nós já sobrevivemos. A gente discute sempre com os colegas e com os parentes que a gente não é contra o desenvolvimento da Amazônia, mas nós queremos participar desse desenvolvimento. Nós não queremos que esse desenvolvimento seja construído dentro de um gabinete e seja simplesmente jogado para cima da gente, não, senta com a gente, a gente não é esse contra, existe tantas formas de se desenvolver a Amazônia sem ferir os direitos de quem mora e vive aqui dentro (entrevista com liderança indígena Arapiuns Z, Santarém (PA) 9 Jun. 2012).

Em resposta às lutas das comunidades tradicionais e populações camponesas ocorridas ao redor do mundo, visando ao reconhecimento de seus direitos, a atual organização global da economia tem logrado formular um discurso ilusório que conclama o respeito às diferenças culturais e a alteridade. Na visão de Castro-Gomez (2000), essa afirmação celebratória da diversidade, tão em voga no cenário contemporâneo, está longe de subverter a lógica do sistema; ao invés disso, pode estar contribuindo para consolidá-lo sobre novos pilares. Já para Maldonado-Torres (2010), esse novo dispositivo de poder, ancorado na constituição de sociedades que celebram o multiculturalismo, encobre um multirracismo ainda mais profundo, que apenas reconhece direitos à diferença quando as pessoas já estão bem domesticadas pelo capitalismo, pela economia de mercado e pelos ideais liberais de igualdade e liber-

3. Em diálogo com a ascensão e o fortalecimento daquilo que Hale (2002) tem chamado de multiculturalismo neoliberal, Walsh (2007) argumenta que o reconhecimento e a tolerância em relação aos outros, que o paradigma multicultural promete, não só mantém a permanência da iniquidade social, como deixa intacta a estrutura social e institucional que constrói, sustenta e reproduz a existência dessas iniquidades.

dade. No atual jogo político-econômico do mundo colonial-moderno se reeditam, portanto, estratégias seculares de subordinação, donde, a partir de uma visão particular, se definem tanto o universal como as formas de aceitabilidade do diferente, ou melhor, se determinam quais diferenças devem ser aceitas. Não obstante, cabe considerar a possibilidade de que atores sub-alternos minem essa predestinação e forjem novas formas de reivindicação e exercício da diferença capazes não somente de extrapolar, como de questionar a contenção de demandas expressa pela ordem multiculturalista hegemônica<sup>3</sup>. Isso pode ser notado no trecho transcrito a seguir extraído de entrevista realizada com uma liderança indígena Arapiuns, que, na luta pelo reconhecimento étnico e pela demarcação de suas terras, tem enfrentado madeireiros, sojicultores e órgãos estatais que, reiteradamente, questionam a legitimidade do pleito indígena e procuram minar a reafirmação identitária do grupo:

Olha, eu não me reconheço indígena, eu sou indígena. Para mim, ser indígena não é estar de cocar na cabeça, estar pintado ou de colar no pescoço, para mim ser indígena tem que estar no sangue, tem que estar no coração. Indígena indígena, sem terra, sem território não é indígena, ele não vive, ele morre. Eu quero dizer para as pessoas que nos chamam de índios ressurgidos que nós não somos ressurgidos, nós somos resistentes, por resistir a milhares de anos de massacres. Eu não me considero um índio ressurgido, eu sou um indígena resistente (entrevista com liderança indígena Arapiuns Y, Santarém (PA), 15 Jun. 2012).

Os mecanismos acionados pela liderança indígena para pressionar o Estado e garantir a permanência no seu espaço recorrem à junção da tríade identidade, território e preservação ambiental. Essa afirmação de identidades diferenciais se dá, assim, em um campo complexo que envolve os enfrentamentos no local, os dispositivos de regulação do Estado, bem como os debates em esferas internacionais – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização Internacional do Trabalho (OIT) –, sobre como se definem as diferenças que verdadeiramente valem nessa disputa (Hoffman, 2010). O que está em jogo, portanto, na luta pela identidade e pelo reconhecimento é a imposição de percepções e categorias de percepção (Bourdieu, 1989). Em um contexto de disputas territoriais, como no caso da Amazônia, a politização da identidade representa uma forma de afiançar a permanência no lugar e nesse digladio a riqueza cultural aparece como caractere que dota certos grupos de particularidades diferenciais (Assis & Lages, 2015). A cultura como recurso (Yúdice, 2013) e o recurso à cultura aparecem, portanto, como estratégias de mobilização para fazer frente às dinâmicas expropriatórias que atingem populações camponesas e tradicionais na medida em que o capital avança sobre novos territórios amazônicos. A cultura associa por assim dizer as pessoas à terra, conseqüentemente, grupos portadores de cultura ganham passaportes para direitos à cidadania; identidades

étnicas e culturais passam a ser armas que muitos grupos minoritários utilizam para se defenderem contra outros grupos mais fortes (Almeida, 2007).

Essa incessante construção, reconstrução e politização identitária ganha novos contornos quando se dá o enfrentamento entre comunidades tradicionais e novas frentes de expansão econômica, que trazem consigo um renitente processo de mercantilização das terras. Como observado no fragmento de entrevista anteriormente apresentado, a afirmação identitária é significada como resistência à expropriação territorial representada por projetos de exploração econômica, ao mesmo tempo em que o território é apresentado como garantidor da existência cultural sem a qual fenece a capacidade de reprodução do grupo. Aqui o “étnico” deixa de caracterizar primordialmente um processo de “decadência e desestruturação” – como em fricção interétnica (Cardoso Oliveira, 1978) – para designar tanto movimentos de resistência como projetos políticos nos quais as particularidades culturais dos grupos desempenham um papel fundamental (Guedes, 2011). O recurso aos atributos culturais e as reivindicações pelo reconhecimento cultural aparecem, assim, como meios para se alcançar o esvaziamento do domínio ou da privação injusta (Young, 2000: 83). A cultura e seu uso político podem ser vistos, conseqüentemente, como estratégias de luta para conquista e manutenção dos territórios. Para além de um enfrentamento contra a expropriação material, representada pela usurpação das riquezas naturais, há um embate para manter de pé e fazer perpetuar no lugar e no tempo certas formas diferenciais de se pensar, apropriar e significar o meio ambiente, que, por sua vez, está umbilicalmente conectado às práticas culturais. Como sugerem Bourdieu e Sayad (2006) – quando da análise do impacto da colonização francesa na Argélia –, o empreendimento colonial retirou do camponês argelino mais do que a terra, despojou-o de um bem que não lhe pode ser magicamente restituído ou atribuído e que ele deve não somente refazer, mas fazer: sua própria cultura.

Na ótica de Spivak (2010), o itinerário do reconhecimento por meio da assimilação do outro pode ser traçado de maneira mais interessante a partir da constituição imperialista do sujeito colonial. A partir da ideia de violência epistêmica, a autora demonstra como a empresa colonial fabricou a negação do outro como sujeito e impediu o florescimento de formas distintas de se conceber o mundo. Pode-se dizer que, no contexto atual, a concepção eurocêntrica de um mundo uno, que se fundou primeiramente na celebração da homogeneidade e na evolução unidirecional, tem sido reelaborada pelo capitalismo equânime, que passa a promover a diversidade, a pluralidade e o multiculturalismo como estratégias capazes de alargar as bases de exploração e ocupação territorial. Não obstante, esteja em jogo o estabelecimento das diferenças que valem em conjugação com a aceitabilidade discursiva da alteridade, as tentativas de silenciamento do outro tem sido uma constante na lógica

de expansão da acumulação capitalista. Sobre esse aspecto, o trecho transcrito a seguir – retirado de entrevista realizada com uma liderança indígena do povo Borari – elucida o confronto entre lógicas distintas, além de iluminar o caráter provinciano das estratégias de desenvolvimento econômico:

A partir do momento que você é uma liderança indígena, que você é um liderança ribeirinha, que você é uma liderança quilombola, a partir do momento que você começa a falar em público e a denunciar as injustiças que estão ocorrendo, a primeira coisa que tu vais arranjar é inimigo, porque esse modelo capitalista ele não aceita a demarcação de terras indígenas, ele não aceita assentamentos, ele não aceita reservas, ele não aceita nada que seja preservação, porque isso impede o tal desenvolvimento que eles dizem, o tal desenvolvimento que é pensado para a Amazônia, mas esse não é um modelo de desenvolvimento que possa ser considerado bom para nós (entrevista com liderança indígena Borari T, Santarém (PA), 11 Jun. 2012).

Ontem e hoje esses mecanismos de alargamento da acumulação capitalista cumprem um eficiente papel de turvar nossa compreensão de que a heterogeneidade histórico-estrutural, a copresença de tempos históricos e de fragmentos estruturais de formas de existência social, de variada procedência histórica e geocultural são o principal modo de existência e de movimento de toda sociedade, de toda história (Quijano, 2005: 14). O historicismo europeu<sup>4</sup> apostou e aposta no tempo histórico como medida de distância cultural que impõe um abismo entre os sujeitos considerados desenvolvidos ou tradicionais, moderno ou arcaicos, civilizados ou bárbaros. É imprescindível desmistificar o eurocentrismo e o globalcentrismo pela evidenciação de seus mais alienantes procedimentos cognitivos, expressos na condição de um provincianismo prático-intelectual que inflige sua hegemonia mundial como instrumento de dominação. Para Chakrabarty (2007), o pensamento europeu apresenta uma relação contraditória com o seu ideário de modernidade política, sendo ao mesmo tempo indispensável e insuficiente para pensar as práticas que constituem distintas formas de vida política e modos históricos espalhados ao redor do mundo. A ruptura com esse paradigma de conhecimento e ação passa pela tarefa exposta pelo autor indiano de provincializar a Europa explorando esse pensamento que se constituiu como patrimônio de todos, tentando renová-lo, modificá-lo a partir de uma reflexão na e para as margens.

Como a produção intelectual é de muitas maneiras cúmplice dos interesses econômicos internacionais (Spivak, 2010), trata-se de localizar desde onde se pensa, em qual direção se pensa, bem como indagar qual a lógica está subjacente a uma dada forma de se conceber o mundo e quais estruturas de poder esse pensamento

4. Para Guha (1997), mudar o mundo e mantê-lo em seu estado corrente tem sido a função dual da historiografia liberal europeia – mudar o mundo segundo interesses próprios da classe dominante. Dito de outro modo, significa mudar tudo para que tudo permaneça como sempre esteve.

contribui para manter de pé. Para Grosfoguel (2007), a geopolítica do conhecimento nos obriga a localizar a partir de onde se está pensando e nos mostra como ao mudarmos a geografia da razão ou a localização epistemológica desde a qual se pensa, se transforma a maneira de entender o mundo. A descolonização do imaginário e a desuniversalização das formas coloniais do saber aparecem, portanto, como condições de toda transformação democrática radical que venha a ocorrer nessas sociedades (Lander, 2001). Assim, é justo afirmar com Visvanathan (2003) que a epistemologia de um povo é tão central quanto sua participação em qualquer discurso ou prática democrática.

Em uma toada similar, Santos (2003) designa o projeto de uma sociologia das ausências como uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, dito de outro modo, como alternativa não credível ao que existe. A produção de não existentes pode, assim, ser vista como um dos modos através dos quais funciona o poder da colonialidade, que se alimenta da retórica da modernidade, por sua vez, autoconstruída como sinônimo de civilização, progresso, ciência e desenvolvimento, que conduz diretamente à liberdade, à democracia, à justiça e aos direitos humanos<sup>5</sup>. É assim que o trio universalista da ciência, dos direitos humanos e da meritocracia desponta como orgulho maior dos defensores da civilização capitalista (Wallerstein, 2001). Para fazer emergir a ausência, a próxima seção destina-se a demonstrar que, mesmo diante das históricas tentativas de subalternização, as populações da TI Raposa Serra do Sol têm tentado romper com a “narrativa oficial”, que costuma silenciar as reivindicações indígenas em nome de uma construção que produz o exótico, homogênea e naturaliza práticas de determinados grupos sociais, para, no mesmo movimento, estabelecer e privilegiar formas consideradas como mais desenvolvidas, modernas, civilizadas e cultas.

## A luta sub-alterna na Terra Indígena Raposa Serra do Sol: outro dizer-fazer

No dia 27 de agosto de 2008, as 376 cadeiras do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) estavam ocupadas; ainda de madrugada, a fila para a sessão já estava sendo formada. A monotonia monocromática dos “brancos em longos trajes negros” (Yamada & Villares, 2010: 144) era quebrada pelo colorido dos trajes de gala usado pelas diversas lideranças indígenas do Brasil. A TV e a Rádio Justiça transmitiam o julgamento ao vivo. Transcorridos os procedimentos introdutórios, os advogados dos autores da Petição 3388/RR, depois os advogados dos réus, apresentaram suas alegações. Pela primeira vez, um indígena fala no STF, Joênia Batista de Carvalho, vestindo a beca, mas com o rosto pintado, começa sua defesa na língua wapichana e continua em português afirmando:

5. Rancière (2006) argumenta sobre a inclinação criminal da democracia europeia e sugere que o totalitarismo e a democracia não são necessariamente opostos. Em sua tese sobre o novo ódio à democracia vigora a ideia de que existe apenas uma boa democracia, aquela que representa a catástrofe da civilização democrática.

A terra indígena não é só casa para morar, mas o local onde se caça, onde se pesca, onde se caminha e onde os povos indígenas vivem e preservam sua cultura. A terra não é um espaço de agora, mas um espaço para sempre. Queremos viver conforme nossos usos e costumes, conforme nossas tradições, num ambiente de harmonia e respeito com todos (Carvalho, 2008).

Embora inédita e dissonante do que usualmente se escuta no plenário do STF, a voz da advogada indígena encontra eco nos mais de 30 anos de lutas para o alcance da demarcação contínua da TI Raposa Serra do Sol. Em verdade, toda história do processo de colonização da bacia do rio Branco, da própria formação do estado de Roraima e, sobretudo, a partir da década de 1970, quando foi dado início ao processo de demarcação, mostra que as populações indígenas daquela região recusaram o lugar de subalternidade que alguns setores da sociedade pretendiam lhes infligir. Ainda que continuem sendo reiteradas as tentativas de subjugar as etnias da hoje TI Raposa Serra do Sol, Santilli (2001) percebe que o evento da demarcação possibilitou que organizações indígenas – notadamente o Conselho Indigenista de Roraima – empreendessem esforços destinados a incrementar uma articulação política por parte dos índios na esfera estatal, razão pela qual o autor sustenta o caráter reivindicatório e nada apriorístico da demarcação contínua. A despeito dos conflitos internos e do reconhecimento da existência de indígenas contrários à demarcação contínua, o trecho a seguir (excerto de entrevista realizada durante trabalho de campo na TI Raposa Serra do Sol) apresenta os arranjos e as negociações elaboradas por esses sujeitos na tentativa de manter a unidade no transcorrer do processo de luta pelo reconhecimento de seus direitos:

Já para não haver nenhuma desavença, as organizações sempre se juntaram para se fortalecer e mostrar para a população que nosso objetivo não era brigar, a gente só queria o nosso direito [...]. Esse processo todo, hoje, foram várias pessoas, várias instituições, todo um aglomerado de pessoas que conseguiram [a demarcação], porque a gente sabe que lutar contra a mídia, contra a política é difícil, contra a visão que eles vão colocando. Mas o movimento aqui, nós somos muito fortalecido. Mesmo tendo indígenas contrários. Quando houve todo esse processo, depois a gente se reuniu com os indígenas que eram contrários à demarcação e a gente conseguiu se entender, para que não houvesse o conflito (entrevista liderança Wapichana K, Boa Vista (RR), 22 Jul. 2012).

Repetto (2008) afirma ser problemático posicionar o indígena como sujeito alheio à sua própria história, que, ao ignorar suas interpretações sobre o ambiente externo, enquadra-os como simples receptores de ações indigenistas. Nesse sentido, o frag-

mento apresentado dá conta do processo de reconstrução das alianças indígenas, bem como o disposto a seguir (retirado de entrevista com uma liderança Wapichana) reflete a implantação de políticas públicas destinadas aos indígenas e ajuda a ilustrar o protagonismo de populações subalternizadas na luta pela consecução de seus direitos:

São muitos anos de discussão, então as comunidades são sabedoras dos direitos delas. Foi uma coisa que nós trabalhamos muito, muito, muito, muito. Conheça os seus direitos, que é uma coisa que eu vejo que o não indígena não vai buscar. Quando a gente debatia assim e o pessoal dizia: “mas vocês são cheios de direitos, vocês querem”. A palavra tá dizendo, direito, conquistado, está aí na legislação. Nós indígenas, nós aprendemos, que é tudo pela lei, tudo pelo documento, que é tudo escrito. Nossa palavra, nós falamos, mas se não estiver escrito aí, pra vocês não vale nada. Pergunta pra um indígena, pra ver se ele não sabe quais são os artigos todos. Então, você chega na comunidade vai ver um tuxaua falar da Constituição, ele fala até da OIT. Ele sabe. Às vezes o pessoal se assusta, né? (entrevista liderança Wapichana K, Boa Vista (RR), 22 Jul. 2012).

A enunciação sub-alterna que se articula com a organização política tem os méritos de fazer ecoar demandas que de outro modo seriam silenciadas; exemplo disso, é que tão logo foi impetrada ação que questionava a legalidade da demanda indígena, iniciou-se uma forte campanha nacional e internacional em favor da demarcação contínua. No âmbito interno, um dos alvos foi o próprio STF, órgão responsável por proferir a decisão. Assim, ao longo dos quase quatro anos de processo, foram solicitadas audiências com os ministros do STF pelos representantes indígenas, com o intuito de defender a demarcação nos moldes como havia sido realizada. Ao levar em conta a impressão de habitualidade fornecida pelo relato, o trecho abaixo nos permite perceber que os membros das comitativas indígenas mapearam o perfil dos ministros de uma maneira sistemática. O repasse das informações de um grupo a outro antes dos encontros permitiu-lhes identificar os posicionamentos pessoais de alguns ministros em relação ao caso, contribuindo para elaboração de suas estratégias:

[...] a gente queria chamar a atenção do mundo para o julgamento do STF. Da imprensa principalmente, a gente queria chamar a atenção da imprensa, para saber o que ia passar, né? Nós conseguimos atingir nosso objetivo, porque ao mesmo tempo em que a gente estava fazendo essa campanha na Europa, aqui as lideranças estavam em Brasília e as comunidades estavam mobilizadas aqui. Foi uma rede que nós criamos para chamar a atenção. Essa campanha teve como objetivo levar lideranças para conversar com os

ministros do STF. [...] Cada vez ia uma comitiva falar com os ministros, né? Como é um trabalho coletivo, chegava e dizia, olha, ele é assim, assim, assim. Então, assim, já dava para saber quem era quem, quem eram os ministros mais favoráveis, quem tinha mais resistência. Claro que alguns receberam por mais tempo, assim como [teve] ministro que recebeu a documentação no corredor. E a gente já entendia porque que era aquele recebimento no corredor (entrevista liderança indígena Wapichana K, Boa Vista (RR), 22 Jul. 2012).

Decerto, embora extremamente importantes, não se pode compreender o resultado da demarcação contínua da TI Raposa Serra do Sol unicamente pelas lentes de uma perspectiva reivindicatória e das articulações manejadas pelos povos indígenas. Primeiro porque, no plano político, a demarcação foi um compromisso de campanha do presidente Lula em 2002. A repercussão internacional das lutas por reconhecimento certamente ajudou a formar o convencimento de que seria interessante mostrar para o mundo que o Brasil não era o país “que pior tratava seus índios”, retirando da opinião internacional a impressão de que o Brasil era um país bárbaro (Lima, 1995). No entanto e, também por isso, a luta pelo reconhecimento de seus direitos soube se valer do atual e ilusório discurso de respeito às diferenças e, a partir do ingresso na própria ordem multicultural hegemônica, minar e questionar aquilo que revela sua maior incoerência, o argumento que fixa o lugar como local da tradição e do atraso.

Segundo porque, na tentativa de acomodar as pressões que vinha sofrendo com o julgamento, a decisão proferida pretendeu ser um marco regulatório nos casos de demarcação de terras indígenas, “deixando fundadas as bases jurídicas para o contínuo reconhecimento aos povos indígenas das terras que tradicionalmente ocupam” (Brasil, 2008: 760). Fez isso com a anexação de 19 condicionantes à decisão. Embora algumas apenas reafirmem os direitos estabelecidos no art. 231 da Constituição da República, outras, como as que estabelecem regras ao usufruto dos indígenas em relação a seus territórios tradicionais e as que vedam a ampliação de terras já demarcadas, são absolutamente inconstitucionais, contrariando mesmo o dever de consulta às comunidades indígenas previsto na Convenção 169 da OIT. O próprio estabelecimento de condicionantes foi uma completa inovação do STF; elas não existem no ordenamento jurídico nem mesmo como salvaguardas institucionais, como se quis valer crer. O ativismo judicial, que ocorre quando a decisão do juiz tem em vista acelerar ou obstar a mudança social (Garapon, 1986), fica claro quando se percebe ao longo dos votos dos ministros, a pretensão de se estender a decisão da TI Raposa Serra do Sol a outros casos. Sobre essa vontade, o ministro Menezes Direito afirmou:

A partir da apreciação deste caso pude perceber que os argumentos deduzidos pelas partes são também extensíveis e aplicáveis a outros conflitos que envolvam terras indígenas. A decisão adotada neste caso certamente vai consolidar o entendimento da Suprema Corte sobre o procedimento demarcatório com repercussão também para o futuro. Daí a necessidade de o dispositivo explicitar a natureza do usufruto constitucional e seu alcance (Brasil, 2008: 420).

A consequência imediata das condicionantes foi a tentativa da Advocacia-Geral da União (AGU) de fixar como normativa, por meio de sua Portaria 303, de 16 de julho de 2012, que dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas, aquele entendimento fixado pelo STF na Petição 3388/RR. O objetivo seria atrelar a interpretação das unidades da AGU aos termos das condicionantes postas pelo STF no caso da TI Raposa Serra do Sol.

Após a decisão, foram opostos embargos de declaração para esclarecer a extensão da aplicabilidade das condicionantes. No dia 23 de outubro de 2013, o Supremo voltou atrás e decidiu que sua validade seria apenas para a TI Raposa Serra do Sol, não tendo, portanto, efeito vinculante. Sobre a Portaria 303, sua orientação ainda permanece em aberto, logo após a decisão, o advogado-geral da União reafirmou a necessidade de observância da jurisprudência do Supremo no caso da Raposa Serra do Sol, no entanto, no dia seguinte, (24 de outubro de 2013) divulgou nota informando que a AGU estudaria a implantação da Portaria (Brasil, 2013).

Após seis anos do reconhecimento da legalidade da demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, percebe-se que o STF tem acionado aquelas condicionantes para decidir os casos de demarcação posteriores à Raposa, como os das Terras Indígenas Porquinhos dos Canelas-Apãnjekra, localizada no Maranhão e Guyraroka, pertencente à etnia Guarani Kaiowá, situada no Mato Grosso do Sul. Ao falar sobre a aplicabilidade das normas constitucionais, Lassale (2001) sustenta que esta estaria dependente também de um ambiente disposto a receber determinada decisão. Nesse sentido, a despeito dos tribunais serem compreendidos como a instância garantidora dos direitos das minorias, os casos concretos não têm validado essa representação (Carrió, 1986). Ao contrário, sua atuação contramajoritária restaria facilitada quando não mais existissem maiorias adversárias na arena política.

A demarcação da TI Raposa Serra do Sol sinaliza que, a despeito das tentativas de subalternização operadas pelo STF, a partir do acionamento de um instrumental jurídico destinado a acomodar interesses da dita maioria e arrefecer os impactos de

futuras demandas territoriais de grupos étnicos, as populações indígenas lograram resguardar seus direitos constitucionais e fizeram ressoar as vozes dissonantes que resistem e enunciam sua permanência nesse campo de disputas.

*Abstract: To reflect on the continuity of subordination processes and expropriation of the traditional populations the article will be anchored in the approaches the paradigm modernity-coloniality. It will try to connect the theoretical problem thus constructed with the empirical knowledge of territorial changes occurred in the Amazon region, a move that will submit to question certain aspects of social reality and to turn the spiral connecting conceptual abstraction and reality. To do it the analysis undertaken here makes use of two field studies conducted in different Amazonian spaces; the first carried out in the western region of Pará, which over the last decade has been the locus of intense conflict between the fronts of economic expansion and traditional populations. The second held in the Raposa Serra do Sol, which is a paradigmatic case whereupon the judgment put in opposition rationalities different and modes of use, significance and appropriation of territory.*

*Keywords: coloniality-modernity, development, subordination processes, territorial expropriation, resistance.*

## Referências

ALMEIDA, M. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. *Ruris*, v. 1, n. 2, p. 157-176, 2007.

ASSIS, W. F. T.; LAGES, A. S. Há diferenças que fazem diferença? Lutas identitárias e conflitos ambientais nas dinâmicas de expansão capitalista da Amazônia. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 51, p. 61-71, 2015.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro; Lisboa: Bertrand Brasil; Difel, 1989.

BOURDIEU, P.; SAYAD, A. A dominação colonial e o saber cultural. *Revista de Sociologia Política*, n. 26, p. 41-60, 2006.

BOURDIEU, Pierre ; WACQUANT, Loïc. Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista. *Estudos afro-asiáticos*, v. 24, n. 1, p.15-33, 2002.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n. 29.542. 2014a. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6937880>>. Acesso em: 25 Mar. 2015.

———. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança.n. 29.087. 2014b. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7218303>>. Acesso em: 25 Mar. 2015.

———. *Regimento Interno* [atualizado até dezembro de 2013] – consolidado e atualizado até maio de 2002 por Eugênia Vitória Ribas. Brasília: STF, 2013.

———. Petição n.º 3 388/RR. Relator ministro Carlos Ayres Britto. Brasília: TSF, 2008. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>>. Acesso em: 11 Mar. 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Problemas e hipóteses relativos à fricção interétnica. *América Latina*, v. 6, n. 3, p. 33-45, 1978.

CARRIÓ, Genaro R. *Notas sobre derecho y lenguaje*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1986.

CARVALHO, Joênia Batista. Sustentação oral proferida por ocasião da votação da Petição 3 388, em 27 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=aEcR0gWHjmk>>. Acesso em: 22 Jan. 2012.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la invención del otro. In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe. Post-colonial thought and historical difference*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2000.

DA ROS, Luciano. Tribunais como árbitros ou como instrumentos de oposição: uma tipologia a partir dos estudos recentes sobre judicialização da política com aplicação ao caso brasileiro contemporâneo. *Direito, Estado e Sociedade*, n. 31, 2007.

DIRLIK, Arif. *The postcolonial aura: third world criticism in the age of global capitalism*. Boulder: Westview Press, 1997.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

ESCOBAR, Arturo. El Lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o postdesarrollo? In: LADER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*, p. 115-152. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

———. Mundos y conocimiento de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, n. 1, Ene./Dic. 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: EdUnB, 2001.

GARAPON, Antoine. *O juiz e a democracia: o guardião das promesas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1986.

GARCÉS, Fernando. Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana, 2007.

GONZALEZ-CASANOVA, P. Colonialismo interno: uma redefinição. In: BORON, Atílio *et alii*. *La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

GROSFUGUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana, 2007.

———. La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. *Tabula Rasa*, n. 4, p. 17-48, Ene./Jun. 2006.

GUEDES, A. D. A fronteira e as fronteiras entre camponeses, indígenas e comunidades tradicionais: relendo José de Souza Martins. XVII Semana PUR, *Anais da XVII Semana PUR*, 2011.

GUHA, Ranajit. *Dominance without hegemony: history and power in colonial India*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HALE, Charles. Does multiculturalism menace? Governance, cultural rights and the politics of identity in Guatemala. *Journal of Latin American Studies*, v. 34, p. 485-524, 2002.

HOFFMAN, M. B. Mapeamentos participativos e atores transnacionais: a formação de identidades políticas para além do Estado e dos grupos étnicos. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografia social e dinâmicas territoriais. Marcos para o debate*. Rio de Janeiro: Ippur-UFRJ, 2010.

KHATIBI Abdelkebir. Maghreb plural. In: MIGNOLO, Walter (Comp.). *Capitalismo y geopolítica del conocimiento: el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2001.

———. Un étranger professionnel. *Études Françaises*, v. 33, n.1, p. 123-126, 1997.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In: LANDER, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2001.

LASSALLE, Ferdinand. *A essência da constituição*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2001.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil. In: SILVA, Aracy Lopez da; GRUPIONI, Luiz Donisetti Benzi (Orgs.). *A questão indígena na sala de aula: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GOSFROGUEL, Ramón (Comps.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar; Universidad Central-Iesco; Siglo del Hombre, 2007.

MASSEY, Doreen. Um Sentido Global do Lugar. In: ARANTES, Antonio Augusto. *O espaço da diferença*. São Paulo: Papyrus, 2000.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

———. Introducción. In: MIGNOLO, W. *Capitalismo y geopolítica del conocimiento: eurocentrismo, y filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo*. Buenos Aires: Editorial Signo, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

QUIJANO, Aníbal. Don Quijote y los molinos de viento en América Latina. *Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos*, Área Sociología Histórica. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, v. 4, n. 14, Ene.-Mar. 2005.

———. Los movimientos campesinos contemporáneos en América Latina. *OSAL, Debates Teóricos*, Sep. 2000a.

———. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World Systems-Research*, v. 11, n. 2, p.342-386, 2000b.

———. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Anuário Mariateguiano*, v. 9, n. 9, 1997.

RANCIÈRE, Jacques. *Hatred of democracy*. London: Verso, 2006.

REPETTO, Maxim. *Movimentos indígenas e conflitos territoriais no estado de Roraima*. Boa vista: Editora UFRR, 2008.

SANTILLI, Paulo. *Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre ciências revisitado*, p. 777-821. São Paulo: Cortez, 2003.

SPIVAK, A. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Philippe. *La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûtement*. Paris: La Découverte, 2005.

VISVANATHAN, Shiv. Convite para uma guerra da ciência. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*, p. 757-776. São Paulo: Cortez, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

———. *The capitalist world-economy*. Cambridge; Paris: Cambridge University Press; Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1979.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento "otro" desde la diferencia colonial. In: WALSH, C.; LINERA, A. G.; MIGNOLO, W. *Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento*, p. 21-70. Buenos Aires: Del Signo, 2007.

WALSH, Catherine et alii. *Indisciplinar las ciencias sociales, geopolítica del conocimiento y colonialidad del poder. Perspectivas desde lo Andino*. Quito: Abyala, 2002.

YAMADA, Érika M.; VILLARES, Luis Fernando. Julgamento da Terra Indígena Raposa Serra Do Sol: todo dia era dia de índio. *Revista de Direito GV*, n. 6, p. 143-158, Jan./Jun. 2010.

YOUNG, I. M. *Inclusion and democracy*. New York: Oxford University Pres, 2000.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.



# Gilberto Freyre e o tempo-espaço brasileiro: uma crítica ao cronótopo da modernidade\*

Recebido: 27.02.16

Aprovado: 16.11.16

Sergio B. F. Tavolaro\*\*

Resumo: O artigo revisita uma das teses que permeiam de ponta a ponta a obra de Gilberto Freyre, a saber, a sociedade brasileira, fruto de formação *sui generis*, lograva atenuar, quando não resistir, com insuspeita criatividade, às investidas de padrões mentais, comportamentais, estéticos e institucionais estranhos às suas tradições, os quais vinham se insinuando sobre ela de maneira cada vez mais sistemática a partir do século XIX. Importa-me sobremaneira que essa hipótese lhe servisse para avançar outra de suas ideias-força, qual seja, a de que nossa formação social representava uma modalidade tão diversa quanto bem-sucedida da modernidade. O artigo almeja visitar tal programa intelectual com o propósito de compreender como esse intérprete mobiliza, ao longo de sua vasta obra, as categorias tempo e espaço, e quais usos, conotações e sentidos emprestados a tais noções mais se sobressaem em seus esforços de interpretação da experiência moderna no Brasil. Por fim, pretendo sondar potenciais contribuições de Freyre para o discurso sociológico da modernidade.

Palavras-chave: Gilberto Freyre, pensamento social brasileiro, modernidade, teoria sociológica.

## I

“A Praça venceu o engenho”, assevera Gilberto Freyre em *Sobrados e mucambos*, mas não sem deixar de nos alertar que tal fenômeno deu-se

[...] quase sempre respeitando nos vencidos umas tantas virtudes e gabolices; procurando imitá-las; às vezes até romantizando-as e exagerando-as nessa imitação de “inferiores” por “superiores” (Freyre, 1996: 30).

Nesta, como em outras de suas celebradas obras, Freyre torna explícita uma hipótese que atravessaria de ponta a ponta seu programa intelectual: a sociedade brasileira, fruto de formação *sui generis*, lograva atenuar, quando não resistir, com insuspeita criatividade e galhardia, às investidas de padrões mentais, comportamentais, estéticos e institucionais estranhos às suas tradições, padrões que vinham se insinuando sobre ela de maneira cada vez mais sistemática a partir do século XIX, na esteira da escalada hegemônica da Europa ocidental e da América do Norte (Freyre, 1996: 34 e 47). Como bem sabemos, revisitada (por vezes à exaustão) em várias de suas principais obras, tal hipótese servia-lhe para avançar outra de suas ideias-força, qual seja, a de que nossa formação social representava uma modalidade tão diversa quanto bem-sucedida da modernidade. Aqui, por razões que nosso autor também

\* O presente artigo é fruto de pesquisa desenvolvida com apoio do CNPq/Bolsa de Produtividade em Pesquisa. Agradeço as/os pareceristas pela leitura crítica e sugestões, as quais auxiliaram a recalibrar os objetivos e ambições deste trabalho, bem como esclarecer os argumentos defendidos.

\*\* Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Bolsista pesquisador do CNPq. Doutor em sociologia pela The New School for Social Research (USA). <sergiotavolaro@unb.br>

costumava associar às especificidades do espaço tropical, a frenesi moderna ganhava cadência própria, uma temporalidade e um ritmo diversos daqueles que tiveram lugar na “Europa carbonífera e burguesa” (Freyre, 2003).

Passadas várias décadas desde a publicação dos principais trabalhos de Freyre, permanece o interesse na avaliação do legado de sua obra (Kominsky, Lépine & Peixoto, 2003), do apelo de seus retratos do Brasil no presente (Cardoso, 2013) bem como de “seu lugar na história da teoria social” (Burke & Pallares-Burke, 2009: 306). O objetivo precípuo do artigo é revisitar seu programa intelectual com o intuito de compreender de que maneiras as categorias tempo e espaço são mobilizadas, e quais usos, conotações e sentidos emprestados a tais noções mais se sobressaem em seus esforços de interpretação da experiência moderna no Brasil. Ainda assim, de uma forma ou de outra, aquelas preocupações acerca do legado e da relevância atual das formulações de Freyre também norteiam minhas investigações: num plano mais geral, interessa-me indagar sobre o quadro de referência epistemológico<sup>1</sup> a partir do qual emergem suas imagens da (pretensa) singularidade brasileira a fim de identificar ao menos algumas das condições de possibilidade de suas formulações. Por fim, almejo apreciar o alcance de suas proposições à luz de problemas e questões recentes que revolvem o imaginário sociológico da modernidade.

1. Por quadro de referência epistemológico, refiro-me tão somente às noções, categorias, códigos, conceitos, esquemas classificatórios e procedimentos de inferência (com ambições científicas ou não) que, como condições de possibilidade cognitiva, poderão ter delimitado os horizontes de imaginação de Freyre acerca da “singularidade brasileira”, tanto em suas narrativas históricas como em outras modalidades de trabalho desse intérprete do Brasil.

Vale dizer, o destaque aqui conferido ao *tempo* e ao *espaço* justifica-se pela centralidade que gozam no próprio imaginário da modernidade. Além de considerados como “dimensões materiais fundamentais da vida humana” (Castells, 1999: 376), quando não “categorias básicas da existência humana” (Harvey, 1995: 202), um e outro revelam-se elementos basilares desse imaginário: certos sentidos conferidos ao *tempo* e ao *espaço* ajudam a delimitar os horizontes de cognição e a circunscrever as possibilidades de imaginação a respeito da modernidade (Gumbrecht, 1998; Habermas, 1990; Koselleck, 2006a; Koselleck, 2006b); a partir de ambos, estabelecem-se parâmetros por meio dos quais a experiência moderna é cotejada e contrastada com outras configurações societárias (Bergmann, 1992; Berman, 1986; Giddens, 1991; Gumbrecht, 2010; Gumbrecht, 2015; Harvey, 1995; Luhmann, 1976). Não é de estranhar, pois, que também Freyre tenha devotado tamanha atenção a essas categorias em suas elucubrações a respeito da formação brasileira – cabe lembrar, em seu tempo, quase invariavelmente representada em descompasso com as chamadas “sociedades avançadas do Ocidente”. Ora, certas noções de *tempo* e *espaço* contribuíram igualmente para delimitar seus horizontes de imaginação e suas narrativas históricas do Brasil e de outras sociedades que lhe serviam de parâmetro para retratar a pretensa “singularidade brasileira”. Não por outro motivo, a análise desses problemas pode auxiliar a esclarecer as complexas relações que sua obra entretetece com o próprio imaginário da modernidade.

Em linhas gerais, este não é um problema de todo negligenciado por sua fortuna crítica (Andrade, 2003; Araújo, 1994; Bastos, 2006; Lima, 2013; Santos, 2008; Villas-Bôas, 2003). De uma forma ou de outra, argumenta-se que, para Freyre, haveria no Brasil uma configuração *espaço-temporal* ímpar, um arranjo tão distinto quanto esta sociedade (Burke & Pallares-Burke, 2009; Larreta & Giucci, 2007; Tavolaro, 2013; Villas-Bôas, 2006) – ou seja, na interpretação freyreana, a peculiaridade do arranjo espaço-temporal brasileiro caminharia *pari passu* com a propalada singularidade de sua sociedade. Embora, de fato, esse me pareça um ponto de partida analítico promissor, desejo acrescentar alguns elementos a essa interpretação, os quais codifico em três hipóteses de trabalho interligadas. Primeiramente, em seus esforços para delinear as especificidades do tempo-espaço brasileiro, Freyre caminha quase sempre no sentido de atribuir substância a ambas as noções, conferindo-lhes predicados a seu ver inextricavelmente vinculados a contextos e situações particulares – não por acaso, com certa frequência associados de maneira exclusiva ao *tópico*. Ao assim fazê-lo, de um só golpe, se afasta de acepções neutras, abstratas e gerais do *tempo-espaço* e exclui por completo a possibilidade da mera replicação e/ou transposição imediata destas para o cenário brasileiro. Em segundo lugar, se é verdade que, conforme alguns de seus analistas já tiveram oportunidade de sugerir, Freyre reclama para a sociedade brasileira o estatuto de configuração moderna *sui generis*, também com o intuito de desconstruir o estigma de incompletude que a maculava (Burke & Pallares-Burke, 2009; Larreta & Gucci, 2007; Souza, 2000; Villas-Bôas, 2003), na mesma medida, parece-me que o autor ambiciona retratar a experiência espaço-temporal dessa sociedade não como um ensaio malsucedido, imperfeito ou incompleto do *cronótopo*<sup>2</sup> da modernidade, mas, de outro modo, como um arranjo moderno dentre outros, alternativo àquele que, sob a hegemonia de algumas poucas sociedades, ascendia à posição modelar no cenário contemporâneo.

Em terceiro lugar, ao invés de adstritos à controvérsia acerca do estatuto moderno (ou pseudomoderno) da sociedade brasileira, esses engajamentos críticos de Freyre tocam em questões igualmente caras a debates contemporâneos em torno do discurso sociológico da modernidade. Parece-me que, ao desafiar o privilégio epistemológico da constelação espaço-temporal que, a seu ver, era característica da modernidade cristalizada na Europa setentrional e na América do Norte, suas formulações oferecem *insights* para ao menos dois problemas de reflexão que atualmente revolvem esse discurso: (a) a indagação das pretensões universalistas de seus conceitos e categorias e, ato contínuo, a problematização das insinuações prescritivas que, assentadas sobre tais referências supostamente universais, projetam-se sobre configurações modernas não modelares; e (b) a elaboração de ferramentas que habilitem esse discurso sociológico a codificar contextos societários não modelares sem cair presa daquelas pretensões e insinuações supracitadas. Ou seja, malgrado

2. Mikhail Bakhtin emprega o termo *cronotopo* (“tempo-espaço”) para referir-se à “interligação fundamental das relações temporais e espaciais, artisticamente assimiladas em literatura” (Bakhtin, 1988: 211). No presente artigo, nos passos de Hans U. Gumbrecht (1998; 2015), emprego esta expressão com uma conotação mais ampla, de modo a torná-la aproveitável também para a análise sociológica: compreendo *cronótopos* como configurações tempo-espaciais, bem como construções conceituais e simbólicas a seu respeito, articuladas a experiências sociais historicamente situadas.

3. A título de ilustração, ao cotejar as obras *Casa-grande & senzala e Nordeste*, Burke e Pallares-Burke (2009: 202-203) sustentam que é apenas na segunda que a paisagem torna-se um “personagem do drama”, na mesma medida em que se passa a conferir “ênfase considerável aos aspectos negativos da economia e da sociedade do Nordeste.” Jessé Souza (2000: 210-212), por sua vez, identifica o que denomina de “torção” nos escritos, obras e trabalhos “da maturidade” de Freyre em relação àqueles “da juventude” do autor (destacando-se, nesse último caso, *Casa-grande & senzala e Sobrados e mucambos*), algo que Souza associa a motivações políticas ou geopolíticas. Mas note-se que, ainda conforme suas sugestões, tal “torção” jamais chega a constituir um “corte epistemológico” na obra de Freyre (Souza, 2000: 212).

4. Isso não nos obriga, é claro, a tomá-la como uma “formação discursiva”, nos moldes propostos por Foucault.

5. Vale dizer, apesar de tomá-la como um dado importante de pesquisa, o artigo não se satisfaz com a retórica do próprio

o fato de, na grande maioria das vezes, alimentar a imagem da brasileira como uma configuração social sem paralelo, e conquanto tenha adotado variáveis explicativas hoje quase completamente deslegitimadas pelo discurso sociológico (Tavolaro, 2016) – o que, a princípio, não faria outra coisa senão confirmar o provincianismo de seu pensamento, ancorado em uma *episteme* datada, além de animado por um rol de questões obsoleto e/ou circunscrito a características (supostamente) essenciais e irreduzíveis à sua própria sociedade –, ao menos algumas das proposições interpretativas de Freyre parecem contribuir para agendas de reflexão atuais que buscam interpelar criticamente o discurso sociológico da modernidade e ajustá-lo à luz de novas preocupações e problemas.

Por fim, uma breve nota metodológica para esclarecer as escolhas e os alcances do artigo – e, é claro, também suas limitações: sirvo-me aqui de diferentes obras de Freyre, produzidas no decorrer de sua longa vida intelectual. É óbvio que essa produção, considerada em sua totalidade, não permaneceu imune a mudanças de ênfase, seja por motivos estritamente “textuais” (desdobramentos “internos” à própria obra) seja por aspectos “contextuais” (políticos, geopolíticos, institucionais, interpessoais etc.), por assim dizer (Buke & Pallares-Burke, 2009; Kominsky, Lépine & Peixoto, 2003; Larreta & Gucci, 2007; Pallares-Burke, 2005; Souza, 2000)<sup>3</sup>. Ainda assim, tratando-se de uma figura pública sabidamente presunçosa de suas próprias ambiguidades e contradições (Freyre, 1968), talvez não deixe de causar certa surpresa a expressiva permanência, regularidade e continuidade de um conjunto notável de interesses, imagens e noções acerca do Brasil na ampla dispersão da obra de Freyre<sup>4</sup>. Ora, muito embora de modo algum desconsidere a relevância de investigações que explorem as eventuais “influências contextuais” sobre essa obra ou mesmo os “significados contextuais irreduzíveis” de algumas de suas formulações, a opção analítica do presente artigo é, por sua “dimensão textual”, condizente com os problemas e as preocupações estritas que orientam e circunscrevem prioritariamente este trabalho. Por outro lado, apesar de também considerar relevantes pesquisas movidas pelo interesse de identificar mudanças de ênfase ou de sentido nas noções empregadas pelo autor, o presente trabalho pretende-se um esforço analítico de ideias, conceitos e imagens cujas conotações e sentidos, ao cabo da pesquisa que informou o artigo, revelam grau expressivo de regularidade<sup>5</sup> – caso, justamente, de certas acepções conferidas às noções de *tempo* e *espaço* bem como de visões da sociedade brasileira às quais aquelas noções mostram-se fortemente associadas<sup>6</sup>. Por fim, devo observar que endosso as avaliações que tendem a conferir centralidade às célebres obras de Freyre publicadas nos anos 1930 (Araújo, 1994; Bastos, 2006; Larreta & Gucci, 2007; Souza, 2000). A meu ver, também no tocante às questões, temas e noções aqui contemplados, essa produção deixou marcas definitivas em momentos posteriores, contribuindo para as continuidades e regularidades que tanto interessam ao artigo.

Ao mesmo tempo, porém, entendo que a fatura da década de 1930 de modo algum esgota ou sintetiza a agenda intelectual de toda sua vida.

## II

Bem sabemos que a recepção da fatura freyreana já experimentou umas tantas oscilações, por motivos tão diversos quanto as questões contempladas por sua vasta obra: abundam, por exemplo, indagações acerca das controversas conotações político-ideológicas de suas proposições; não menos frequentes são trabalhos dedicados à análise de suas visões do Brasil, acompanhados ou não da avaliação dos impactos continuados de sua empresa interpretativa (seja dentro dos limites estritos do pensamento social brasileiro ou para além deles). Embora reconheça que essas agendas não sejam de todo excludentes, os objetivos e interesses precípuos deste artigo o aproximam de maneira mais clara de preocupações analíticas com os contornos de seus retratos do Brasil. Nesse sentido, conforme já se observou outrora (Tavolaro, 2016: 213-214), a profusão e variedade de ocasiões em que Gilberto Freyre emprega as categorias *tempo* e *espaço* não escaparam à percepção de seus analistas mais recentes. Manuel C. Andrade (2003: 223) fala-nos, mesmo, da “presença permanente” do aspecto “geográfico” na maior parte de seus livros e artigos, ou ainda de uma constante “preocupação com a descrição e análise da paisagem”, somada a seu interesse pelas “relações entre o homem e o meio” (Andrade, 2003: 225 e 228-229). Ao mesmo tempo, Freyre é apresentado como responsável por instituir sociologicamente o Nordeste brasileiro, retratado como a região que deu “ao país as raízes de uma nova civilização dos tempos modernos” (Tuna, 2000: 91). Em outro registro, fala-se que, em sua obra mais conhecida, as diferenças raciais aparecem codificadas como produto cultural não só de adaptações climáticas específicas, mas também de aspectos ecológicos particulares (Lehmann, 2008). Elide R. Bastos (2006: 11), por sua vez, sustenta que conquanto as problemáticas do patriarcalismo e da interpenetração de etnias e culturas revelam-se dois dos pilares da “unidade explicativa do pensamento freyreano”, uma e outra encontram-se inextrincavelmente associadas ao “trópico”. Articuladas entre si, essas três variáveis constituiriam, nessa arquitetura interpretativa, os “marcos definidores da formação nacional” (Bastos, 2006: 81). Aliás, a tomar pela leitura de Ana Carolina Santos (2008: 79), a relevância explicativa do trópico – de acordo com Araújo (1994: 58-59), tratado pelo autor pernambucano como um ambiente repleto de “excessos”, graças aos quais condições físicas e geográficas se transfigurariam em padrões culturais singulares, que assim se impregnariam no “conjunto da vida social” – torna explícita a acentuada importância atribuída à região, concebida por Freyre “como um todo harmônico no qual natureza e homem compõem o drama da vida em sua riqueza de detalhes [...]”. Não por acaso, ainda conforme a análise de Santos (2008: 79), em sua sociologia regional, nosso

autor acerca das continuidades que permeiam suas formulações.

6. Uma vez mais, reconheço a importância e relevância de investigações voltadas aos “aspectos contextuais” que envolveram e pesaram sobre a obra de Freyre, assim como daqueles esforços que buscam descortinar as descontinuidades e eventuais rupturas no universo semântico desse intérprete do Brasil. No entanto, a adição dessas novas preocupações à agenda de pesquisa e reflexão do presente artigo o conduziria para direções muito diversas das metas e objetivos específicos aqui estabelecidos.

intérprete “seleciona tipos de região que indiquem as relações entre os fatos sociais essenciais e as condições físicas fundamentais associadas àqueles.” Vale dizer, na avaliação de Burke e Pallares-Burke (2009), essa atenção aguda ao “elemento ecológico” da experiência social cedo se insinuou nos interesses de Gilberto Freyre, como se pode notar em seu entusiasmo precoce por escritores regionais (tais quais Thomas Hardy, Maurice Barrès e Hermann Sudermann), por questões caras à política regionalista (caso de Charles Maurras), bem como por pensadores que se voltavam à investigação de regiões e de suas ecologias (dentre eles Franz Boas e Roquette-Pinto). Tais leituras teriam sensibilizado Freyre

para o elemento ecológico no trabalho de pensadores que ele encontrou mais tarde, como Patrick Geddes, Lewis Mumford, Radhakamal Mukerjee e Carl Sauer (Burke & Pallares-Burke, 2008: 269).

Note-se que, conforme essa mesma fortuna crítica, atenção análoga é devotada por Freyre à problemática do *tempo*. Em verdade, para muitos analistas, ambas as categorias se apresentam claramente imbricadas em suas reflexões de maior impacto. Nesse exato sentido, Bastos (2006: 152) também argumenta que, além de um espaço com qualidades especiais, “o trópico, para Gilberto Freyre, é o *locus* onde se cruzam o tradicional e o moderno [...]”. A expressa valorização das qualidades regionais do Nordeste brasileiro, observada desde seus trabalhos da década de 1920, se ancoraria no apego indisfarçável do autor às tradições de um tempo passado que, embora cada vez mais obnubilado, teimava em fazer-se presente (Almeida, 2003). De maneira algo similar, a propósito do programa de reflexão de *Sobrados e mucambos*, Ricardo B. Araújo (1994: 109) entende que naquela obra, a passagem do tempo é percebida e estudada de forma “especializada”, isto é, “através das modificações sofridas pela arquitetura e pelas formas de sociabilidade doméstica da cultura brasileira.” Ou seja, conquanto Freyre, desde cedo, tenha se encantado pelas qualidades particulares de regiões específicas – sendo o Nordeste brasileiro notoriamente o foco prioritário de suas elucubrações – ante o desafio de compreender a emergência bem-sucedida de uma civilização moderna nos trópicos (Larreta & Giucci, 2007), também de maneira prematura nosso intérprete teria sido tocado por questões relativas ao *tempo*. É sintomático que, conforme alertam Burke e Pallares-Burke (2009: 271), o ainda jovem Gilberto, estudante da Universidade de Columbia, sob a influência do mestre Franklin Giddings, anotara em sua dissertação de mestrado “a coexistência de diferentes tempos no Brasil do século XIX” – impressão, aliás, que jamais o abandonaria. Não menos importante, em meio às suas recorrentes imersões no passado brasileiro, quase sempre preocupado com a “reconquista europeia” que a partir do século XIX, a seu ver, abateu-se sobre nossa sociedade de maneira cada vez mais sistemática e intensa (Araújo, 1994: 137), Freyre teria se empenhado em avaliar as “perdas e a sobrevi-

vência do tradicional face ao moderno” (Bastos, 2006: 176). O saldo final seria uma interpretação da formação brasileira “em flagrante oposição às obras que se baseiam nas concepções moderna e progressista de tempo [...]” (Villas-Bôas, 2006: 49).

À luz desses *insights* iniciais, gostaria de indagar a obra de Freyre de um ângulo que não me parece deliberada e enfaticamente adotado por essa fortuna, a saber, a partir do tratamento articulado de três problemas analíticos relacionados aos usos e sentidos conferidos às categorias tempo e espaço:

1. como condições de possibilidade básicas para suas imagens da experiência moderna no Brasil;
2. como pontos de apoio para seus engajamentos críticos e propositivos com o imaginário da modernidade, amplamente considerado; por fim,
3. como eventuais contribuições para certa agenda recente que vem mobilizando teorizações sociológicas a respeito da modernidade.

Antes, porém, devo chamar atenção para dois aspectos acerca do lugar e da importância dessas categorias na fatura freyreana:

*a.* mais do que um simples pano de fundo passivo sobre o qual se encenam as relações sociais, ou para além de meras variáveis dependentes de fenômenos sociais específicos, ambas as categorias assumem muitas vezes posição protagonista e ativa em seus esforços interpretativos, capazes de condicionar, quando não de moldar a ordem social brasileira, sua dinâmica bem como o comportamento de seus agentes. Daí a frequente atenção de Freyre aos predicados físico-naturais do trópico americano e à temporalidade que julgava característica desse espaço – esta, da mesma maneira que aqueles, concebida não só como resultado, mas também como elemento propulsor da singularidade brasileira. Além disso, é preciso também reconhecer que

*b.* ao invés de categorias cognitivas neutras mobilizadas com o propósito único de decifrar o social, tempo e espaço aparecem, em suas obras, impregnadas de juízos de valor: de fato, abundam considerações valorativas – ético-morais assim como estético-expressivas – a respeito de aspectos por ele atribuídos a diferentes configurações espaço-temporais (do Brasil e de outros contextos societários).

Isso posto, cabe enfim a indagação: de que maneiras as noções de tempo e espaço empregadas por Freyre ajudam a delimitar suas formulações a respeito da experiência societal brasileira e seu lugar na modernidade?

### III

Certa feita, Gilberto Freyre argumentou que o ponto “sempre importante” a se considerar era o fato de o Brasil ser

um país tão essencialmente tropical em sua situação física – na sua situação física quase total – que sua agricultura, pecuária, arquitetura, hábitos alimentares, maneira de trajar e hábitos recreativos têm que corresponder a essa situação, tão diferente da europeia (Freyre, 2000b: 51).

Não por outra razão, para ele,

em lugar de macaquear a maneira europeia de viver e vestir, os hábitos alimentares, a arquitetura (Freyre, 2000b: 51) [e tantos outros aspectos, parecia-lhe que aquilo que tornava] o Brasil moderno particularmente interessante como experiência social de civilização moderna em um ambiente não europeu é o fato de que os brasileiros conseguiram, vencendo grandes dificuldades, desenvolver certo número de valores essencialmente europeus num ambiente essencialmente não europeu (Freyre, 2000b: 51).

7. É certo que essas não foram, de modo algum, as únicas influências intelectuais “estrangeiras” de Freyre. A respeito do impacto de duas gerações de intelectuais espanhóis (a de 1898 e a de 1914) sobre o autor, enfeixando suas discussões acerca das relações tradição/modernidade, Oriente/Ocidente, europeísmo/não europeísmo, ver Bastos (1998). Quanto ao legado de pensadores latino-americanos sobre sua produção, ver Crespo (2003). Por fim, no tocante às influências românticas britânicas sofridas por Freyre desde o início de sua formação intelectual, ver Pallares-Burke (2005).

Ora, é em tom de denúncia aos “estrangeirismos” e às “roupagens exóticas” que teriam se assenhoreado da República, que o quase mítico *Manifesto regionalista* proclama que “de regiões é que o Brasil, sociologicamente, é feito, desde os seus primeiros dias. *Regiões naturais a que se sobrepujaram regiões sociais*” (Freyre, 1976: 31-32, grifos meus). Tais regiões, segundo o mesmo manifesto, deveriam ser concebidas como “modos de ser”, ou ainda “formas de expressão” características da realidade nacional brasileira (Freyre, 1976: 30-31). Daí a exortação ao estudo prioritariamente regional da “cultura brasileira, do mesmo modo que a natureza; o homem da mesma forma que a paisagem” (Freyre, 1976: 33). A bem da verdade, reflexões análogas já o haviam ocupado antes. É sugestivo que em sua “Introdução” à obra *Região e tradição*, ao referir-se ao movimento regionalista do Nordeste como uma espécie de neorromantismo de cunho realista, Freyre tenha tecido elogiosas considerações aos “velhos românticos alemães” (Justus Moses, Herder, Jakob Grimm, Ranke) por sua oposição à certa “filosofia de universalidade estática”, em favor do reconhecimento nos “fatos do desenvolvimento e da atividade humana [...] daquela variedade no tempo e no espaço” (Freyre, 1941: 37-38). Note-se, em especial, o destaque do autor à recusa daqueles pensadores à

cristalização em leis universais de conduta e em formas universais de expressão, do que é, por natureza, e em grande parte, vario, flexível, inconstante no tempo e diverso no espaço (Freyre, 1941: 37-38)<sup>7</sup>.

Ora, em seu entendimento, mesmo admitida a existência do geral e do universal, ainda assim, um e outro seriam “em grande parte [...] resíduo do regional e do temporal” (Freyre, 1941: 37-38).

Seria incorrer em erro, contudo, inferir que tal opção metodológica pelo espaço regional inevitavelmente conduzia Freyre a estreitar seus horizontes de investigação ou mesmo a apequenar suas ambições analíticas. Já de início, interessava-lhe trazer à luz formas peculiares de existência social que, a despeito de espacialmente circunscritas, se lhe revelavam por demais importantes para serem simplesmente ignoradas. Havia, no entanto, outras questões em jogo que acabavam por potencializar o escopo e alcance de suas interlocuções: por um lado, a investigação dos predicados físicos e culturais das regiões constituía-se em um meio promissor para abordar a própria formação social brasileira e suas alardeadas originalidades no contexto mundial; por outro, tão ou mais importante que isso, a eleição metodológica da região, associada ao resgate e à valorização veementes da tradição, aparamentava-o, na mesma medida, a interpelar a própria modernidade e, ato contínuo, o amplo e variado campo discursivo a seu respeito. Não admira, pois, que suas críticas à modernização, ao ocidentalismo “que vê em tudo o que é antigo ou oriental um arcaísmo a ser abandonado” (Freyre, 1976: 41), à sua temporalidade própria tanto quanto a seus efeitos desvirtuadores das originalidades brasileiras estivessem quase sempre presentes nos trabalhos em que se propôs destacar as criações caracteristicamente regionais do Nordeste. Nesses casos, é patente o sentimento de perda em relatos que registram, com rara nitidez, os impactos da passagem do tempo na esteira da crescente europeização experimentada pela sociedade brasileira, seja na paisagem rural (Freyre, 1941: 107; 2015: 105), seja na urbana (Freyre, 1941: 108), ou mesmo na social (Freyre, 1941: 118, 123, 125, 139, 142, 152, 153, 162, 163; 2015: 104). A certa altura, Freyre chega mesmo a observar que

comparando o Nordeste de 1825 com o de 1925 tem-se quase a impressão de dois países diversos. A própria paisagem, o próprio físico da região, alterou-se nestes cem anos. É outra a sua crosta. Outra a fisionomia (Freyre, 1941: 107).

Ao menos dois aspectos sobressaem-se nessas formulações, ambos expressivos dos usos e sentidos que o autor confere às noções de *tempo* e *espaço*. Primeiramente, no tocante à dosagem *diversidades regionais/uniformidade nacional*, vale observar que Freyre não via qualquer contradição no fato de seus esforços sociológicos de interpretação da formação e do *ethos* nacional brasileiros serem conduzidos a partir de “uma simplificação aparentemente arbitrária” – isto é, sua consideração por meio

de sua mais antiga estabilização agrária: a que se verificou na parte setentrional do país, estendendo-se da Bahia ao Maranhão e tendo em Pernambuco o seu primeiro reduto de sistema familiar de economia e de organização social e o Rio de Janeiro como sub-região sociológica desgarrada do maciço setentrional apenas geograficamente (Freyre, 1968: 62-63).

O autor dizia-se atento, sim, aos “vários começos” da formação dessa sociedade, *ergo* às suas descontinuidades espaciais e temporais (Freyre, 1996 [1949/1961]: LVIII), “do extremo Norte ao extremo Sul”. Mas, a seu ver, tratando-se tão somente de variações “de substância”, as diversas regiões do Brasil seriam atravessadas por certa “unicidade sociológica de forma e de processo”, conforme se poderia inferir pela replicação “em áreas e em espaços diversos” da “organização mais ou menos patriarcal ou tutelar” (familiar, econômica, política e de sociabilidade, amplamente considerada), da “monocultura”, do “latifúndio” e do “trabalho escravo ou servil” (Freyre, 1996: LVIII). Daí não lhe parecer de modo algum contraditório abordar a formação brasileira por meio da investigação prioritária da região do Nordeste canavieiro, aquele que se alongava “por terras de massapé e por várzeas, do norte da Bahia ao Maranhão” (Freyre, 2004: 37) – dentre outras razões (Freyre, 1976: 34; 1996: LXXXV, LXXVI-LXXVII, LXXXI) porque, admitida a diversidade geográfica do território nacional, permaneceriam expressivas as semelhanças naturais “em tão vasta terra tropical” (Freyre, 1996: LXXIII; 2000b: 31). Para o autor, nessa terra, do contato simbiótico de portugueses “com a natureza, com ambiente e com populações e culturas tropicais” (Freyre, 1968: 86-87), vinha se consolidando “um tipo moderno de cultura mista ou simbiótica – eurotropical” (Freyre, 1968: 87), a seu ver, algo verdadeiramente sem paralelo no concerto mundial.

Um segundo aspecto fundamental nas formulações de Freyre que gostaria de salientar diz respeito à interlocução explícita que o autor estabelece entre as ancoragens espaço-temporais regionais e brasileira e o imaginário da modernidade: uma vez mais apoiado sobre as especificidades societárias associadas a tais ancoragens, Freyre posiciona-se de maneira deliberada em relação a esse imaginário. Conforme anteriormente sugerido, ao invés de confirmar o provincianismo daqueles contextos (regionais e nacional), bem como o alcance supostamente limitado de suas formulações acerca da formação brasileira, Freyre servia-se de tais especificidades para desafiar certas imagens renitentes da experiência moderna, interpelando-as de maneira algo contraintuitiva. Nesse exato sentido, cabe notar que a eleição da região nordestina à posição de principal responsável por “dar à cultura e à civilização brasileira autenticidade e originalidade” (Freyre, 1976: 35-36) – “a parte, sob mais de um aspecto, mais brasileira do Brasil” (Freyre, 1941: 193-194) – fazia-se acompanhar de advertências ruidosas: o resultado quase certo do abandono das tradições regionais

em favor da “novidade estrangeira” (Freyre, 1976: 33-34) seria a descaracterização quando não o total desvanecimento de criações detentoras de valores (regionais e, por extensão, brasileiros) outrora docemente harmonizadas “com o clima, com as águas, com as cores, com a natureza” dos trópicos (Freyre, 1976: 37). Ou seja, para o autor, em vez de universais e/ou atemporais, o valor dessas criações – das quais as habitações, a culinária, as vestimentas bem como o desenho urbano de algumas cidades do Nordeste seriam exemplos primorosos (Freyre, 1941; 1976) – adviria em boa medida do fato de estarem doce e graciosamente adaptadas às particularidades do espaço regional e de sua natureza (seu ar, seu calor, sua paisagem, seus recursos, sua fauna e flora e sua luz peculiares). Mas esse tipo de argumento não restringia o alcance pretendido para suas críticas. Se, por um lado, Freyre almejava trazer às claras os alicerces mais essenciais do real valor daqueles predicados sociais e naturais observados no Brasil, por outro, tratava-se também de revelar os limites das ambições universalistas de certas formas de viver e pensar.

Por tudo isso, não surpreende a preocupação do autor em descrever o meio natural e a configuração temporal em que, a seu ver, vicejava essa civilização moderna peculiar<sup>8</sup>. Conforme almejo frisar na próxima seção, importava-lhe investigar não só como os agentes da formação brasileira vinham forjando uma nova cultura e uma experiência social original em sintonia fina com os predicados e atributos físicos do espaço e do tempo dos trópicos; outrossim, era desejo de Freyre revelar ainda suas influências e contribuições para sua emergência.

#### IV

Não se pode, é claro, subestimar as passagens em que Freyre reclama da “preponderância das causas econômicas e sociais [...] sobre as influências de raça e clima” nos processos que desaguariam na formação brasileira (Freyre, 2000a: 428-429). Ocorre que proposições como essa não o impediam também de argumentar que “a civilização trazida da Europa para o Brasil [...] adquiriu aspectos regionais diversos” tão logo viu-se ante o desafio de se adaptar “a diferentes situações ecológicas” (Freyre, 1996: xxxiii). Mas observe-se que, a contrapelo das imagens corriqueiras de uma natureza tão encantadora e exuberante quanto entorpecente dos espíritos e ações – de resto, alimentadas por vários dos intérpretes do Brasil que o haviam precedido<sup>9</sup> –, Freyre ponderava que,

[s]e é certo que nos países de clima quente o homem pode viver sem esforço de abundância de produtos espontâneos, convém, por outro lado, não esquecer que igualmente exuberante são, nesses países, as formas perniciosas de vida vegetal e animal, inimigas

8. A seu ver, ao termo da “disseminação de formas altas de civilização em tão vasta terra tropical”, vinha emergindo nada mais nada menos que a “primeira grande civilização moderna nos trópicos” (Freyre, 1996: lxxiii).

9. Nesse particular, apenas a título de ilustração, talvez baste recobrar os retratos do país delineados por Silvio Romero (2001) e, posteriormente, por Paulo Prado (2012).

de toda cultura agrícola organizada e de todo trabalho regular e sistemático (Freyre, 2000a: 90).

Tal a magnitude dos esforços exigidos à colonização nos trópicos que somente agentes predispostos àquele meio poderiam consumá-la da maneira bem-sucedida como o fizeram. Nesse particular, a contribuição do elemento indígena, notável “pelo seu minucioso conhecimento da flora e da fauna do país” (Freyre, 2015: 143), teria se revelado fundamental visto que já haveria, entre os nativos

desta parte do continente, como entre os povos primitivos em geral, certa fraternidade entre o homem e o animal, certo hibridismo mesmo nas relações entre os dois (Freyre, 2000a: 170).

Fundamental, também, havia sido a “predisposição como que biológica e psíquica para a vida nos trópicos” demonstrada pelos negros africanos. Haveria concorrido para isso “sua maior fertilidade nas regiões quentes. Seu gosto de Sol. Sua energia fresca e nova em contato com a floresta tropical” (Freyre, 2000a: 346; 2004: 88-89; 2015: 126). Por fim, a ambos teria se somado a “aclimatabilidade” do português “ao contato vitorioso com os trópicos” (Freyre, 2000a: 85), igualmente por “felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura” (Freyre, 2000a: 87; 2000b); haveria, na verdade, certa obsessão dos portugueses “pela residência nos trópicos, pela adoção de valores tropicais, pela união com mulheres tropicais” (Freyre, 2010: 236). Ora, de acordo com Freyre, como resultado dessas “felizes predisposições” (biológicas, psíquicas e culturais) ao meio tropical,

tomaram também com o tempo essas raças, cores regionais diversas *conforme as condições físicas da terra, de solo e de configuração de paisagem ou de clima e naturais*, de meio social (Freyre, 1996: LIII, grifos meus).

Tamanha cumplicidade dos agentes da colonização com essa natureza que, em certos lugares da região nordestina, chegava-se às raias de algumas pessoas se sentirem íntimas de animais, plantas e árvores, como se esses últimos fossem “gente de casa”, “uma quase pessoa”, “quase pessoa de casa”, para além de meros “restos brutos e insensíveis de mata ou de floresta” (Freyre, 1976: 67 a 70).

Sem deixar, pois, de admitir as inúmeras adversidades do trópico para uma vida sistemática e ordenada em conformidade com padrões europeus (Freyre, 2004: 88; 2000a: 89-90), está claro que Freyre divergia daqueles para quem, em última instância, o espaço tropical impunha obstáculos intransponíveis à formação de sociedades superiores. Ao invés disso, tratava de acentuar as próprias contribuições

desse espaço para a emergência de uma nova configuração moderna, em diversos aspectos inédita, “obra criadora e original [dos portugueses], a que não pode aspirar nem a dos ingleses na América do Norte nem a dos espanhóis na Argentina” (Freyre, 2000a: 89). É nesse contexto argumentativo que se pode compreender, por exemplo, a celebração do massapê – “terra doce ainda hoje”, amaciadora de homens e instituições – como agente conformador de primeira linha, moldando uma experiência societária erguida sobre a cultura da cana de açúcar (Freyre, 2004: 47), a partir de “condições particularmente favoráveis de solo, de atmosfera, de situação geográfica” (Freyre, 2004: 48).

Freyre é enfático ao defender que fatores ambientais dessa sorte ajudaram a forjar padrões comportamentais, hábitos, valores, instituições, referências ético-morais e laços sociais diversos dos europeus – padrões, valores, instituições e referências mais fluidos, plásticos e maleáveis do que os “puramente europeus”, isto é, do que aqueles típicos da Europa setentrional, “protestante, burguesa e carbonífera” (ver, por exemplo, Freyre, 2000b: 53). Estaríamos, pois, diante de um meio físico mais quente, colorido e vivaz que o norte-europeu, convidativo a relações sociais mais frouxas, intensas, ardentes, lúbricas e licenciosas (Freyre, 2000b: 53). É verdade que, em sua avaliação, tal fenômeno, em suas linhas gerais, não fora de todo estranho ao português, ele próprio cultural e biologicamente moldado sob a influência de

um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval [...] (Freyre, 2000a: 80).

Todavia, o contato com o trópico americano não fizera outra coisa senão acentuar ainda mais esses traços (Freyre, 2000b: 40) – dos quais a flexibilização da moral sexual e o conseqüente “colapso da moral católica” (Freyre, 2000a: 179) talvez fossem duas dentre suas manifestações mais visíveis.

Note-se que, na equação interpretativa do autor, a essas especificidades espaciais se entrelaçaria uma configuração temporal não menos peculiar: um “tempo impregnado ecologicamente de trópico” (Freyre, 2000b: 32). A contrapelo, pois, de conotações abstratas e universais emprestadas à categoria tempo (Anderson, 1991; Giddens, 1991; Harvey, 1995), Freyre preferia chamar a atenção para suas consideráveis variações, “de regiões para regiões, quer de um continente a outro, quer dentro de um país” (Freyre, 1975a: xLVI); tais variações se fariam exprimir “em diversas manifestações, de existência, de convivência e de cultura.” (Freyre, 1975a: xLVI)<sup>10</sup>. Conforme sugerido alhures (Tavolaro, 2016), essa recusa expressa a

10. Propõe Freyre que “quem estuda ou considera o problema de relações inter-regionais dentro de um país [...] não pode alhear-se ao fato de que são também relações entre tempos” (Freyre, 1975a: xLVI).

qualquer noção esvaziada e geral de *tempo*, alheia a peculiaridades espacialmente condicionadas, levava-o, ainda, a propor que, seja nas relações sociedade/cultura seja no caso de indivíduos isoladamente contemplados, não existiria “um tempo só vivido de modo unilinear; e sim vários tempos, variamente, contraditoriamente” (Freyre, 1973: 109-110) – de acordo com Freyre, “tempos que se cruzam e se confundem, quer na vivência, quer na memória de qualquer um de nós [...]” (Freyre, 1973: 110).

11. Freyre (2000b: 31) afirma que “o homem é tempo tanto quanto é espaço: sofre pressões de tempo quanto de espaço que o condicionam, embora não determinem seu ser [...]”

Ora, porquanto *tempo* e *espaço*, a seu ver, jamais pudessem ser desassociados em experiência humana alguma<sup>11</sup>, o interesse prioritário do autor estava em desvelar seus vínculos e manifestações encontrados nas modernas configurações societárias erguidas nos trópicos. Ora, como já se chamou atenção antes (Tavolaro, 2016: 212-226), parecia-lhe que, mais do que outras, as populações localizadas em espaços tropicais ou em seus arredores demonstravam falta de interesse por “rigores na contagem de tempo, só atendendo aos extremos de chuva e sol correspondendo a necessidades de alimentação.” (Freyre, 1975a: xxxiiii) Nada mais distante, portanto, que a configuração temporal comumente atribuída à “modernidade anglo-saxônica”: enquanto nesta prevaleceria certa sacralização do “tempo cronométrico” (Freyre, 1973: 25), “com o culto quase místico dos minutos e até dos segundos, devido ao seu valor prático e comercial” (Freyre, 2000b: 264-265), entre as “civilizações e culturas orientais, africanas e ameríndias”, predominaria um tipo de atitude “do homem para com o tempo [...] grandemente afetada pelo mito, a religião e o folclore” (Freyre, 1975a: 10) – também por isso estranha àquela visão científica, evolucionista ou progressiva de tempo tornada hegemônica desde a Revolução Comercial (Freyre, 1975a).

Diante do exposto, fosse nosso desejo compreender a sociedade brasileira contemporânea, fruto do sucesso em certa medida inusitado de colonizadores europeus em espaços tropicais, precisaríamos, em primeiro lugar, considerar a predisposição demonstrada pelos ibéricos (e, por conseguinte, por portugueses) à temporalidade própria dos trópicos. Isso porque, “se houve um tempo hispânico”, capaz de condicionar o comportamento de hispânicos ou ibéricos no continente americano e em outras partes do globo, “esse tempo não morreu com as descobertas hispânicas de novas terras [...], porém permanece entre sociedades neo-hispânicas em desenvolvimento nesses espaços [...]” (Freyre, 1975a: XLVIII-XLIX). Note-se que, a seu ver, “até certo ponto”, aquela predisposição decorria da própria “semelhança entre sentidos de tempo dos hispanos e dos não europeus”, responsável por facilitar-lhes a maior integração, em comparação com os norte-europeus, nos trópicos (Freyre, 1975a: xxxiii). Ora, também em contraste com a ética calvinista impregnada em norte-europeus e norte-americanos, uma ética

“excessivamente glorificadora do contínuo, do incessante trabalho humano”, essa “noção hispânica de tempo” implicava fazer “do ócio um tempo digno de ser vivido criadoramente” (Freyre, 1975a: xxxvi) – ou seja,

não tanto um tempo dedicado religiosamente ao trabalho constante [...], mas um tempo em que o trabalho e o descanso alternavam muitas vezes, entre esforço e dança, com numerosos dias santos e de festa (Freyre, 1975a: 8-9).

O próprio fato de, segundo Freyre, portugueses e espanhóis jamais terem sublinhado em suas relações com povos não europeus uma condição de “povo progressivo” adviria de uma situação claramente distinta daquela com frequência associada à modernidade da Europa setentrional: a saber, que eles nunca atingiram “o que alguns europeus passaram a considerar o tempo social perfeito – o rápido ou o veloz ou o cronometricamente regulado em vários setores” (Freyre, 1975a: 8). Também por esse motivo,

não repeliram como os norte-europeus, quaisquer valores ou técnicas dos não europeus, considerando-os para eles, os norte-europeus, sempre arcaicos e de não europeus, seus supostos inferiores (Freyre, 1975a: 8).

Ou seja, para os hispanos, “como para povos não europeus, em geral”, não existiria “fatalidade no Progresso nem na chamada Evolução transposta do plano biológico ao sociológico” (Freyre, 1975a: 60).

Também à diferença do “ritmo constantemente progressivo” instituído desde a Revolução Comercial europeia, o “tempo hispânico” se mostraria “tríbio” em sua constituição mais íntima, isto é, “uma fusão de passado, presente e futuro” (Freyre, 1975a: 8-9). Tal expressão, um empréstimo a Unamuno e Ortega y Gasset, servia ao autor de *Tempo morto e outros tempos* para acentuar um quadro temporal fluido e infenso à linearidade: aqui, em contraste com o tempo progressivo da Europa do Norte, o passado se faria valer no presente tanto quanto no futuro – este, por sua vez, já prenhe de presente; de maneira análoga, essa mesma noção pretendia referir-se a um quadro em que o presente e o futuro logravam projetar-se sobre o passado, condicionando-o (Freyre, 1975a: 106-107). Daí por que, em concomitância à ausência entre os hispanos da obsessão pela ideia “de ser o futuro sempre melhor que o presente e o presente melhor que o passado” – obsessão, de acordo com Freyre, correspondente “ao mito caracteristicamente europeu de Progresso constante e indefinido” (Freyre, 1975a: 69) –, impunha-se a preferência por “regressos ou finca-pés culturais, sociais, morais que signifiquem

resistência a alterações consideradas prejudiciais a interesses de sempre”, tudo isso, como se poderia supor, em detrimento de “certos pretendidos progressos” (Freyre, 1975a: 70). Este, tal como aqueles outros traços, também viria a se revelar peça-chave para o sucesso de suas empresas colonizadoras mundo a fora, “a base de entendimento entre os espanhóis ou portugueses e as populações não europeias na Ásia, África e Américas” (Freyre, 1975a: 8-9). Ora, justamente por jamais terem sido adeptos de um “sentido progressivo de tempo” – algo que, em outros contextos, concorreu para alimentar autoimagens de superioridade civilizacional apoiadas sobre a valorização da “rapidez no tempo” e “rapidez nas atividades” (Freyre, 1975a: 10) –, segundo Freyre, os hispanos puderam se beneficiar sobejamente dos predicados culturais e biológicos dos povos não europeus com quem se miscigenaram em espaços tropicais.

Conforme suscitado anteriormente, tais usos, conotações e sentidos conferidos por Freyre às noções de *tempo* e *espaço* em seus esforços de interpretação do Brasil poderiam, por princípio, confirmar o escopo e alcance limitados de suas ambições intelectuais: ao se referirem a um cenário social e natural bastante específico, suas formulações em torno dos impactos da modernização sobre a sociedade brasileira não fariam outra coisa senão, em primeiro lugar, (a) reafirmar a propalada inautenticidade dessa experiência moderna, pretensamente capturada por referências cognitivas, normativas, comportamentais, institucionais e estéticas pouco ou nada condizentes com suas singularidades (culturais, biológicas, psíquicas e naturais) mais íntimas; em segundo lugar, (b) poderiam confirmar também a imagem de incompletude dessa mesma experiência em virtude de seus iniludíveis hiatos (culturais, ético-morais, institucionais, econômicos, comportamentais e raciais) em relação às chamadas “sociedades modernas centrais”. Ademais, ao fim e ao cabo, (a) e (b) conduziriam Freyre a (c) endossar a posição modelar de certa *episteme* da modernidade delineada à imagem e semelhança daquelas “sociedades centrais”. Parece-me possível, no entanto, abordar essa questão de um ângulo diverso, à luz de ponderações inscritas em seus próprios engajamentos com o imaginário da modernidade: (a) processos de modernização não se fazem acompanhar necessária e inexoravelmente da crescente abstração, dessubstancialização e padronização do *tempo* e do *espaço*; (b) o esvaziamento e a padronização do *tempo-espaço*<sup>12</sup> não são condições necessárias a toda e qualquer experiência societária organizada em moldes propriamente modernos. Na seção seguinte, ao cotejar as formulações de Freyre com algumas críticas recentes dirigidas ao discurso sociológico da modernidade, almejo avaliar seus eventuais *insights* nesse debate.

12. Tal configuração tempo-espaço, assim como aspectos característicos do imaginário que a cercam aparecem retratados, por exemplo, em Anderson (1991), Berman (1986), Giddens (1991), Habermas (1990), Harvey (1995), Koselleck (2006) e Luhmann (1976). De acordo com essa conotação, a abrangência tendencialmente universal do cronótopo da modernidade adviria justamente de seu grau acentuado de abstração, esvaziamento e padronização, os quais o capacitariam a ajustar-se a cenários sociais diversos.

## V

A que se poderia atribuir o interesse continuado pela obra de Gilberto Freyre? O alcance de suas formulações estaria circunscrito a seus retratos do Brasil? Fernando H. Cardoso credita a “perenidade” do autor, acima de tudo, à força mítica de sua visão de Brasil, “funcionando como um ponto de fuga que, se não retrata a realidade, faz parte dela [...]” (Cardoso, 2013: 134). Burke e Pallares-Burke (2009: 255-256), por sua vez, embora não o tenham como “um grande inventor de novos conceitos”, identificam em Freyre a qualidade de expandir o uso daqueles já existentes e de adaptá-los a situações novas; a isso se somaria seu “dom de adotar ideias com um grande futuro num momento em que seu potencial ainda não foi totalmente reconhecido” (Burke e Pallares-Burke, 2009: 307). Ora, se é que, como propõem Burke e Pallares-Burke (2009: 256), algumas das ideias de Freyre continuam “boas para ajudar a pensar”, parece-me ser esse o caso de seus engajamentos críticos com o imaginário da modernidade. A meu ver, ao menos em parte, seu apelo continuado no seio do pensamento social brasileiro tem a ver também com o fato de seus retratos do Brasil dialogarem com agendas recentes da sociologia amplamente considerada. A bem da verdade, entendo que as formulações de Freyre fornecem sugestões para alguns dos desafios e questionamentos contemporâneos interpostos ao discurso sociológico da modernidade (Tavolaro, 2013; 2014; 2016). A esse respeito, as análises de Villas-Bôas (2003) acerca da maneira como a “singularidade brasileira” aparece retratada em *Casa-grande & senzala* oferecem um ponto de partida promissor.

Vale dizer, Villas-Bôas (2003) também alude à dimensão mítica da obra de Gilberto Freyre, mas prefere situá-la em um quadro intelectual mais amplo: trata-se, para ela, do “mito da ambiguidade do brasileiro”, que Freyre e outros pensadores igualmente preocupados com o problema da experiência da modernidade no Brasil teriam ajudado a criar. O autor de *Casa-grande & senzala* seria uma das peças do “modelo da harmonia autoritária”, coexistente, porém distinto, do “modelo do Brasil do eterno dilema” (Villas-Bôas, 2003: 115-116)<sup>13</sup>. Por um lado, concordo com Villas-Bôas (2003: 129-130) que o intérprete pernambucano “contraria a visão evolucionista da história que classifica de alto a baixo as culturas e sociedades em imperiais e coloniais, progressistas e retrógradas” (Villas-Bôas, 2003: 123). Mas divirjo de ao menos dois pontos de sua análise. A primeira discordância diz respeito ao estatuto do *espaço natural* nas formulações de Freyre: a essa altura já se pode inferir que discordo da avaliação conforme a qual a diluição da geografia e da raça no esquema interpretativo de Freyre se faria acompanhar da substituição da terra pela casa-grande patriarcal como o vínculo por excelência da “identidade dos brasileiros” (Villas-Bôas, 2003: 127-128). Ora, as evidências reunidas neste artigo demonstram a importância continuada do *espaço natural* não somente como

13. Enquanto o primeiro modelo apresentaria “uma disputa sem fim entre valores de uma suposta brasilidade e valores igualitários, universais, modernos”, o segundo se apoiaria na ideia de que as “origens históricas e culturais” dos brasileiros constituiriam “um legado positivo para a construção da nação moderna” (Villas-Bôas, 2003: 115).

14. De maneira análoga, outros analistas chamam atenção para a preocupação de Freyre com o eurocentrismo projetado sobre o Brasil e a América Latina (Crespo, 2003; Larreta & Giucci, 2007; Schneider, 2012), para seus esforços de “crítica à modernidade ocidental” (Schneider, 2012: 77; Burke & Pallares-Burke, 2009), bem como para sua ambição de elevar a experiência tropical americana à condição de “alternativa civilizatória” à chamada “modernidade carbonífera” (Baggio, 2012: 120; Freitas, 2013; Larreta & Giucci, 2007; Schneider, 2012). Mas, também nesses casos, o reconhecimento da dimensão crítica das formulações de Freyre não se faz acompanhar de uma consideração explícita de seus eventuais *insights* propositivos para as dificuldades recentemente apontadas no discurso sociológico da modernidade.

uma das âncoras explicativas da “singularidade brasileira” (em combinação com o *espaço doméstico*, e não em detrimento dele) mas também como ferramenta de primeira ordem em seu engajamento crítico com o imaginário da modernidade. A segunda discordância, em conexão com as questões levantadas na terceira hipótese do artigo, refere-se às eventuais contribuições das formulações de Freyre para certos desafios recentemente apresentados à sociologia da modernidade. Conquanto Villas-Bôas reconheça em *Casa-grande & senzala* uma forte reação “ao progresso avassalador”, expressão de sua renúncia ao “pressuposto de um tempo universal” (Villas-Bôas, 2003: 123), além de um questionamento à “modernidade no que ela reivindica de monopólio da universalidade e significação” (Villas-Bôas, 2003: 130) – sem dúvida, um ponto de partida promissor –, ela não parece identificar na fatura freyreana contribuições de fato propositivas ao discurso sociológico da modernidade<sup>14</sup>. Visto que, em seu entendimento, não interessa a Freyre “a construção no futuro de uma ordem impessoal e igualitária”, e também por não se ocupar “do atraso brasileiro”, Villas-Bôas avalia que, embora conduzam “notadamente à construção de uma identidade nacional”, ao fim e ao cabo as proposições de *Casa-grande & senzala* “não abrem caminhos para a construção da sociedade moderna” (Villas-Bôas, 2003: 131).

De outro modo, quero argumentar que as formulações de Freyre indicam alternativas para alguns dos problemas e das dificuldades recentemente apontados no discurso sociológico da modernidade. Nesse exato sentido, em contraste com a avaliação de Villas-Bôas, parece-me que a obra de Freyre se soma a outras tentativas de abertura de novos caminhos para se pensar a experiência societal moderna. Há um conjunto de abordagens relativamente recentes que, embora bastante distintas em suas fundamentações teóricas tanto quanto em suas ambições programáticas, parecem-me até certo ponto sumarizar alguns dos principais desafios atualmente interpostos a esse discurso sociológico. Refiro-me às agendas de pesquisa e reflexão reunidas sob as designações *modernidades múltiplas*, *modernidade global*, *pós-colonialidade* e *decolonialidade do saber/poder* (Tavolaro, 2014: 645-654). No caso da abordagem das *modernidades múltiplas*, esforços de avaliação crítica dos pressupostos das teorias da modernização e de suas insinuações prescritivas conduzem seus proponentes à investigação dos desdobramentos sociais e institucionais resultantes do encontro do “programa originário da modernidade” com “premissas culturais, tradições e experiências históricas” distintas das europeias (Eisenstadt, 2000: 1-2; 2010; Göle, 2000; Wittrock, 2000). Já a agenda de pesquisa em torno da noção de *modernidade global* interpela o imaginário sociológico à luz da expansão da modernidade em escala planetária e da consequente emergência de novos centros societários (vale frisar, “extraeuropeus”) – os quais, a seu modo e com suas especificidades históricas, estariam tornando-se referências

criadoras e modelares da própria modernidade (Schmidt, 2007; 2012; Domingues, 2009). No que diz respeito às reflexões acerca da *condição pós-colonial*, ao lado da denúncia ao historicismo subjacente ao imaginário da modernidade, busca-se desvelar o provincianismo de categorias, conceitos e noções que, forjados à imagem da experiência histórica europeia, pretendem-se globalmente aplicáveis (Chakrabarty, 2000; Chatterjee, 2008; Hall, 2011). Também nesse caso, tal agenda envolve a formulação de novas narrativas que contemplem o deslocamento “[d]a ‘estória’ da modernidade capitalista de seu centramento europeu para suas ‘periferias’ dispersas em todo o globo” (Hall, 2011: 106). Por fim, em relação ao programa da *decolonialidade do saber/poder*, importa observar, por um lado, a preocupação com as assimetrias de poder simbólico, epistemológico, econômico, cultural e político tidas por constitutivas da própria experiência da modernidade; e, por outro, a atenção a lugares subordinados/subalternos de enunciação, silenciados pela perspectiva hegemônica, unilateral e triunfante da modernidade (Mignolo, 2000; 2005; Dussel, 2005; Quijano, 2005).

Embora se trate de um exercício promissor, foge aos objetivos do artigo a análise em profundidade desses programas de reflexão e/ou das eventuais relações de afinidade e de divergência entre Freyre e cada uma dessas agendas de pesquisa<sup>15</sup>. Admitidas as especificidades irreconciliáveis desses programas, gostaria tão somente de indicar pontos de convergência que, em certa medida, parecem-me sumariar alguns dos principais desafios e críticas recentemente desferidos ao discurso sociológico da modernidade:

1. desafia-se, em primeiro lugar, o estatuto universal de categorias comumente tomadas como parâmetros inequívocos da modernidade; a isso se seguem exercícios de provincianização/descentramento de configurações societárias tidas por originárias daquelas mesmas categorias; no limite, coloca-se em questão a própria posição modelar de tais configurações (pretensamente originárias) no quadro da modernidade;
2. coloca-se em suspeita a real possibilidade e adequação de se reproduzir, pura e simplesmente, em outros contextos espaço-temporais, padrões (institucionais, valorativos, morais, comportamentais, estéticos) modernos forjados à imagem e semelhança das chamadas “sociedades centrais/modelares”;
3. indaga-se sobre as assimetrias de poder que amparam as projeções prescritivas dessas “sociedades centrais/modelares” em direção a contextos espaço-temporais “não hegemônicos”; chega-se mesmo

15. Burke e Pallares-Burke (2009: 305-306) ensaiam realizar algo nessa direção ao indicarem certo número de “analogias ou afinidades” entre Freyre e a produção pós-colonial. Para além das complexas relações de Freyre com a política colonial portuguesa, pouco sintonizadas com os tipos de preocupação que mobilizam a “agenda pós-colonial”, penso que suas formulações acerca das relações raciais no Brasil constituem um obstáculo adicional a essa aproximação. Seja como for, haveria certamente muito mais a explorar a esse respeito (ver, por exemplo: Schneider, 2012 e Valente, 2013).

16. Conforme pode-se inferir dos programas mencionados há pouco (Eisenstadt, 2000; Schmidt, 2012; Hall, 2011; Mignolo, 2005), ao invés de adstrito aos retratos da modernidade delineados pelos clássicos da sociologia (por exemplo, Marx, Weber e Durkheim) e pelas teorias da modernização que vicejaram em meados do século XX, esse quadro de referência também delimita o horizonte de imaginação de lucubrações mais recentes acerca da experiência moderna (Tavolaro, 2014) – vide, por exemplo, as formulações de Jürgen Habermas, Niklas Luhmann e Anthony Giddens, dentre outros.

17. Assim é que, em contraste com “contextos modelares”, (a) entrelaçamento tempo-espacial, (b) indiferenciação social, (c) racionalização societária incompleta, (d) porosidade entre domínios públicos e privados, (e) baixo grau de subjetivação/individuação, (f) porosidade entre cultura e natureza tornam-se evidências de “desvio” do padrão societário moderno (Tavolaro, 2014).

a sugerir que tais assimetrias e projeções ajudam a explicar as imagens de não sincronismo (ou de desvio) com frequência imputadas a tais contextos “não hegemônicos” no quadro da modernidade;

4. ao desafio da validade universal daquelas categorias hegemônicas segue-se a reivindicação de protagonismo em favor de configurações societárias via de regra retratadas como retardatárias ou replicadoras de padrões societários forjados nos cenários modernos ditos “centrais”; em última instância, argumenta-se que tais experiências, ao invés de cópias ou ensaios mais ou menos bem (ou mal)-sucedidos das chamadas “sociedades modernas originárias”, representam experiências sociais próprias e, a seu modo, inovadoras no concerto da modernidade; por fim,

5. questiona-se o próprio quadro de referência epistemológico que desde longa data delimita as possibilidades de imaginação sociológica da modernidade e a partir do qual configurações societárias diversas são classificadas de acordo com seus “graus de modernidade”.

Nesse enquadramento, a experiência moderna e seu padrão de sociabilidade são retratados por meio dos seguintes termos:

a. *tempo progressivo e linear*, em crescente desconexão com um espaço esvaziado e dessubstancializado;

b. *diferenciação/autonomização de esferas sociais*;

c. *racionalização societária e secularização*;

d. *divórcio entre âmbitos privados e esferas públicas*;

e. *economia emocional organizada em torno da subjetividade centrada*;

f. *separação ontológica entre a sociedade (cultura) e a natureza* (Tavolaro, 2014: 644-645)<sup>16</sup>.

Desafia-se justamente a adoção pura e simples desses referenciais como índices inequívocos da modernidade, bem como a legitimidade de taxinomias que, ao temporalizar configurações societárias diversas com base em seus pretensos “desvios” e “aproximações” em relação a esses referenciais, estabelecem estágios desiguais de sua realização<sup>17</sup>.

Por certo, para o autor de *Sobrados e mucambos*, desde o século XIX, a sociedade brasileira vinha se alterando não só em seus “modos de viver, de trajar e de

transportar”, mas também em seus “modos de pensar” (Freyre, 1996: 424): em seu entendimento, uma experiência cada vez mais vigiada de perto por olhos estrangeiros implacáveis, com sua “mística de pureza etnocêntrica ou em sua intolerância sistemática do exótico” (Freyre, 1996: 425)<sup>18</sup>, raptada de suas antigas qualidades orientais aclimadas e harmonizadas à natureza americana e à cultura que se forjara do encontro entre portugueses, africanos e indígenas (Freyre, 1996: 424-425). Ainda assim, ao cabo dessas transformações, parecia-lhe que ao invés de mera replicação dos padrões societários da Europa ocidental, essa sociedade adquiria contornos modernos próprios, condizentes com suas especificidades; chegava a tornar-se espelho para outros contextos sociais<sup>19</sup>. Esses e outros aspectos anteriormente discutidos neste artigo oferecem evidências de que as lucubrações de Freyre contemplam cada um dos desafios ao imaginário da modernidade supracitados<sup>20</sup>. Nesse exato sentido, vale sublinhar uma vez mais que, ao contrário das imagens de uma experiência a meio caminho da civilização/modernidade<sup>21</sup>, Freyre retrata o Brasil como “a primeira sociedade moderna construída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência” (Freyre, 2000a: 86; 2000b: 169; 2004: 47; 2010: 205). É verdade que, conforme salientei acima, a fortuna de Freyre é sensível a essa dimensão crítica de sua obra<sup>22</sup>. No entanto, mesmo entre analistas que identificam tal ambição crítica, a vinculação estrita dessa dimensão com suas preocupações a respeito das peculiaridades (socioculturais e naturais) irredutíveis de contextos societários específicos (Larreta & Giucci, 2007) – com maior frequência o Brasil (Araújo, 1994; Bastos, 2006; Cardoso, 2013; Souza, 2000; Villas-Bôas, 2003) e a América Latina (Baggio, 2012; Crespo, 2003; Schneider, 2012; Valente, 2013) –, dificulta a consideração de suas eventuais contribuições para o discurso sociológico da modernidade, amplamente considerado.

A meu ver, o alcance das formulações de Freyre não se encerra em suas tentativas de reivindicar protagonismo e legitimidade às formas de vida e aos modos de pensar que vicejaram no Brasil nem em sua recusa à adoção da “modernidade europeia” como padrão de medida universal. Para além desses aspectos, suas proposições logram indicar caminhos àqueles desafios dirigidos ao discurso sociológico da modernidade, ou para ser exato, à sua real capacidade para codificar padrões de sociabilidade observados entre as chamadas “experiências societárias não modelares”. Esse potencial propositivo inscreve-se no próprio enquadramento epistemológico que delimita suas elaborações: se, por um lado, a convicção com que retrata o Brasil como “a primeira sociedade moderna nos trópicos” pode, em linhas gerais, confirmar sua aderência à semântica da sociologia da modernidade<sup>23</sup>, por outro, suas imagens da sociedade brasileira assentam-se sobre um referencial que admite a existência sincrônica de variações em cada um dos termos daquele quadro de referência, sem necessariamente dispô-las de maneira sequencial (como se

18. Conforme Freyre, “olhos da Europa”, olhos do “Ocidente burguês, industrial, carbonífero, com cujos estilos de cultura, modos de vida, composições de paisagem, chocavam-se” (Freyre, 1996: 426-427).

19. Freyre afirma que, “com todas as suas imperfeições, de base econômica e de formas políticas de convivência democrática”, o Brasil lograva impor-se “como uma comunidade social” capaz de “servir de exemplo ou estímulo a outras comunidades modernas.” (Freyre, 2015: 123).

20. Ver, ademais, Freyre (1941: 194; 1996: 535-536 e 541; 2004: 178).

21. Diagnóstico, aliás, observado em Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, Paulo Prado, para citar apenas alguns dos intérpretes que o precederam.

22. Como, por exemplo, Ricardo B. Araújo (1994: 137).

23. Fato é que suas interpretações a respeito do Brasil e de outras sociedades que lhe servem de parâmetro para retratar a “singularidade brasileira” dedicam atenção a questões relacionadas aos seguintes aspectos: (a) *tempo/espaco*; (b)

diferenciação social;  
(c) racionalização;  
(d) relação público/  
privado;  
(e) subjetivação;  
(f) relação cultura/  
natureza (Tavolaro,  
2013; 2016). Larreta  
e Giucci (2007: 465)  
chegam mesmo  
a sustentar que  
Freyre permanece  
dependente “do  
vocabulário das  
ciências sociais  
modernas”.

fossem momentos ou estágios desiguais de realização). Nesse sentido, (1) ao invés de adotá-lo como modelo da modernidade, Freyre provincianiza o cronótopo no qual o *tempo*, desvinculado do *espaço*, assume conotação progressiva e linear, enquanto o espaço adquire acepção abstrata, padronizada e dessubstancializada. Ao assim fazê-lo, as formulações de Freyre abrem caminho para se conceber a existência coeva de outros cronótopos igualmente modernos nos quais, por exemplo, além de entrelaçadas e não lineares, as vivências do passado, do presente e do futuro jamais perdem conexão com espaços plenos de atributos físicos e culturais (Freyre, 1973b: 8).

Disso segue-se igualmente a possibilidade de se conceber a existência coetânea (frise-se, *não sucessiva*) na modernidade de configurações e experiências societárias nas quais: (2) processos de complexificação e diferenciação constitutivos da modernização fazem-se acompanhar de composições e modalidades variadas de entrelaçamento, contiguidade e influência mútua de esferas sociais diversas (por exemplo, entre o Estado, o mercado, a sociedade civil, a família etc.), ao invés de sua autonomização pura e simples (Freyre, 2000b: 214); (3) a racionalização societária convive com a presença pública e privada de concepções de mundo mágico-religiosas e padrões de conduta não racionalizados, disso derivando formas distintas de secularização (Freyre, 1990: 520-521); (4) as esferas públicas e os âmbitos privados, além de adquirem contornos variados, guardam estreitas relações e influenciam-se mutuamente em diferentes planos da vida social (Freyre, 1996: xc); (5) ao invés de homogêneas e fixas, as economias emocionais dos indivíduos assentam-se numa pluralidade móvel de identidades (subjetivas e coletivas) que impactam sobre suas condutas públicas e privadas assim como sobre suas auto-percepções e visões de mundo (Freyre, 2006: 20-21); por fim (6) nas quais a vida sociocultural é percebida e vivenciada em proximidade estreita com o mundo natural (Freyre, 1976: 67 a 70; 1990: 708).

É fato que as imagens do Brasil delineadas por Gilberto Freyre, não raro envoltas em umas tantas polêmicas e controvérsias, continuam a exigir boa dose de cautela interpretativa. Nesse sentido, sua ambição de elevar a sociedade brasileira à condição de alternativa e modelo a alguns dos principais impasses do mundo contemporâneo (Freyre, 1973: 11 e 116) certamente pode ser desafiada de uma ampla variedade de ângulos. Ainda assim, conforme busquei demonstrar no artigo, suas formulações em torno do tempo-espaço da experiência moderna no Brasil, somadas a seus engajamentos com o imaginário da modernidade, tratam de questões que tocam em preocupações caras ao debate sociológico atual. Crítico contumaz reconhecido do eurocentrismo que em seu tempo predominava nos horizontes de imaginação acerca do país, Freyre oferece *insights* para uma *episteme* da modernidade atenta

a armadilhas etnocêntricas que, de maneiras mais ou menos sutis, continuam a se insinuar sobre as ciências sociais contemporâneas.

*Abstract: This article revisits one of the main thesis that crisscrosses Gilberto Freyre's celebrated work, namely, that Brazilian society, itself the outcome of a unique historical formation, succeeded in softening, sometimes even resisting with a great deal of creativity, a set of mental, behavioral, aesthetic as well as institutional standards that imposed themselves from the 19th century onwards. While paying due attention to the connotations of time and space found in the work of Freyre I am especially interested in analyzing how he envisages contemporary Brazil as a successful modern experience of its own rather than an imperfect or distorted version of Western modernity. Last but not least, I will probe into the potential contributions of Freyre's formulations to the sociological discourse of modernity.*

*Keywords: Gilberto Freyre, Brazilian social thought, modernity, sociological theory.*

## Referências

ALMEIDA, J. M. G. Regionalismo e modernismo: as duas faces da renovação cultural dos anos 20. In: KOSMINSKY, E. V.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. A. (Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru; São Paulo: Edusc; Editora Unesp, 2003.

ANDERSON, B. *Imagined communities*. London: Verso, 1991.

ANDRADE, M. C. O espaço geográfico na obra de Gilberto Freyre. In: KOSMINSKY, E. V.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. A. (Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru; São Paulo: Edusc; Editora Unesp, 2003.

ARAÚJO, R. B. *Guerra e Paz*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: A teoria do romance*. São Paulo: Editora Unesp; Hucitec, 1988.

BAGGIO, K. Iberismo, hispanismo e latino-americanismo no pensamento de Gilberto Freyre. *Investigaciones Socio Históricas Regionales*, Año 2, n. 2, p. 109-131, 2012.

BASTOS, E. R. *As criaturas de prometeu*. São Paulo: Global, 2006.

BERGMANN, W. The problem of time in sociology: An overview of the literature on the state of theory and research on the "Sociology of Time", 1900-82. *Time & Society*, v. 1, n. 1, p. 81-134, 1992.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

- BURKE, P.; PALLARES-BURKE, M. L. *Repensando os trópicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CARDOSO, F. H. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- CASTELLS, M. *The rise of network society*. Massachusetts: Blackwell Publishers Ltd., 1999.
- CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- CHATTERJEE, P. *La nación en tiempo heterogêneo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.
- CRESPO, R. A. Gilberto Freyre e suas relações com o universo cultural hispânico. In: KOSMINSKY, E. V.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. A. (Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru; São Paulo: Edusc; Editora Unesp, 2003.
- CUNHA, E. *Os sertões: campanha de canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- DOMINGUES, J. M. Global modernization, “coloniality” and a critical sociology for contemporary Latin America. *Theory, Culture & Society*, v. 26, n. 1, p. 112-133, 2009.
- DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- EISENSTADT, S. N. Modernity and modernization. *Sociopedia.isa*, p. 1-15, 2010.
- . Multiple modernities. *Dædalus*, v. 129, n. 1, p. 1-29, 2000.
- FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2015 [1944].
- . *O luso e o trópico*. São Paulo: É Realizações, 2010 [1961].
- . *Tempo morto e outros tempos*. São Paulo: Global, 2006 [1975].
- . *Nordeste*. São Paulo: Global, 2004 [1937].
- . Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpenetração e decrescente segregação. In: FREYRE, G. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília; São Paulo: EdUnB; Imprensa Oficial do Estado, 2003a [1942].
- . A propósito da política cultural do Brasil na América. In: FREYRE, G. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília; São Paulo: EdUnB; Imprensa Oficial do Estado, 2003b [1942].

- . *Interamericanismo*. In: FREYRE, G. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília; São Paulo: EdUnB; Imprensa Oficial do Estado, 2003c [1942].
- . *Americanismo e hispanismo*. In: FREYRE, G. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília; São Paulo: EdUnB; Imprensa Oficial do Estado, 2003d [1942].
- . *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000a [1933].
- . *Novo mundo nos trópicos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000b [1963/1971].
- . Prefácio à primeira edição em língua portuguesa. In: FREYRE, G. *Novo mundo nos trópicos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000c [1969].
- . *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1996 [1936].
- . *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: Record, 1990 [1959].
- . *Manifesto regionalista*. Maceió: EdUfal, 1976 [1952].
- . *O brasileiro entre os outros hispanos*. Rio de Janeiro; Brasília: José Olympio; Instituto Nacional do Livro, 1975a.
- . On the Iberian concept of time. In: FREYRE, G. *O brasileiro entre os outros hispanos*. Rio de Janeiro; Brasília: José Olympio; Instituto Nacional do Livro, 1975b [1963].
- . *Além do apenas moderno*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.
- . *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: EdUnB, 1968.
- . *Região e tradição*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GÖLE, N. Snapshots of Islamic modernities. *Dædalus*, v. 129, n. 1, p. 91-117, 2000.
- GUMBRECHT, H. U. *Nosso amplo presente*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- . *Produção de presença: o que o sentido não conseguiu transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2010.
- . *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

- HARVEY, D. *The condition of postmodernity*. Cambridge: Blackwell, 1995.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- KOSMINSKY, E. V.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. A. (Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru; São Paulo: Edusc; Editora Unesp, 2003.
- KOSELLECK, R. “Modernidade”: sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade. In: KOSELLECK, R. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006a.
- . “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006b.
- LARRETA, E.; GIUCCI, G. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LEHMANN, D. Gilberto Freyre: a reavaliação prossegue. *Horizontes Antropológicos*, n. 29, p. 369-385, 2008.
- LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec Editora, 2013.
- LUHMANN, N. The future cannot begin: temporal structures in modern society. *Social Research*, v. 43, n. 1, p. 130-152, 1976.
- MIGNOLO, W. *The idea of Latin America*. Oxford: Blackwell, 2005.
- . *Local histories/global designs*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- NABUCO, J. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- PALLARES-BURKE, M. L. *Gilberto Freyre – um vitoriano dos trópicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- PRADO, P. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- ROMERO, S. *Compêndio de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2001.

SANTOS, A. C. *As naturezas de Freyre: natureza e ecologia em “Nordeste” (1937) de Gilberto Freyre*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2008.

SCHMIDT, V. Conceptualizing global modernity. A tentative sketch. *Working Paper Series*, Department of Sociology, National University of Singapore, p. 1-52, 2012.

———. Modernidades múltiplas ou variedades da modernidade? *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, p. 147-160, 2007.

SCHNEIDER, A. L. Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre. *História da Historiografia*, n. 10, p. 75-93, 2012.

SOUZA, J. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. *Tempo social*, v. 12, n. 1, p. 69-100, 2000.

TAVOLARO, S. B. F. Imagens de uma outra modernidade: Gilberto Freyre e o espaço-tempo latino-americano. *Política & Sociedade*, v. 15, n. 34, p. 196-231, 2016.

———. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. *Dados*, v. 57, n. 3, p. 633-673, 2014.

———. Gilberto Freyre e nossa “Modernidade Tropical”: entre a originalidade e o desvio. *Sociologias*, v. 15, n. 33, p. 282-317, 2013.

TUNA, G. *Gilberto Freire: entre tradição & ruptura*. São Paulo: Editorial Cone Sul, 2000.

VALENTE, L. F. Americanidade e Latinoamericanidade na obra de Gilberto Freyre. *Antares: Letras e Humanidades*, v. 5, n. 10, p. 105-114, 2013.

VILLAS-BÔAS, G. *Mudança provocada*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

———. Casa grande e terra grande, sertões e senzala: a sedução das origens. In: KOSMINSKY, E. V.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. A. (Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru; São Paulo: Edusc; Editora Unesp, 2003.

WITTRÖCK, Björn. Modernity: one, none or many? European origins and modernity as a global condition. *Dædalus*, v. 129, n. 1, p. 31-60, 2000.

### *Outras fontes*

BASTOS, E. R. Os autores brasileiros e o pensamento hispânico. *Anais do XXII Encontro anual da Anpocs*, 1998. <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=5111&Itemid=359](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5111&Itemid=359)>. Acesso em: 15 Ago. 2014.

FREITAS, I. M. A Brasil e as Américas em Gilberto Freyre: das veias abertas pela colonização aos veios abertos para o futuro. *Anais do XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia*, 2013. In: <[http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT17/GT17\\_MendesFreitas.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT17/GT17_MendesFreitas.pdf)>. Acesso em: 20 Ago. 2014.

# Teatro do Oprimido e projeto emancipatório: mutações, fragilidades e combates

Recebido: 27.07.15

Aprovado: 20.05.16

Inês Barbosa  
& Fernando Ilídio Ferreira\*

Resumo: Este artigo explora a hipótese de que a multiplicação acelerada do Teatro do Oprimido (TO), criado por Augusto Boal no início dos anos 1970, tem sofrido apropriações que põem em causa o seu projeto emancipatório. Baseia-se numa investigação participativa iniciada há quatro anos, no contexto das ações e mobilizações coletivas – manifestações, greves, protestos – contra as políticas de austeridade impostas pelo governo português e mandatadas pelas instâncias europeias, em resposta à crise económica e financeira. Os dados empíricos, depoimentos em entrevistas e debates, foram analisados em torno de um conjunto de categorias que enunciam e discutem as mutações, as fragilidades e os combates do TO na atualidade. A análise evidencia a necessidade de uma reinvenção e reapropriação da metodologia, em particular em períodos de crise como os que hoje atravessamos.

Palavras-chave: Teatro do Oprimido, crise, ativismo, emancipação, investigação participativa.

## Introdução

Vivemos um tempo de guerra. O mundo inteiro está inquieto. Em todos os campos da atividade humana esta inquietação determina o surgimento de novos processos e formas de enfrentar os novos desafios. Menos no teatro.

Boal & Guarnieri (1965).

O manifesto, escrito no tempo do Teatro de Arena – um pequeno teatro de São Paulo, do qual Augusto Boal foi diretor durante 15 anos (1956-1971) –, prolongava a sua crítica a um teatro tradicional que, apresentando “imagens perfeitas”, “corretas”, “estáticas” da vida social, tentava paralisar, fixar no tempo e no espaço realidades cambiantes. Diziam Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri (1965):

As novas realidades, os novos processos de análise, continuam utilizando as formas gastas, próprias para outros processos e outras realidades. O teatro é conceituável, definível: esta a sua maior limitação. Quando afirmamos o que é o teatro, negamos suas outras potências. Nesta etapa do seu desenvolvimento, o Arena desconhece o que é o teatro (Boal & Guarnieri, 1965).

\* Inês Barbosa, doutora em ciências da educação - sociologia da educação, pela Universidade do Minho, Portugal. Tem desenvolvido a sua investigação em torno do Teatro do Oprimido (TO) enquanto ferramenta de educação crítica e ação coletiva, no quadro das mobilizações sociais contemporâneas. É dirigente associativa, curinga do TO e organiza o Óprima – Encontro de TO e Ativismo que vai na sua 6ª edição. <inesbarbosa83@gmail.com>. Fernando Ilídio Ferreira, professor associado do Departamento de Ciências Sociais da Educação, do Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal, onde concluiu o doutoramento em estudos da criança, em 2003. Leciona, investiga e é orientador científico de dissertações e teses académicas em estudos da criança e em ciências da educação. <filidio@ie.uminho.pt>.

1. “Seminários de dramaturgia” eram encontros semanais nos quais se lia, debatia e escrevia peças teatrais em conjunto; “laboratórios de interpretação” eram também encontros regulares onde se pesquisava coletivamente novas formas de abordagem teatral. Vide: Ribeiro (2011). O “sistema curinga” era um modelo dramaturgício que permitia a montagem de qualquer peça com um número reduzido de atores, em que estes iam interpretando várias personagens e o “curinga” assumia a função narrativa e de interligação. Vide: Boal (2010: 239-296).

Foi essa vontade de romper limites sobre o que é o teatro, esse “desconhecimento” ou o “desordenamento” que inspirou os processos de crescimento e desenvolvimento do Teatro de Arena (Lawrence, 1997: 25). O grupo viria a provocar uma “revolução estética”, contribuindo “vigorosamente para a criação de uma dramaturgia genuinamente brasileira” (Góes, 2009: 4), resultante do questionamento sobre o papel dos vários componentes teatrais: do dramaturgo ao ator, do conteúdo à forma; do palco à plateia, da experimentação à representação. Empenhados em criar uma “estética de resistência”, a partir da “ciência teatral” (Almada, 2004) que a um tempo *respondesse* e a outro *sobrevivesse* à ditadura militar e à repressão política imposta no Brasil, foram concebidos dispositivos como o “seminário de dramaturgia”, o “laboratório de interpretação” ou “o sistema curinga”<sup>1</sup>, em que as funções de cada indivíduo não eram estanques – o dramaturgo podia ser também ator ou técnico e o narrador podia ser personagem –, onde as várias formas teatrais eram testadas e remisturadas – teatro épico, realista, musical, agitprop etc. –, numa contínua e incessante pesquisa coletiva que fez do Teatro de Arena um “lugar de reflexão e experimentação teatral” (Ribeiro, 2011: 143).

Em várias partes do mundo, as memórias dos finais dos anos 1960 são de contestação e turbulência: o Maio de 68, a Guerra do Vietnã, a Primavera de Praga, a revolta das comunidades negras depois da morte de Martin Luther King, entre outras. No Arena, os últimos anos da década são marcados pela censura, pelas perseguições e agressões aos artistas. Como recordava Boal: “quando se aproxima o fim do espetáculo, é normal que os atores se preparem para os aplausos. Nós, nervosos, nos preparávamos para a invasão” (Boal, 2014: 297). Em 1971, o dramaturgo é sequestrado, detido e torturado, partindo depois num exílio pela América Latina e Europa que haveria de durar 15 anos (Babbage, 2004: 15).

Derivado das experiências no Arena – mas também anteriores, no Teatro Experimental Negro, nos Estados Unidos, onde estudou com John Gassner (Boal, 1975: 71) –, o dramaturgo foi dando forma àquele que viria a ser o seu legado mais reconhecido internacionalmente: o Teatro do Oprimido (TO). Em 1973, o termo surge pela primeira vez, de forma explícita, no livro *Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas*, que reúne um conjunto de artigos publicados por Boal entre 1962 e 1973 e sistematiza as ideias do autor (Boal, 2010). A metodologia cresceu seguindo a trajetória de seu criador e adaptando-se aos diferentes contextos e circunstâncias: na América Latina ou na Europa; em ditadura ou em democracia, da censura jornalística ao bombardeamento mediático; do período de exílio ao seu cargo como vereador no Rio de Janeiro. Desde os seus primórdios, em 1970, a posição do dramaturgo-militante foi sempre a de questionar, experimentar, avaliar, como o TO poderia auxiliar na luta dos oprimidos pela libertação e pela transformação social.

Volvidos 45 anos, deparamo-nos com contextos e circunstâncias que, apesar de muito diferentes dos de então, nos situam “num tempo de guerra”. O “mundo inteiro está inquieto” e as batalhas jogam-se a vários níveis: na crescente desigualdade entre países e classes ricas e países e classes pobres; nas guerras e ditaduras que subsistem sob múltiplas formas; na subjugação de países periféricos da Europa ao capital financeiro e à lógica da austeridade perpetrada pela *Troika*<sup>2</sup>; na destruição do Estado social conquistado com as revoluções e transformações democráticas; na generalização do desemprego, da precariedade e de novas formas de exploração laboral; na expansão (em discurso dominante, mas também em votos) da direita reacionária e conservadora; e em tantos outros fenómenos. As demonstrações da contestação, em várias escalas, locais e globais, vão oscilando de modo mais pungente ou aparentemente mais sereno, suscitando esperança ou desânimo, dando voz à incredulidade, à indignação e à inquietação de indivíduos e coletivos (Estanque & Hermes Costa e Soeiro, 2013; Della Porta & Mattoni 2014; Fominaya & Cox, 2013; Zizek, 2012).

Como refere Julian Boal – filho de Augusto e um dos mais fervorosos críticos e práticos da metodologia –, ao contrário de outras formas teatrais, como o teatro brechtiano, por exemplo, o TO aparentemente não sofreu o “refluxo da situação revolucionária que o viu nascer”; pelo contrário, “teve uma expansão vertiginosa.” (Julian Boal, 2014: 49). A “flexibilidade” e “acessibilidade do método” encorajou a sua disseminação e o TO é hoje “aplicado, adaptado e reinventado” por praticantes em todo o mundo (Babbage, 2004: 1). Em mais de 100 países de cinco continentes; em hospitais, escolas, prisões, bairros, comunidades inteiras; em variados programas de intervenção educativa e social; em centenas de cursos, intercâmbios, festivais e encontros anuais, o TO está em grande expansão e atingiu um assinalável êxito. É este êxito do Teatro do Oprimido – mas sobretudo as suas contradições – que é submetido à análise e reflexão críticas neste artigo.

Além da literatura, as principais fontes da pesquisa são sete vozes que escutámos para compor um diálogo crítico sobre as derivas, fragilidades e combates do Teatro do Oprimido na atualidade: Cecília Boal, Julian Boal, José Soeiro, Kelly Howe, Muriel Naessens, Olivier Neveux e Rafael Villas Bôas<sup>3</sup>, todos eles com vínculos teóricos ou práticos à metodologia. Os depoimentos foram recolhidos entre 2013 e 2015, em entrevistas, mas também nos debates em que participaram durante o Óprima! Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo<sup>4</sup>. São também mobilizados contributos escritos por alguns deles e, nesse sentido, a dimensão de suas vozes é proporcional à quantidade de material disponível e não à validade dos seus testemunhos.

O trabalho insere-se numa perspectiva de sociologia pública e militante (Burawoy, 2006) e consiste numa investigação participativa, feita de ações e de mobilizações

2. Aliança entre a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

3. Entre 2012 e 2014, foram feitas entrevistas com outros curingas, contudo optou-se por incluir apenas os que participaram do Óprima. Ainda que não tenham estado presentes, queremos agradecer os contributos de Bárbara Santos, Doug Paterson, Adrian Jackson e Robert Mazzini.

4. O Óprima é um encontro anual organizado em Portugal desde 2012. É justo expressar aqui um agradecimento a todos os elementos do grupo organizador e também aos participantes das quatro edições.

coletivas, iniciada há quatro anos, no contexto da crise e austeridade em Portugal. A seleção dos intervenientes, a forma como se dá relevo a alguns aspetos e não a outros, ou o modo como se faz a categorização e o exame dos dados são aqui revelados de forma comprometida, rejeitando a suposta neutralidade ou objetividade do trabalho científico e assumindo, antes, um posicionamento político e crítico acerca do tema em questão.

Pretende-se interpretar e compreender o modo como o TO se posiciona e se expressa na atualidade. Trata-se de uma “forma gasta” e anacrónica, incompatível com “novas realidades”? Tem-se transformado na sincronia de sua própria função transformadora? Qual a sua pertinência enquanto ferramenta ativista para enfrentar “novos desafios”? De que modo pode “servir” os combates atuais? Se a “crise” é o momento coincidente entre o perigo e a oportunidade – uma ideia presente tanto na dramaturgia de teatro-fórum, como nas declarações de empresários e “empreendedores” nos anos mais recentes<sup>5</sup> – usemos este período de desordem e de incerteza como oportunidade para repensar e “desconhecer” o Teatro do Oprimido.

## Teatro do Oprimido: a pesquisa pela emancipação em três transgressões

O TO, enquanto objeto de investigação, tem estado na base de vários estudos em campos muito distintos, da educação às artes dramáticas, passando pelo direito, pela psicologia, filosofia, sociologia, economia; em contextos geográficos diferenciados, da América Latina, África até à Europa ou dos Estados Unidos; com um carácter mais diacrónico ou partindo de experiências concretas vigentes; ou fazendo uso de metodologias que vão da análise teórica à investigação-ação. O olhar donde se examina influencia os objetivos com que se parte, bem como os percursos escolhidos e as inferências retiradas. Por isso, há quem classifique o TO de forma mais “radical”, como “arte politizadora”; “transgressora e inquietante” (Viana, 2011) ou “teatro de resistência e militância” e “fonte de subversão” (Castro-Pozo, 2005), ou, de maneira mais inócua, como “forma avançada de dinâmica de grupos” (Nunes, 2004).

A história do TO está indubitavelmente ligada à história de Augusto Boal, o “aprendiz e mestre da dialética” (Carvalho, 2015: 12) que assumia uma “atitude científica perante o teatro” (Chagas, 2015: 30). Em 1970, diante da censura e da ditadura militar brasileiras, Augusto Boal idealiza e concretiza as primeiras experiências com teatro-jornal, em conjunto com um grupo de jovens vinculados ao Teatro de Arena. Ao se teatralizar notícias de jornais e outros materiais informativos, procurava-se desconstruir, desmistificar e denunciar aquilo que era difundido pelos meios de

5. Aparentemente, a palavra crise significa, em chinês, simultaneamente, perigo e oportunidade. Boal transportou essa ideia para a dramaturgia do teatro-fórum, descrevendo o momento de clímax, em que poderão surgir as saídas/alternativas para determinada situação de opressão. É curioso notar que esta mesma lógica é utilizada, hoje, por empresários e governantes para referir o “desemprego como oportunidade” ou para incentivar o empreendedorismo (vide: [http://www.empresario.com.br/artigos/artigos\\_html/artigo\\_a\\_270513.html](http://www.empresario.com.br/artigos/artigos_html/artigo_a_270513.html)).

comunicação social. Propunha-se popularizar os meios de produção teatral: todos podiam fazer teatro, em qualquer lugar e partindo de qualquer tema (Boal, 1977: 52). Na Argentina, o clima de repressão e de restrições levou ao desenvolvimento do teatro-invisível: cenas do quotidiano representando situações de opressão ou conflito eram apresentadas num espaço público de grande afluência, sem nunca revelar que se tratava de teatro, com o objetivo de estimular a discussão popular sobre determinadas questões políticas ou sociais. No Peru, participa do programa Campanha de Alfabetização Integral (Alfin) em várias linguagens, onde reforça o contacto com a pedagogia do oprimido de Paulo Freire. É nesse âmbito que concebe o *teatro-imagem*, desenvolvido a partir do trabalho com indígenas, e se vê confrontado com uma pluralidade de linguagens, às quais não conseguia aceder: ao eliminar a palavra, o corpo surgia como ferramenta para despertar o debate e a reflexão; e também o teatro-fórum – uma evolução da dramaturgia simultânea<sup>6</sup> – em que eram expostas situações de opressão experimentadas e partilhadas por um determinado grupo, para que fossem discutidas – em fórum e pela plateia – e fossem ensaiadas soluções coletivamente. Com o intensificar da violência na América Latina, em 1976 Augusto Boal parte para Europa, primeiro para Portugal, onde esteve dois anos na direção da companhia *A Barraca*, e depois para França, para lecionar na Universidade de Sorbonne-Nouvelle. É em Paris que inaugura o Centro de TO e dá início à elaboração do *arco-íris do desejo*, uma técnica que procurava dar conta de opressões aparentemente mais diluídas e subjetivas com as quais se começava a defrontar num país democrático e “desenvolvido”. Somente em 1986 regressa definitivamente ao Brasil, convidado para dirigir a Fábrica de Teatro Popular. Nesse mesmo ano, nasce o Centro de TO do Rio de Janeiro e a metodologia é rápida e amplamente disseminada. Em 1993, Boal é desafiado a integrar uma candidatura do Partido dos Trabalhadores (PT) e é eleito vereador do Rio de Janeiro. É nessa altura que implementa o que chamou de *teatro-legislativo*: ao formar grupos populares de teatro-fórum, organizaram-se circuitos de apresentação por toda a cidade, criando propostas legislativas a partir da interação desses grupos com a comunidade. Os últimos anos de pesquisa até à sua morte, em 2009, foram dedicados à *estética do oprimido*, um programa de experimentação artística (pintura, escultura, música, poesia...) que procurava combater a “invasão de cérebros” produzida pela mídia, através da criação de metáforas e da apropriação popular das várias linguagens.

Mais ou menos alterado ou recriado, este arsenal de técnicas tem resistido ao tempo e a espaços e contextos muito diversificados. O que dá corpo, coerência e identidade ao método são, portanto, os princípios e objetivos pelos quais é regido. Três transgressões são produzidas no TO: palco e plateia; espetáculo teatral e da vida real; artistas e não artistas (Boal, 2009: 185). Começemos pela última. Partindo da

6. A dramaturgia simultânea era uma técnica em que os atores escutavam previamente os problemas de determinada comunidade, apresentavam a peça junto dela e o público sugeria alterações que eram interpretadas pelos atores.

7. Em português de Portugal, o modo verbal equivalente é o conjuntivo.

crítica à divisão social do trabalho, Boal refuta as hierarquias estabelecidas entre aqueles que podem produzir cultura e aqueles a quem é dada a “oportunidade” de a consumir. Ao quebrar essa barreira, quebra também o monopólio dos profissionais que separa agentes ativos e passivos no mundo da intervenção política (Bourdieu, 1989: 163-164). Os jogos, os exercícios e as técnicas concebidos por Boal têm assim o objetivo de desmecanizar os indivíduos para que estes – ao procurarem desalienar-se e libertar-se do papel social que lhes foi atribuído – possam encetar um projeto de transformação social a partir do diálogo horizontal. Esse método dialógico, no sentido freiriano, é transportado para a relação entre palco e plateia, entre atores e espetadores. O neologismo criado por Boal – *espect-ator* – remete assim para esse esfarelamento entre os que atuam e os que veem. O *espect-ator* é um espectador na expectativa de atuar, um investigador ativo dos problemas trazidos pelo grupo, embrenhando-se numa procura socrática dos vários *ses* – “e se fizéssemos assim?” – que Boal classificava de *teatro subjuntivo* (Boal, 2003: 171)<sup>7</sup>. É no diálogo estabelecido em palco que se procuram as alternativas de resolução para uma situação que – ainda que traduzida na linguagem teatral – tem repercussões e evidências no mundo real. Consciente dessa limitação, o dramaturgo concebe o Teatro do Oprimido como ensaio da revolução, laboratório onde se experimentam e testam as resistências e as formas de luta. Uma peça de TO não termina, pois, em repouso, mas no desequilíbrio brechtiano que, agitando os presentes, dará o impulso a “ações sociais, concretas e continuadas”: o fim é o começo (Boal, 2009; 2010: 19).

O TO é uma metodologia de intervenção política e social comprometida com a análise e a transformação do mundo. Marxista, brechtiano, freiriano, este teatro busca investigar e desmontar as estruturas de poder que estão na base da opressão – em suas múltiplas formas – visando à emancipação individual e coletiva através do exercício dialético. Para Augusto Boal não se trata de “teatro político”, primeiro porque “políticas são todas as atividades do homem” (Boal, 2010: 11) e, segundo, porque

é uma representação da realidade, não é realidade. Se é uma representação, tem de ter um ponto de vista. E se apresentar um ponto de vista, é político. Mais político ainda é o teatro que diz não ser político (Boal, 2004).

Fazer TO é, assim,

o resultado de uma escolha ética, já significa tomar partido dos oprimidos. Tentar transformá-lo em mero entretenimento sem consequências, seria desconhecê-lo; transformá-lo em arma de opressão, seria traí-lo (Boal, 2010: 25).

## Óprima!

### Um encontro nascido da crise e das contestações

O Óprima! Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo teve a sua primeira edição em 2012, em Lisboa<sup>8</sup>, organizado por uma plataforma informal de coletivos ativistas de lutas diversas: feminismo, antirracismo, precariedade, violência policial, austeridade ou acesso ao ensino superior. O objetivo passava por criar um espaço de autoformação, em que o TO fosse discutido, analisado e experimentado como parte de um repertório de ação coletiva, numa altura em que se vivia em Portugal uma vaga de contestação generalizada – manifestações, greves, protestos – como reflexo das políticas de austeridade impostas pelo governo português e mandatadas pelas instâncias europeias, em resposta à crise económica e financeira. Ao mesmo tempo, procurava-se contribuir para a criação de um espaço de encontro entre os vários activismos e as diferentes lutas que ao produzir estratégias de articulação e estratégias de aliança (Prado & Costa, 2011)<sup>9</sup>, fosse capaz de gerar ações conjuntas ou alicerçar movimentos contra-hegemónicos.

A partir do segundo encontro, a organização do Óprima!<sup>10</sup> estabilizou-se em quatro coletivos: *Tartaruga Falante*, do Porto, anteriormente designado “Estudantes por Empréstimo” por ter protagonizado e conduzido um projeto de teatro legislativo sobre bolsas de estudo no ensino superior; *KSK*, um grupo de TO da Arrentela, ligado à Associação Khapaz e à Plataforma Gueto e que se dedica acima de tudo às questões do racismo; a *Marcha Mundial de Mulheres*, de Lisboa, pertencente a uma rede internacional feminista; e o *Núcleo de TO de Braga*, entretanto, constituído em associação Krizo, que trabalhava sobretudo em torno da crítica à austeridade e que se juntou nesse ano à organização.

De periodicidade anual, o Óprima! já passou por todas os locais onde existem núcleos do TO: Lisboa, Braga, Arrentela e Porto. O encontro é organizado de forma autogerida e decorre durante cinco dias, pautados por momentos de formação em oficinas, pela participação em debates e palestras e por sessões de teatro-fórum, cinema comentado, entre outras iniciativas. O número de participantes e convidados internacionais tem vindo a aumentar. Individualmente ou em grupo, têm estado presentes pessoas provenientes do Estado Espanhol, França, Uruguai, Brasil, Inglaterra, Estados Unidos, Eslovénia etc., contribuindo para ampliar a reflexão sobre os diferentes contextos e sobre a própria metodologia.

Desde o início, o encontro não se focou propriamente no Teatro do Oprimido – enquanto metodologia ou conjunto de técnicas –, mas na conjuntura política e so-

8. No primeiro Óprima, a organização era composta por membros da Geração à Rasca, Marcha Mundial das Mulheres, Umar-Açores, Associação Khapaz, Grupo de Intervenção nas Prisões (Grip); Núcleo de TO de Pombal e Estudantes por Empréstimo.

9. Os autores distinguem estratégias de articulação, como aquelas em que se constrói uma “relação de equivalência” entre “diferentes sujeitos políticos, de modo a se construir um projeto contra-hegemónico”, das estratégias de aliança em que se constrói um “vínculo, em torno de demandas específicas”, “na construção de ações conjuntas”, considerando os modos complementares na luta política.

10. Vide: <<https://oprima.wordpress.com>>.

cial que se pretende analisar e a partir da qual se podem desenhar estratégias de luta que poderão, ou não, ter o TO como ferramenta. Ainda assim, há um enfoque crítico na metodologia, que procura ativamente formas de a redescobrir e a reinventar. Com Julian Boal – que desde 2013 participa no Óprima –, a dramaturgia do teatro-fórum tem sido questionada e redimensionada de forma a espelhar a complexidade das situações de opressão, que nem sempre – ou quase nunca – opõe um opressor e um oprimido num conflito isolado, articulando os níveis macro e micro da sociedade e pondo em evidência as contradições de indivíduos, grupos e sistemas. Com Chullage – sociólogo, rapper e membro do grupo KSK Arrentela –, a estética do oprimido tem sido explorada a partir de experiências com o som que é produzido por nosso corpo e pelo mundo social, refletindo sobre as relações e estruturas de poder e dominação que lhe estão subjacentes. Com Muriel Naessens, do Féminisme Enjeux e também com Magda Alves, da Marcha Mundial das Mulheres, tem-se procurado dar conta da interseccionalidade da luta feminista no combate à austeridade, ao racismo ou à precariedade, transportando essas imbricações para as nossas peças de teatro-fórum. Com José Soeiro, da Tartaruga Falante, tem-se investigado formas de envolver as práticas do TO num projeto consistente e continuado em torno de objetivos e temas específicos, articulando com um repertório diverso de ação coletiva (petições, ações de protesto, iniciativas legislativas, etc.). Esses e outros exemplos têm permitido, nestes quatro anos de existência do Óprima, produzir massa crítica em torno do que é e do que pode vir a ser o Teatro do Oprimido.

Essa criticidade em relação ao que fazemos é também visível na criação de momentos específicos de discussão sobre as peças de teatro-fórum, em que não só se apontam falhas e incongruências, identificadas ou não pelos grupos que as apresentam, mas também se procuram coletivamente formas de as colmatar. As relações de confiança que se estabelecem entre os grupos e os convidados internacionais têm também garantido alguma continuidade de ano para ano. Em 2013, nasceu do Óprima um projeto que articula as questões do desemprego e da precariedade com a crítica ao discurso do empreendedorismo e que, envolvendo os grupos de Braga e Porto, se traduziu numa peça de teatro-fórum que tem circulado por vários pontos do país, mas também em performances, protestos de rua, debates e até investigações académicas. A este projeto aliaram-se os Precários Inflexíveis, associação de combate à precariedade, que tem participado e colaborado em várias atividades. Em 2014, resultou do Óprima uma parceria com o Féminisme Enjeux, grupo composto por membros de Braga, Porto e Lisboa. A peça de teatro-fórum sobre assédio sexual, inicialmente preparada para o festival *Violences faites aux Femmes* (Paris), tem sido apresentada em Portugal, fazendo

a articulação com movimentos sociais feministas e com um partido de esquerda na recolha de assinaturas e na discussão legislativa. Fruto desses contactos e experiências, foram selecionados quatro curingas<sup>11</sup> para uma entrevista em formato aberto, a revelar aspetos como: o percurso pessoal, profissional e político que os levou até ao Teatro do Oprimido; as fragilidades que encontravam na metodologia e na forma como tem vindo a ser utilizada; as forças que identificavam no TO para fazer face à crise atual; e, por fim, os desafios que lhes pareciam mais prementes nesse campo. Foram eles: José Soeiro, sociólogo, deputado do Bloco de Esquerda e membro fundador da associação Tartaruga Falante (Porto) e do encontro Óprima, responsável pelo primeiro projeto de teatro legislativo em Portugal – Estudantes por Empréstimo; Julian Boal, curinga, atualmente a residir no Brasil e a desenvolver uma tese de doutoramento sobre a história política do Teatro do Oprimido; Kelly Howe, professora na faculdade North Central College (Estados Unidos), onde ensina teatro e estudos de género, ex-presidente do Pedagogy and Theatre of the Oppressed (PTO); e Muriel Naessens, curinga há mais de trinta anos, fundadora do Féminisme Enjeux (Paris), associação e grupo de TO feminista.

Posteriormente, decidimos incluir extratos de alguns debates organizados durante o Óprima: “Teatro do Oprimido: ensaio da revolução ou não?”, realizado em Braga, em 2013; “Das raízes à atualidade” e “A revolução virá do Sul?”, no Porto, em 2015, e que contaram com a participação do José, Julian e Kelly, mas também de Cecília Boal, atriz e psicanalista, presidente do Instituto Augusto Boal; Olivier Neveux, professor em Lyon, investigador em teatro político e crítico teatral; e Rafael Villas Bôas, ativista político na Brigada de teatro do Movimento dos Sem-Terra (MST)<sup>12</sup> e professor na Universidade de Brasília.

### Fragilidades ou derivas: o Teatro do Oprimido em crise

Todas e todos são unânimes em declarar que as práticas de Teatro do Oprimido apresentam fragilidades e derivas que, de forma mais ou menos acentuada, põem em causa os princípios objetivos e processos transmitidos por Augusto Boal. Analisámo-las de seguida em torno de cinco categorias que, embora imbricadas e albergando muitos outros problemas, procuram expressar um conjunto de tensões que induzam à reflexão sobre a atualidade do TO. Ao manifestar os obstáculos identificados, os entrevistados não se colocam fora deles: são afetados por eles e em algumas ocasiões coniventes. Acima de tudo, preocupam-se com o rumo que tem levado o TO e com o papel que este pode ter (ou não) na transformação da sociedade.

11. Curinga é o elemento mediador dos processos de TO: quem dialoga com a plateia nas apresentações teatrais e quem, frequentemente, dinamiza os grupos.

12. O Movimento dos Sem-Terra protagoniza uma das mais férteis relações com o Teatro do Oprimido, resultado de uma parceria direta com o CTO Rio de Janeiro, mas sobretudo do contato e trabalho no âmbito das lutas camponesas dos anos 1960. Ver: Villas Bôas (2013).

MERCANTILIZAÇÃO:  
UMA OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO?

A crítica mais imediata é a de algumas práticas de TO se terem rendido ao mercado. Ainda em vida, Boal distinguia “heresias criativas” das “imperdoáveis traições”, ou seja, aos usos do método para os recursos humanos selecionarem funcionários ou para melhorar as relações patrão-empregados dentro das empresas (Julian Boal, 2012). Programas de capacitação, cursos por módulos, técnicas inovadoras, “o mercado de oficinas de TO é um mercado muito competitivo”, diz Julian. Indignada, Cecília conta como viu um vídeo na internet anunciando “Faça umas férias, vá às praias de Ipanema e participe num curso de Teatro do Oprimido” (Cecília Boal, D 2015). Para Rafael, as necessidades de sobrevivência não podem transformar o Teatro do Oprimido num negócio, num “pacote de serviços ofertado com promessas de resultados ao final do processo” (Villas Bôas, 2015). José também aponta para circunstâncias em que a metodologia é “esvaziada de seu conteúdo, de sua ética, de sua estética, como se pudesse ser uma técnica ao serviço de não interessa o quê” (Soeiro, D 13). Com a expansão do TO, “uma das coisas que aconteceu foi a criação de uma nova profissão: facilitador de Teatro do Oprimido”. Como diz Julian, “todos os atores podem fazer teatro, até os atores”. A frase célebre de Boal é “bastante contraintuitiva”, significa que “ao especializar um determinado número de ações, de conceitos, de maneira de se relacionar com o mundo, ao ser obrigado pelo sistema capitalista a escolher uma profissão, você se especializa, você se mecaniza”. Um médico, por exemplo, “não vê o doente, só vê a doença. Está com anemia, dá-lhe tabletes, mas não sabe se ele tem dinheiro para comer”. Incluindo-se nesse problema, Julian argumenta: “a gente se tornou especialista de uma técnica que demanda a desespecialização. A gente virou autoridade dizendo que toda a gente devia falar de política. É uma posição bastante contraditória” (Julian Boal, D 2013).

TECNICIZAÇÃO:  
UM CONJUNTO DE EXERCÍCIOS?

Decorrente dessa especialização, tem-se assistido à “fetichização das formas, fetichização dos protocolos”; em que uma forma como o TO que tem como objetivo a emancipação, “pode virar completamente o avesso” (Neveux, D 2015). O processo de formação em oficina é reduzido a uma “oportunidade de capacitação profissional”, a “técnica pela técnica se torna um repertório sem alma, sem horizonte”, escreve Rafael (Villas Bôas, 2015). O TO é assim partilhado como um conjunto de jogos e exercícios. É possível ter-se contacto com o método sem se discutir o que é opressão ou sem se pronunciar o nome de Marx ou Brecht. Como refere Julian, a “opressão não é concebida como pedra angular das nossas sociedades, mas como

uma desordem periférica e ocasional a ser resolvida através da negociação” e “pelo diálogo” (Julian Boal, 2013: 32).

A dinâmica de teatro-fórum passa a ser uma espécie de jogo de ganha e perde, e não um exercício dialético de estudo das contradições da realidade, por um público interessado em estudá-la para intervir nela, lutar e transformar as condições objetivas do real (Villas Bôas, 2015).

Aliada a essa tecnicização está o simplismo, a despolitização e a neutralização. “As pessoas não estudam, não leem, fazem um estágio de dois dias e não sabem o difícil que é levar a discussão, curingar”, diz Cecília (Cecília Boal, D 2015). Tem muita gente que tem utilizado o método como autoajuda e terapia [...] não há muito como controlar. Lamento que o conteúdo político fique esvaziado” (Cecília Boal, 2011). Para José, essa despolitização acontece em dois níveis: um é a própria leitura da realidade que é cada vez mais assente numa “explicação individual” e “psicologizada” dos problemas sociais, outra é a “apropriação do TO como técnica de intervenção social” fazendo com que esteja mais “desligado dos movimentos sociais concretos” (Soeiro, E 2015).

#### INSTRUMENTALIZAÇÃO: UM LIVRO DE RECEITAS?

Uma das formas de instrumentalização do Teatro do Oprimido – certamente não a única – está em sua apropriação por técnicos e trabalhadores sociais. O facto de, muitas vezes, as organizações não terem fundos próprios, faz com que estejam dependentes de financiamentos dos projetos, funcionando como “companhias de táxi.” O “táxi vai somente onde ele é pago para ir”, explica Julian (Julian Boal, D 2013). Ou seja, ainda que, naquela escola, com aquele grupo de alunos, fosse importante debater, por exemplo, a desigualdade de género, o financiamento que se recebeu é para um projeto sobre *bullying* e é sobre isso que se terá de trabalhar. Muitos desses projetos, em particular nas escolas ou bairros, incidem na prevenção e na redução de comportamentos de risco ou, mais recentemente, em trabalhar competências para a empregabilidade. Em vez de perguntas, levam respostas e esperam determinados resultados. “Os oprimidos passam a ser o objeto da intervenção”, em vez de sujeitos, diz José. Como narra, “quando trabalho com técnicos, eu pergunto: quais são as vossas opressões? Respondem-me: Ai, eu trabalho com sem-abrigo, ai, eu... Quais são as vossas opressões?” (Soeiro, D 2013). Para Julian, essas “utilizações reacionárias do TO” têm derivado numa espécie de “adestramento interativo de vítimas” (Julian Boal, 2013): um entretenimento despolitizado que se limita à partilha e discussão de opressões individuais, mas ausente de conteúdo

emancipatório. Para Kelly, há ainda outro grande problema, sobretudo no contexto norte-americano, “há muito sentimentalismo, as pessoas adoram pensar que estão a fazer o bem, missionários, o trabalho do senhor” (Howe, E 2014).

INDIVIDUALIZAÇÃO:  
UM PACOTE DE COMPETÊNCIAS?

No site de um grupo de TO português anunciava-se em destaque: “Estamos à procura de pessoas criativas e empreendedoras que acreditam que o Teatro do Oprimido é o caminho para transformar o mundo. Se és essa pessoa envia-nos as tuas ideias, acompanhadas do teu CV, para...”, seguindo-se o e-mail dos recursos humanos. Acompanhando o discurso do empreendedorismo que tem prosperado nos últimos anos, os grupos e projetos de TO utilizam vocabulário como: *capacitação, competência, pró-ativo...* Como salienta Kelly, as pessoas têm de se esforçar muito “para vender o seu trabalho, na lógica de marketing” e, na verdade, “começam a acreditar na linguagem que utilizam nos projetos” (Howe, D 2015). Essa individualização é sentida também nas peças de teatro-fórum construídas de forma a potenciar um espect-ator heroico: “ganha” quem fala mais alto com o patrão, quem enfrenta o assediador ou quem finta o agressor. A tónica é colocada nas ações individuais: *tu és capaz, tens de ser mais forte, mais dinâmico*, tal como é veiculado pelo discurso do empreendedorismo. Trata-se de um “heroísmo abstrato”, como nomeou Julian, em que “uma pessoa resolve o problema ao deitar a porta abaixo. Em vez de perguntar, de quem é esta porta?, Por que é que ela está aqui? O que é que ela esconde?, “Que obstáculos vamos encontrar?”, acrescenta Kelly (Howe, D 2015). O perigo é que o TO se torne um espaço de “*individual coping*” (Howe, E 2014). Rafael escreve:

A perspectiva emancipatória não pode ser conquistada de forma individual, logo, Teatro do Oprimido não é uma promessa de melhoria da vida pessoal, de libertação individual dos grilhões que o sistema nos impõe (Villas Bôas, 2015).

FETICHIZAÇÃO:  
A SOLUÇÃO PARA TODOS OS MALES?

Por não se referir apenas ao Teatro do Oprimido, mas a várias outras formas de teatro político, Olivier criticava o “fetiche da tomada de consciência” promovido pelo “teatro da conscientização”: “os indivíduos seriam ignorantes, que não sabem nada, um dia chega o teatro, eles aprendem e começam a lutar” (Neveux, D 2015). “A gente pega no TO, que é uma parte do processo, que só pode ser uma etapa e a gente pensa que ele é a libertação inteira”, “os problemas não vão ser resolvidos pelo TO, vamos precisar de partidos, sindicatos, de mobilizações, lutas, de primave-

ras árabes ininterruptas”, ressalta Julian (Julian Boal, 2013). Na mesma linha, José lembra que o TO é um

ensaio da revolução [...], é apenas mais um pequeno momento no longo caminho de libertação dos oprimidos. E isso implica ter a persistência, a urgência, mas a paciência de ter esse trabalho de transformação, mas implica também a humildade de sabermos que o teatro é uma entre outras formas de libertação tão válida como a petição, como a ação sindical, como a reunião, como a assembleia geral, [é] apenas mais uma ferramenta (Soeiro, D 2013).

Também Kelly frisa que é preciso lutar

contra a ideia do TO como fim em si mesmo. Parar de celebrar o TO como a coisa. É, quando é necessário, quando me leva às questões que eu quero fazer. Não devemos nos apaixonar pelo TO, mas pelo mundo a que se quer chegar (Howe, E 2014).

*Terá o Teatro do Oprimido expirado o prazo de validade?*

Julian elabora três hipóteses explicativas dos desvirtuamentos da proposta inicial do TO: há uma “compreensão errônea daquilo que o meu pai escreveu” (Julian Boal, E 2014); há “contradições e ambiguidades” nos seus textos (Julian Boal, 2014: 50); ou, por último, a metodologia já não mantém uma polémica com a conjuntura: “a que mais me preocupa é essa, que a gente esteja defasado, que o que foi proposto nos anos 1970 não tenha validade nos dias de hoje” (Julian Boal, E 2014).

“O TO nasce num determinado momento em que tem ditaduras em quase toda a América Latina e tem partidos muito pequenos que se querem partidos ultracentralizados”, lembra Julian (Julian Boal, D 2013). Nos anos 1970, a “crítica à representação teatral, o apelo à participação popular e o combate à opressão” davam-lhe uma “enorme potencialidade crítica” (Julian Boal, 2014: 41). Hoje, a “participação está na moda”: dos programas de televisão em que é solicitada a opinião dos telespectadores, aos apelos à democracia participativa ou até às novas formas de exploração dos trabalhadores, que são renomeados de “colaboradores” participando do esforço de gerir uma empresa, são vários os exemplos que evidenciam como a expressão tem sido “banalizada e edulcorada” (Julian Boal, 2014: 52-53). A crítica à representação – proposta pelo Teatro do Oprimido – também “vai bem com o sistema”: são respostas individuais, não existe representação, visto que as pessoas falam a respeito dos seus problemas, não existe delegação de poder, você fala em nome próprio” (Julian Boal, E 14). Num período de decadência e falta de confiança nas instituições partidárias e sindicais, é natural que os indivíduos se sintam atraídos pela metodo-

logia. Para José, “a forma horizontal do TO” e a “representação direta” como forma “menos mediada de expressão” são duas características que se encontram também nos novos movimentos e mobilizações sociais. E se é verdade que essas dinâmicas geram “um potencial de participação democrática que faz a esperança”, o facto é que produzem organizações “mais volúveis, mais frágeis”, levando a uma “descontinuidade e individualização” incapaz de lidar com “estruturas de poder muito fortes, muito organizadas, muito contínuas” (Soeiro, E 2015). No entender deste curinga,

há muita reprodução do que são os princípios do TO, há muita visão entusiasmada – com motivos –, mas há muito pouca visão crítica sobre o método e, sobretudo, uma visão crítica sobre a realidade em que o método trabalha. A discussão que tem de ser feita é: qual é a utilidade concreta do TO no contexto em que estamos a viver? (Soeiro, D 2013).

## Uma arma de combate? Possibilidades do Teatro do Oprimido

Na introdução do seu primeiro livro, Augusto Boal escrevia que o teatro era uma arma. A depender de quem o possuísse ou do uso que dele se fazia, poderia servir à dominação ou à libertação (Boal, 2010: 11). Mais tarde, intitula um dos seus livros de *Teatro como arte marcial* (Boal, 2003). A partir do mote anterior – “qual é a utilidade concreta do TO no contexto em que estamos a viver?” –, procuramos agora refletir sobre os desafios e as possibilidades da metodologia que possam fazer dele um instrumento de luta e combate.

### ANÁLISE DIALÉTICA: A REALIDADE EM CONTRADIÇÕES

“Brecht dizia: todo o dia o bailarino tem de fazer alongamento, todo o dia o militante deveria fazer dialética”, mencionou Olivier, durante um dos debates no Óprima (Neveux, D 2015). Para José, um dos aspetos mais fortes do TO é o de poder dar uma “visão conflitual da sociedade”, “organizada em conflitos de poder, de interesses, de opiniões” (Soeiro, E 2015). Julian corrobora:

Tentar perceber enquanto contradições uma realidade que é apresentada como homogénea, tentar “manipular”, mexer essas contradições. Mostrar o real que é dado como homogéneo e liso, mostrando que tem ciclos, falhas, contradições, aberturas, que o momento presente é um entrelaçar de correntes diversas (Julian Boal, E 2014).

Para colocar a contradição em cena – diz Rafael – temos de trabalhar esteticamente, se não, estamos só a colocar a realidade: fotografia da construção ideológica do mundo. É esse trabalho que nos cabe, trabalhadores estéticos (Villas Bôas, D 2015).

Nesse sentido, o legado de Augusto Boal no Arena é essencial, o “Boal dramaturgo”, do “teatro dialético”, “é pouco conhecido e tem a maior importância”<sup>13</sup> (Villas Bôas, 2015). Para Olivier, qualquer luta implica uma “análise da conjuntura”, necessariamente relacionada à perspectiva estratégica e tática: “ela vai para a ação, tende à ação e é corrigida pela ação”. No seu entender, esta deve sempre “começar com um balanço das nossas derrotas, incapacidades de fazer frente ao momento atual”. Uma vertente que nunca é analisada, como diz, é a emocional:

Quais as emoções e os afetos que a burguesia utiliza para nos colocar abaixo da sua condição? Que sejam dominantes. Em França é o medo, o medo bruto, a segunda, dentro dos meios de extrema esquerda, é o desespero. E nós somos os principais propagandistas, que tá ferrado, acabou (Neveux, D 2015).

#### A TAREFA DA EMANCIPAÇÃO: QUEBRA DO MONOPÓLIO POLÍTICO

“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. A célebre frase de Karl Marx surge no Teatro do Oprimido como um dos seus principais intentos e forças mobilizadoras. Para José, ao propor que “cada grupo se aproprie dos meios de produção teatral para encenar a sua própria realidade e para ensaiar formas concretas de a mudar”, o TO dá um enorme contributo à tarefa de emancipação (Soeiro, 2009). A revolução de que Boal fala é, em grande parte, no seu entender,

essa aspiração democrática de fundo [...], essa possibilidade de pôr em causa a divisão social do trabalho que dá a uns o direito de falar e de pensar e condena outros à condição de observadores passivos do espetáculo do mundo [...], essa possibilidade de as pessoas e os seus corpos ocuparem um lugar diferente daquele que lhes foi prescrito e, fazendo-o, romperem a ordem social. É esse momento em que se assiste a uma quebra radical das relações de autoridade e de dominação e aos papéis sociais que elas pressupõem (Soeiro, 2012: 5).

Num espetáculo de teatro-fórum, atores e espect-atores tornam-se “investigadores ativos e vozes legítimas”, analisando os problemas de vários ângulos (Julian, 2014: 49). Para Olivier, na conjuntura atual, é preciso reconhecer “o nosso total analfabe-

13. Nesse sentido, durante o Óprima 2015, incluímos a oficina de “Aportes da dramaturgia dialética para o teatro fórum”, dinamizada por Priscila Matsunaga e Julian Boal.

tismo político”, “a gente tem de reaprender a produzir política” e essa seria uma “tarefa gigantesca para o TO” (Neveux, D 2015). Rafael também reforça o importante papel da transferência e “socialização dos meios de produção da linguagem teatral”, visando à “autonomia de produção e organização da classe trabalhadora”. Contudo, ao falar da trajetória do TO no interior do MST, salienta como ainda hoje se debatem “argumentos que reiteram a divisão social do trabalho manual”, “privilegiando outros com o universo do trabalho intelectual e da produção simbólica” (Villas Bôas, 2013: 186-187).

#### ESPERANÇA POLITIZADA: AS VÁRIAS POSSIBILIDADES

Ao falar sobre o teatro político, Olivier assinalava duas correntes principais: uma que tem como objetivo “desvelar para o seu público algo que estaria escondido”, “como se através desse arrancamento de imagens se chegasse ao mundo tal como ele é, ao mundo em sua nudez”; e outra “que queria exatamente o contrário”: acrescentar imagens, “possíveis ao mundo” (Neveux, D 2015). O Teatro do Oprimido parece juntar essas duas propostas em momentos distintos: se, por um lado, pode contribuir para a desconstrução e desvelamento de realidades e discursos dominantes, por outro, procura descobrir e apresentar outras imagens possíveis do mundo, articulando assim, a denúncia e o anúncio formulados por Paulo Freire. Ao convocar Daniel Bensaid, Julian lembra que “para haver política tem de haver possibilidades, tem de haver alternativas”, “tudo o que não é fatal é da ordem do político” (Julian Boal, E 2014). Uma das potencialidades do TO seria a “criação e coletivização de esperanças, das imagens do mundo que se deseja construir” (Julian Boal, 2014: 48). Kelly, recorrendo à ideia de Boal sobre “o teatro no modo subjuntivo”, diz que é preciso praticar um “subjuntivo prático”, articulado com uma “esperança radical”. Não estamos a “vender sentimentos, com a ideia de que tudo é viável”, mas sim que “há muitas mais possibilidades do que aquelas que são admitidas pela ordem presente” (Howe, E 2015). Na era do “não há alternativa” – enquanto ideologia fatalista e imobilizante –, esse exercício é absolutamente fundamental. Como refere Olivier:

Quando a Troika vem e nos diz “existe uma dívida e ela tem de ser paga”, estamos a aceitar essa visão do mundo [...], a gente não pode aceitar essa visão do mundo, mas acrescentar outras ficções, inventar o maior número de possibilidades possíveis (Neveux, D 2015).

Por isso, para José, o termo revolução, embora tenha sido historicamente derrotado (pelo menos na Europa) e possa parecer “extravagante”, deve continuar como referência no TO, proporcionando uma

visão de conjunto sobre como é que os vários sistemas de opressão se organizam, como é que o poder se estrutura, qual é a lógica que faz funcionar a sociedade enquanto sistema (Soeiro, 2012).

PRÁXIS MILITANTE:  
O TEATRO DO OPRIMIDO E A ORGANIZAÇÃO COLETIVA

Quer nos debates, quer nas entrevistas, o vínculo entre a prática com Teatro do Oprimido e as organizações coletivas foi evidenciado como um dos maiores desafios e, simultaneamente, uma de suas maiores forças. Este vínculo expressa-se nas organizações, com as organizações e como organização. Ao referir-se à experiência de longa duração do TO no Movimento dos Sem-Terra, Rafael reforça a “função relevante que o teatro-fórum cumpriu no trabalho de base da organização: a da identificação das contradições, dos impasses organizativos” (Villas Bôas, 2013). Muriel concorda ao considerar que pode ser uma “forma formidável para fazer refletir os partidos políticos e as organizações em que nós estamos e não estamos a explorar isso suficientemente” (Naessens, E 2014). José Soeiro, partindo da experiência de teatro legislativo e enquanto deputado, refere que essa dinâmica, “ao quebrar o monopólio da palavra dos representantes políticos, mas também dos militantes de uma organização, perturba algumas rotinas instaladas, mesmo à esquerda.” Frequentemente o TO ou a arte em geral é vista como forma de “enfeitar” as ações políticas ou um “momento cultural no intervalo da política”. Um processo como o teatro legislativo “exige a disponibilidade para aceitar que as pessoas podem propor soluções diferentes das que promovemos” e isso “nem sempre é fácil de ser aceite pelas organizações políticas.” Além do mais, “a brutal intensificação do ritmo da política” é muitas vezes difícil de “compatibilizar com processos participativos que demoram mais tempo” (Soeiro, 2010). Rafael atesta essas ideias, evocando as dificuldades que se travaram dentro do MST para que o TO deixasse de ser visto como um momento interessante nas “noites culturais” e se tornasse parte relevante de “um processo de formação, aglutinação e ampliação do debate” (Villas Bôas, 2013: 14). E se é verdade que o TO pode contribuir para o “fortalecimento da cultura política de participação”, terá muito menos força “se não estiver associado a movimentos políticos” (Villas Bôas, D 2015). Para Muriel, o “TO não existe enquanto movimento político. Isso é mais que uma fragilidade. Desapareceu.” Considera:

Na última vez que estivemos num encontro nacional, a questão era “como é que nós podemos nos reaproximar dos movimentos sociais?” A questão não é essa, é como é que nós não estamos?! Como é que nós não somos os movimentos sociais? Como se houvesse uma receita... Quando há uma mobilização nós temos três

reuniões, por semana, para organizar a manifestação, escrever a convocatória. Estar nos movimentos é isso. Não é estar de fora e perguntar: como é que nós podemos nos juntar a vocês? (Naessens, E 2014).

#### REINVENÇÃO PERMANENTE: UM LEGADO VIVO

“Boal não aprendeu em tempos de vitória”, lembra Rafael; “isto que nos deixou foi elaborado em tempo de derrotas históricas da esquerda, ciclos de contrarrevolução permanente” (Villas Bôas, D 2015). Mas era um “artista militante” que conseguiu “extrair aprendizagens” e dar “respostas críticas” às sucessivas derrotas (Villas Bôas, 2013; 2015). “O sistema capitalista recuperou o teatro-fórum, não o Teatro do Oprimido”, diz Muriel.

Neste contexto de crise, nós temos de investigar e não aplicar mecanicamente o que fazíamos nos anos 1970 ou 1980 [...], acho que o TO deve procurar reinventar-se com um projeto político. [...] É preciso começar um processo de mudança, de procura, de utopia, todos juntos, [...] o Augusto dizia-me muitas vezes, Muriel, transgride as regras (Naessens, E 2014).

Cecília reforça: “a proposta em absoluto é dogmática”, “não se pensa, há uma repetição do discurso”; e lembra o tempo do Arena, onde “faziam uma pesquisa a todos os níveis, dramaturgia, interpretação, cenografia, havia uma procura estética, escreviam, se criticava muito” (Cecília Boal, D 2015). Olivier salienta que Boal, tal como Brecht ou Piscator, pensaram muito sobre a função do teatro:

Seria uma derrota para o teatro político se se limitasse ao seu conteúdo [...], é missão do teatro político tentar inventar formas [...]. Temos de experimentar, o grande perigo que nos cerca é a repetição estéril de fórmulas, de catecismos [ou] considerar-se que o TO é por si só emancipatório (Neveux, D 2015).

Julian partilha da mesma preocupação:

Não repetir o passado, mas realizar as promessas nele contidas; não repetir as fórmulas, mas apoderarmo-nos dos meios de produção [...], sobretudo colocar problemas sobre o TO [e procurar resolvê-los] em coletivo (Julian Boal, E 2013).

## Conclusão: desordenar em “tempo de guerra”

“O caos é uma ordem por decifrar”. É com esta citação de um livro inexistente, tal como outros livros fictícios criados por José Saramago – *Livro dos contrários* – que o escritor dá o mote ao livro *O homem duplicado* (2002). Numa entrevista concedida à BBC, no ano de lançamento do livro, Saramago explica:

O que eu aqui proponho é que investiguemos a ordem que há no caos. O que, no tempo de hoje, que em muitos aspectos nos apresenta como caótico, eu creio que pode ser encontrado.

Em boa medida, o que nos moveu nesta investigação foi encontrar a ordem que há no caos, especialmente no contexto da crise e das medidas de austeridade, em Portugal, e das ações e mobilizações coletivas que têm procurado combatê-las. Moveu-nos, também, a possibilidade de desordenar em “tempos de guerra”, investigando e agindo contra o pensamento único e o excesso de ordem que ele tende a gerar, conduzindo ao fatalismo e à resignação. A análise e a reflexão situam-se, por isso, no duplo registo da denúncia e do anúncio (Freire, Gadotti & Guimarães, 1995; Freire, 1997), assumindo igualmente o conceito freireano de utopia como “inédito viável” (Freire, 1970; 1992)<sup>14</sup> no exercício de uma sociologia pública, ética, política e socialmente comprometida.

Propusemo-nos montar um diálogo com sete vozes experientes e críticas sobre o lugar do TO na atualidade: as suas fragilidades, as suas derivas e tensões e também os seus combates. A amostra não pretende ser representativa do mundo do TO. Há, aliás, um predomínio de determinadas origens e marcadores sociais: maioria de brancos, classe média escolarizada, posicionados politicamente à esquerda, com os homens a ocuparem bastante mais espaço que as mulheres. Trata-se antes uma amostra representativa de um determinado espaço do TO, que conflui no encontro Óprima. É o conjunto de ideias e inquietações que estes partilharam que procuramos aqui sintetizar, contrapondo-o com as suas contradições, dilemas ou insuficiências, deixando, também, algumas pistas de investigação.

Começamos pelo registo da “denúncia”. Questionou-se a pertinência e a atualidade do TO e formulou-se mesmo a hipótese de o TO estar em crise, face ao modo como tem sido mercantilizado, tornando-se um negócio em expansão e de como isso tem contribuído para uma progressiva especialização. Contudo, para além de sermos participantes nesse processo, a verdade é que é através da multiplicação que democratizamos a metodologia, e é também pela experiência de curingagem que vamos

14. Paulo Freire aborda o conceito de utopia como “inédito viável” nos livros *Pedagogia do oprimido* e *Pedagogia da esperança*, cujas datas de publicação estão separadas por 20 anos.

adensando a nossa crítica. Mencionou-se o modo como o TO tem sido simplificado, despolitizado e neutralizado enquanto “conjunto de técnicas”, mas, recorde-se, foi o próprio Boal que o definiu como “sistema de exercícios físicos, jogos estéticos e técnicas especiais” desenvolvido nos eixos “artístico, educativo, político-social e terapêutico” (Boal, 2002: 12). Referiu-se a dependência dos projetos sociais face a financiamentos e de como perante isso, muitas vezes, se instrumentaliza o TO como “livro de receitas” para os problemas sociais para os quais já se tem resposta, promovendo, ao invés da emancipação, o “adestramento interativo de vítimas” (Boal, 2013). Mas isso não responde ao problema de subsistência das organizações e da continuidade dos projetos, sistematicamente reféns de financiamento externo. Falou-se também em como o TO, em muitos contextos, se tem vindo a tornar um “pacote de competências” a adquirir para se ter sucesso numa sociedade individualista. Porém, o facto é que se está a assistir a uma erosão sem precedentes das organizações e sujeitos coletivos e, se é certo que não podemos deixar de lutar contra o sistema, precisamos sobreviver nele e encontrar ferramentas (muitas vezes individuais ou fora do sistema) para prosseguir as nossas vidas com um mínimo de dignidade. Esse aspeto é particularmente relevante no que concerne ao desemprego e à precariedade. Ainda que se acredite numa sociedade de pleno emprego e se defenda os direitos laborais pela via da ação coletiva, podemos realmente condenar quem encontra em comunidades autogeridas ou na criação do seu próprio emprego a solução para os seus problemas? Por fim, discutiu-se a fetichização do TO, enquanto fim em si mesmo, transformando-o na “solução para todos os males”. Mas será que uma oficina de TO ou uma sessão de teatro-fórum serão totalmente destituídas de um carácter emancipador?

Coloquemo-nos agora no registo do “anúncio”. Destaca-se a importância da análise dialética das conjunturas e das realidades enquanto meio para descobrir os espaços de resistência. Mas a urgência com que muitas vezes se implementam os projetos ou com que se apresentam as peças, dará realmente lugar a isso? Saliu-se o papel emancipador do TO, assente na socialização dos meios de produção teatral e na quebra do monopólio político, mas devemos ter em conta que a composição social de alguns dos grupos que compõe o Óprima é limitada a segmentos com mais recursos culturais e académicos. Também vale a pena assinalar que permanecem formas de divisão do trabalho intelectual e manual dentro dos grupos e desigualdades de poder resultantes da distribuição diferenciada de papéis, desde logo o de curinga. Aludiu-se à “esperança politizada” enquanto geradora de possibilidades e como antídoto contra o fatalismo, mas há, de facto, razões para ter esperança? Como se defrontam “inimigos” tão poderosos como a Troika ou problemas tão complexos como o desemprego? Como se lida com o dilatar da impotência e da frustração? Frisou-se o desafio de encarar o TO como “práxis militante”, nas,

com e como organizações coletivas. Mas, quem serão os nossos aliados? Partidos e sindicatos, presos frequentemente a lógicas burocráticas e ao poder hierárquico? Movimentos sociais fluídos, muitas vezes inconsistentes e descontínuos? Em que medida a liberdade e a autonomia podem ser garantidas nessa conjugação de esforços? Concluiu-se com a percepção de que a metodologia é um legado vivo, supondo a reinvenção permanente e a transgressão de regras e enunciados, mas por onde se começa? Até onde se pode ir? Qual é a fronteira entre aquilo que é Teatro do Oprimido e o que não é?

Estas e outras questões são imprescindíveis para prolongar a crítica às práticas de TO. Todavia, esse prolongamento da crítica acarreta dois perigos: o de “nos apaixonarmos por nós próprios”<sup>15</sup>, munidos da arrogância de um pretense altruísmo, fiscalizando as “boas” e “más” práticas, virando evangelistas da “linha justa” do TO; ou, de ficarmos de tal forma sobrecarregados e intimidados, que desanimamos e paralisamos, procurando outras ferramentas para intervir na vida política.

15. Expressão de Zizek nas acampadas do *Occupy Wall Street*, em 2011.

A pergunta “terá o TO expirado o prazo de validade?”, insistentemente repetida por Julian Boal, continua a ser uma das mais prementes. Para responder será necessário mobilizar e reinventar as experiências de hoje e de ontem – a tradição múltipla da agitprop, os seminários de dramaturgia ao jeito do que foi feito pelo Teatro de Arena, as táticas de guerrilha cultural e política etc. – e toda a teoria que nos possa auxiliar, não apenas a tradição marxista, mas as várias gerações de pensamento crítico que não aceitam que a realidade seja reduzida ao que existe e que a história seja pré-determinada. O adensamento da leitura e da análise crítica deve ele próprio produzir novas teorias. Apesar de sua inegável importância e do respeito que lhe é merecido, Augusto Boal não pode continuar a ser a única referência no campo do Teatro do Oprimido. Dessa produção teórica deve constar a análise profunda de alguns dos seus conceitos centrais – poder, opressão, exploração, dominação, manipulação e, em seu lado oposto – não num sentido dicotômico, mas dialético e interpelante – diálogo, libertação, emancipação, utopia – articulando-os com aquilo que sabemos e fazemos em nossas lutas coletivas.

Talvez uma das guerras maiores a travar, nos dias de hoje, seja contra os fatalismos: da austeridade, do desemprego, da desigualdade, do capitalismo. Como diz Paulo Freire em sua *Pedagogia da indignação*:

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes (Freire, 2000: 33).

Ora, o Teatro do Oprimido, ao atribuir aos homens e às mulheres o papel de (re) construtores da história e da realidade, permite edificar a esperança. Uma esperança que aqui não é entendida de forma *naïve* ou ingênua – a esperança *disneyland* onde tudo é possível acontecer –, mas antes como esperança crítica e politizada, ancorada num projeto emancipatório e através do exercício da resistência: do que existe agora e do que pode vir a existir amanhã pela força da nossa ação. Para que o Teatro do Oprimido possa servir como arma de combate, é preciso reconhecer suas limitações. É a partir delas que se poderão constituir alianças, não só entre sujeitos coletivos, mas também entre o corpo e a mente, a teoria e a prática, o indivíduo e o coletivo, o local e o global, as aprendizagens do passado com as emergências do presente e os desafios do futuro. Como reclamava Deleuze:

— Um pouco de possível, senão sufoco! (Deleuze, 1992: 131).

*Abstract: This paper explores the hypothesis that the accelerated multiplication of The Theatre of the Oppressed, founded by Augusto Boal in the early 70s, has suffered appropriations which have questioned its emancipatory project. This is based on a participative/collaborative project, started four years ago, in the context of collective actions and mobilizations – demonstrations, strikes, protests – against austerity measures imposed by the Portuguese government and mandated by European authorities in response to the economic and financial crisis. The empiric data, testimonies from interviews and debates, has been analyzed around a set of categories aimed to discuss the mutations, weaknesses and battles of TO today. The analysis highlights the need of reinvention and re-appropriation of methodology, particularly in times of crisis, such as the ones we are currently experiencing.*

*keywords: Theatre of the Oppressed, crisis, activism, emancipation, participatory research.*

## Referências

ALMADA, Izaías. *Teatro de Arena: uma estética de resistência*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BABBAGE, Frances. *Augusto Boal*. London; New York: Routledge, 2004.

BOAL, Augusto. *O Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Editora, 2010.

———. *A estética do oprimido*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

———. *Cultura: entrevista Augusto Boal, por Rose Spina e Walnice Nogueira Galvão. Teoria e Debate*, n. 56, 2004.

———. *O teatro como arte marcial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

———. *El arco iris del deseo: del teatro experimental a la terapia*. Barcelona: Alba Editorial, 2002.

———. *Técnicas latino americanas de teatro popular (uma revolução copernicana ao contrário)*. Coimbra: Centelha, 1997.

———. An interview with Augusto Boal, Charles Driskell. *Latin American Theatre Review*, v. 9, n. 1, p. 71-78, 1975.

BOAL, Augusto; GUARNIERI, G. *Vivemos um tempo de guerra*, 1965. <<http://institutoaugustoboal.org/2012/07/03/vivemos-um-tempo-de-guerra-por-augusto-boal-e-g-guarnieri/>>. Acesso em: 27 Jul. 2015.

BOAL, Cecília. Memória em jogo. Entrevista. *Revista Brasileiros*, 2011. <<http://brasilereiros.com.br/2011/09/memoria-em-jogo/>>. Acesso em: 23 Jul. 2015.

BOAL, Julian. Por una historia política del Teatro del Oprimido. *Literatura: Teoría, Historia, Crítica*, v. 16, n. 1, p. 41-79, 2014.

———. *O Teatro do Oprimido nos dias de hoje, entre “ensaio da revolução” e ades-  
tramento interativo das vítimas*. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social (UFRJ),  
2013, mimeo.

———. *Notas para uma definição de opressão*, 2012. <<http://institutoaugustoboal.org/2012/03/20/opressao-artigo-de-julian-boal/>>. Acesso em: 17 Jun. 2015.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BURAWOY, Michael. Por uma sociologia pública. *Revista de Ciências Sociais*, v. 25,  
p. 9-50, 2006.

CARVALHO, Sérgio. Laboratório de práxis. In: MATSUNAGA, P.; CARVALHO, S;  
BOAL, J. Augusto. *Atos de um percurso*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do  
Brasil, 2015.

CASTRO-POZO, T. Teatro do Oprimido: a encruzilhada do corpo e a trilha do auto-  
-conhecimento. *Ghrebh – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação e da Cultu-  
ra*, n. 7, 2005.

CHAGAS, Paula. Laboratórios do Teatro Arena. In: MATSUNAGA, P.; CARVALHO,  
S; BOAL, J. Augusto. *Atos de um percurso*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do  
Brasil, 2015.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELLA PORTA, D.; MATTONI, A. *Spreading protest: social movements in times of crisis*. London: ECPR Press, 2014.

DRISKELL, Charles. An interview with Augusto Boal. *Latin American Theatre Review*, v. 9, n. 1, p. 71-78, 1975.

ESTANQUE, E.; HERMES COSTA Y SOEIRO, J. The new global cycle of protest and the portuguese case. *Journal of Social Science Education*, issue 1, p. 1-23, 2013.

FOMINAYA, Cristina; COX, Laurence. *Understanding european movements: new social movements, global justice struggles, anti-austerity protest*. New York: Routledge, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

———. Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho. In: PAZZIANOTO, Almir. *O livro da profecia: o Brasil no terceiro milênio*. “Coleção Senado”. Brasília: Senado Federal, 1997.

———. *Pedagogia da esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

———. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo; GADOTTI, Moacir; GUIMARÃES, Sérgio. *Pedagogia: diálogo e conflito*. São Paulo: Cortez, 1995.

GÓES, J. Primeiras palavras: não só leia, interprete. *Revista Paulo Freire – Revista de Formação Político-Pedagógica do Síntese*, n. 3, 2009.

LAWRENCE, Luis. Las teorías dramáticas de Augusto Boal. *Cuadernos de Postgrado*. Facultad de Humanidades y Educacion – UCV, 1997.

NUNES, S. *Boal e Bene: contaminações para um teatro menor*. Tese (Doutoramento em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

PRADO, Marco; COSTA, Frederico. Estratégias de articulação e estratégias de aliança: possibilidades para a luta política. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 3, p. 685-716, 2011.

RIBEIRO, Paula. Teoria e prática no Seminário de Dramaturgia do Teatro de Arena. *Revista “Aspas”*, n. 1; *Anais do Primeiro Seminário de Pesquisas em Andamento do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo*, p. 140-149, 2011.

SARAMAGO, José. *O homem duplicado*. Lisboa: Caminho, 2002.

SOEIRO, José. *Um ensaio da revolução: Teatro do Oprimido, teoria crítica e transformação social*, 2012. <[https://institutoaugustoboal.files.wordpress.com/2012/12/um-ensaio-da-revoluc3a7c3a3o\\_final-11.pdf](https://institutoaugustoboal.files.wordpress.com/2012/12/um-ensaio-da-revoluc3a7c3a3o_final-11.pdf)>. Acesso em: 17 Jun. 2015.

———. *Do meu compromisso com o Augusto Boal*, 2009. <<http://antigo.esquerda.net/content/view/12236/67/>>. Acesso em 15 Jun. 2015.

———. *Entrevista amb Jose Soeiro. Diari de la VI Trobada Internacional de Teatre i Educació*. Barcelona: Forn de Teatre Pa' tothom, p. 8-10, 2010.

VIANA, Waldimir. *Teatro do Oprimido: Implicações metodológicas para a Educação de Adultos*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

VILLAS BÔAS, Rafael. *Teatro do Oprimido: da relação com a estratégia política aos riscos da mercantilização*, 2015. <<http://institutoaugustoboal.org/2015/02/28/teatro-do-oprimido-da-relacao-com-a-estrategia-politica-aos-riscos-da-mercantilizacao/>>. Acesso em: 17 Jun. 2015:

———. MST conta Boal: do diálogo das Ligas Camponesas com o Teatro de Arena à parceria do Centro do Teatro do Oprimido com o MST. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 57, p. 277-298, 2013.

ZIZEK, Slavoj. *O ano em que sonhámos perigosamente*. Lisboa: Relógio D'Água, 2012.



# Acumulação social da violência e sujeição criminal em Alagoas\*

Recebido: 15.03.16

Aprovado: 10.11.16

Emerson Oliveira do Nascimento\*\*

Resumo: Ao se utilizar dos conceitos de acumulação social da violência e sujeição criminal, o presente texto visa construir uma reflexão acerca das transformações em torno do fenômeno da violência no estado de Alagoas. A partir da compilação de matérias jornalísticas, documentos oficiais e entrevistas com os agentes do sistema de justiça criminal estadual, buscou-se situar historicamente o problema da violência na região. Argumento que ao longo dos últimos 50 anos, dos tradicionais crimes de mando à “institucionalização” dos grupos de extermínio, e destes para o fenômeno da multiplicação desenfreada dos crimes de homicídio no estado, assistiu-se ao acúmulo de formas e práticas de violência diferentes que sedimentaram a constituição de diferentes tipos ditos perigosos. Na contramão das análises que insistem em interpretar a violência de hoje exclusivamente como contiguidade do passado, considero que a explosão de homicídios no estado é um acontecimento peculiar e relativamente recente.

Palavras-chave: acumulação social, sujeição criminal, violência, homicídios, Alagoas.

\* A elaboração deste trabalho não seria possível sem o apoio do CNPq para o projeto de pesquisa de pós-doutorado sobre a organização social do espaço e a violência letal na cidade de Maceió e Região Metropolitana. Não poderia ainda deixar de registrar aqui meu agradecimento às sugestões valiosas dos comentaristas anônimos da Revista *Sociedade e Estado*.

Em Alagoas, toda família tem um assassino ou um assassinado.

*Tenório Cavalcanti.*

\*\*Professor/pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas. Tem mestrado e doutorado em ciência política pela Universidade Federal de Pernambuco. <emersondo nascimento@yahoo.com.br>.

## Apresentação

Ao longo do presente texto, utilizo com especial relevância dois referenciais fundamentais de matriz sociológica. São estes os conceitos de *acumulação social da violência* e o de *sujeição criminal* (Misse, 1999). Estes conceitos foram elaborados para problematizar o fenômeno da violência urbana no contexto carioca e há muito já foram incorporados à literatura especializada. Não obstante as especificidades históricas, sociais e culturais marcadamente distintas entre estas regiões, acredito que a importação de tais conceitos para pensar outra realidade pode revelar-se uma estratégia cognitiva interessante. É neste sentido que busco, depois de apresentar estes conceitos, situar historicamente o problema da violência na região Nordeste, em especial no estado de Alagoas, destacando os limites da tese tradicional que têm associado a violência da região, de maneira residual, ao passado agrário, escravocrata e monocultor do estado e reforçado a representação de uma sociedade *desde sempre e para sempre* violenta.

A ênfase na persistência de um passado, irreduzível neste caso, tem contribuído pouco para deslindar o problema do crescimento vertiginoso da violência homicida em Alagoas nos últimos 25 anos. Na contramão dessas tradições, argumento que a compreensão do fenômeno prescinde de um *giro epistemológico* que nos permita ver as discontinuidades naquilo que nos parece tão somente *linear*. Em outras palavras: é preciso analisar as transformações significativas em torno dos usos, das práticas e dos sentidos da violência no estado ao longo do tempo a fim de se questionar esta representação de uma sociedade forjada *pela e para* a violência. Para isso, demarcando Alagoas como cenário privilegiado da expressão da violência na região Nordeste, observo o processo acumulativo de variadas formas de violência no estado, tomando como mote a constituição do sistema de pistolagem a partir da segunda metade do século passado, sua *especialização e ramificação* em torno dos grupos de extermínio que se formaram entre as décadas de 1980 e 1990 e, em seguida, a escalada de um processo de *violência difusa* marcado pelo crescimento vertiginoso da taxa de homicídios que lhe renderá a alcunha de *capital da morte*<sup>1</sup>.

1. Desde 2006, segundo dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM-MS) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Alagoas ocupa a posição de estado mais violento do Brasil, liderando o *ranking* da lista no que compreende a taxa de homicídios.

O recorte temporal deste artigo (1950-2000) privilegia a cobertura de acontecimentos diferentes e recentes da sociedade alagoana, todavia, não compreendo com isso a constituição de uma *história social da violência* no estado ou algo que o valha, muito pelo contrário. A demarcação deste período atenta para o processo recente de modernização social e econômico que tem acompanhado o fenômeno do crescimento da violência urbana no estado. E, em busca de uma interpretação sociológica para estas transformações, começo aqui por discutir a ideia de *construção social do crime* como preâmbulo para uma breve contextualização do fenômeno da violência no Nordeste, as transformações operadas na subcultura dos crimes de mando e do sistema de pistolagem em Alagoas até a estruturação do chamado *Sindicato do Crime*. Depois, discuto o processo de transmutação do *Sindicato* (organização de origens rurais voltada à mercantilização de práticas ilícitas e associada às formas tradicionais de dominação próprias do sertão) para grupos de extermínio como a *Gangue Fardada* e os *Ninjas de União* (organizações eminentemente urbanas, paramilitares e profissionalizadas para atender a um estruturado *mercado da morte* na região). Ao final, discuto o quanto essa variedade de eventos e dramas arquitetados estão longe de representar um todo *unificado e linear* e, em se tratando do fenômeno da violência urbana no estado de Alagoas, o quanto as *explicações historicistas* para o fenômeno têm dificultado a percepção em torno das transformações da prática da violência na região e restringido a reflexão sobre vias possíveis para a superação do problema.

O presente artigo fundamenta-se ainda em pesquisa documental apoiada sobre diversas fontes, desde notícias veiculadas nos jornais e semanários de Alagoas no

período compreendido pela pesquisa – *Desafio, O Jornal de Alagoas, Gazeta de Alagoas e Tribuna de Alagoas* –, até atas e documentos do Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas e o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados que investigou crimes de pistolagem no Nordeste, ainda no final dos anos 1990. No mais, foram utilizadas também entrevistas com agentes do sistema de justiça criminal estadual, bem como os depoimentos de pistoleiros e matadores, consultados através dos inquéritos já julgados ou arquivados junto ao Ministério Público do Estado de Alagoas.

## A construção social do crime

Apesar de consolidada a transição para o regime democrático entre nós, a violência persiste e em proporções crescentes no seio da sociedade brasileira. Para além do que falam os analistas que insistem na ideia de um país cindido entre o *mundo legal* e um *mundo real*, melhor seria – parafraseando Machado da Silva (1995, 1999) – substituímos a metáfora das duas lógicas que se contrapõem pela imagem, mais complexa, das lógicas que coexistem: a ordem *institucional-legal* e a *violência urbana*. Perspectivas como esta são frutíferas do ponto de vista analítico na medida em que buscam compreender o fenômeno da chamada violência urbana *per se* e não a partir das expectativas de universalização da ordem legal. A permanência do fenômeno da violência urbana entre nós supera as hipóteses de que esta seria tão somente um produto da *incompletude* do processo de *modernização e normalização* da sociedade brasileira e, não por acaso, as soluções provisórias que apostavam para o controle da violência a partir da expansão do *império da lei* encontram cada vez menos parâmetros de confirmação.

Na trilha do que afirma Machado da Silva, embora a ordem institucional-legal padeça de uma crise de legitimidade entre nós, ela está longe de significar uma deslegitimação da ordem constituída. Nesse sentido, a coexistência destas duas ordens chama a atenção para a novidade em torno das práticas da violência na sociedade brasileira contemporânea: não tratamos aqui simplesmente de um complexo de condutas contra o Estado, dentro do Estado ou a partir do Estado, mas da emergência de um parâmetro de sociabilidade cuja ordem pública não entra como referência. Tratar-se-ia do surgimento de uma forma de sociabilidade radicalmente nova, intitulada pelo autor de *sociabilidade violenta*<sup>2</sup>. Esta perspectiva inaugura uma agenda nova para os estudos sobre a violência urbana no Brasil, que passa a ser vista não como fim, mas como ponto de partida das análises dos cientistas sociais.

Dentre as tradições inauguradas no âmbito da sociologia da violência que partem desta *autonomização do mundo social*, destacamos aqui as reflexões misseanas.

2. Luiz Machado da Silva (1995) defende a ideia da emergência no Brasil de uma nova forma de sociabilidade, marcadamente violenta, que não se orienta pela alteridade ou pela subjetividade compartilhada e que traz à tona um novo tipo de individualismo que admite e coexistência, entre outras formas, de sociabilidade (pré-modernas e modernas) e com a própria ordem institucional-legal. Não se trata mais da tradicional discussão sobre a violência relacionada à “ausência do Estado” ou à “violência do Estado”, nem mesmo a ideia da violência que promove o “Estado dentro do Estado”, mas a percepção de que a violência está relativamente organizada dentro de um novo padrão de sociabilidade que coexiste “harmonicamente” dentro do ordenamento legítimo.

Michel Misse confecciona conceitos relevantes para pensar as transformações recentes em torno do fenômeno da violência urbana, a saber, as ideias de *acumulação social da violência e sujeição criminal*. Criados em princípio para pensar a organização social da violência carioca, os conceitos misseanos entronizam uma perspectiva analítica diferenciada para a compreensão do problema. O autor propõe que compreendamos o fantasma social do crime que hoje assola nossas metrópoles através do ponto de vista de um processo cíclico e dinâmico de acumulação social de práticas e formas diferentes de violência, a partir do qual seria possível observarmos não apenas as continuidades, mas ainda a intermitência dessas práticas ao longo do tempo e sobre os padrões de *sociabilidade e incriminação* em uma dada comunidade.

O autor não argumenta que haja uma ruptura radical entre a criminalidade anterior à década de 1980, produzida notadamente no Rio de Janeiro, e a criminalidade mais recente, mas aponta para a existência de uma acumulação cíclica de padrões, experiências sociais e continuidades “subculturais” a partir das quais explica a amplitude do fenômeno. Trata-se de uma argumentação não linear e não evolucionista, preocupada em demonstrar menos o “aumento da violência urbana” e mais a “acumulação social de padrões diferentes de sociabilidade” (Misse, 1999). A título de exercício analítico, o modelo desenvolvido pelo autor distingue as práticas qualificadas como violentas do universo das representações sociais destas diferentes práticas, tentando demonstrar que o fenômeno da violência urbana é *socialmente construído*, tanto pelas práticas violentas, quanto pelo acúmulo das representações sobre estas ao longo do tempo.

Ao tecer uma teia complexa que vai das práticas às representações e vice-versa, Misse busca, no caso carioca, detectar os principais momentos de fabricação desse grande fantasma social que se tornou o fenômeno da violência urbana. Contudo, o autor não nega a emergência do fenômeno na agenda pública, ainda que não seja este seu objetivo. Muito menos, rejeita a dimensão do problema. Sua proposta é tratar, também sob uma perspectiva sociológica, a percepção e o significado do “aumento da violência urbana”. É importante dizer ainda que o conceito misseano de acumulação social da violência não pode ser entendido também como memória social da violência, pois se trata de algo bem distinto. O conceito elaborado pelo autor não se restringe a apinhar reminiscências ou tão somente narrar ou descrever o conteúdo de práticas violentas através do tempo, mas sim, a partir de uma perspectiva dinâmica, lançar uma lupa sobre um fenômeno complexo que relaciona práticas criminais, segurança pública, transformações na esfera da sociabilidade urbana recente e a emergência do medo social e da ideia da chamada “cidade perigosa”.

A noção de acumulação social da violência abdica de operar com um conceito de violência, por compreender que existem várias interpretações da violência e tal multiplicidade não pode ser encapsulada numa representação ou definição uníssona, e prefere, em seu lugar, tomar como referência a representação da própria violência, seu perigo, sua negatividade social, seu risco e sua abrangência e diferenciação sobre os mais diferentes tipos sociais, sobre os centros urbanos, sobre as dinâmicas de sociabilidade que acompanham tal representação e até mesmo sobre os diferentes receituários acerca de como destruí-la<sup>3</sup>. O autor irá afirmar ainda que no imaginário social que acompanha esse processo, os sujeitos sociais considerados “desviantes” que circulam entre esse mundo de representações, práticas, polícias e sistema judiciário são atores privilegiados de um segundo fenômeno igualmente importante e diretamente associado à chamada acumulação social da violência: a *sujeição criminal*.

O universo das representações sociais sobre a violência urbana demarcará as pessoas que circulam nesse submundo e as demais, sugerindo uma especialização da expectativa sobre um certo tipo de experiência social – as dinâmicas de rotulação dos sujeitos antecipadamente acusáveis. A partir dos estudos pioneiros sobre as noções de *desvio* (Merton, 1969), *estigma* (Goffman, 1988) e *divergência* (Becker, 2008), Misse subsidiará sua noção de *sujeição criminal* como elemento nuclear da compreensão de um processo longo de normalização no Brasil e, especialmente, no Rio de Janeiro, dos tipos ditos *potencialmente perigosos*. Para isso, o autor irá partir das cadeias de acusação social que interligam de forma cumulativa, mas não linear, diferentes comportamentos e unidades-objetos de acusação ao longo do tempo e chamará nossa atenção para aquele que seria, talvez, o maior *efeito perverso* da acumulação social da violência no Rio de Janeiro: a substituição da referência à norma pela referência ao risco. Em outras palavras: a substituição da *força da lei* como parâmetro para avaliar a transgressão ou a divergência, em favor de um modelo complexo de *punibilidade*, onde indivíduos condenados serão demarcados sob a expectativa de que *são* e *continuarão a ser* regularmente transgressores. O chamado processo de sujeição criminal de que trata Misse aponta não somente para uma rotulagem ou uma designação de incriminação regular de certos tipos de práticas, mas para a constituição de *subjetividades* que incriminam tipos sociais que serão, antes de qualquer coisa, incriminados por que “eles são eles”, naturalmente, definidos como “seres criminais” (Misse, 1999: 50, 52-53, 59).

Há um número farto de estudos que apontam para o longo processo de desenvolvimento da disciplina, da norma e da civilidade na sociedade ocidental. Neste processo, vários atores pontam para a ambiguidade do *individualismo moderno*, capaz de erigir os meios de administração legítima da justiça pelo Estado moderno através da

3. Diferentemente de outras perspectivas que consideram o universo da representação social da violência a partir da percepção que o fenômeno imprime sobre os agentes sociais, a perspectiva misseana toma a representação como parte constituinte do próprio objeto. Neste sentido, o esforço analítico proposto pelo autor assume os riscos e rompe o distanciamento metodológico entre a norma que criminaliza e a representação social normalizadora, buscando superar a dicotomia entre a dimensão ideológica do objeto e sua construção social. Nesse sentido, a partir da ideia de acumulação social da violência, o autor supera ontologias utópicas normalizadoras do fenômeno do crime e epistemologias exíguas que dão rosto e forma à prática da violência, mas desconsideram o processo social de criminalização-incriminação.

tipificação de ações ditas criminalizáveis e, simultaneamente, “deslocar” a acusação da transgressão para o transgressor, do ato do sujeito, para a subjetividade do sujeito. Foi Foucault em sua genealogia das formas de punir que chamou tal processo de “passagem da lei à norma” (Foucault, 1974; 1977), quando desaparecem as graduações clássicas que referenciam a processualística que integra a subsunção da lei ao fato, e a acusação recai não sobre o ato, mas sobre o próprio sujeito, sobre a sua *natureza*. Quando a lei impera, não é o sujeito que é punido, mas a sua transgressão. Quando ocorre o oposto – *quando a norma impera* –, é o próprio sujeito que é questionado. A acusação especializa-se em reafirmar a personalidade transgressora do sujeito.

É sabido que a naturalidade de uma teoria não imprime limites territoriais ao seu poder heurístico, bem como, pouco podemos fazer contra os usos e abusos de uma teoria mundo afora. Contudo, em se tratado do fenômeno da violência urbana, a dita “naturalidade” da teoria aqui em questão estende-se sobre a própria elaboração do nosso objeto, tendo em vista que o Rio de Janeiro se tornou também, por muito tempo, o recorte através do qual o brasileiro médio, morador das grandes cidades brasileiras, construiria sua percepção sobre o fenômeno da violência urbana. A própria presença do Rio de Janeiro na pauta quase cotidiana da mídia escrita e televisiva quanto ao “aumento da violência urbana” recicla e exporta representações sociais da insegurança, do perigo social e do medo urbano para outras capitais e regiões, indistintamente. A ideia da violência como *onda fantasmagórica* que se estende do eixo Rio-São Paulo para as demais regiões do país, com ênfase agora para os estados nordestinos, é tão inconsistente quanto a ideia de uma *cultura da violência* que permanece restrita e circunscrita à região Nordeste, especialmente ao estado de Alagoas, popularmente conhecido como *o mais violento do país*. Na seção seguinte, discuto o que há de *permanente* e de novo no crescimento vertiginoso da violência no Nordeste nas últimas décadas, sobretudo em Alagoas.

### Alagoas, terra de antropofagia?

Quando o historiador gaúcho Décio Freitas chamou Alagoas de “Sicília brasileira” estava coroando com uma máxima altissonante algo há muito já arraigado no senso comum dos alagoanos e dos observadores externos – a ideia de que o estado de Alagoas, sua história, seus valores culturais e políticos foram talhados sob o jugo da violência e assim permaneceria. Esse credo engrossou o caldo lamurioso que entroniza Alagoas como uma espécie de bastião do atraso nacional, marcadamente uma *terra sem lei, corrupta e*, por isso mesmo, *violenta*. O fenômeno da violência é apreciado sob este prisma como um acontecimento em cadeia, *progressivo e evolutivo*. A violência dos dias atuais seria o produto residual do passado colonial e depois, do

*clientelismo*, do *mandonismo* e do *coronelismo*, que teriam sequestrado a própria estrutura do Estado em prol do benefício privado e estabelecido a violência como base definidora das relações sociais na região.

Essa busca por uma continuidade linear entre as formas da violência praticadas no passado e as conformações que o fenômeno da violência veio assumindo ao longo do tempo na região é tentadora. É necessário, contudo, afirmar que há evidentes diferenças quanto aos distintos tipos desta violência. Aqueles que investem numa “memória social” ou numa “linha de continuidade” na prática da violência na região são indiferentes às mudanças econômicas, geracionais e demográficas, à mobilidade geográfica e social dos grupos, às transformações em torno das formas e das condições de habitação (sobretudo da capital, Maceió) e às grandes transformações ocorridas no estado durante o último quartel do século XX. Os defensores desta tese reforçam a ideia de uma “violência fundante”, de um continuísmo “histórico”, aspirante à condição de “tradição”, onde a violência, ora configura-se como matriz de significado objetivo a partir da qual é possível traçar uma linha de continuidade, ora uma espécie de sistema subjetivo transmissível, internalizado e durável de socialização que admite a perseverança e a sobrevivência de um *modus operandi* violento por parte do alagoano. Tais perspectivas, ao seu modo, comungam de um resultado comum: concatenam eventos independentes numa mesma direção mediante a assimilação e a apropriação *ex post* de fatos em favor de uma historicidade funcional cuja “tradição” pretende afirmar e reforçar a imagem de uma *sociedade violenta*.

A ideia de uma Alagoas antropofágica – em explícita alusão à morte do bispo Sardinha –, devorado em 1556 num ritual de antropofagia ao sul do litoral alagoano pelos índios caetés e, depois, a imagem fragmentária de uma terra carente de normalização cobre não somente o imaginário popular nativo, mas também modela o olhar externo sobre o estado de Alagoas, associado de modo atemporal aos signos de uma *modernidade fracassada*<sup>4</sup>. Ao contrário do que se observa no caso do banditismo urbano carioca, onde a cidade é retratada, em princípio, como pacífica em relação a uma violência de tipo conjuntural que, no jargão popular somente “cresce e piora”; no caso nordestino, sobretudo em Alagoas, a imagem evocada tem sido a de um território desde sempre violento<sup>5</sup>.

O fenômeno da violência urbana em Alagoas é, naturalmente, distinto de sua expressão em outras cidades ao redor do mundo. Contudo, este argumento não reforça a impropriedade da importação de modelos teóricos para pensar a realidade local, tomando como expoente o caso alagoano e a necessidade de problematizar *inside* o crescimento da violência no Nordeste. A despeito do fato de que durante as décadas de 1980 e 1990 a maior parte da atenção da academia se voltou para

4. A dramatização estética dos territórios da pobreza, em geral, reserva espaço ao estado de Alagoas, sempre retratado como território carregado de simbologias e antíteses (a terra e o mar, a opulência da zona litorânea e a miséria do sertão), uma espécie de antítese do Brasil ideal, o exemplar de um “outro” Brasil – um espaço marcado pelo atraso e pelo autoritarismo, a reserva de uma tradição que se quer genuína, mas, ao mesmo tempo, carente de superação. Boa parte desse emaranhado de representações do estado deita raízes na literatura regionalista da década de 1930 e na lente do Cinema Novo da década de 1960, que transformou o sertanejo – sobretudo o alagoano, fartamente retratado na prosa graciliana celebrada pelos ideólogos cinemanovistas – em sujeitos ignorantes e despolitizados, por um lado, e em rebeldes primitivos e revolucionários, capazes de mudanças radicais, por outro (Albuquerque, 1999).

5. Enquanto no Rio de Janeiro predomina a ideia de uma violência que se incrementa com o passar do tempo, em Alagoas, a violência é representada como um marco originário

e fundacional da sociedade alagoana. Ao seu modo, num e noutra caso, a despeito das perspectivas distintas, seja no Rio, seja em Alagoas, ambas as narrativas convergem para uma direção comum: um fundo mítico partilhado, onde o fenômeno da violência é apropriado e redimensionado como matriz genealógica (Misse, 1999).

6. Há de se destacar as inúmeras leituras produzidas pela tradição historiográfica e socioantropológica sobre o cangaço e o banditismo rural nordestino – das mais simplistas às mais complexas. Dentre as primeiras, das interpretações mais tradicionais, destacam-se os textos de José Honório Rodrigues (1965) e Cristina Mata Machado (1973) – ambos de retórica marxista – compreendendo o cangaço como simples “resposta contra o monopólio da terra e a exploração do trabalhador rural pelo latifundiário” ou “uma resposta à violência do coronel”. Dentre as interpretações menos simplistas do cangaço destacam-se os trabalhos de Frederico Pernambucano de Mello (2011), o qual tem chamando a atenção para

o problema da violência urbana no eixo Rio-São Paulo, em virtude das cifras que a violência homicida atingiu nesta região, há de se destacar o número reduzido de esforços voltados para o estudo do fenômeno da violência nas capitais nordestinas – associado de forma abreviada ao signo do atraso e do agravamento da incompletude do processo de normalização burguesa – julgado inconcluso no Brasil – sobretudo nos estados do Nordeste.

A exportação do *malandro* como tipo mais geral não encontra similaridade no contexto alagoano, ou mesmo nordestino. No Rio, entre 1920 e 1940, encontramos a fixação literária e ideológica do malandro, carregando de sentido o imaginário popular em torno do sujeito capaz de dissolver os extremos, de maquiar o significado da lei e habitar ambigualmente o império da norma e o mundo do crime. Em contrapartida, neste mesmo período, no Nordeste, lapida-se a imagem do sujeito violento por força das intempéries da vida ou das oportunidades – a figura do cangaceiro<sup>6</sup>, personagem histórico do banditismo rural do Nordeste, típico do cenário sertanejo, uma zona fisiográfica perfeitamente definida em termos de contornos naturais e sociais; culturalmente marcada pelo arcaísmo, próprio de uma mentalidade quinhentista que sobreviveu graças ao isolamento e à incomunicabilidade da região que marcariam os padrões de sociabilidade, religiosidade, moralidade, sexualidade e as formas de resolução de conflitos entre as partes como fartamente retratados nas novelas paracervantistas de Franklin Távora, José Lins do Rego, Jorge Amado, Rachel de Queiroz e Ariano Suassuna, onde as culturas tradicionais do sertão – ou melhor seria falarmos em “sertões” – figuram ora como retrato paradoxal de um país selvagem e culturalmente negativo, ora como cenário de um primitivismo precioso e desejável.

A violência urbana na região nordestina – a despeito de esta ser uma área de colonização antiga – é relativamente recente. Tão recente que só muito tardiamente as capitais nordestinas insurgem como objeto para os pesquisadores e não por acaso, pois este crescimento deu-se apenas a partir do final da década de 1990, quando a taxa de homicídios da região saltou de 15 para 35 homicídios por 100 mil habitantes, experimentando um crescimento superior a 100% entre 1999 e 2010. O crescimento da incidência de homicídios em ritmo acelerado nas regiões Norte e Nordeste, e nas regiões Centro-Oeste e Sul, ainda que em patamares mais modestos, veio acrescido de uma redução expressiva deste percentual na região Sudeste, com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que apresentaram acentuada redução da incidência de homicídios na última década.

Segundo dados do *Anuário brasileiro de segurança pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, constatamos que entre os cinco estados com as maiores taxas de homicídio no ano de 2014, quatro pertencem ao Nordeste do Brasil, quais se-

jam: Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, e um ao Norte, o Pará. O mesmo fenômeno é observado nas capitais brasileiras, destacando-se Maceió, Fortaleza, Natal, Aracaju e Belém<sup>7</sup>. Em seu conjunto, estes dados apontam para uma mudança significativa na dinâmica espacial do fenômeno das mortes violentas na sociedade brasileira. Se na década de 1990 a região Sudeste concentrou boa parte do crescimento da violência urbana, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo, passadas duas décadas, são os estados nordestinos que passam a encabeçar o *ranking* dos estados mais violentos da Federação<sup>8</sup>.

Ao considerar o fenômeno da violência como não igualitário, tendo em vista que é notoriamente conhecido que as vítimas de homicídio no Brasil apresentam um perfil básico – homens, jovens, pobres e negros –, é cada vez mais necessário considerarmos também a dinâmica espacial do fenômeno dentro do território nacional. Enfocar o problema dos territórios e sua relação com o fenômeno da violência urbana significa entender as cidades e as regiões como ecossistemas cuja diversidade e interdependência cumprem a função de revitalização e controle das pessoas que habitam estes espaços<sup>9</sup>. Compreender que processos físicos, econômicos e éticos afetam a segurança e interferem diretamente nos mecanismos habituais de controle das cidades é fundamental para compreender a dinâmica das *ondas* e *marolas* de insegurança, risco e medo que têm atingido as capitais e regiões metropolitanas brasileiras nas últimas décadas<sup>10</sup>.

Desde de 1999, a violência homicida tem crescido no estado de Alagoas, com especial destaque para Maceió e Região Metropolitana, de forma ininterrupta. Em 1999, a taxa de homicídios no estado era de 30,9 para cada 100 mil habitantes. Em 2010, essa taxa chegou a 66,8 homicídios para cada 100 mil habitantes. Apesar de alarmantes, estes dados são relativamente novos, visto que desde 1980 esta taxa situava-se no patamar de 25 homicídios por 100 mil habitantes, em nada destoando com a média regional<sup>11</sup>. Não obstante, segundo dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde, nas últimas três décadas, o número de homicídios em Alagoas cresceu mais de 420%. Somente nos últimos cinco anos, entre 2010 e 2014, ocorreram 10.713 homicídios em Alagoas, 87% destes concentrados na capital do estado e em sua Região Metropolitana<sup>12</sup>.

Nas últimas três décadas, a população urbana de Alagoas saltou de 600 mil para dois milhões de habitantes, trazendo junto com esse crescimento demográfico todos os problemas próprios da urbanização desenfreada. Este processo não veio acompanhado da atração de novas oportunidades de trabalho ou de novas empresas, mas somente do aumento estrondoso da população urbana, sobretudo da capital do estado e das cidades que compõem sua Região Metropolitana. Esse quadro das

a pluralidade e a diversidade do cangaço, destacando a ausência de uniformidades causais de qualquer natureza para o fenômeno, sejam elas psicossociais, ecológicas, econômicas ou políticas.

7. Dados do *Anuário brasileiro de segurança pública* para percentuais de homicídios dolosos, por número de vítimas e ocorrências no Brasil e Unidades da Federação, entre os anos 2013-2014 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015).

8. Há de se destacar aqui que o estado de Pernambuco se configura como exceção no contexto do crescimento da violência homicida na região Nordeste; trata-se do único estado que vem apresentando taxas de homicídios decrescentes, a saber: 35,7 mortes por 100 mil habitantes para o ano de 2014 (Sapori & Soares, 2014).

9. Para a chamada teoria da desorganização social, as comunidades urbanas são complexos sistemas de redes de associação formais e informais, cuja estrutura de oportunidades pode favorecer positivamente ou negativamente a ocorrência de

diversas formas de delitos. Numa perspectiva menos ortodoxa, as cidades são o palco das redes de relações que ali se estabelecem, incentivando ou não, sob diversas formas, o crime violento e a capacidade de autorregulação dos sujeitos (Sampson et alii, 1997).

10. Uma das principais formas de realizar esta relação é examinar as taxas de criminalidade agregadas em áreas geográficas que buscam explicar variações de taxas de crime violento entre várias cidades, áreas metropolitanas, estados ou mesmo países (Beato, 2012: 146-147).

11. É incorreto ainda afirmar que Alagoas seja o líder em violência letal quando consideradas outras taxas de mortalidade como os suicídios e os acidentes de trânsito (nestes aspectos, Alagoas apresenta taxas idênticas às de outros estados do Brasil). Em Alagoas, apenas os índices envolvendo homicídios destacam-se da média brasileira (Nascimento & Gaudêncio, 2013).

12. Em junho de 2012, a condição alarmante das taxas de homicídio em Alagoas induziu o governo federal e o Ministério da Justiça a escolher como piloto o estado para experimentar a

dificuldades locais justificou grandes ondas de mobilidade das zonas rurais para as áreas urbana, bem como das cidades do interior para a capital, sobretudo depois do fechamento das fronteiras de expansão econômica e dos mercados de trabalho do Sudeste. O antigo movimento migratório da pobreza da região para outros estados em busca de melhores condições de vida acabou sendo, aos poucos, suplantado por um movimento maciço de deslocamento dentro do próprio estado (Carvalho, 2012). A dificuldade que o estado tem encontrado nas últimas três décadas para diversificar sua atividade produtiva<sup>13</sup>, a despeito da chegada relativamente recente de novas indústrias no setor químico e de plásticos, é um indicador da involução econômica que o estado tem sofrido, percebido pela baixa dinamização do mercado de trabalho e pela dificuldade de superação de indicadores sociais negativos que atinge, hoje, pelo menos, dois terços da população alagoana. E é esta parcela excedente da população, excluída da rede de economia informal, que predomina nos bairros populares da capital e das cidades do interior, população marginalizada, a ocupar e povoar os atuais 300 aglomerados insólitos da capital.

No caso alagoano, a população exibe um perfil de renda extremamente desigual, com significativa parcela sem acesso a bens sociais básicos. A segmentação social e a distribuição desigual da riqueza entre o 1% dos mais ricos (30 mil pessoas) com 12,82% da renda *per capita* e os outros 50% mais pobres (1,5 milhão de pessoas) com apenas 14,29%, chamam a atenção para a assimetria na distribuição da riqueza dentro do estado<sup>14</sup>. E esta má distribuição teria ainda outra face pouco destacada. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o ano de 2010, a maioria da população pobre de Alagoas é constituída maciçamente por *negros* ou *pardos*. Não bastasse, o nível educacional também reforça a forte concentração de renda deste mercado interno – segundo dados da Pnad para o ano de 2015, enquanto a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade no Nordeste gira em torno de 9,3 anos, em Alagoas temos a menor média em anos de estudo por unidade da federação, a saber: 8,7. Ainda em Alagoas esse déficit torna-se ainda mais alarmante quando consideramos os marcadores étnicos desta população – enquanto para a população branca temos a média escolar de dez anos de estudo em 2015, para a população preta e parda temos, respectivamente, 8,4 e 8,3 anos de estudo (Ministério da Educação, 2017). As consequências dessa combinação de *apartheid social*, alta concentração de renda, baixa escolarização e urbanização acelerada delinearam, nos últimos 50 anos, a base para a explosão dos homicídios que assistiríamos na capital a partir da virada do novo século.

É preciso analisar o complexo emaranhado desses fatores e destacar o processo de constituição de uma espécie de circularidade cumulativa da violência no estado. O interesse aqui não é explicar ou compreender as adesões individuais a cursos de

ação criminais, mas contribuir para a compreensão de um processo social complexo – a *condensação da violência* na região. Em outras palavras: de que forma *cur-sos de ação* (estratégias de sobrevivência, estratégias aquisitivas, modos de operar o poder, *status* e identidades em condições subalternas), no bojo destas transformações sociais, se relacionaram de forma *cumulativa, dinâmica e não linear* em Alagoas, criando as condições necessárias para a constituição de um estágio anômalo de descontrole dos percentuais de violência homicida no estado a partir da primeira década do novo século? Observarei adiante as mutações em torno das práticas criminais tradicionais do estado (os crimes de mando, o sistema de pistolagem e a arregimentação de grupos de extermínio) e seu impacto sobre a constituição de sujeitos criminais<sup>15</sup>.

## Matar e morrer em terras alagoanas

Na contramão dos argumentos que reforçam a antiguidade do fenômeno da violência em Alagoas, acredito que há nítidas distinções entre as práticas de violência próprias do passado e o que chamo de novas práticas de violência. Não quero com isso desconsiderar a importância da trajetória sócio-histórica do estado, mas demarcar os limites entre as tradicionais práticas de violência do passado e o incremento de uma indústria da morte que se desenvolveu em Alagoas a partir do final da década de 1990. É fato que a história alagoana é entrecortada por acontecimentos que demonstram o quanto a violência foi utilizada fartamente pelas elites oligárquicas, muitas vezes com a participação direta do Estado, para manutenção e preservação do *status quo*. Conquanto, argumento que tomar a violência atual como resíduo ou mera expressão de um passado, impede-nos de enxergar a novidade radical do problema: o crescimento vertiginoso de um tipo específico de violência – a *homicida* – e em proporções nunca dantes experimentadas.

A fim de tentar entender o lugar que ocupam os conflitos, especialmente os homicídios na sociedade alagoana atual, é preciso compreender como se dá o processo de difusão e irradiação da violência no estado. Acredito que para percebermos a tolerância que se desenvolveu para com a prática recorrente da violência no estado, é necessário observarmos os mecanismos através dos quais os homicídios do passado (praticados pelos grandes proprietários de terra e pelos políticos contra seus opositores como apanágio ou atributo de seus poderes de mando) foram objeto de uma complacência perniciosa para com os conflitos caracterizados por desenlaces hediondos, sobretudo nas grotas e periferias da cidade de Maceió. Nestes cenários, a ausência de um monopólio regular da violência física (não existe a concentração de armas e homens armados sob uma única autoridade, seja ela o *Estado* ou o *crime organizado*) tornou o autocontrole tênue (Elias, 1993) e transformou o medo, a

eficácia do Programa Brasil Mais Seguro. O programa integra o Plano Nacional de Segurança Pública no Ministério da Justiça e tem por objetivo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focando na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as instituições de segurança pública e o Sistema de Justiça Criminal – Poder Judiciário e Ministério Público.

13. Ao longo da década de 2000, o Produto Interno Bruto de Alagoas cresceu de modo inferior às economias de outros estados ditos mais pobres, como o Piauí e o Maranhão. Este desenvolvimento mais lento, sobretudo quando comparado a outros estados da região, levou alguns analistas a apostarem na tese de uma “involução relativa” da economia alagoana, o que tem sido reforçado pela baixa capacidade de o estado responder economicamente aos desafios de reversão deste cenário, bem como pela dificuldade de reversão dos indicadores sociais negativos há muito persistentes no contexto da sociedade alagoana (Gomes, 2011; Carvalho, 2000).

14. De acordo com estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para ano de 2010, Alagoas ocupa a posição de estado mais desigual do país (IBGE, 2010).

15. A defesa pela compreensão dos processos locais de sujeição criminal não significa uma disjunção entre a ideia de demanda legal de incriminação, própria da justiça racional-legal, formal e processual, e a transgressão propriamente dita. De acordo com Misse, o processo de incriminação é mais complexo do que identificar, denunciar ou prender indivíduos – não se incriminam transgressões, mas indivíduos. O conceito de sujeição criminal não se sobrepõe ao fato ou à lei, mas analisa sua realização legal, destacando que nem só de códigos faz-se a incriminação de um indivíduo, mas através de um processo social de constituição de subjetividades, identidades e subculturas que participam da constituição do sujeito dito “criminoso” (Misse, 1999).

precaução e a autodefesa na tônica de uma explosão de violência autofágica, onde vítima e algoz muito se assemelham em termos de sexo, cor/raça, idade, renda e até mesmo anos de escolaridade.

Da morte sob encomenda – típica da segunda metade do século passado – à sensação generalizada da guerra de todos contra todos – dos dias de hoje – é preciso investigar os sentidos desta transformação. Num primeiro momento, foram os capangas e jagunços, os tipos lendários da sociedade brasileira, especialmente nordestina e alagoana, que, sob a proteção e as benesses dos grandes proprietários de terras, combinavam as atividades regulares do campo com a prestação de “favores ilegais” aos seus patrões, sempre orientados por princípios mais morais do que pecuniários. Numa região fortemente marcada pela presença da economia da cana-de-açúcar, estes tipos andavam “à tira colo” dos chamados “coronéis”, fazendeiros e senhores de terras, símbolos da onipotência e da impunidade que caracterizaram o mundo rural brasileiro desde o final do século XIX. Em Alagoas, os capangas e jagunços foram, até a primeira metade do século passado, o “braço armado” da economia canavieira, responsáveis por eliminar aqueles que contrariassem os interesses de seus protetores.

A partir da década de 1950, as transformações advindas do processo de urbanização ao longo da primeira metade do século XX e as novas relações estabelecidas pelo agronegócio a partir da década de 1970, trouxeram também transformações na esfera da administração dos conflitos sociais em Alagoas. A fidelidade, a valentia e a astúcia dos antigos capangas e jagunços cedeu espaço à profissionalização dos chamados *matadores de aluguel* ou tão somente *pistoleiros*, estes, não mais serviçais dos grandes proprietários rurais, mas prestadores de serviço para usineiros e quadros políticos profissionais. A estruturação do chamado sistema de pistolagem no Nordeste constituiu-se em complexa engrenagem, recheada de normas próprias. Para compreender esse sistema, devemos compreender, primeiro, o impacto das transformações sobre a base da dominação tradicional das elites políticas e econômicas no sertão nordestino (Barreira, 1992; 1998).

Ameaçadas pelas transformações advindas mediante a reformulação das relações entre campo e cidade, o sistema de pistolagem tornou-se o recurso que as novas elites usariam de maneira farta para garantir a consecução dos seus interesses. O sistema de pistolagem, portanto, caracterizou-se pela constituição de uma rede sofisticada de proteção, a qual incluía não somente os favores dos usineiros e políticos profissionais, mas também o apoio do próprio sistema de justiça criminal. Se antes capangas e jagunços comportavam-se quase como extensão física de seus senhores, os pistoleiros caracterizavam-se agora como anônimos, profissionais, que, sem maiores vínculos morais, ofereciam seus “serviços” a quem retribuísse o valor exi-

gido pela execução da tarefa<sup>16</sup>. Em regra, os crimes de pistolagem eram sempre direcionados a um opositor, um *alvo político* com identidade muito bem definida, que deveria ser eliminado fisicamente por ter se envolvido em disputas contra políticos ou usineiros. O pistoleiro e o mandante contavam ainda com uma terceira peça que dava movimento à toda engrenagem: o *intermediário*. Os pistoleiros possuíam astúcia e os mandantes dinheiro, mas a negociação era coordenada pelo intermediário que, de fato, fazia a roda rodar. A presença do intermediário – o *corretor da morte* – demarca o momento desta institucionalização do sistema de pistolagem e o processo de estruturação de uma rede complexa de hierarquias e diferenciação de papéis entre as partes.

Os primeiros registros de um sistema organizado e profissionalizado dos serviços de pistolagem em Alagoas datam de meados da década de 1950 e encontram sua institucionalização no chamado *Sindicato do Crime* – quando capangas e jagunços deixaram a proteção de seus “padrinhos” e passaram a tutelar suas próprias carreiras criminais, firmando-se cada vez mais a partir de contornos *impessoais* e *profissionais*. Esta quadrilha de pistoleiros de aluguel, uma dentre tantas outras que se propagaram pelo Nordeste neste mesmo período, lançou as bases para a constituição de um mercado informal de práticas criminosas no estado de Alagoas. As relações de poder que se reproduziram a partir do *Sindicato do Crime* não eram resultado somente de um Estado “impotente”, mas, sobretudo, da afirmação de um *poder paralelo*, que fez coexistir, simultaneamente, *modernidade* e *arcaísmo*, o universalismo do código jurídico e o caráter privatista de seus próprios códigos e regras morais, a justiça legal e a justiça praticada com as próprias mãos. Aos poucos, capangas e jagunços deixavam de ser que executores de “serviços” em troca da proteção dos proprietários rurais e tornavam-se pistoleiros, profissionais independentes que exigiam recompensa financeira por seu “trabalho” e se beneficiavam da própria “institucionalização da violência” – a proteção do chamado *Sindicato do Crime*.

## Grupos de extermínio e o mercado da morte em Alagoas

O *mercado da morte*<sup>17</sup> tornou-se, nos idos da década de 1980, uma esfera promissora de oferta de serviços de pistolagem e práticas ilícitas que transformaria os modelos de sociabilidade da sociedade alagoana e do seu entorno. Mesmo para os padrões nordestinos, há muito familiarizados com os crimes tradicionais de morte “encomendada”, a constituição de um mercado organizado de oferta e procura por serviços de assassinato profissional, com direito a preços tabelados, representou uma transformação significativa nos padrões da violência tradicional da região. Ao longo desta seção busco dar continuidade à análise desse processo de sedimenta-

16. O profissionalismo dos pistoleiros é fartamente registrado no universo de casos, contos e anedotas nordestinas. Numa dessas anedotas, em que se confunde o ocorrido e o narrado, o diálogo entre um curioso e um temido pistoleiro é assim reconstituído:  
— Você teria coragem de matar um filho de Deus sem motivo nenhum?  
— Coragem eu não tenho não, o que eu tenho é costume.

17. A alusão aqui à ideia de um “mercado da morte” parte da ideia inicial de Misse (1999) de constituição de um mercado ilícito de “mercadorias políticas” específicas como possibilidade criada a partir da ambivalência de uma ordem racional-legal instituída (incriminação) que se quer universal e uma ordem paralela clandestina, ilegal e particularista (acusação), que transforma agentes da lei e transgressores em negociantes, onde tudo tem um “preço” – da extorsão ao homicídio.

18. Em Alagoas, o *Relatório final da CPI da pistolagem no Nordeste* apontou o envolvimento direto de policiais no sistema dos grupos de extermínio. Eles participavam, ao mesmo tempo, como agenciadores e matadores: “No estado de Alagoas, as gangues recrutavam os matadores dentro dos quadros de soldados das polícias militar e civil. Chegou-se à situação em que, dos crimes de mando praticados no estado, cerca de 80% contavam com a eficiente participação de membros das polícias” (Brasil, 1994: 62).

19. A partir da década de 1980, mesmo sob as restrições e às censuras impostas durante a ditadura militar, a imprensa alagoana irá noticiar com regularidade o envolvimento de agentes do Estado, notadamente da área da segurança pública, em atividades criminosas, sobretudo a *insinuação* de sua participação em grupos de extermínio. Como já foi observado por Majella, a imprensa especializada na cobertura policial deste período, para driblar os censores alagoanos, irá criar a tipificação dos chamados “crimes misteriosos”. A expressão não passa de um eufemismo encontrado no intuito de evitar

ção e transformação da prática de crimes em Alagoas, tomando como referência agora a institucionalização dos grupos de extermínio da região – *organizações paramilitares* de raízes locais, com capilaridade interestadual e de fama nacional pelos desmandos cometidos.

Sugiro que o entendimento do fenômeno da formação de grupos de extermínio no estado de Alagoas extrapola os limites da explicação tradicional que vê nessas agremiações uma mera atualização das formas de mando na região, até mesmo do sistema de pistolagem. Defendo que estas organizações inauguraram uma verdadeira “política criminal” no estado (Majella, 2006), trazendo transformações significativas para os *usos e sentidos* da violência na região, mas, principalmente, gerando as condições que possibilitaram o subsequente colapso do aparato da segurança pública do Estado, que culminou com as taxas estratosféricas de violência homicida verificadas no estado na primeira década do século XX e que deram a Alagoas a posição de estado mais violento da Federação, tornando-se mesmo palco privilegiado de intervenções do governo federal para o uso, como já observamos, de planos experimentais de contenção da violência urbana.

Enquanto no *Sindicato do Crime* a promoção das atividades ilícitas estavam relacionadas aos adversários vinculados ao agronegócio e ao sistema político, a partir da década de 1980, o incremento da participação policial junto ao sistema de pistolagem redefiniu mais uma vez as estruturas das organizações criminais no estado de Alagoas, transformando o que antes era um sindicato em uma espécie de *quartel da pistolagem*<sup>18</sup>. Daí emergiriam dois dos principais grupos de extermínio em Alagoas com forte atuação nas décadas de 1980 e 1990<sup>19</sup>: a *Gangue Fardada* e os *Ninjas de União*. O primeiro, com forte atuação na capital do estado, mas com muitos braços espalhados pelos estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia; o segundo, circunscrito à zona da mata alagoana, com sede na cidade de União dos Palmares.

A *Gangue* e os *Ninjas*, formada a partir dos interstícios do Sindicato do Crime, especializou-se não somente no assassinato por encomenda, mas também nos sequestros, extorsões, assaltos a banco e, sobretudo, na prática da realização de verdadeiros “expurgos” ou “faxinas sociais”, executando de maneira sumária sujeitos reputados perigosos ou indesejáveis (Freitas, 1982). A presença de policiais civis e militares nestas organizações acabou por agregar a austeridade e a discricção militar típica das corporações militares à sociabilidade dos “novos” matadores; que agora evitavam ostentar a violência típica dos membros do antigo *Sindicato* e prezavam pela economia de palavras à hora de narrar seus envolvimento em atividades criminosas, como pode ser observado nos vários relatos e nas transcrições de depoimentos de seus membros presos a partir do final da década de 1980.

Sabe-se que a violência é produzida dentro de um contexto social e é nesse sentido que afirmo que a *militarização da violência* em Alagoas, ao se beneficiar das condições de exceção durante a ditadura militar, transformou o sistema anterior de pistolagem em algo que, se guardava relações com o passado dito arcaico e atrasado, também não se eximia de sua novidade: as atividades criminosas passavam agora a ser gerenciadas a partir do núcleo do próprio Estado, parasitárias dos próprios órgãos de segurança, o que reforçou a impunidade e a proteção dos chamados *policiais-matadores*. Essas transformações chegaram também ao mundo dos mandantes, como pode ser verificado no *Relatório final* da chamada CPI da Pistolagem no Nordeste, o qual aponta que a clientela dessas organizações não se restringia mais aos chefes políticos ou aos grandes usineiros, atendia-se agora também a comerciantes, empresários, maridos e esposas enciumados, pais de família “desonrados”, vizinhos molestados e a toda sorte de gente que pudesse pagar pelos serviços (Brasil, 1994: 45). Assistiu-se, nesses tempos, a uma espécie de “democratização” da violência de mando no estado<sup>20</sup>.

Os *policiais-matadores* aparecerão como solucionadores de problemas privados das mais variadas naturezas e atenderão à execução dos mais diferentes desfeitos. Eles seriam a “mão armada” das pessoas que tiveram um “direito violado” ou suposto como tal. Estes matadores aparecem então como espécies de *vingadores*, *restituidores da ordem* por meio de soluções violentas e estas seriam, em parte, legitimadas socialmente. Não é incomum, nos autos do *Relatório final da CPI*, encontrarmos na fala dos matadores um apelo à suposta legitimidade de suas ações: “nunca fiz mal a qualquer sujeito de bem”. Suas vítimas iam desde mulheres e maridos traidores, passando a sujeitos acusados de velhacos, desonestos ou vagabundos, mas sobretudo, exterminaram moradores de rua, adultos egressos do sistema penitenciário e até menores saídos de unidades de internação socioeducativas. O que fica evidente do programa de violência executado por estas organizações paramilitares é que sua “justiça” não era orientada mais contra um indivíduo ou uma forma de ação violenta, mas principalmente contra *o que não se julgava mais tolerável socialmente*.

Neste momento de transição entre o antigo *Sindicato* e os grupos militarizados de extermínio, observamos uma transformação na forma de se operar a criminalização e a construção social do crime no estado de Alagoas. Enquanto nos tempos idos do *Sindicato* a prática do enfrentamento e da vingança entre vítimas e pistoleiros levava em conta a “transgressão” cometida pelo sujeito, pela qual ele seria “punido”, a partir dos grupos de extermínio, a criminalização passou a ser direcionada sobre um *tipo*. A *Gangue* e os *Ninjas* deram corpo em Alagoas à constituição de um modelo seletivo de distribuição da violência, a qual recaía

enfrentamentos diretos com a aparato de segurança do Estado (Majella, 2006).

20. A dimensão das ações dos grupos de extermínio em Alagoas pode ser percebida a partir da multiplicação de notícias sobre a descobertas de covas, valas e cemitérios clandestinos onde as gangues “depositavam” suas vítimas, que começaram a surgir na imprensa local a partir do final da década de 1970. Dos mais de 40 cemitérios clandestinos descobertos até o final dos anos 1990 (*Tribuna de Alagoas*, 19 Jun. 1998; *Gazeta de Alagoas*, 14 Jun. 1998), seis merecem especial destaque em função do número de ossadas encontradas e da negligência no trato por parte do aparelho de segurança pública: primeiro, o chamado cemitério da Coca-Cola (*Jornal de Alagoas*, 02 Set. 1977), localizado nas proximidades da fábrica de refrigerantes de mesmo nome; depois, o cemitério clandestino da cidade de Pilar (*O Diário*, 03 Mar. 1995) e, ainda no mesmo ano, o cemitério clandestino da cidade de Pindoba (*Gazeta de Alagoas*, 07 Jun. 1998); o cemitério do loteamento Suaçuy, no município de

Paripueira (*Gazeta de Alagoas*, 20 Out. 1995) e, finalmente, os cemitérios clandestinos do bairro de Benedito Bentes e Ipioca (*Gazeta de Alagoas*, 12 Abr. 1998).

21. Ao refletir sobre as variações e diferenças na forma como se opera a acusação dentro do modelo clássico de incriminação e o dito modelo de sujeição criminal, Misse afirma:

“Quando é a lei que impera sobre a norma, não se pune o sujeito, mas, nele, a sua transgressão; quando, ao contrário, é a norma que dita (e reforma) a lei, é o sujeito da transgressão quem está em questão. A acusação especializa-se em realçar a associação do sujeito à transgressão, reificando seu caráter ou sua personalidade como homoganeamente transgressor ou não transgressor. Desparecem as nuances clássicas e o mundo é dividido em ‘bons’ e ‘maus’” (Misse, 2008: 16).

com especial atenção sobre as classes marginalizadas, homoganeamente acusadas de transgressoras, incorrigíveis e violentas<sup>21</sup>. A tônica destes grupos foi sempre a eliminação preventiva de sujeitos socialmente acusados de “incuráveis”, para os quais o Estado não previa outra forma de solução que não o extermínio. Trata-se do ápice de um longo processo de controle e sujeição de tipos criminais na região que foram transformando aqueles que antes eram *socialmente* incriminados em *potencialmente* acusados e, depois, *naturalmente* culpados.

Conclama a teoria de constituição da *civilidade burguesa* que quanto menor a distância social entre os indivíduos que constituem uma tradição nacional, regional ou local, maior será a identificação excessiva entre os sujeitos e, por conseguinte, maior será o autocontrole das paixões e dos impulsos. Por outro lado, quanto maior essa distância, maior será a indiferença pelo outro e menor a normalização e a generalização das formas de autocontrole nas relações sociais (Elias, 1993; Foucault, 1974). A distância social desregulada e a sedimentação de práticas criminais recorrentes ao longo do tempo tornaram o estado de Alagoas o núcleo de gestação de um *modelo de sujeição* que vitimou por duas décadas os ditos *manjados* ou *maloqueiros* – para empregar o vocábulo próprio do dialeto policial local.

Argumento que esta exclusão socioeconômica de extensos segmentos da sociedade alagoana acompanhou também a exclusão de larga parcela desta população de acesso a direitos civis, o que reforçou sobremaneira a oferta das condições necessárias para a *sujeição criminal* – que encontrou nos segmentos sociais mais vulneráveis seus principais alvos. Este modelo de justiça privado orientado pela chacina, pelos crimes de mando e pela constituição de grupos de extermínio não suprimiu os procedimentos racionais-legais da justiça legal, que se desenvolveu para uns grupos e não para outros. Para além da tese da *ausência de Estado* ou da *corrupção de costumes*, o que se desenvolveu em Alagoas, a partir da década de 1980, foi um sofisticado sistema *territorializado* de segregação e marginalização das camadas populares operado pelos próprios agentes do Estado: neste caso, as *forças policiais*.

Os policiais formaram o *elo intermediário* entre o sistema social e político hierarquizado e segregado, de um lado, e o sistema judiciário fragilizado e amorfo, de outro. Ao longo de duas décadas, foram eles que decidiram de forma discricionária sobre a vida e a morte dos sujeitos dentro dos territórios (favelas, periferias, barrancos e grotas). Os policiais transformaram-se em operadores do mando nestes espaços, gerentes de uma espécie de *modelo de contenção* que deveria garantir a *distância social* entre as classes dominantes, a classe média e a *escória* dos segmentos marginalizados, considerados *delinquentes* e *perigosos*. Os moradores

destas áreas sobreviviam à própria sorte, como pode ser verificado na enxurrada de matérias jornalísticas denunciando as condições sub-humanas sob as quais famílias inteiras sobreviviam na periferia de Maceió durante a década de 1980<sup>22</sup>. Não são poucas as vezes em que os editoriais culpam o *poder público* e o *sistema de justiça criminal* pela precariedade das condições de moradia nessas áreas: faltaria de tudo, do saneamento à educação, mas faltaria sobretudo *freios* para conter o que o *Jornal de Alagoas* chamou de “uma *violência generalizada*, semelhante ao velho faroeste, que inclui todas as práticas de crime e onde ninguém está seguro e tudo segue envolto na impunidade”<sup>23</sup>.

O desmantelamento dos grupos de extermínio a partir da prisão de seus próceres dificultou o gerenciamento deste *cordão de contenção social*. A desarticulação destes grupos – como pode ser verificado no *Relatório do Fórum Permanente Contra a Violência* – não trouxe uma redução da violência na região. O percentual de crimes de homicídio relacionados aos grupos de extermínio decresceu ao final da década de 1990, no entanto, o percentual de ocorrência de homicídios relacionados à ação criminosa ou a conflitos interpessoais apresentou um crescimento significativo a partir de então. Mais do que um *efeito perverso*, o desmonte das quadrilhas de *policiais-matadores* trouxe à tona a inoperância do próprio Estado para responder às demandas crescentes da população por segurança e acesso à justiça.

Ao operar um modelo de justiça seletivo nas margens e arestas da cidade, os grupos de extermínio mantiveram a *normalização* destes espaços às custas do medo e do terror. Não pretendo afirmar que o desmonte destes grupos causou um aumento da violência homicida no estado, não é isto. Na verdade, seu desaparecimento potencializou a ocorrência dos crimes de homicídio na periferia como nunca antes, em função do acesso *fácil e barato* às armas de fogo. O desbaratamento destas quadrilhas demarca um momento singular no processo de acumulação social da violência em Alagoas – elas inauguram um estágio *anômico* de disseminação dos crimes de homicídio que coincide com o processo de falência financeira do próprio Estado, levando a situação social em Alagoas ao limite no final da década de 1990, quando o governo estadual atrasou por sete meses o pagamento do salário de 50 mil funcionários públicos, em sua grande maioria servidores das pastas da educação, saúde e segurança pública. De lá para cá, o fenômeno da violência urbana no estado de Alagoas experimentou uma espécie de *espiral de crescimento*, agravada ainda pela entrada do tráfico de drogas psicoativas ilícitas nas periferias da cidade a partir dos primeiros anos do novo século, com destaque para o crack.

22. Na pesquisa documental com acervo jornalístico para os anos de 1980 e 1989, identificamos a referência constante ao problema urbano da capital do estado. Na virada da década de 1980, começa a multiplicar-se nos editoriais jornalísticos e nos cadernos urbanos dos periódicos a menção ao déficit habitacional da cidade, às baixas condições de higiene da periferia urbana e à ocupação irregular de áreas insalubres pela população pobre vinda do interior do estado. Num editorial de 21 de janeiro de 1987 do *Jornal de Alagoas*, afirma-se: “O déficit de habitações populares e a falta de saneamento básico são dois dos grandes problemas da população carente de Alagoas. A cidade atualmente possui apenas 20% de ruas saneadas e o déficit habitacional supera as 30 mil unidades. São cada vez mais favelas que surgem na capital, e os favelados sofrem ao mesmo tempo com a falta de teto e esgotamento sanitário” (*Jornal de Alagoas*, 21 Jan. 1987).

23. “Alagoas, um estado semelhando ao velho faroeste” (*Jornal das Alagoas*, 03 Jan. 1988).

## Considerações finais

Neste texto, apropriei-me de partes das formulações misseanas – sem me comprometer com todo o seu esquema teórico – para construir um quadro analítico da violência urbana em Alagoas. Na sequência, argumentei que as diferentes *formas de violência* e *autoritarismo social* produzidas naquele estado ao longo dos últimos 50 anos assinalaram profundas transformações nas dinâmicas de *sociabilização* das comunidades urbanas e nas formas de operar o poder dentro destes territórios. Da primária estrutura das relações de clientelismo rural que armaram e municiam capangas e jagunços em torno dos grandes proprietários de terras, passando para o fenômeno da profissionalização do *sistema de pistolagem* e deste para a constituição do chamado *Sindicato do Crime* e dos *grupos militarizados de extermínio*, deu-se um verdadeiro emaranhado não linear de fusões, interpenetrações e sobreposições de diversificadas formas e práticas de violência na região. Esta *acumulação* acompanhou ainda transformações no tocante ao entendimento do fenômeno da violência que, aos poucos, vai deixando de ser entendido como *problema de ordem pessoal* (vingança privada) para tornar-se um *problema de Estado*. Trato aqui das *metamorfoses* em torno da ideia de inimigo, antes e depois desse processo – num primeiro momento, o *inimigo* era o sujeito a quem se atribuía uma ação criminada contra um indivíduo (que legitimaria o *suposto direito* à vingança); num segundo momento, o inimigo tornou-se um sujeito sem rosto, sem nome, sobre o qual recairiam todas as culpas por sua suposta *condição subjetiva corrompida*, a qual carregaria o crime em si (são os chamados sujeitos criminais, para os quais o desvio seria uma condição e a punição *sempre certa*).

Em Alagoas, desenvolveu-se de forma tão interligada o poder público com o poder privado que mesmo os problemas de segurança interna e repressão ao crime, até a década de 1960, foram considerados menos como *problemas de Estado* e mais como *querelas particulares e privadas*. Nos relatórios dos chefes de polícia deste período em Maceió, pululam as queixas contra os ditos *marginais, delinquentes e vagabundos* que violam o sossego dos *homens de bem*. É sobre esses sujeitos criminais que argumento que o poder arbitrário e despótico dos grupos de extermínio inseridos nas estruturas do Estado se voltariam, décadas depois. Ao empregarem o argumento da *pacificação* e da *limpeza social*, estes grupos não somente preservaram a *distância social* dos tempos de outrora entre as camadas menos favorecidas e subalternas da sociedade e as classes política e economicamente privilegiadas da sociedade alagoana; abortaram ainda o processo de *socialização* destas comunidades, impedindo a esses grupos a obtenção de *condições* e *posturas* condizentes com a *participação* e a *inclusão* na sociedade – a *contenção da impulsividade* e o

respeito às *regras do jogo*, cujo objetivo maior é poupar a vida alheia. Isso pode ser verificado no *boom* do crescimento do número de homicídios no estado a partir de 1999, quando se irradia, a partir da capital do estado, a explosão de uma *violência indomesticada*, por que agora inscrita no universo cotidiano, assentada em desentendimentos do dia a dia e, em sua grande maioria, sem motivações mercantis.

*Abstract: Using the concepts of social accumulation of violence and criminal subjection this text aims to build a reflection about the transformations around the phenomenon of violence in the state of Alagoas. From the compilation of journalists' materials, official documents and interviews with agents of the state criminal justice system historically sought to situate the problem of violence in the region. Argue that over the last fifty years, the traditional crimes type killer rent to the "institutionalization" of extermination groups and from these to the phenomenon of proliferation of crimes of murder in the state, saw the accumulation of different violence forms and practices sedimented the creation of different dangerous types. Contrary to the analyzes that insist on interpreting the violence today exclusively as contiguity of past, argue that the explosion of homicides in the state is a peculiar event and relatively recent.*

*Keywords: accumulation of social, criminal subjection, violence, murders, Alagoas.*

## Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massagana, 1999.

BARREIRA, César. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

———. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BEATO, Claudio. *Crime e cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Relatório Final da CPI da Pistolagem*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1994.

CARVALHO, Cícero Pércles. *Economia popular: uma via de modernização para Alagoas*. Maceió: Edufal, 2012.

———. *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana*. Maceió: Edufal, 2000.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. v. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.

———. *A verdade e as formas jurídicas*. “Série Letras e Artes”. *Cadernos da PUC-RIO*, n. 16, 1974.

FREITAS, Décio. Os sindicatos da morte. Terra da Morte (suplemento). *Tribuna de Alagoas*. Maceió, 1982.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2015.

FÓRUM PERMANENTE CONTRA A VIOLÊNCIA. *Para quem da cidadania – as várias faces da violência em Alagoas*. Belo Horizonte: Missão Editora, 1992.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, Fábio G. A inserção da economia alagoana na recente dinâmica de crescimento regional. *Economia Política do Desenvolvimento*, v. 4, n. 10, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de orçamentos familiares (2008-2009)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MACHADO DA SILVA, Luiz A. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 13, 1999.

———. Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta. *Sociedade e Estado*, v. 10, n. 2, 1995;

MAJELLA, Geraldo. *Execuções sumárias e grupos de extermínio em Alagoas (1975-1998)*. Maceió: Edufal, 2006.

MATA MACHADO, Cristina. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro. *Revista de História*, v. 46, n. 93, p. 139-173, Jan-Mar, 1973.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa, 2011.

MERTON, Robert King. *Sociologia: teoria e estrutura*. Rio de Janeiro: Mestre Jou, 1969.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Anuário Brasileiro da Educação Básica*. Brasília, MEC, 2017.

MISSE, Michel (Org.). *Acusados & acusadores – estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

———. *Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

NASCIMENTO, Emerson O.; GAUDENCIO, Júlio Cezar. Homicídios em Alagoas: desafios e evidências empíricas. *Latitude*, v. 7, n. 2, p. 109-132, 2013.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SAPORI, Luís Flávio; SOARES, Gláucio Ary D. *Por que cresce a violência no Brasil?* Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2014.

SAMPSON, R. J.; RAUDENBUSCH, S. W.; EARLS, F. Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy. *Science*, v. 277, p. 918-924, Ago. 1997.



# A força dos dispositivos\*

Recebido: 25.06.17

Aprovado: 29.07.17

Nicolas Dodier  
& Janine Barbot\*\*

Resumo: As ciências sociais podem se beneficiar de uma atenção particular ao lugar que ocupam os dispositivos na vida social. O interesse de uma tal perspectiva reflete-se nas pesquisas que, desde o final dos anos 1970, recorreram a essa noção. Mas a leitura desses trabalhos mostra igualmente, além da grande variedade de definições e objetivos associados ao conceito de dispositivo, certas dificuldades encontradas pelo caminho. Ela estimula um esforço de clarificação e renovação, tanto no plano conceitual como metodológico, contribuição procurada por este trabalho. Na primeira parte do artigo, apresentaremos os resultados de um levantamento conceitual sobre a noção de dispositivo. Na segunda parte, desenvolveremos uma série de proposições que visam elaborar uma abordagem “processual” dos dispositivos. Retomamos diversas pesquisas que conduzimos nessa perspectiva em torno de dispositivos de reparação: estudo do trabalho doutrinário de juristas em torno do processo penal, práticas dos advogados na audiência de um processo, reações de vítimas de uma catástrofe sanitária face a um fundo de indenização, transformações históricas de dispositivos de reparação de erros médicos desde o início do século XX.

Palavras-chave: dispositivos, teoria sociológica, pragmatismo francês.

As ciências sociais podem se beneficiar de uma atenção particular conferida ao lugar que os dispositivos ocupam na vida social. O interesse de uma tal perspectiva reflete-se no exame de pesquisas que, desde o final dos anos 1970, recorrem a esta noção<sup>1</sup>. A leitura desses trabalhos mostra igualmente, além da grande variedade de definições e de objetivos associados ao conceito de dispositivo, certas dificuldades encontradas pelo caminho. Incita a um esforço de clarificação e de renovação tanto sobre o plano conceitual como metodológico, contribuição à qual o presente artigo pretende participar.

Em nossos trabalhos, esta clarificação apresentou-se em várias etapas. Por um longo tempo, como foi o caso de diversos pesquisadores, fomos afetados pelo lugar que ocupam, na emergência e nas transformações da normatividade, esses *assemblages*<sup>2</sup> complexos que são, por exemplo, as cadeias de produção na indústria, as ferramentas mobilizadas nos diagnósticos médicos, ou ainda os testes de medicamentos (Dodier, 1993; 1995; 2003; Barbot, 2002). A noção de dispositivo, então, pareceu-nos uma maneira interessante de abordar esses *assemblages*. Mais recentemente, ao pesquisarmos sobre a reparação de erros médicos, sentimos a necessidade de fazer uma clarificação conceitual suplementar em razão da variedade de dispositivos aos quais fomos confrontados (Barbot & Nicolas, 2014a; 2014b; 2015a; 2015b;

\* Os autores agradecem aos participantes do programa interuniversitário Social Studies of Institutions (Washington University in St. Louis, University of Amsterdam, École des Hautes Études em Sciences Sociales), assim como a Michel Grossetti, a Liora Israël e a Christian Licoppe, por seus comentários às primeiras versões deste trabalho. A versão original foi publicada nos *Annales HSS*, v. 71, n. 2, p. 421-450, Paris, Éditions de l'Ehess, 2016, e sua tradução e publicação na *Sociedade e Estado* devidamente autorizadas pelos editores.

Tradução de Diogo Silva Corrêa, pós-doutorando no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj) e Carlos Gutierrez, doutor em antropologia social na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

\*\* Nicolas Dodier, Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale, (Inserm), École des Hautes Études em Sciences Sociales

(Ehess), Institut Marcel Mauss/ Centre d'Études des Mouvements Sociaux; Janine Barbot, Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale, (Inserm), Institut Marcel Mauss/ Centre d'Études des Mouvements Sociaux.

1. Para um primeiro panorama de pesquisas, ver Jean-Samuel Beuscart & Ashveen Peerbaye (2006); Laura Silva-Castañeda (2012).

2. Optamos por não traduzir o termo *assemblage*, uma vez que já existe o estrangeirismo *assemblagem* na língua portuguesa, mantendo mesmo seu gênero masculino da língua francesa. Um sinônimo aproximado seria reunir, juntar, agrupar. Na arte, a noção é usada para definir colagens com objetos, por meio da ideia de que tudo pode ser incorporado, criando um novo conjunto sem perder características originais de cada objeto. Alguns exemplos dessa produção artística: Jean Dubuffet, Pablo Picasso, Georges Braque e Robert Rauschenberg (nota dos tradutores).

3. A pesquisa explica os diferentes usos do conceito de dispositivo nos trabalhos das ciências sociais de língua francesa, nos quais os autores

Barbot, 2016). Em matéria de reparação, os processos judiciais, os sistemas de indenização financeira, a imprensa e os suportes de ação coletiva ou associativa são dispositivos que se entrecruzam uns com os outros. Diante desta variedade, a elaboração de uma estratégia geral de análise se impunha. Nós decidimos, então, articular nossas pesquisas numa investigação conceitual sobre a própria noção de dispositivo.

A primeira parte deste artigo apresenta os resultados dessa investigação<sup>3</sup>. As principais propriedades das entidades às quais os autores das ciências sociais se interessaram através da noção de dispositivo são identificadas. A heterogeneidade interna de dispositivos, quer dizer, a variedade de seus componentes, diante das grandes categorias de elementos existentes, é uma propriedade decisiva que merece desenvolvimentos particulares, que concernem tanto ao sentido que convém dar a essa multiplicidade, quanto a suas implicações para o estudo de interações entre humanos e dispositivos. Três outras propriedades desempenham um papel importante no recurso a essa noção: uma relação dual para com os ideais, o fato de os dispositivos preencherem uma finalidade, bem como de desempenharem um poder de transformação com relação aos indivíduos colocados em contato com eles. Uma discussão crítica de trabalhos em torno de cada uma dessas propriedades permitirá precisar os contornos que pode assumir hoje a abordagem dos dispositivos.

A segunda parte desenvolve essas proposições. Trata-se, em primeiro lugar, de formular uma definição de dispositivos que se beneficia dos resultados da investigação conceitual. Na sequência, cabe traçar as grandes linhas de um método de análise cuja principal orientação consiste em trazer à luz os apoios normativos nos quais os indivíduos se assentam para se posicionarem em face dos dispositivos. De fato, ao constatar a amplitude das coerções que os dispositivos exercem sobre os indivíduos, pudemos observar nestes últimos capacidades de avaliação que testemunham uma forma de exterioridade normativa a respeito dos dispositivos. A noção de repertório normativo é introduzida com essa intenção. Por fim, voltaremos de maneira mais detalhada sobre as pesquisas que dizem respeito aos dispositivos de reparação para mostrar o interesse da abordagem proposta e sugerir prolongamentos possíveis.

## Agenciamentos heterogêneos

A emergência da noção de dispositivo está associada à conscientização da importância que possuem, na vida social, certos agenciamentos de elementos heterogêneos que não podem ser reduzidos a nenhuma das grandes categorias de seres sociais geralmente estudados pelas ciências sociais. O recurso a essa noção permitiu ultrapassar algumas das grandes linhas de demarcação. Vários autores mostraram,

assim, a importância de acrescentar a consideração de objetos “materiais” às análises antes limitadas a entidades comumente declaradas como “sociais”: regras, normas, redes, interações, linguagem<sup>4</sup>. Estes autores interessaram-se por *assemblages* que têm por especificidade associar fortemente duas grandes categorias. Outros autores sublinharam a importância de pensar associações entre humanos e não humanos (Callon, 1986; Latour, 1989). Outros, por fim, optaram por manter uma abertura de princípio à própria natureza das categorias que pode se revelar pertinente para a análise dos *assemblages* assim constituídos. Pelo emprego de listas resolutamente heteróclitas, os autores apontaram para a necessidade de tornar o olhar do pesquisador atento às particularidades de cada composição<sup>5</sup>.

O apelo à superação dos grandes divisores perdeu parte da tonalidade polêmica de que era dotado nos anos 1980. Mas essa atenção à heterogeneidade permanece uma exigência heurística de método. A partir de uma dada categoria de existentes, esse método incentiva que se tenha atenção às solidariedades estabelecidas com outras categorias de elementos existentes e a pensar os conjuntos assim formados. Ao partir, por exemplo, de uma interrogação sobre o lugar das regras nas práticas sociais, ele incentiva que se tenha interesse nos suportes com base nos quais tais regras se tornam disponíveis para os atores: *softwares*, telas, textos, listas etc. Um objeto de investigação tal como o processo judiciário, pensado inicialmente em termos de procedimento, torna-se igualmente, desde quando examinado como dispositivo, um agenciamento que integra objetos técnicos, espaço, móveis, prédios etc. Ao interrogar-se sobre o lugar dos objetos, a análise feita pelos dispositivos evidencia o conjunto de regras, de palavras ou de enunciados aos quais esses objetos estão relacionados e através dos quais eles exercem uma influência sobre as condutas dos atores.

Essa atenção voltada para os agenciamentos heterogêneos induz deslocamentos no trato com uma questão central para as ciências sociais: o exercício da coerção. Porque ela integra a consideração de elementos materiais, e abre o olhar para o papel dos objetos. O exercício da coerção conduz a pensar a respeito da variedade de intermediários e de modos pelos quais cada um desses objetos guia a atividade (Conein *et alii*, 1993). Porque a variedade de intermediários convida a que se pense para além de cada objeto, graças à noção de dispositivos, conjuntos mais amplos de elementos, ela permite ver em que medida essa coerção se encontra distribuída entre diversos componentes. O pesquisador, então, percebe melhor as consequências para os seres humanos do fato de se encontrarem confrontados a tais conjuntos, ao invés de tal ou tal outro elemento de coerção considerado pontualmente. Quando um objeto, uma regra ou um princípio se impõe a um indivíduo, o observador, armado do conceito de dispositivo, pode examinar em que

conceitualizam o emprego da palavra.

4. Pode se tratar, por exemplo, de levar em consideração o “não discursivo” (Foucault, 2001: 300-301), os elementos “materiais e maquímicos” (Naepels, 2012: 91), os “objetos”, no sentido de objetos materiais (Boltanski & Thévenot, 1991: 20), os “dispositivos materiais” (Callon & Muniesa, 2003: 189-233), as “tecnologias” (Weller, 2003: 251), ou ainda a “técnica” – medida, cálculo, regra jurídica, procedimento – em suas relações com o “social” (Lascoumes & Le Galès, 2004: 21).

5. Pode-se lembrar essa fórmula frequentemente citada de Michel Foucault (2001: 299): “O que eu tento localizar sob esse nome é, primeiramente, um conjunto efetivamente heterogêneo que comporta discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito assim como o não dito, eis os elementos do dispositivo”.

e até que ponto esse componente é, na realidade, sustentado pelo conjunto de outros ingredientes dos dispositivos aos quais ele mostra-se solidário. A noção de dispositivo carrega em si mesma uma dupla exigência de método: de um lado, a decomposição analítica paciente dos ingredientes assim mobilizados; de outro, a atenção dada à consistência do agenciamento global pelo qual se exerce a coerção.

É igualmente um dos interesses da noção de dispositivo permitir pensar graus de coerção variáveis (Peeters & Charlier, 1999). Em um dos polos, é possível dar conta de coerções extremas. Os trabalhos de Michel Foucault (1975) sobre as disciplinas vão nesta direção. Mas a noção de dispositivo foi mobilizada para descrever, no outro polo, formas de condução particularmente maleáveis. Uma parte dos trabalhos das ciências sociais utilizará a noção a partir desta perspectiva<sup>6</sup>. As palavras direcionamento, concertação, horizontalidade, localidade, personalização tornam-se centrais para qualificar esse tipo de intervenção. A noção de dispositivo é empregada nesses trabalhos para pensar em que essas formas de condução se distinguem das modalidades mais tradicionais de enquadramento. Uma definição ampla da noção de dispositivo deveria permitir abordar o conjunto do espectro.

6. Ver, por exemplo, como Jacques Ion e Bertrand Ravon (2005) unificam em torno do termo dispositivo as novas formas de intervenção que foram desenvolvidas no trabalho social na França a partir dos anos 1980.

## As interações entre os humanos e os dispositivos

Essa heterogeneidade interna produz problemas específicos a partir do momento em que se trata de estudar as interações entre indivíduos e dispositivos. Como construir uma descrição que possa dar conta de mediações cuja variedade parece permanentemente transbordar a linguagem das ciências sociais? Várias estratégias foram propostas para responder a essa questão. Dentre elas, duas podem ser lembradas.

A primeira estratégia proposta pelos defensores da teoria do ator-rede repousa sobre uma abertura de princípio no que concerne ao conjunto de mediações. Ela visa integrar nas narrativas de inovação técnica ou científica a multidão, a imprevisibilidade e irredutibilidade das “forças” de toda natureza que intervêm nesses processos (Latour, 1984). Esta ampliação da atenção para o conjunto de mediações entre indivíduos e dispositivos conduziu as ciências sociais na direção de formas de descrição inéditas. Contudo, pode-se questionar a respeito da capacidade do pesquisador, fazendo tudo o que está ao seu alcance para seguir o conjunto de “actantes” – humanos e não humanos – engajados nessas histórias. Do mesmo modo, pode-se sublinhar a dificuldade de manutenção das narrativas nas quais se mesclam constantemente considerações sobre os próprios actantes e sobre a linguagem que os humanos utilizam para falar desses actantes. Pela clareza da análise, uma distinção entre esses dois níveis de descrição deveria ser mantida.

A segunda estratégia, realizada por diferentes correntes, consiste em estender progressivamente o nível de análise. O pesquisador parte das mediações entre os indivíduos e os dispositivos, que são habituais em ciências sociais: categorias, convenções, regras, representações, esquemas etc. Em seguida, ele amplia o estudo dessas interações para níveis de análise que são perceptíveis tão somente através de métodos complementares de observação, geralmente mais detalhados. Ele articula, assim, no primeiro nível de análise, a consideração de elementos de “familiaridade” (Thévenot, 1994; 2006) ou de “preensões” (*prises*) (Bessy & Chateauraynaud, 1995), pelos quais os indivíduos abordam os dispositivos. Leva em consideração operações linguísticas bastante indexadas (Suchman, 1987; Fornel & Verdier, 2014); associa sua análise ao estudo de gestos e de movimentos perceptivos (Licoppe, 2008); integra à sua análise a consideração de “*affordances*” (Gibson, 1979). Essa estratégia abriu novas pistas de exploração para as ciências sociais, por vezes em associação com outras disciplinas tais como a linguística, a psicologia cognitiva ou a ergonomia. Uma dificuldade pode residir, contudo, em sua capacidade de articular entre as disciplinas níveis de análise que, em razão de sua própria variedade, correm o risco de resistir às tentativas de integração.

Para dar conta dos dispositivos, as ciências sociais devem, portanto, encontrar fórmulas que permitam conjugar tudo ao mesmo tempo, a saber, a abertura à heterogeneidade interna dos agenciamentos considerados e a delimitação de um nível de análise que as ciências sociais podem estudar com uma capacidade de integração suficiente. As duas estratégias precedentes compartilham a mesma vontade de estender a natureza das mediações para as quais as ciências sociais se consideram competentes. Mas elas colocam uma questão quanto ao nível de análise visado. Esse artigo desenvolve uma terceira estratégia que se concentra sobre uma das mediações por meio da qual dispositivos e humanos interagem: o trabalho normativo dos indivíduos em torno desses dispositivos. Por trabalho normativo, designamos, de maneira geral, as avaliações, positivas ou negativas, que os indivíduos sustentam de modo explícito sobre os estados de coisas. Este trabalho é concebido como normativo no sentido amplo. Com efeito, toda avaliação refere-se, necessariamente, ainda que de modo mais ou menos explícito, a expectativas normativas concernentes aos estados de coisas. A abertura à heterogeneidade de agenciamento é mantida, mas ela consiste, desta vez, em seguir os indivíduos quanto aos elementos do dispositivo que eles problematizam e que consideram como pertinentes em suas avaliações. Esta terceira estratégia conjuga, portanto, uma reorientação do domínio de competência das ciências sociais e a manutenção de uma atenção à heterogeneidade interna dos agenciamentos com os quais os indivíduos são confrontados. Através desta reorientação do trabalho normativo, perde-se as formas de abertura que as ciências sociais puderam desenvolver na análise dos dispositivos. Ganha-se,

por outro lado, a possibilidade de apreender de maneira mais completa e mais esquematizada o modo como se estruturam as bases normativas a que os indivíduos se referem em sua relação com os dispositivos.

7. Agradecemos a Christian Licoppe pela sugestão dessa noção.

8. O termo “ideais” é empregado para fazer referência aos objetivos que são, ao mesmo tempo, valorizados e de alcance geral. Esses objetivos podem ganhar a forma de valores, modelos, princípios, de universais etc. Os diferentes modos de expressão de ideais devem ser, por vezes, cuidadosamente discernidos e podem ser reunidos sob o mesmo termo quando se examina essa segunda propriedade dos dispositivos.

Esse trabalho normativo por parte dos indivíduos pode originar-se a partir de duas formas de orientação reflexiva<sup>7</sup>. Ele pode referir-se ao próprio dispositivo: nesse caso, os indivíduos se posicionam a respeito da maneira como esse lhes parece ou não ajustado às suas expectativas. É o caso, por exemplo, quando médicos, pessoas que trabalham na indústria ou associações de pacientes avaliam se as tentativas de medicação foram concebidas de modo correto (Dodier, 2003). Esse trabalho normativo pode também concernir às condutas dos indivíduos dentro do quadro de referência de um dispositivo. Este é, então, visto como um dado e os indivíduos julgam como outros indivíduos se conduzem, são conduzidos ou deveriam conduzir-se em relação a esse dispositivo, individual ou coletivamente. É o caso, por exemplo, quando os operários se interpelam uns aos outros quanto à sua habilidade para pôr em funcionamento uma linha de produção (Dodier, 1995). Diferentes aspectos desta linha são então tornados pertinentes nestes julgamentos a respeito da aptidão técnica que possuem: tal ou tal regra pode ser apontada (mesmo que seja para externarem sua capacidade de se distanciarem dela), tal parte do conjunto técnico pode ser destacada (sobre a qual os operários se apoiam, ou, ao contrário, procuram evitar). Segundo os casos, os indivíduos distinguem ou mesclam essas duas formas de orientação reflexiva: uma que reflete “sobre o dispositivo” e outra que se volta para pensar “no dispositivo”.

## As outras propriedades dos dispositivos

Se essa atenção à heterogeneidade interna dos agenciamentos que contribuem à vida social foi um recurso central em certas reorganizações conceituais das ciências sociais nos últimos 40 anos, ela não foi a única propriedade atribuída aos dispositivos. Três outras podem ser examinadas.

### *Uma relação dual para com os ideais*

Os questionamentos sobre as relações que os indivíduos entretêm com os ideais desempenharam um papel importante no interesse pela noção de dispositivo<sup>8</sup>. Eles começam com duas opções. Na primeira, autores como Laurent Thévenot (1986: 71-72) e Luc Boltanski (Boltanski & Thévenot, 1991: 20) insistiram sobre o fato de que os dispositivos veiculam ideais e contribuem, assim, para influenciar as práticas. Seus trabalhos mostraram como os dispositivos equipam os objetos para que sejam capazes de carregar em si mesmos a “generalidade”. Outros autores

deslocaram a abordagem da ação pública em direção ao estudo dos “instrumentos”, evidenciando em que medida estes são “portadores de valores, nutridos por uma interpretação do social e por concepções precisas do modo de regulação buscado” (Lascoumes & Le Galès, 2004: 13). Na segunda opção, os autores insistiram sobre a imanência das práticas assim produzidas. Esse aspecto é central na atenção que confere Gilles Deleuze (1989) à noção de dispositivo de Foucault. Mais do que se interessar pelos universais, Deleuze privilegia o estudo de “processos imanentes”. Segundo ele, “objeto”, “sujeito”, “totalidade”, “verdade” são “processos singulares de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação imanentes a tal dispositivo” (Deleuze, 1989: 188). A mesma perspectiva é desenvolvida por Michel Callon e Fabien Muniesa a respeito dos “dispositivos de cálculo” que tornam possíveis “cálculos complicados que produzem soluções práticas de problemas que nenhuma modelização teórica permitiria resolver” (Callon & Muniesa, 2003: 191).

Essas duas opções sobre a relação dos dispositivos com os ideais sublinham diferentes características dos dispositivos. A primeira opção torna o observador sensível ao que, nos dispositivos, procede de uma referência endógena aos ideais. Enunciados, palavras ou símbolos que são parte integrante dos dispositivos fazem explicitamente referência a esses ideais. É igualmente o caso dos elementos que acompanham estes dispositivos: guias de uso, preâmbulos, instruções, comentários, remissões a outros textos etc. Se mobilizada sozinha, contudo, essa opção corre o risco de conduzir o observador a interpretar abusivamente certos índices como referências a ideais ou a presumir que todo dispositivo apresenta essa capacidade de transportar ideais. A segunda opção dá conta do fato de que os objetos aos quais fazem referência os enunciados, as palavras ou os símbolos associados aos dispositivos podem remeter a qualquer outra coisa além de ideais. Assim, quando se observa uma cadeia de produção, é-se afetado por uma variedade de elementos que se comportam como “instâncias normativas” (Dodier, 1995) para o operador: pressões físicas, pontos de referência cognitivos, palavras que se afixam, injunções verbais ou consignações escritas transmitidas por outros humanos. Entretanto, os objetivos visados não são sempre claros ou, quando o são, não são necessariamente assimiláveis a ideais. Nessas situações, os próprios indivíduos desenvolvem em torno do dispositivo um trabalho normativo a partir de avaliações – positivas ou negativas – a serem formuladas em relação aos ideais.

Mais do que separar uma ou outra dessas opções, propomo-nos assumir a variedade de relações que os elementos dos dispositivos entretêm, enquanto instâncias normativas, com os ideais. No curso da análise, trata-se de articular, de um lado, a atenção ao que, nos dispositivos, é da ordem de uma referência endógena aos

objetivos visados; de outro, a atenção ao trabalho pelo qual indivíduos vinculam os objetivos visados aos dispositivos.

### *Entidades depositárias de finalidades*

Nas ciências sociais, diversos trabalhos recorreram à noção de dispositivo para registrar a importância na vida social de agenciamentos aos quais pode-se atribuir finalidades. Estes foram abordados segundo duas abordagens principais.

Pesquisadores desenvolveram uma abordagem dos dispositivos que se pode qualificar de funcional. Segundo esses autores, a existência de dispositivos, e a forma que eles assumem, podem ser explicados pelo fato de que os humanos devem realizar, graças aos próprios dispositivos, operações necessárias à vida em sociedade. Finalidades são assim consideradas como consubstanciais aos dispositivos. Elas revelam a “necessidade” e permitem distinguir os dispositivos uns dos outros. A evidenciação dessas finalidades é considerada como um desafio maior das ciências sociais. Esta abordagem funcional de dispositivos mostra-se interessante por duas razões. Primeiro ela mostrou, por funções clássicas, o papel que desempenham esses agenciamentos heterogêneos<sup>9</sup>. Permite igualmente sublinhar as exigências da vida social sobre as quais as ciências sociais tinham até então dado pouca atenção<sup>10</sup>. No entanto essa abordagem apresenta uma dificuldade. O pesquisador concede, do exterior, uma finalidade ao dispositivo, do qual ele estabelece, de algum modo, a sua razão de ser. Ora, os próprios atores atribuem finalidades aos dispositivos, sejam eles os próprios idealizadores do dispositivo, aqueles que o colocam para funcionar ou o próprio alvo do dispositivo. Preso à abordagem funcional, o pesquisador corre o risco de avaliar o dispositivo unicamente sob o critério da função que ele lhe atribuiu e de considerar como secundária a complexidade do trabalho normativo por meio do qual os atores atribuem finalidades variadas ou mutáveis, por vezes imprevisíveis, a esses dispositivos. Em certos casos, é em nome da revelação da “verdadeira” função de um dispositivo que os pesquisadores defendem que os atores se enganam em meio às relações que eles entretêm com esse último<sup>11</sup>.

As finalidades dos dispositivos foram igualmente desenvolvidas por uma segunda abordagem, que se pode qualificar de crítico-estratégica. Essa abordagem retém da análise estratégica, no sentido amplo, uma atenção voltada para a elucidação dos motivos que os indivíduos apresentam para agir. Ela dirige seu foco, contudo, para os motivos que parecem problemáticos ao pesquisador. Segundo essa abordagem, os atores se servem dos dispositivos para alcançarem objetivos ao mesmo tempo escondidos (pois esses se afastam dos ideais que são afixados) e primeiros (pois

9. Poder se acordar entre atores (Eymard-Duvernay & Marchal, 1994, p. 10); limitar as relações de força (Boltanski & Chiapello, 1999: 466); reunir os elementos de prova (Chateauraynaud, 2004); assegurar a função durável do mercado (Karpik, 1989).

10. Permitir a “inspeção do olhar” mediante “dispositivos de inscrição” (Latour, 1985); produzir as “forças” que vão sustentar uma inovação científica ou técnica, por meio de “dispositivos de participação” (Akrich *et alii*, 1988); “manter presentes os seres cuja justificação suporia a ascensão em generalidade em mundos diferentes” (Boltanski & Thévenot, 1991: 33).

11. Essa é a crítica que endereçamos à “linguagem de ordem” nas ciências sociais, caracterizada de maneira geral pela preocupação de avaliar como e até que ponto as práticas dos atores contribuem para uma certa ordem social. (Dodier, 2014).

esses objetivos são supostos desempenhar um papel essencial na existência e na aparência dos dispositivos). Foucault expõe, nesses termos, a ideia de uma “função estratégica dominante” vinculada a cada dispositivo:

Eu disse que o dispositivo era de natureza essencialmente estratégica, o que supõe que se trata aí de uma certa manipulação de relações de forças, de uma intervenção racional e concertada nas relações de força, seja para desenvolvê-las em uma tal direção, seja para bloqueá-las, ou para estabilizá-las, utilizá-las (Foucault, 2001: 300).

Essa “manipulação de relações de forças” se exerce por vezes de cima a baixo, mas ela é modelada geralmente em níveis e segundo direções variadas, de tal modo que nenhum ator pode ser declarado como o idealizador dessa estratégia. Trata-se sobretudo de uma “necessidade estratégica” que se impõe aos atores (Foucault, 2001: 309) e que explica a formação e as transformações do dispositivo. Ora, essa abordagem apresenta um inconveniente do mesmo gênero que a abordagem funcional, ainda que por razões diferentes. Ela corre o risco de considerar como epifenômenos as finalidades que os atores atribuem explicitamente aos dispositivos com relação à necessidade estratégica que o sociólogo se considera capaz de revelar<sup>12</sup>.

Para evitar as dificuldades próprias a essas duas abordagens, optamos por uma abordagem atributiva de finalidades. Esta repousa, portanto, sobre o estudo do modo como os atores atribuem finalidades aos dispositivos, sem decidir de antemão aquelas mais essenciais a que os dispositivos supostamente deveriam preencher. Essa abordagem pode apoiar-se sobre dois tipos de dados. De um lado, pode interessar-se pelas finalidades às quais certos elementos de dispositivos podem eles próprios fazer referência de modo endógeno. De outra parte, pode apoiar-se no estudo do trabalho normativo dos atores em torno dos dispositivos.

### *O poder de transformação associado aos dispositivos*

As ciências sociais sublinharam uma última propriedade dos dispositivos: seu impacto transformador. Essa dimensão de fabricação, de produção, de criação é central na defesa da noção. Ela foi considerada a partir de diferentes direções: para mostrar a contribuição particular dos dispositivos para a produção de novos “saberes” (Favereau, 1989), para evidenciar o deslocamento das demarcações entre visibilidade e invisibilidade (Deleuze, 1989; Naepels, 2012; Karpik, 1996: 538-539), para fazer valer o estabelecimento de novas realidades convencionais (Desrosières, 1993; Lascoumes & Le Galès, 2004), ou ainda para descrever a produção de novas competências dos indivíduos (Gomart & Hennion, 1999). Essa consideração do impacto transformador dos dispositivos apresenta vantagens fundamentais para as

12. Há um limite nos trabalhos que revelam de uma maneira geral a “linguagem da força”, caracterizada pela preocupação em remeter as ações humanas às forças sociais subjacentes, que afastam os atores dos ideais ou dos valores que eles se dão ou a que eles dão prioridade. Ver Nicolas Dodier (2014).

ciências sociais, pois evidencia um poder de transformação ao mesmo tempo do ambiente dos indivíduos, das modalidades por intermédio das quais esses últimos apreendem esse ambiente, de suas capacidades de intervenção sobre este e, em certa medida, sobre os próprios indivíduos. Ela mostra que os dispositivos devem ser pensados simultaneamente sob o ângulo das coerções que eles exercem e dos suportes que podem oferecer aos indivíduos para agir.

## Uma abordagem processual dos dispositivos

A partir dessas discussões, é agora possível precisar nossa definição da noção de dispositivo no quadro de uma abordagem processual, e de voltar a atenção para as linhas de pesquisa inerentes a essa abordagem. A questão da tradução dessa noção nos trabalhos de língua inglesa também será abordada.

De maneira geral, um dispositivo pode ser concebido como um encadeamento preparado de sequências, destinado a qualificar ou a transformar estados de coisas por intermédio de um agenciamento de elementos materiais e linguísticos. Essa definição mantém a propriedade da heterogeneidade no núcleo da noção. Ela acentua as categorias do material e do linguístico. Não se trata aqui de indicar uma grande divisão ontológica, mas de apontar, desde um plano metodológico, a variedade de direções em torno das quais pode orientar-se o trabalho de descrição. Todos os tipos de componentes podem aparecer entre os elementos materiais em questão, sem que seja necessário fixar *a priori* a lista de componentes. Os próprios componentes linguísticos podem ser variados: escritos e orais, narrativos e não narrativos etc. Eles podem mesmo fazer referência a todo tipo de entidades, à medida das capacidades de invenção idiomática dos humanos.

A noção de encadeamento de sequências acentua uma dimensão que não está suficientemente presente nas abordagens existentes acerca dos dispositivos: a extensão temporal de sua realização. Pode-se falar, por essa razão, de uma abordagem processual de dispositivos. É porque há um agenciamento – e, portanto, uma solidariedade frouxa e intangível – entre os elementos, que um encadeamento de sequências já está potencialmente sempre presente. Os indivíduos podem lidar com esse encadeamento como coerção ou podem nele se apoiar. Essa solidariedade de elementos no seio de um agenciamento resulta de uma história anterior. Dizer que o agenciamento “prepara” o encadeamento é dar-se os meios para pensar graus de coerção variáveis, desde uma sucessão praticamente imparável de etapas até uma multidão de bifurcações possíveis. Essa temporalidade concerne, sob ângulos diferentes, a todos os humanos em contato com dispositivos, quaisquer que sejam os papéis que ocupem. Ela remete aos idealizadores dos dispositivos que tinham por

alvo a organização de uma sucessão de sequências. A noção de “script” traduz bem essa intenção dos idealizadores de antecipar e de organizar condutas por meio de um agenciamento solidário de elementos (Akrich, 1987). Essa extensão temporal é igualmente importante para os que participam da realização do dispositivo. Confrontados com esse encadeamento, eles dependem uns dos outros ao longo de uma cadeia de operações. Eles têm igualmente a possibilidade de induzir, cada um em seu nível, jogos de bifurcação entre as sequências. Essa temporalidade afeta, além disso, os indivíduos que são alvo dos dispositivos, os quais se encontram expostos a essas sucessões de sequências, para uns já concebidos como conjunto de ramificações mais ou menos definido. As escalas de temporalidade para os indivíduos-alvo podem variar. Certos dispositivos se exercem durante alguns instantes sem que sua complexidade seja, contudo, reduzida. É o caso, por exemplo, de exames médicos ou de controles de fronteiras (Dodier, 1993; Linhardt, 2001). Outros podem durar longos anos, tais como os dispositivos psicoterapêuticos ou procedimentos judiciais.

Como outras abordagens, a definição proposta retoma a ideia segundo a qual um dispositivo carrega consigo finalidades. Estas são, entretanto, formuladas de tal modo que um grande número dentre elas possa encontrar o seu lugar no dispositivo. A definição não aprisiona a análise em um modelo funcional, mas abre-se para uma abordagem atributiva de finalidades. A noção de qualificação de estados de coisas acentua a finalidade idiomática de dispositivos. Ela remete ao fato de que certos dentre eles podem ser dispositivos de “provas” (*épreuves*) (Boltanski & Thévenot, 1991; Barthe *et alii*, 2013). A noção de transformação acentua a ação – linguística ou não – do dispositivo sobre o estado de coisas e sobre o fato de que essas transformações podem revelar-se centrais do ponto de vista das finalidades que lhes são atribuídas.

Duas linhas de pesquisa podem ser trilhadas para medir os dispositivos, a sua consistência e as suas facetas. A primeira linha consiste em estudar os propósitos dos atores enquanto tais. Confrontados com situações ou questões problemáticas, os atores fazem referência a elementos que, articulados uns com os outros, aparecem progressivamente como ingredientes pertinentes de um dispositivo. Controvérsias em torno de um teste clínico tornam, por exemplo, o sociólogo atento a toda uma série de elementos que, reunidos entre si, entram na composição de um teste: categorias de identificação dos indivíduos (diagnósticos ou sociais), marcadores biológicos, técnicas estatísticas, atores econômicos, papéis, categorias ético-jurídicas etc. (Barbot, 2002; Dodier, 2003). A segunda linha de pesquisa consiste em seguir os elos endógenos dos elementos no interior do dispositivo: um texto se refere a um outro, um objeto está relacionado a outro, uma sequência chama por outra pelas

13. Para indicações metodológicas mais precisas, relativas ao exame “em repouso” dos elementos de dispositivo mobilizados em consultas de medicina do trabalho (manuais de clínica médica, quadros de doenças, protocolos de pesquisas estatísticas) sobre os riscos dos profissionais, ver Nicolas Dodier, (1993: 47-50).

ações que realiza<sup>13</sup>. Ao combinar essas duas linhas de investigação, a composição do dispositivo e o trabalho normativo de indivíduos a seu respeito revelam-se de modo interativo.

A pesquisa sobre os dispositivos associa fortemente, portanto, duas frentes de investigação que se remetem uma à outra: compreender como os atores problematizam os dispositivos, globalmente ou por fragmentos; tomar por si próprio as medidas de solidariedade estabelecidas entre elementos que, pouco a pouco, ganham a consistência de um dispositivo. Uma latitude é dada ao pesquisador, nesta perspectiva, para circunscrever o momento em que a iluminação recíproca das duas linhas de pesquisa lhe parece atingir um limiar pertinente. O fato de que, em vista de uma tal pesquisa, dispositivos encontrem-se encadeados uns com os outros não está obviamente excluído e pode ser levado em consideração.

As possibilidades de traduzir em inglês o conceito de dispositivo, tal como ele é mobilizado nos trabalhos de língua francesa, são relativamente numerosas: *apparatus*, *device*, *mechanism*, *assemblage* etc. A escolha de um desses termos reflete geralmente a vontade de o tradutor realçar, frequentemente de modo implícito, tal ou tal propriedade visada pelo conceito: *assemblage* acentua a heterogeneidade; *device* e *apparatus* dão visibilidade ao dispositivo sob um ângulo funcional; *apparatus* sublinha a dimensão da materialidade; *mechanism* sugere o caráter compacto e coercitivo do conjunto. Se certos trabalhos preservam a palavra francesa “dispositif” (dispositivo), eles se referem mais frequentemente ao conceito tal como foi desenvolvido na interseção da filosofia e da história por Michel Foucault, Gilles Deleuze e Giorgio Agamben (2007). Pesquisadores de língua inglesa conceituaram igualmente, de modo autônomo, os termos *apparatus*, *assemblage*, *platform* etc. Fazem, por vezes – mas nem sempre – referência ao conceito francês de dispositivo ou à sua tradução em inglês. Eis aqui toda uma configuração semântica que seria conveniente examinar no curso de uma investigação conceitual mais ampla.

## O repertório normativo em torno dos dispositivos

Um dos interesses em examinar os dispositivos a partir do trabalho normativo dos indivíduos que se encontram em contato com eles reside no fato de que podemos isolar, sob certas condições, a base na qual esse trabalho assenta. Fala-se, assim, do “repertório normativo em torno de um dispositivo” tanto como aquilo que reagrupa o conjunto de expectativas normativas às quais os atores se referem em suas avaliações – positivas ou negativas – em torno de um dispositivo, quanto como os esquemas de julgamento que esses atores produzem em relação a essas

expectativas. Falar sobre a existência de um repertório normativo não significa que essas expectativas sejam congruentes umas com as outras, nem que os julgamentos formem um todo coerente. Isto significa que se pode listar essas expectativas e compreender de que maneira os indivíduos elaboram julgamentos na interseção de várias delas<sup>14</sup>.

É essa estruturação do trabalho normativo pelas expectativas heterogêneas que a noção de repertório busca, de maneira geral, apreender nas ciências sociais. Uma retomada dos três principais usos dessa noção pode ajudar a compreender a característica de nossa abordagem da normatividade.

Um primeiro uso remete a uma abordagem estratégica da normatividade. O repertório é aqui observado como a paleta de recursos mobilizáveis pelos atores em um dado contexto para realizar um determinado objetivo. É o sentido, por exemplo, que Charles Tilly (1984) dá ao “repertório de ação”, entendido como o conjunto de modos de ação suscetíveis de serem utilizados por um grupo, em um dado período, para fazer valer seus interesses.

É ainda nesse sentido que Ann Swidler (1986) fala de um “repertório cultural”, concebido como o conjunto de elementos que, apresentando-se aos atores sob a forma de uma “caixa de ferramentas” (*toolkit*), permite dar forma a uma estratégia de ação e legitimá-la, reforçá-la. Quanto a nós, nós buscamos, por meio da noção de repertório normativo, dar conta do conjunto de intenções a que os atores fazem referência quando confrontados com um dispositivo, mais até do que ao conjunto de recursos que lhes permite reforçar um interesse particular.

O segundo uso da noção de repertório remete a uma abordagem fundacional da normatividade. Ao buscar reconstruir as bases de avaliação de sociedades caracterizadas pela heterogeneidade de referências normativas, Michèle Lamont e Laurent Thévenot partem da hipótese que cada princípio corresponde a um “repertório de avaliação” (Lamont, 1995; Lamont & Thévenot, 2000) concebido como o conjunto coerente de julgamentos construídos em torno desse princípio<sup>15</sup>. A prática de avaliação ou de julgamento é então considerada como a articulação entre vários princípios e, portanto, entre vários repertórios<sup>16</sup>. Essa abordagem põe em evidência o papel crucial desempenhado por uma série de critérios de avaliação em uma sociedade; mostra de que maneira as variações entre sociedades podem ser interpretadas em termos de ponderação de critérios. Ela indica quais são os principais esquemas de julgamentos elaborados em torno desses critérios. O foco nos critérios fundadores, contudo, corre o risco de levar à superestimação da capacidade de cada qual produzir um mundo coerente de julgamentos. Por isso, escolhemos

14. Para a apresentação de uma abordagem destinada a identificar os “modelos práticos” que se combinam nos momentos de avaliação, ver John R. Bowen *et alii* (2014).

15. É igualmente uma análise fundamental da normatividade que é desenvolvida por Luc Boltanski et Laurent Thévenot (2001), mesmo se a noção de “mundo comum” fundada sobre um “princípio de ordem” tende a substituir, nessa obra, a de “repertório”.

16. Ver, para um emprego próximo da noção de repertório, Baudouin Dupret (2000) acerca dos diferentes repertórios que se articulam no julgamento jurídico; ou ainda Pierre Lascoumes e Philippe Bezes (2009) sobre os repertórios a partir dos quais os cidadãos julgam os políticos.

17. A expectativa normativa situa-se, portanto, entre a intenção e o ideal. Ela designa as intenções que têm por característica serem acompanhadas de uma pretensão à legitimidade, mas o alcance das intenções em questão pode ser menos geral ou menos intensamente valorizado do que um ideal. Utilizamos, em um trabalho anterior, a noção de “bem em si” para qualificar as intenções (por exemplo, a saúde em certas arenas de debates) que, pelo fato de valerem tanto, supõem-se que podem encerrar a argumentação, aos olhos de seus enunciadores (Nicolas Dodier, 2005: 7-31). A noção de expectativa normativa ampliou o olhar considerando as intenções que acompanham as pretensões à legitimidade menos abruptas do que nos casos de bens em si.

18. Essa abordagem da temporalidade adere ao método desenvolvido por Fanny Cosandey (2016) em seu estudo sobre duelos no Antigo Regime na França. A autora põe em evidência, em um primeiro momento, o que ela chama de *grammaire du rang* (gramática da posição), que remonta a um longo período de julgamentos de

definir um repertório normativo não a partir de um princípio fundador, mas a partir do conjunto de avaliações produzidas por um aglomerado de atores em torno de um dispositivo e, portanto, do conjunto de expectativas normativas nas quais se assentam os repertórios em questão.

O terceiro uso da noção de repertório remete a uma abordagem globalizante da normatividade. Esta é distinta das noções de sistema, cultura, ou representação, que tendem a acentuar a coerência relativa das referências normativas em um dado grupo. Ela toma o repertório como a estrutura normativa que serve de base para os julgamentos produzidos em um grupo. Essa é, notadamente, a abordagem proposta por John Comaroff e Simon Roberts (1981) em seus estudos sobre a sociedade Tswana. Os autores falam do repertório normativo dos Tswana como o repertório de normas que esses últimos consideram como condutores de sua vida cotidiana (Comaroff & Roberts, 1981: 27). Segundo eles, os Tswana têm consciência de que existe uma variedade de normas, eventualmente contraditórias, em sua sociedade (Comaroff & Roberts, 1981: 73). Mesmo se essas normas não constituem um sistema, os autores consideram que elas podem, ainda assim, revelar a sua “estrutura semântica” (Comaroff & Roberts, 1981: 261). Nossa noção de repertório normativo se aproxima do uso que fazem John Comaroff e Simon Roberts, já que buscamos, como eles, dar conta da estrutura da base de avaliações de um conjunto de atores, na intersecção de diferentes referências normativas. No entanto, nossa noção se distingue da de Comaroff e Roberts em dois pontos. Eles focam o conjunto do trabalho normativo em uma sociedade, enquanto nós nos interessamos por cada repertório normativo em seu posicionamento vis-à-vis ao dispositivo. A noção de Comaroff e Roberts de norma é, além disso, mais restritiva do que a nossa noção de expectativa. A noção deles remete às situações caracterizadas pela existência de uma regra. Nós consideramos, através da noção de expectativa, o conjunto de situações nas quais os indivíduos exprimem uma perspectiva que lhes parece suficientemente admissível para sustentar um julgamento legítimo. Ficamos abertos à variedade de intermediários pelos quais a legitimidade dessa expectativa é expressa<sup>17</sup>: valores, regras, normas princípios, finalidades etc.

Falar de um repertório normativo em torno de um dispositivo leva a uma abordagem particular da temporalidade. Trata-se, antes de tudo, de atualizar, por um dado período, a estrutura normativa que se encontra na origem do conjunto de avaliações em torno de um dispositivo. Sob esta base de dados estabelecida de modo Icaro, trata-se, em seguida, de estar atento às variações temporais. Esta estratégia permite conjugar, sem confundi-las, uma abordagem estrutural do trabalho normativo e uma consideração acerca das dinâmicas temporais a ele relacionadas<sup>18</sup>.

Ao organizar dessa forma o estudo de repertórios normativos, faz-se necessário separar, de um lado, os dispositivos e, de outro, o trabalho normativo dos atores, a fim de melhor pensar sua interação. Essa exigência não foi suficientemente considerada até aqui. Trata-se de uma limitação encontrada, notadamente no trabalho de Foucault, já que o autor aborda o dispositivo como um conjunto muito abrangente de entidades, próprio a uma determinada época, no interior do qual os indivíduos ou os grupos elaboram práticas ou problematizam situações do próprio dispositivo. Em Foucault, o dispositivo é o quadro no interior do qual o trabalho normativo surge e é organizado. A noção de “dispositivo da sexualidade” permite-lhe, assim, listar o conjunto de elementos, discursivos ou não, pelos quais os indivíduos, em um momento histórico, identificam situações, elaboram práticas, constroem estratégias, falam ou escrevem em torno de uma certa esfera de problemas delimitados e tornados pertinentes pelo dispositivo. Com nossa definição menos abrangente de dispositivos, consideramos, ao contrário, que os julgamentos produzidos no contato com um dispositivo revelam uma base normativa que não está presente nele, mesmo se pode ser influenciada por ele. Foucault certamente incorpora uma indeterminação das práticas, o que faz com que o funcionamento dos dispositivos deixe aparecer, segundo ele, certos imprevistos que são reinvestidos pelos indivíduos. Os dispositivos são, assim, “lugares de preenchimento”<sup>19</sup>. Mas as bases normativas desse preenchimento continuam mal elucidadas, pois são devolvidas às configurações emergentes pensadas em sua contingência. Mais do que analisar a dinâmica engendrada pelo encontro entre um dispositivo e seus imprevistos, buscamos compreender as interações entre dispositivos e os repertórios normativos que se elaboram acerca dos próprios dispositivos.

Esse excesso de vinculação entre as bases normativas de julgamento e dispositivos é igualmente um limite das abordagens de uma sociologia pragmática dos “regimes de engajamento”. Essa abordagem tende a situar cada dispositivo em uma ordem maior. Segundo os autores, pode tratar-se DE um “regime de engajamento”, de um “mundo”, de uma forma de coordenação. Uma forma de harmonia é, então, supostamente atingida assim que os indivíduos se encontram imersos em um estado compatível com essa ordem. Espera-se que as tensões apareçam a partir do momento em que as entidades relacionadas às diversas ordens são colocadas em relação umas com as outras. Essas tensões podem ser superadas por compromissos, graças, notadamente, aos dispositivos, os quais têm por particularidade combinar de maneira judiciosa os elementos relacionados a diferentes ordens. Não partimos deste postulado de correspondência entre dispositivos e ordens normativas. É por essa razão, entre outras, que concebemos um método que permite identificar a base normativa das avaliações que se constroem em torno dos dispositivos.

cortesões sobre as hierarquias estabelecidas no quadro do dispositivo cerimonial na corte real francesa. É, em um segundo momento e sobre essa base de algum modo estatístico, que ela mostra os jogos de relações entre atores e suas transformações no seio dessa gramática. A noção de gramática remete a uma abordagem mais fundacional que a de repertório normativo, mas o foco sobre os dois tempos de análise é formulado de maneira análoga.

19. Segundo expressão de Laura Silva-Castañeda (2012: 102).

## Os dispositivos de reparação

Para precisar como essa abordagem dos repertórios normativos em torno dos dispositivos foi, ao mesmo tempo, elaborada e empregada, propomos voltar a diferentes trabalhos nos quais a mesma ganhou corpo. Nesses trabalhos, tratamos de uma forma geral dos dispositivos de reparação: processos, fundos de indenização, seguros etc. A fim de compreender o que “reparar” quer dizer, exploramos para cada um desses dispositivos as redes de finalidades e exigências que os diferentes atores por elas confrontados lhes atribuem. A primeira destas pesquisas está centrada em uma categoria de atores (os profissionais do direito) e sobre um dispositivo (o processo penal). Em um contexto caracterizado pelo crescimento do lugar das vítimas nos procedimentos penais, estudamos, em duas arenas distintas, como os profissionais do direito problematizaram essa questão: o debate doutrinário e a audiência em um processo penal. A segunda pesquisa desloca o olhar para outro dispositivo de reparação (um fundo de indenização) e para outra categoria de atores (as “vítimas” que do fundo são beneficiárias). A última pesquisa, mais prospectiva, explora em que a abordagem dos dispositivos e dos repertórios normativos pode contribuir para o estudo das transformações das condições de reparação de danos relacionados à atividade médica que ocorreram durante um longo período. A variedade de dispositivos, de arenas e de ordens de temporalidade consideradas nestas pesquisas deveria permitir uma melhor delimitação do campo de aplicação da abordagem proposta.

## O trabalho doutrinal em torno do processo penal

Nós nos interessamos pelo trabalho doutrinal que os juristas realizam há trinta anos na França e nos Estados Unidos acerca de uma questão problemática: o lugar das vítimas no processo penal (Barbot & Dodier, 2014a). Trata-se de estudar o trabalho normativo de uma categoria de atores acerca de um dispositivo.

Esta pesquisa permitiu precisar o que podemos reter sob o termo genérico de expectativas (ou, mais precisamente, de expectativas normativas) e sobre seu papel no quadro de um repertório normativo. Ela mostra que o conjunto de tomadas de posição dos juristas na França e nos Estados Unidos sobre o lugar das vítimas no processo penal se organiza em torno de duas grandes séries de expectativas.

A primeira corresponde às finalidades que os juristas atribuem ao processo. Encontra-se aqui uma dimensão do trabalho normativo cuja importância indicamos acima. Dá-se conta igualmente do interesse que há, de uma perspectiva metodológica, em não restringir o estudo de um dispositivo a uma visão preconcebida acerca das finalidades que ele deve cumprir. Com efeito, a natureza das finalidades de um dis-

positivo tal como o processo penal pode se revelar altamente problemática e fonte de controvérsias, do ponto de vista dos especialistas do direito.

É certo que, desde o século XVIII, o trabalho doutrinal sobre o processo foi organizado em torno de uma base de finalidades clássicas: a retribuição do crime, a prevenção do crime, a reabilitação do condenado e a neutralização do criminoso<sup>20</sup>. No entanto, em um contexto marcado há 30 anos pela ampliação do lugar das vítimas, os juristas se interrogam de forma inédita sobre a pertinência de novas finalidades que poderiam se adicionar às precedentes: a indenização das vítimas, a finalidade terapêutica ou reconstrutiva do processo, o empoderamento das vítimas, ou ainda a contribuição do processo para a ação política.

O estudo do trabalho doutrinal em torno do processo penal mostra a importância, para além dessas finalidades, de uma segunda série de expectativas. Esta concerne aos princípios a serem respeitados quando da implementação do dispositivo. Se a atenção dada às finalidades conduz os atores a julgarem o dispositivo tendo em vista aquilo que ele provoca nos indivíduos concernidos, a atenção dada aos princípios remete às exigências que convém seguir para o seu bom encaminhamento. As duas categorias de expectativas podem, por sua vez, se juntar. Todavia, distingui-las permite evidenciar os diferentes horizontes de expectativas. Enquanto as discussões relativas às finalidades integram um olhar sobre os efeitos do dispositivo, aquelas relativas aos princípios remetem às diferentes etapas de sua realização. Três princípios aparecem como centrais no trabalho doutrinal em torno do lugar das vítimas no processo penal: a objetividade de decisões; a equidade do processo; e a dosagem justa dos sofrimentos induzidos pelo processo em seus protagonistas (acareação e partes civis, particularmente).

A análise do repertório normativo dos juristas tal como ela foi conduzida nesse estudo é um método inédito para compreender melhor como se estrutura o espaço dos atores em torno de um dispositivo. Em seu trabalho doutrinal, percebe-se, por exemplo, que os juristas divergem profundamente quanto à natureza das finalidades que se deve atribuir hoje ao processo penal. Alguns militam pela ampliação das finalidades do processo, enquanto outros lutam contra isto que consideram como desvios do dispositivo. Todos os juristas são unânimes no que tange ao reconhecimento da legitimidade de três princípios a serem respeitados no desenvolvimento de um processo. No entanto, divergem sobre a maneira de satisfazê-los. Assim, as concepções diferentes de objetividade no processo penal se afrontam na arena doutrinal<sup>21</sup>, e os juristas consideram de forma diferente o que poderia ser um justo equilíbrio dos sofrimentos infligidos aos atores presentes. Um dos maiores desafios para a identificação de um repertório normativo é evidenciar tudo ao

20. Para lembrar as finalidades habitualmente atribuídas ao processo penal pelos especialistas do direito, ver Henderson (1985). Acerca dos debates sobre o surgimento do código penal na França e os grandes tipos de pena em torno dos quais se estruturam os debates, ver Lascoumes *et alii* (1989). Para um retorno sobre as finalidades geralmente atribuídas ao processo penal – ou à pena – pelos filósofos, ver Gros (2001) e Guillarme (2003).

21. Esse confronto entre concepções opostas de objetividade está no centro das lutas que rodeiam os numerosos dispositivos. Mas essas lutas em torno da objetividade tomam as formas específicas segundo os dispositivos considerados. Para uma comparação com o processo penal, ver as lutas na medicina em torno de ensaios clínicos em Dodier & Barbot (2008).

mesmo tempo, isto é, o que há de comum em um espaço de atores, bem como o que os diferencia e os opõe em seus respectivos posicionamentos.

Com essa abordagem, exploramos as diferentes maneiras pelas quais os especialistas do direito consideram, na intersecção dessas finalidades e princípios, o lugar das vítimas no processo penal.

Identificamos, por exemplo, duas maneiras doutrinárias de ser “pró-vítimas”, elas mesmas em conexão com opções diferentes em matéria de políticas penais<sup>22</sup>. De um lado, os juristas queriam ampliar o espaço conferido às vítimas e aos seus representantes no sistema penal, militando por um aumento da repressão. Esse movimento foi iniciado nos Estados Unidos, nos anos 1970-1980, através dos elos estabelecidos entre os círculos conservadores de luta contra a criminalidade e os grupos de defesa das vítimas em busca de apoio institucional. Na França, desde 1975, as políticas penais são igualmente orientadas na direção de um aumento da repressão, apoiada por um interesse renovado pelas vítimas. De outro lado, os juristas construíram uma maneira mais liberal de serem pró-vítimas. Nos Estados Unidos como na França, eles fazem parte dos atores que buscaram melhorar a condição das vítimas de infrações penais, ainda que sem aumentar a repressão. Esses atores começaram a favorecer os dispositivos fora do processo: melhoria das condições de indenização, apoio psicológico, criação de instâncias de mediação.

Na França, nos anos 1980, sob a supervisão do ministro da Justiça Robert Badinter, eles buscaram uma alternativa à “Lei Segurança e Liberdade” e instauraram uma nova política de ajuda às vítimas, mediante a criação de uma rede associativa dirigida pelo Estado: o Institut Aide aux Victimes et Médiation (Instituto Nacional de Ajuda às Vítimas e de Mediação). No início do século XXI, os juristas que pertenciam ao polo liberal contribuíram para aumentar a presença das vítimas no âmbito do processo penal, notadamente através das disposições da “Lei Guigou”, referência ao então ministro socialista da Justiça, sobre a presunção de inocência e os direitos das vítimas. Mais amplamente, pode-se compreender por essa via como os espaços de atores ancorados em arenas especializadas se articulam com o campo político.

## O trabalho dos advogados na audiência penal

No caso precedente, abordamos o trabalho normativo dos atores sobre um dispositivo. É com um método similar que examinamos o trabalho realizado pelos atores no interior deste dispositivo. Por meio dos circuitos de reflexividade, os atores que se encontram engajados em um dispositivo frequentemente procuram, no curso de

22. No que tange às políticas penais, ver Latté (2008) e Enguéléguélé (1989).

sua implementação, influenciar, ao mesmo tempo, a conduta e o resultado do próprio dispositivo. Estudamos justamente sob este ângulo as alegações de advogados durante um processo penal (Barbot & Dodier, 2014b). Como na pesquisa precedente, nós nos interessamos particularmente pela regulação do lugar das vítimas no processo, mas, desta vez, examinando como os advogados voltam-se, durante a audiência, para o modo como os diferentes atores do processo (os magistrados da procuradoria, os juízes, os demais advogados, as partes civis) se comportam ou deveriam se comportar em relação às vítimas.

Esse estudo se apoia em uma etnografia sobre o processo de primeira instância relativo a um caso (*affaire*) de saúde pública. Na audiência, a presença das famílias das vítimas foi particularmente importante e suscitou um intenso trabalho normativo intenso por parte do conjunto de atores presentes. Trata-se do processo penal subsequente às contaminações iatrogênicas<sup>23</sup>, nos anos 1980, de tratamentos destinados a crianças com problemas de crescimento<sup>24</sup>. A tramitação desse processo ocorreu em 2008, no Palácio da Justiça de Paris, passados mais de 17 anos do início da instrução. Nesse quadro, mostramos que o conjunto das intervenções dos advogados para construir um relatório apropriado às vítimas se referia, ainda aqui, a um conjunto preciso de expectativas normativas. Quatro dentre elas foram centrais e compartilhadas pelos advogados, independentemente de seu posicionamento no processo (do lado da defesa ou do lado das partes civis): a humanidade das condutas em face dos testemunhos de sofrimento, a objetividade da decisão penal, o ajuste dos sofrimentos induzidos pelo processo entre os acusados e as vítimas, assim como o distanciamento de uma finalidade terapêutica do processo. Mesmo se os advogados dos dois campos estavam do mesmo lado no que diz respeito a essas expectativas, eles se opuseram no que concerne à maneira de satisfazê-las e de articulá-las umas com as outras. Segundo as estratégias judiciárias ajustadas a cada um de seus campos, os advogados descreveram, de forma contrastante, a maneira como os juízes deviam integrar suas próprias reações aos sofrimentos das vítimas na elaboração de uma decisão penal.

Considerados em conjunto, esses dois estudos sobre o processo penal mostram a importância dos efeitos da arena sobre os repertórios normativos. Em cada caso, os atores, profissionais do direito, tratam da mesma questão problemática: o lugar das vítimas no processo penal. Porém, eles o abordam em duas arenas distintas: a arena doutrinal no primeiro caso, a audiência penal (e mais particularmente o momento de alegações) no segundo<sup>25</sup>. Se os dois repertórios possuem semelhanças importantes, eles apresentam igualmente diferenças notáveis. Assim, a exigência de compaixão para com as famílias das vítimas presentes na audiência esteve no centro do trabalho normativo no curso do processo observado, notadamente atra-

23. Termo farmacológico para designar uma doença criada pelo efeito colateral de um medicamento.

24. Mais de uma centena de crianças morreu por conta dos tratamentos de contaminação pelo príon (agente responsável pela doença de Creutzfeldt-Jakob).

25. Podemos definir uma "arena" como um dispositivo que organiza uma forma de reflexividade sobre outro dispositivo. Uma arena pode ser interna ao dispositivo, quando esta prevê e organiza as condições nas quais as ondas de reflexividade podem ser associadas a sua própria execução. É o caso da sequência de alegações no interior de um processo.

vés da questão de sua articulação com a exigência de objetividade. Essa exigência foi sustentada por todos os advogados em suas alegações. Em contrapartida, ela foi pouco invocada pelos juristas que participaram do trabalho doutrinal do processo; alguns chegaram a defender um distanciamento radical das emoções. Inversamente, a finalidade “terapêutica” do processo, regularmente destacada por uma parte dos juristas na arena doutrinária, jamais foi evocada como sendo legítima pelos advogados na audiência. Diversos parâmetros se transformam quando mudamos de arena: os atores envolvidos, os modos de acesso às realidades pertinentes, os alvos do trabalho normativo, assim como os formatos que coagem e o tornam possível. Essa primeira perspectiva do trabalho doutrinal e do trabalho na audiência permite dar conta do transcurso do repertório normativo de uma mesma categoria de atores – aqui, os profissionais do direito –, de uma arena à outra.

### As vítimas em face de um fundo de indenização

Abordamos igualmente a maneira como os atores se posicionam vis-à-vis a um dispositivo do qual são alvos. Este estudo toma por exemplo o fundo público de indenização destinado às pessoas atingidas pelo drama sanitário das contaminações pelo hormônio de crescimento. Estudamos a maneira pela qual os beneficiários desses fundos reagiram à sua criação e à sua execução. Com base em 40 entrevistas, evidenciamos o repertório normativo de pessoas que, como compensação do prejuízo que sofreram, propõem, enquanto vítimas, uma indenização financeira no quadro desse dispositivo (Barbot & Dodier, 2015a; 2015b). Através dos julgamentos que elas apresentaram sobre os fundos, destacamos o caráter central de três grandes expectativas normativas. A primeira é uma expectativa de socorro diante dos gastos causados pelo dano, em decorrência do aparecimento de doença neurodegenerativa transmitida pelos tratamentos. Uma parte das avaliações relativas ao dispositivo aborda, com efeito, sua capacidade de trazer, com urgência, um apoio financeiro às famílias confrontadas com os gastos ocasionados pelo aparecimento da doença. Contudo, as pessoas não se posicionaram da mesma maneira acerca dessa expectativa. As diferenças estão estreitamente relacionadas a seus estatutos socioeconômicos; alguns se referem ao estado de organização da assistência social e terapêutica no momento em que a doença apareceu.

A segunda expectativa é uma expectativa de justiça, entendida como a manifestação das responsabilidades morais no desenvolvimento do drama e, caso necessário, como condenação e punição dos culpados. Paralelamente às apreciações em termos de socorro, as pessoas também consideraram até que ponto o fundo podia

contribuir para a manifestação da verdade moral ou, ao contrário, se opor a ela. Essa avaliação do fundo de indenização à luz de uma expectativa de justiça assumiu, no caso desse drama, uma tonalidade particular. Com efeito, um procedimento judiciário já tinha sido aberto no momento da criação do fundo pelo governo, e foram pronunciadas as primeiras acusações contra personalidades dos meios médico e sanitários<sup>26</sup>. Para justificar a implementação de um fundo (propondo uma indenização sem que fosse necessário provar a existência de um erro na fabricação dos medicamentos do tratamento), o governo tinha invocado a expressão da “solidariedade nacional” para com as vítimas e seus familiares. Nesse contexto, muitas famílias suspeitaram que o governo queria desencorajá-los do procedimento judiciário. O exame do trabalho normativo permite mostrar como a tensão moral suscitada por essa expectativa de justiça foi gerada pelas pessoas que, no entanto, aceitaram ser indenizadas pelo fundo.

Enfim, as famílias das vítimas se referiram a uma terceira expectativa: a compensação ajustada. Como no caso da expectativa de justiça, analisamos todo o trabalho que as famílias tiveram de realizar para formular o sentido que poderia ter essa indenização financeira como contrapartida pelo dano. As famílias que aceitaram o fundo quiseram superar o problema moral produzido pelos julgamentos de incomensurabilidade entre as somas recebidas e a natureza das violações sofridas (neste caso, aqueles diretamente relacionados com doença e com a perda de um filho)<sup>27</sup>. De uma maneira geral, para além das finalidades atribuídas ao fundo por seus criadores, a pesquisa mostra o leque de expectativas acerca do qual aqueles que são os beneficiários construíram sua própria avaliação do dispositivo e geriram as tensões engendradas por este último.

O estudo do trabalho normativo conduz, assim, a que se preste atenção nas situações em que os indivíduos são capazes de avaliar o dispositivo a que são confrontados ou as condutas dos outros indivíduos no quadro desse dispositivo. Parte-se, portanto, de um certo nível de actância (*agency*) dos indivíduos em face dos dispositivos. Todavia, não se trata simplesmente de revelar essa capacidade ou de mensurar sua amplitude. A abordagem visa objetivar a base normativa a partir da qual os indivíduos constroem o caráter inteligível ou legítimo de seu posicionamento vis-à-vis a um dispositivo. Ademais, o estudo do repertório das vítimas do drama do hormônio de crescimento em torno do fundo de indenização mostra o interesse que haveria – nesse caso como em outros – em examinar com o mesmo método o repertório normativo de vítimas em torno de cada um dos dispositivos que podem ser mobilizados logo após uma catástrofe: processo (penal e civil), imprensa, meios associativos e, notadamente, apoios psicológicos<sup>28</sup>. Trata-se de

26. A primeira queixa ao penal é apresentada em 1991, as primeiras acusações são pronunciadas em julho de 1993 e o fundo de indenização é criado em outubro de 1993.

27. Sobre essas formas de incomensurabilidade, ver Viviana A. Zelizer (1979; 1985).

28. Para uma identificação convergente da maneira como as vítimas de catástrofe se posicionam em relação aos dispositivos, ver Revet & Langumier (2013), que se centram sobre os dispositivos de concertação e os dispositivos memoriais.

comparar a natureza das expectativas e dos esquemas de julgamento ativados pela confrontação com cada dispositivo, e em seguida de compreender sua articulação ao longo do itinerário das pessoas afetadas.

O estudo do posicionamento das pessoas vis-à-vis aos dispositivos não pretende substituir a análise de seu posicionamento vis-à-vis a outras entidades sociais: os “coletivos”, as “instituições”, as “redes” de relações, por exemplo. O desafio é dar conta do lugar que tais dispositivos ocupam e do trabalho normativo que eles suscitam nos atores. Nós defendemos o caráter central que esse posicionamento pode assumir nas biografias individuais ou coletivas.

### Para uma utilização do método em períodos de longa duração

Por fim, exploramos o interesse dessa abordagem no estudo das transformações de modalidades de reparação de prejuízos relacionados à atividade médica, do início do século XIX aos anos 2000, na França (Barbot, 2016). Nessa perspectiva, duas linhas de análise se encontram bem articuladas: aquela das transformações de dispositivos sobre um período longo de tempo e aquela do posicionamento dos diferentes atores em torno desses dispositivos.

A abordagem consiste em identificar diversos “momentos de concentração” do trabalho normativo dos atores e a investigá-los em diferentes arenas. Durante o século XIX, um primeiro momento pode ser percebido em torno da questão da inimputabilidade médica. Reivindicada pelos médicos diante dos tribunais, a inimputabilidade havia com efeito suscitado numerosos debates nas arenas judiciárias, profissionais e midiáticas, por ocasião de três casos: os casos Hélie (1825), Laporte (1897) e Thouret-Noroy (1932). Diversas categorias de atores (médicos, juristas, personalidade políticas etc.) foram levadas a assumir uma posição. O trabalho normativo deles foi principalmente centrado nas modalidades de intervenção de dispositivos judiciais no domínio médico. Diferentes esquemas de julgamento se opuseram entre os defensores de uma inimputabilidade médica “absoluta” e os que desejavam colocar um fim a ela, ou rediscutir seus contornos. Outro momento de concentração do trabalho normativo concerne, entre os anos 1960 e 2000, à elaboração de novos regimes de indenização das vítimas de danos relacionados à atividade médica. Os debates intensos acompanham toda uma série de proposições ou de inovações: o projeto de reforma do professor de direito André Tunc, sugerindo, em 1966, passar de um regime de indenização das vítimas de erros médicos baseado no recurso aos tribunais (e a prova de um erro cometido

durante a prática dos cuidados) a uma indenização custeada por um fundo de garantia profissional (que cobre o risco vinculado a esse setor de atividade); a criação de regimes de indenização específicos para as vítimas de danos relacionados às vacinas (1961), às transfusões (1964), ou às experimentações médicas (1988); o desenvolvimento de fundos públicos de indenização relativos aos dramas sanitários dos anos 1990 (notadamente as contaminações iatrogênicas relacionadas aos produtos sanguíneos e aos hormônios de crescimento); ou, ainda, a criação, pela lei de 4 de março de 2002, de um dispositivo de regulamentação amigável para as vítimas de prejuízos da atividade médica e de um novo direito à indenização das vítimas de acidentes não culposos<sup>29</sup>.

Com a identificação e análise de cada um desses momentos em que o trabalho normativo se concentra, importa seguir as transformações dos repertórios normativos dos atores em longos períodos de tempo. Os primeiros resultados dessa pesquisa mostram que, no decorrer do século XIX, os debates eram organizados em torno de três dispositivos que se impõem progressivamente na reparação dos erros médicos: os processos, os modos de regulação profissional e os seguros de responsabilidade civil dos médicos. No que concerne aos dispositivos judiciais, podemos constatar que duas expectativas – presentes em nossos trabalhos anteriores – já estruturam o repertório normativo dos principais atores estudados: a dose ajustada entre sofrimento infligido às pessoas implicadas nos procedimentos e a objetividade dos julgamentos. É de se observar que a primeira expectativa incide apenas sobre as violências produzidas contra os médicos denunciados. No início do século XIX, estes ataques geram uma perda da clientela decorrente das fofocas inevitáveis que acompanham os procedimentos, ao peso intransponível, no plano individual, dos custos que os médicos devem arrecadar para a sua defesa e, em caso de condenação, para indenizar os pacientes ou seus familiares. No curso desses debates, uma parte dos juristas e dos médicos rejeitam toda legitimidade do processo em matéria médica, pois consideram que essas violências contra os médicos devem ser evitadas, seja enquanto tal, seja em razão de seus impactos negativos sobre os progressos da medicina ou sobre os socorros prestados aos doentes. Assim, desde o início do século XIX, a figura da “medicina defensiva” faz sua aparição nos debates dos quais ela nunca mais saiu, o que já faz dois séculos<sup>30</sup>. Trata-se então da “medicina de braços cruzados”, o médico praticando o abstencionismo, ou recusando deslocar-se diante de uma situação considerada difícil e arriscada no plano judiciário. No sentido oposto, os atores aceitam essas violências – ou ao menos parte delas – apoiando-se sobre outras finalidades para avaliar a intrusão dos dispositivos judiciais na atividade médica. Eles colocam, em primeiro lugar, a necessidade de manter a “ordem pública”, rejeitando todo estatuto de exceção em favor dos médicos e tratando de forma igual todas as profissões que compõem a

29. Esse dispositivo foi objeto de diferentes investigações específicas, ver Barbot *et alii* (2014; 2015).

30. Sobre os empregos dessa figura da medicina defensiva, ver Barbot & Fillion (2006).

sociedade. No que tange à segunda expectativa estruturante, pode-se igualmente mostrar como o espaço dos atores se polariza entre as concepções diferentes de objetividade, tanto judiciária quanto médica.

Na segunda metade do século XX, a efervescência do trabalho dos atores em torno dos dispositivos de reparação dos erros médicos remete a duas dinâmicas maiores no plano dos repertórios normativos. Se as expectativas já estruturantes no século XIX permanecem no centro do trabalho normativo em torno dos dispositivos judiciais, as maneiras de se referir a elas evoluem. Além disso, em face da diversificação dos dispositivos de reparação e dos atores levados a falar sobre estes últimos, novas expectativas emergem e impactam profundamente os repertórios presentes. Por exemplo, se a dose de sofrimentos infligida aos médicos permanece no centro do trabalho normativo, novas figuras da “medicina defensiva” aparecem: notadamente aquela da “medicina dispendiosa”, destacada de início pelos políticos que buscam limitar as prescrições intempestivas (onerosas para a coletividade) por meio das quais os médicos tentaram evitar os processos. A partir de então, a dose de sofrimentos judiciais concerne igualmente às vítimas, ligadas à emergência de novos coletivos que lhes são dedicados. As discussões em torno da construção da objetividade de decisões judiciais encontram-se, portanto, profundamente influenciadas pelo lugar decisivo atribuído à articulação entre compaixão, acerca das vítimas e à objetividade da decisão judicial. As expectativas, de natureza inédita, emergem e são trabalhadas em relação aos novos dispositivos de indenização: a referência à solidariedade nacional para com as vítimas de erros médicos, ou ainda a pesquisa de um tratamento igualitário entre as diferentes categorias de vítimas na medicina e, mais geralmente, em toda a sociedade.

É assim que, frequentemente na intersecção de diversos dispositivos, os atores pensam a reparação de erros médicos. A transformação das condições de reparação não procede da substituição de um dispositivo por outro, mas da reorganização global do trabalho normativo quando novos dispositivos e novas expectativas entram em cena. O interesse em distinguir esses dois níveis de análise (o dos dispositivos e aquele das bases normativas sobre as quais eles são trabalhados) aparece então claramente. Trata-se de uma diferença importante com relação à abordagem, mais foucaultiana, que François Ewald (1986) elaborou para pensar a transformação das condições da reparação no setor dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais. Para Ewald, a transformação que se efetua neste setor, no fim do século XIX, pertence a um mesmo bloco de dispositivos (as categorias, as leis e as práticas): tudo se passa como se a sociedade mudasse globalmente de um paradigma de responsabilidade para outro. É importante, para melhor dar-se conta dos efeitos sobre a dinâmica da história, dissociar dispositivos e repertórios normativos. Com base

nessas transformações conjuntas, pode-se então esclarecer sob nova luz a história das instituições – judiciárias e securitárias.

O método que propomos é destinado a pensar o lugar dos dispositivos no exercício da normatividade. Este método pode desenvolver-se segundo diversas ordens de temporalidade. Ele pode abordar a implantação de cada dispositivo considerado como o conjunto de recursos que, agenciados uns aos outros, preparam, sem determiná-lo, um encadeamento de sequências. É, então, o trabalho normativo sobre e no dispositivo, durante o tempo de seu exercício, que está no centro da análise. Pode-se abordar igualmente com esse método o tempo biográfico de cada indivíduo. A trajetória de um indivíduo é então concebida como confrontação simultânea e sucessiva de um conjunto de dispositivos marcantes. Ao examinar o trabalho normativo dos indivíduos no contato com os dispositivos que os têm como alvo, discerne-se, ao mesmo tempo, os efeitos do dispositivo sobre esses indivíduos e a maneira como, por sua vez, os próprios indivíduos os realizam e até mesmo, por vezes, os modificam. Pode-se por fim tratar, sob o ângulo de uma temporalidade histórica, do jogo cruzado dos dispositivos e dos repertórios normativos a eles relacionados.

Em nossos trabalhos, consideramos até aqui cada ordem de temporalidade de maneira separada. Pode-se, no prolongamento desses trabalhos, observar formas de articulação entre essas diferentes ordens; pode-se, por exemplo, buscar uma compreensão mais acurada do efeito das trajetórias dos indivíduos, elas próprias concebidas como confrontações com os dispositivos, na maneira como eles abordam os novos dispositivos a que fazem face. Já a compreensão das transformações de longo termo pode esclarecer a maneira como as experiências individuais de um dispositivo se integram em uma história. É assim que a pesquisa conduzida sobre a história da reparação de erros médicos mostra como o fundo de indenização proposto às vítimas do hormônio de crescimento contaminado inscreve-se em uma geração específica de dispositivos imaginados, a partir dos anos 1990, na gestão de catástrofes sanitárias com danos reputados particularmente graves, capazes inclusive de colocar questões complexas de responsabilidade.

Quaisquer que sejam as ordens de temporalidade investidas pelo pesquisador, a natureza e o tamanho das observações necessárias para objetivar a estrutura do repertório normativo em torno de um dispositivo variam em função do grau de complexidade dessa estrutura. Esta não emerge senão progressivamente, no curso da investigação. O critério de saturação dos dados, tal qual Barney Glaser e Anselm Strauss (1967) o formularam, aplica-se muito bem para a tradução dessa exigência de uma repetição de esquemas de julgamento como sinal de que o repertório normativo está prestes a ser objetivado. É globalmente no reencontro das caracterís-

ticas próprias a cada dispositivo e a cada repertório que as escalas de investigação podem ser decididas. O método que propomos não é *a priori*, nem micro ou macro, mas oferece as pistas para encontrar as escalas de observação adequadas para cada caso.

À semelhança de outros pesquisadores que conceituaram a noção de dispositivo, defendemos neste artigo a especificidade ontológica dos seres sociais assim designados e o interesse que se pode ter em desenvolver um método específico de investigação sobre eles. Porém, os outros seres sociais não são esquecidos. Com efeito, eles estão presentes no trabalho normativo em torno dos dispositivos. De maneira geral, o fato de os indivíduos terem de se posicionar vis-à-vis aos dispositivos ativa ou transforma sua relação com os demais seres sociais. Essa constatação pode se aplicar a cada um dos exemplos apresentados neste texto. Juristas reavaliam as missões que atribuem a uma entidade, tal como o Estado, quando trabalham sobre as finalidades do processo penal em relação ao lugar das vítimas. Os advogados enunciam o que significa, os seus olhos, ser “humano” quando especificam em que e até que ponto a compaixão pode ser introduzida no tribunal. Cada vítima explicita sua relação com os diferentes coletivos de vítimas engajadas no caso do hormônio contaminado quando ela explica a posição que assumiu vis-à-vis ao fundo público de indenização. Os juristas, médicos, políticos e ativistas definem o que é para eles “a relação médico-doente” quando buscam estabelecer os dispositivos mais capazes de reparar os danos vinculados à atividade médica. É, portanto, a identificação dessas reorganizações possíveis da relação como o conjunto dos seres sociais, por meio da consideração da força dos dispositivos, que o método proposto deseja igualmente contribuir.

*Abstract: Social sciences have much to gain by paying particular attention to the place that dispositifs occupy in social life. The utility of such a perspective is evident from an examination of the research that has made use of this notion since the end of the 1970s. Yet in addition to the wide variety of definitions and objectives relating to the concept of dispositif, a reading of these works also reveals some of the difficulties that have been encountered along the way. An effort to clarify and renew the discussion on both conceptual and methodological levels is thus worthwhile, and this article is a contribution to this end. The first section sets out a conceptual inquiry into the notion of dispositif. The second puts forward a series of propositions designed to develop a “procedural” approach to dispositifs. Finally, we return to several studies that we have conducted from this perspective relating to the dispositifs of redress, looking at the doctrinal work of jurists involved in a criminal trial, the practices of lawyers in the courtroom, the reactions of victims of a disaster to a compensation fund, and the historical transformations of dispositifs of redress for medical accidents since the beginning of the nineteenth century. This enables us to specify the approach we propose and to suggest new avenues for the future.*

*Keywords: sociological theory, french pragmatism, dispositifs.*

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Qu'est-ce qu'un dispositif?* Paris: Payot et Rivages, 2007 [2006].

AKRICH, Madeleine. Comment décrire les objets techniques? *Techniques et Culture*, v. 9, p. 49-64, 1987.

AKRICH, Madeleine; CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. À quoi tient le succès des innovations? 1. L'art de l'intéressement. *Annales des mines. Gérer et Comprendre*, n. 11, p. 4-17, 1988.

BARBOT, Janine. *La médecine en procès. Contribution sociologique à l'histoire de la réparation des accidents médicaux*. Mémoire d'Hdr. Grenoble: Université Pierre Mendès-France, 2016.

———. *Les malades en mouvements. La médecine et la science à l'épreuve du Sida*. Paris: Balland, 2002.

BARBOT, Janine; DODIER, Nicolas. "Victims" normative repertoire of financial compensation: the tainted hGH case. *Human Studies*, v. 38, n. 1, p. 81-96, 2015a.

———. Face à l'extension des indemnisations non judiciaires. Le cas des victimes d'un drame de santé publique. *Droit et Société*, v. 89, n. 1, p. 89-103, 2015b.

———. Repenser la place des victimes au procès pénal. Le répertoire normatif des juristes en France et aux États-Unis. *Revue Française de Science Politique*, v. 64, n. 3, p. 407-434, 2014a.

———. Que faire de la compassion au travail ? La réflexivité stratégique des avocats à l'audience. *Sociologie du Travail*, v. 56, n. 3, p. 365-385, 2014b.

BARBOT, Janine; WINANCE, Myriam; PARIZOT, Isabelle. Imputer, reprocher, demander réparation. Une sociologie de la plainte en matière médicale. *Sciences Sociales et Santé*, v. 33, n. 2, p. 77-105, 2015.

BARBOT, Janine; PARIZOT, Isabelle; WINANCE, Myriam. "No-fault" compensation for victims of medical injuries: ten years of implementing the French Model. *Health Policy*, v. 114, n.2-3, p. 236-245, 2014.

BARBOT, Janine; FILLION, Emmanuelle. La "médecine défensive": critique d'un concept à succès. *Sciences Sociales et Santé*, v. 24, n. 2, p. 5-33, 2006.

BESSY, Christian; CHATEAURAYNAUD, Francis. *Experts et faussaires. Pour une sociologie de la perception*. Paris: Métailié, 1995.

- BARTHE, Yannick *et alii*. Sociologie pragmatique: mode d'emploi. *Politix*, v. 103, n. 3, p. 175-204, 2013.
- BEUSCART, Jean-Samuel; PEERBAYE, Ashveen. Histoires de dispositifs. *Terrains et Travaux*, v. 2, n. 11, p. 3-15. 2006.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.
- BOWEN, John R. *et alii* (Dir.). *European States and their muslim citizens: the impact of institutions on perceptions and boundaries*. New York: Cambridge University Press, 2014.
- CALLON, Michel. Éléments pour une sociologie de la traduction. La domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. *L'Année Sociologique*, n. 36, p. 169-208, 1986.
- CALLON, Michel; MUNIESA, Fabien. Les marchés économiques comme dispositifs collectifs de calcul. *Réseaux*, n. 122-6, p. 189-233, 2003.
- CHATEAURAYNAUD, Francis. L'épreuve du tangible. Expériences de l'enquête et surgissements de la preuve. In: KARSENTI, Bruno; QUÉRÉ, Louis (Eds.). *La croyance et l'enquête : aux sources du pragmatisme*, p. 167-194. Collection "Raisons pratiques". Paris: Éditions de l'Ehess, 2004.
- COMAROFF, John L.; ROBERTS, Simon. *Rules and processes: the cultural logic of dispute in an African context*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- CONEIN, Bernard; DODIER, Nicolas; THÉVENOT, Laurent (Dirs.). *Les objets dans l'action. De la maison au laboratoire*. Paris: Éditions de l'Ehess, 1993.
- COSANDEY, Fanny. *Le rang. Hiérarchies d'Ancien Régime*. Paris: Gallimard, 2016.
- DELEUZE, Gilles. Qu'est-ce qu'un dispositif? In: *Michel Foucault philosophe. Rencontre internationale*, p. 185-195. Paris: Seuil, 1989.
- DESROSIÈRES, Alain. *La politique des grands nombres. Histoire de la raison statistique*. Paris: La Découverte, 1993.
- DODIER, Nicolas. Transformations des langages et du travail critique des sciences sociales. Quelques propositions à partir de l'exemple des questions médicales. *Raisons Politiques*, v. 55, n. 3, p. 7-46, 2014.

———. *L'espace et le mouvement du sens critique. Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 60, n. 1, p. 7-31, 2005.

———. *Leçons politiques de l'épidémie de Sida*. Paris: Éditions de l'Ehess, 2003.

———. *Les hommes et les machines. La conscience collective dans les sociétés technicisées*. Paris: Métailié, 1995.

———. *L'expertise médicale. Essai de sociologie sur l'exercice du jugement*. Paris: Métailié, 1993.

DODIER, Nicolas; BARBOT, Janine. Autonomy and objectivity as political operators in the medical world: twenty years of public controversy about aids treatments in France. *Science in Context*, v. 21, n. 3, p. 403-434, 2008.

DUPRET, Baudouin. *Au nom de quel droit*. Paris: Msh/Lgdj, 2000.

ENGUÉLÉGUÉLÉ, Stéphane. *Les politiques pénales, 1958-1995*. Paris: L'Harmattan, 1989.

EWALD, François. *L'État providence*. Paris: Grasset, 1986.

EYMARD-DUVERNAY, François; MARCHAL, Emmanuelle. Les règles en action : entre une organisation et ses usagers. *Revue Française de Sociologie*, v. 35, n. 1, p. 5-36 1994.

FAVEREAU, Olivier. Organisation et marché. *Revue Française d'Économie*, v. 4, n. 1, p. 65-96, 1989.

FORNEL, Michel de; VERDIER, Maud. *Aux prises avec la douleur. Analyse conversationnelle des consultations d'analgésie*. Paris: Éditions de l'Ehess, 2014.

FOUCAULT, Michel. Le jeu de Michel Foucault. *Dits et écrits, 1954-1988*. t. III, 1976-1979. DEFERT, D.; EWALD, F. (Eds.). "Collection Quarto". Paris: Gallimard, 2001.

———. *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.

GIBSON, James J. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin, 1979.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter, 1967.

GROS, Frédéric. Les quatre foyers de sens de la peine. In: GARAPON, A.; GROS, F.; PECH, T. *Et ce sera justice. Punir en démocratie*, p. 13-138. Paris: Odile Jacob, 2001.

GUILLARME, Bertrand. *Penser la peine*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

HENDERSON, Lynne. The wrong's of victim's rights. *Stanford Law Review*, v. 37, n. 4, p. 937-1021, 1985.

ION, Jacques. Institutions et dispositifs. In: ION, Jacques (Dir.). *Travail social en débat(s)*, p. 71-85. Paris: La Découverte, 2005.

KARPIK, Lucien. Dispositifs de confiance et engagements crédibles. *Sociologie du Travail*, v. 38, n. 4, p. 527-550, 1996.

———. L'économie de la qualité. *Revue Française de Sociologie*, v. 30, n. 2, p. 187-210, 1989.

LAMONT, Michèle. *La morale et l'argent. Les valeurs des cadres en France et aux États-Unis*. Paris: Métailié, 1995 [1992].

LAMONT, Michèle; THÉVENOT, Laurent. Introduction: Toward A Renewed Comparative Cultural Sociology. In: LAMONT, M.; THÉVENOT, L. (Dir.). *Rethinking comparative cultural sociology: repertoires of evaluation in France and the United States*, p. 1-24. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

LASCOUMES, Pierre; BEZES, Philippe. Les formes de jugement du politique. Principes moraux, principes d'action et registre légal. *L'Année Sociologique*, v. 59, n. 1, p. 109-147, 2009.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. L'action publique saisie par ses instruments. In: LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. (Dir.). *Gouverner par les instruments*, p. 11-44. Paris: Presses de Sciences Po, 2004.

LASCOUMES, Pierre; PONCELA, Pierrette; LENOËL, Pierre. *Au nom de l'ordre. Une histoire politique du code pénal*. Paris: Hachette, 1989.

LATTÉ, Stéphane. *Les "victimes". La formation d'une catégorie sociale improbable et ses usages dans l'action collective*. Thèse (Doctorat en Sciences Politiques) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2008.

LATOUR, Bruno. *La science en action*. Paris: La Découverte, 1989 [1987].

———. Les "vues" de l'esprit. Une introduction à l'anthropologie des sciences et des techniques. *Culture Technique*, v. 14, p. 6-29, 1985.

———. *Les microbes. Guerre et paix, suivi de irréductions*. Paris: Métailié, 1984.

LICOPPE, Christian. Dans le “carré de l’activité”. Perspectives internationales sur le travail et l’activité. *Sociologie du Travail*, v. 50, n. 3, p. 287-302, 2008.

LINHARDT, Dominique. L’économie du soupçon. Une contribution pragmatique à la sociologie de la menace. *Genèses*, v. 44, n. 3, p. 76-98, 2001.

NAEPELS, Michel. L’épiement sans trêve et la curiosité de tout. *L’Homme*, n. 203-204, p. 77-102, 2012.

PEETERS, Hugues; CHARLIER, Philippe. Contributions à une théorie du dispositif. *Hermès*, v. 25, n. 3, p. 15-23, 1999.

REJET, Sandrine; LANGUMIER, Julien (Dir.). *Le gouvernement des catastrophes*. Paris: Karthala, 2013.

SILVA-CASTAÑEDA, Laura. Revisiter le concept de dispositif. À partir d’un dialogue entre la sociologie pragmatique et la pensée foucauldienne. *Revue de l’Institut de Sociologie*, p. 91-107, 2012.

SUCHMAN, Lucy A. *Plans and situated actions: the problem of human-machine communication*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SWIDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. *American Sociological Review*, v. 51, n. 2, p. 273-286, 1986.

THÉVENOT, Laurent. *L’action au pluriel. Sociologie des régimes d’engagement*. Paris: La Découverte, 2006.

———. Le régime de familiarité. Des choses en personne. *Genèses*, v. 17, n. 1, p. 72-101, 1994.

———. Les investissements de forme. *Cahiers du Centre d’Études de l’Emploi*, n. 29, p. 21-72, 1986.

TILLY, Charles. Les origines du répertoire de l’action collective contemporaine en France et en Grande-Bretagne. *Vingtième Siècle*, v. 4, n. 1, p. 89-108, 1984.

WELLER, Jean-Marc. Pourquoi parler de “dispositifs”? Le cas d’un centre d’accueil de personnes séropositives. In: BOUSSARD, V.; MAUGERI, S. (Dir.). *Du politique dans les organisations. Sociologies des dispositifs de gestion*, p. 249-262. Paris: L’Harmattan, 2003.

ZELIZER, Viviana A. *Pricing the priceless child: the changing social value of children*. New York: Basic Books, 1985.

———. *Morals and markets: the development of life insurance in the United States*.  
New York: Columbia University Press, 1979.

# Notas de pesquisa



# Engajamento cívico e internet.

## Notas de pesquisa, a partir de uma tipologia

Recebido: 22.10.15

Aprovado: 06.06.16

Davide Carbonai  
& Paulo Ricardo Zilio Abdala\*

\* Davide Carbonai é doutor em sociologia econômica (Università di Teramo), professor do Programa de Pós-graduação em Administração e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Ciências Administrativas. <davide.carbonai@ufrgs.br>.

Paulo Ricardo Zilio Abdala é docente e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Ciências Administrativas, Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA). Atual presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais, é doutor, mestre e bacharel em administração pela UFRGS e membro do Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora. <<http://www.ufrgs.br/organizacaoepaxislibertadora>>. <paulo.abdala@ufrgs.br>.

Resumo: O uso da internet como meio de participação política – também conhecido como participação política eletrônica – representa um tema de interesse sociológico crescente, ainda que a literatura destaque a escassez de pesquisas empíricas sobre o assunto. Este artigo apresenta uma pesquisa desenvolvida a partir de uma coleta de dados por questionário (uma amostragem de 389 entrevistados), tendo como principal objetivo obter um mapa da participação e da cultura política no Pampa (mais especificamente, o município de São Borja, na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul). O artigo analisa a relação entre tipos de usuário da internet – uma tipologia de participação política eletrônica – e as formas mais tradicionais de civismo: um índice construído a partir de indicadores de participação e envolvimento em associações cívicas. A análise demonstra que não é por causa do ativismo político nas redes sociais e demais meios digitais que uma pessoa está disposta a se engajar efetivamente em organizações da sociedade civil.

Palavras-chave: cultura política; participação política eletrônica; internet, Pampa.

### Introdução

A difusão da internet, no início da década de 1990, a multiplicação de sites e blogs com caráter político e social, bem como o ativismo digital em suas diferentes nuances e práticas trouxeram enormes expectativas sobre a renovação das possibilidades de participação política e social. Wilson Gomes (2005) sugere que boa parte da participação política tradicional, off-line, poderia então ser realizada mediante o uso da internet: o contato e a pressão sobre os representantes eleitos, a formação da opinião pública, o engajamento e a participação em discussões sobre os negócios públicos, e até a afiliação a partidos ou movimentos da sociedade civil. Esta participação se efetiva principalmente de três formas:

1. por vias institucionalizadas, como na chamada “cidadania digital”, fenômeno estudado no âmbito do movimento de governo eletrônico, com debates que remetem ao aprimoramento da democracia representativa por meio da ampliação do controle social (Diniz *et alii*, 2009; Ferreira, 2010: 102);
2. como ativismo digital, por parte de movimentos sociais (Garrett, 2006); e/ou

3. como forma espontânea e descentralizada de participação política eletrônica (Dahlgren, 2007; Winkler, 2010).

Outra literatura tende a marcar as possibilidades oferecidas pela internet e as transformações efetivadas nos últimos anos a partir de duas vertentes: uma otimista, como apresentada por Fábio Oliveira (2013), e outra crítica, como em Andréia Lima, Juliana Silva, Liziany Medeiros e Jerônimo Tybushi (2015).

Ainda que formas de participação política possam ser realizadas por meio da internet, isto não permite afirmar que estas se traduzam diretamente em formas de participação ou engajamento cívico mais tradicionais, como aquelas apresentadas nos estudos clássicos de sociologia política (Verba & Nie, 1972; Barnes & Kaase, 1979). O presente artigo pretende mesmo aprofundar o estudo do fenômeno da internet como meio de participação política e suas relações com formas mais tradicionais de engajamento cívico. Ao considerar ainda a lacuna de trabalhos empíricos sobre o tema, esta pesquisa analisa um banco de dados, propondo algumas hipóteses a serem testadas na sequência. Para cumprir com os objetivos do trabalho, é proposta a utilização de uma tipologia de cidadania eletrônica baseada no tipo de utilização da internet; a tipologia foi inspirada em um modelo já proposto em uma *survey* de 2010, por parte do instituto de pesquisa italiano Demos (Demos & Pi, 2010). Além disso, para compreender melhor a relação entre o uso da internet e as práticas de civismo, é desenvolvido um modelo de regressão no qual o engajamento cívico – representado por um índice de civismo definido a partir da participação do entrevistado em um conjunto de atividades de organizações da sociedade civil – é explicado hipoteticamente pelos diferentes tipos de uso da internet.

O estudo foi desenvolvido a partir do projeto de pesquisa “Cultura política em São Borja”, financiado pelo Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA) da Universidade Federal do Pampa, em 2013. O projeto apresenta como principal objetivo obter um mapa da participação e da cultura política em São Borja, município da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Considerada a já mencionada escassez de estudos empíricos sobre o tema da participação política eletrônica, o artigo se concentra, sobretudo, na análise de dados. Resumidamente, os resultados da pesquisa indicam que há uma baixa correspondência entre tipos de usuários da internet e práticas de engajamento cívico, demonstrando que um grau mais significativo de ativismo nas redes sociais – e demais meios digitais – nem sempre corresponde a um maior engajamento prático-presencial em organizações da sociedade civil. Essas evidências apontam para algumas limitações da participação política eletrônica como espaço de engajamento político, reforçando a noção de participação como espetáculo (Anjos & Ezequiel, 2011).

## Procedimentos metodológicos

A amostra da pesquisa totalizou 389 entrevistados (50,4% de homens e 49,6% de mulheres), todos com 16 anos ou mais de idade (os menores de 16 anos foram excluídos por não serem aptos ao voto). Em concordância com os dados do Censo 2010 (IBGE, 2010), 13,36% dos entrevistados residiam no bairro Centro do município de São Borja, o restante em outros bairros incluídos na área urbana da cidade. Em cada bairro foram sorteados os quarteirões para realização das entrevistas, caracterizando um processo de amostragem estratificada e probabilística.

O questionário foi organizado de maneira a fornecer um panorama das principais características da cultura e da participação política no município de São Borja, composto por 45 perguntas, divididas em quatro blocos: hábito de uso da internet e outras mídias, confiança institucional, comportamento eleitoral e participação política. Além disso, foram incluídas questões relativas ao perfil dos entrevistados, utilizadas na análise como variáveis independentes: gênero, idade, nível de instrução e cor de pele. É importante destacar que o caso de São Borja é aqui utilizado de forma experimental, para testar uma hipótese sobre a relação entre participação política eletrônica e engajamento cívico (em suas formas mais tradicionais), remetendo a outros textos uma análise mais exaustiva sobre o específico contexto político e social da região (Carbonai & Valença, 2015).

A análise de dados foi dividida em dois blocos. No primeiro, discutiu-se a tipologia de participação política eletrônica e sua associação bivariada com outros indicadores da cultura política e outras características da população; no segundo, desenvolveu-se um índice geral de civismo e sua relação com a participação política eletrônica, por meio de um modelo de análise de regressão. Como observado, a análise é baseada em uma tipologia do uso da internet. A tipologia de participação política eletrônica é construída a partir de três variáveis nominais dicotômicas, presentes no questionário, com opções de respostas “sim” ou “não”, conforme apresentado no Quadro 1.

QUADRO 1  
VARIÁVEIS PARA A CONSTRUÇÃO DA TIPOLOGIA  
DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ELETRÔNICA

| No seu cotidiano, você:                         |     |     |
|---|-----|-----|
| 1. [...] utiliza a internet?                    | Sim | Não |
| 2. [...] lê jornais de política on-line?        | Sim | Não |
| 3. [...] debate política on-line (na internet)? | Sim | Não |

Fonte: adaptado de Demos & Pi (2010).

A partir das variáveis presentes no Quadro 1, é possível recombina as opções de resposta, até reconduzi-las nos quatro tipos que caracterizam a tipologia de participação política eletrônica (ver Quadro 2). Enquanto os off-line não utilizam a internet, os internautas costumam utilizá-la, mas não leem jornais, nem debatem política on-line; os info-nautas se informam sobre política on-line, mas não debatem; os civis.net represen-

QUADRO 2  
TIPOLOGIA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ELETRÔNICA

| Tipo        | Variáveis                |  |                                 |
|-------------|--------------------------|--|---------------------------------|
|             | P. 1<br>Utiliza internet | P. 2<br>Lê jornais de política on-line | P. 3<br>Debate política on-line |
| Off-lines   | Não                      | -                                      | -                               |
| Internautas | Sim                      | Não                                    | Não                             |
| Infonautas  | Sim                      | Sim                                    | Não                             |
| Civis.net   | Sim                      | Sim                                    | Sim                             |

Fonte: adaptado de Demos & Pi (2010).

tam o caso da participação política eletrônica plena: são conectados à internet, são informados e debatem política on-line.

Na pesquisa social existem diferentes metodologias e técnicas para a definição de grupos; enquanto as técnicas de uma análise multivariada, devido a fatores extraídos (geralmente dois) explicam só uma parte da variância total, uma tipologia construída a partir de algumas variáveis categóricas permite anular a perda de informação típicas das análises multivariadas; infelizmente, do outro lado, o uso de variáveis categóricas é menos sensível à realidade do que as escalas Likert ou outras variáveis cardinais, utilizadas na análise fatorial.

Para comparar entre si os grupos, foi criado um índice de participação política – chamado de “índice de civismo” – a partir de algumas práticas cívicas: ativismo político, ativismo comunitário em uma associação de bairro, centros de tradições regionais, associação animalista, sindicato, participação nas reuniões do orçamento participativo, ativismo de vários tipos em outras associações<sup>1</sup>. Quanto mais “ativismos” atendidos, maior o índice, conforme a metodologia utilizada também por José Paulo Martins Junior e Humberto Dantas (2004). Afinal, com o conceito de “engajamento cívico” entendemos representar uma das muitas dimensões do conceito de “capital social”: conforme Robert Putnam (1993) as redes de associativismo cívico favorecem a consolidação de comunidades mais eficientes e justas. Além disso, as associações cívicas cumprem duas principais funções: uma função interna, pelo fato de as associações produzirem hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público; outra externa, favorecendo as agregações de interesses e o controle institucional. A partir dessas considerações, a pesquisa pretende responder a uma pergunta simples: os mais “ativos” nas redes sociais e na internet são também mais engajados em práticas cívicas associativas?

1. As associações utilizadas na construção do índice de civismo são aquelas que apresentam maior relevância na região na qual foi conduzida a pesquisa. Além disso, o item “Outras associações” pretende, de qualquer forma, incluir no índice todas as demais associações e organizações de menor porte ou penetração social (Tabela 4).

## A participação política eletrônica

Ao analisar a amostra em estudo, somente 8,1% dos entrevistados se enquadram na categoria de civis.net; já o número de infonautas é um pouco maior (16,6%), mas ainda inferior aos que apenas navegam na internet sem interesse político declarado – os internautas (34,2%). Por sua vez, os off-lines representam 41% da amostra.

A tipologia de participação política eletrônica foi associada às principais características dos entrevistados, conforme apresentado na Tabela 2: gênero, idade, escolaridade, profissão e cor de pele. Em linhas gerais, o teste do qui-quadrado demonstra uma associação significativa entre as variáveis, com exclusão do item “cor de pele”. Considerados os valores do

TABELA 1  
TIPOLOGIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA  
ELETRÔNICA EM SÃO BORJA

|                 | Frequências | %     |
|-----------------|-------------|-------|
| Civis.net       | 30          | 8,1%  |
| Infonautas      | 61          | 16,6% |
| Internautas     | 126         | 34,2% |
| Off-lines       | 151         | 41%   |
| Total (N)       | 368         | 100%  |
| Não responderam | 21          |       |
| Total           | 389         |       |

Fonte: coleta de dados (2013).

TABELA 2  
TIPOLOGIA DA UTILIZAÇÃO POLÍTICA DA INTERNET E VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS

| Tipos       |             | Gênero |        | Idade       |                  | Escolaridade |        |                     | Profissão              |                    | “Você se considera |                       |
|-------------|-------------|--------|--------|-------------|------------------|--------------|--------|---------------------|------------------------|--------------------|--------------------|-----------------------|
|             |             | (a)    |        | (b)         |                  | (c)          |        |                     | (d)                    |                    | (e)                |                       |
|             |             | H      | M      | Até 64 anos | Acima de 64 anos | Fundamental  | Médio  | Superior (e outros) | Profissões não manuais | Profissões manuais | Branco             | Negro (outros grupos) |
| Civis.net   | N           | 17     | 13     | 26          | 1                | 1            | 8      | 11                  | 12                     | 7                  | 10                 | 17                    |
|             | %           | 9,8%   | 6,7%   | 8,8%        | 1,4%             | ,9%          | 6,7%   | 15,1%               | 10,0%                  | 5,0%               | 9,3%               | 7,1%                  |
|             | Stand. Res. | 0,7    | -0,7   | 0,9         | -1,8             | -2,4**       | 0,1    | 2,9*                | 1,1                    | -1,0               | ,6                 | -,4                   |
| Infonautas  | N           | 41     | 20     | 59          | 2                | 7            | 21     | 20                  | 25                     | 20                 | 18                 | 42                    |
|             | %           | 23,6%  | 10,3%  | 20,0%       | 2,9%             | 6,0%         | 17,6%  | 27,4%               | 20,8%                  | 14,3%              | 16,7%              | 17,4%                 |
|             | Stand. Res. | 2,3*   | -2,1** | 1,4         | -2,8**           | -2,6**       | 0,6    | 2,6*                | ,9                     | -,9                | -,1                | ,1                    |
| Internautas | N           | 55     | 71     | 125         | 0                | 7            | 52     | 35                  | 55                     | 35                 | 35                 | 90                    |
|             | %           | 31,6%  | 36,6%  | 42,4%       | ,0%              | 6,0%         | 43,7%  | 47,9%               | 45,8%                  | 25,0%              | 32,4%              | 37,3%                 |
|             | Stand. Res. | -0,6   | 0,6    | 2,4*        | -4,9**           | -4,8**       | 2,6*   | 2,7*                | 2,1*                   | -1,9               | -,6                | ,4                    |
| Off-lines   | N           | 61     | 90     | 85          | 66               | 102          | 38     | 7                   | 28                     | 78                 | 45                 | 92                    |
|             | %           | 35,1%  | 46,4%  | 28,8%       | 95,7%            | 87,2%        | 31,9%  | 9,6%                | 23,3%                  | 55,7%              | 41,7%              | 38,2%                 |
|             | Stand. Res. | -1,2   | 1,2    | -3,4**      | 7,0*             | 6,2*         | -2,5** | -4,7**              | -3,0**                 | 2,8*               | ,4                 | -,3                   |
| Total       | N           | 174    | 194    | 295         | 69               | 117          | 119    | 73                  | 120                    | 140                | 108                | 241                   |
|             | %           | 100%   | 100%   | 100%        | 100%             | 100%         | 100%   | 100%                | 100%                   | 100%               | 100%               | 100%                  |

\*Standard Residual>2 (associação positiva entre as categorias); \*\*Standard Residual<-2 (associação negativa entre as categorias); (a) Pearson Chi-Square = 4,39 (p < 0,01); (b) Pearson Chi-Square = 103,30 (p < 0,01); (c) Pearson Chi-Square = 131,94 (p < 0,01); (d) Pearson Chi-Square = 28,52 (p < 0,01); (e) Pearson Chi-Square = 1,23 (não significativo).  
Fonte: Coleta de Dados (2013).

teste do qui-quadrado e a distribuição de frequência por categorias, em linha geral, é sobretudo entre os diferentes níveis de escolaridade, idade e estratificação social que se encontram elementos típicos da exclusão digital.

No que se refere ao gênero, existe uma participação maior de homens no tipo infonautas, enquanto as mulheres são mais frequentes nos tipos off-lines e internautas (ver a distribuição dos resíduos padronizados). Além disso, há uma diferença mais evidente no que refere aos grupos etários; enquanto a idade média dos off-lines é igual a 58 anos, a dos Infonautas é 39, a dos civis.net é 37, e a dos internautas 32. Outra característica que chama a atenção na amostra é a relação entre o tipo de ocupação e a utilização da internet: entre os off-lines, por exemplo, os trabalhadores manuais atingem o percentual de até 55,7%. Por sua vez, 87,2% dos não alfabetizados, ou com ensino fundamental completo, encontram-se entre os off-lines, enquanto a este tipo corresponde apenas 9,6% dos entrevistados com nível de ensino superior. Ou seja, quanto maior o grau de escolaridade, maior a propensão a ser incluído entre os civis.net ou os infonautas, demonstrando uma associação positiva entre nível escolar e participação política eletrônica.

Na Tabela 3 é apresentado o cruzamento bivariado entre os tipos da participação política eletrônica e alguns traços da cultura política local: (a) o capital social (mais especificamente, a dimensão da confiança interpessoal); (b) a renúncia ao voto em caso de não obrigatoriedade; (c) a filiação partidária; e (d) os conhecimentos básicos sobre o orçamento participativo na região. Na Tabela 3 é possível observar que o cruzamento entre as variáveis de cultura política com a tipologia da internet apresenta uma associação estatística significativa, senão em relação ao item “confiança interpessoal”. Em outros termos, a confiança interpessoal não se modifica significativamente entre os diferentes tipos de participação política eletrônica. Por sua vez, o cruzamento das demais variáveis apresenta uma associação significativa: o percentual de indivíduos que não abriria mão do voto mesmo que ele não fosse obrigatório é de quase 90% entre os civis.net e de 48,7% entre os off-lines; o percentual de afiliados em um partido é de 37,9% entre os civis.net, mas desce até 8,0% entre os off-lines. Já no que se refere ao conhecimento sobre o orçamento participativo regional, o percentual de “sim” entre os civis.net chega a 93,3%, caindo até 33,3% entre os off-lines.

Estes dados conferem validade nomológica para a tipologia, demonstrando que a participação política eletrônica se relaciona positivamente com algumas atitudes políticas, especialmente no que se refere ao posicionamento com relação à democracia representativa. Entretanto, tais atitudes não se traduzem em práticas de engajamento em organizações da sociedade civil.

TABELA 3  
TIPOLOGIA DE CIDADANIA ELETRÔNICA E TRAÇOS DA CULTURA POLÍTICA

| Variáveis   | Alternativas                      | Estatísticas      | Civis.net | Infonautas | Internautas | Off-lines |
|---|-----------------------------------|-------------------|-----------|------------|-------------|-----------|
| (a) Confiança inter-pessoal                             | É bom confiar nos outros          | N                 | 4         | 4          | 5           | 9         |
|   |                                   | %                 | 13,3%     | 6,6%       | 4,0%        | 6,0%      |
|   |                                   | Standard Residual | 1,6       | ,2         | -,9         | ,0        |
|   | É bom prestar muita atenção [...] | N                 | 21        | 51         | 96          | 121       |
|   |                                   | %                 | 70,0%     | 83,6%      | 76,8%       | 80,7%     |
|   |                                   | Standard Residual | -,6       | ,4         | -,3         | ,2        |
|   | É bom nunca confiar [...]         | N                 | 5         | 6          | 24          | 20        |
|   |                                   | %                 | 16,7%     | 9,8%       | 19,2%       | 13,3%     |
|   |                                   | Standard Residual | ,2        | -1,0       | 1,2         | -,5       |
|   |                                   | 100%              | 100%      | 100%       | 100%        |           |
| (b) Abriria mão do voto se o voto não fosse obrigatório | Não                               | N                 | 24        | 40         | 72          | 73        |
|   |                                   | %                 | 88,9%     | 65,6%      | 57,6%       | 48,7%     |
|   |                                   | Standard Residual | 2,1*      | ,8         | ,0          | -1,4      |
|   | Sim                               | N                 | 3         | 21         | 53          | 77        |
|   |                                   | %                 | 11,1%     | 34,4%      | 42,4%       | 51,3%     |
|   |                                   | Standard Residual | -2,5**    | -1,0       | ,0          | 1,7       |
| Total   | 100%                              | 100%              | 100%      | 100%       |             |           |
| (c) Afiliação partidária                                | Não                               | N                 | 18        | 46         | 115         | 138       |
|   |                                   | %                 | 62,1%     | 75,4%      | 92,7%       | 92,0%     |
|   |                                   | Standard Residual | -1,4      | -1,0       | ,7          | ,6        |
|   | Sim                               | N                 | 11        | 15         | 9           | 12        |
|   |                                   | %                 | 37,9%     | 24,6%      | 7,3%        | 8,0%      |
|   |                                   | Standard Residual | 3,7*      | 2,5*       | -1,8        | -1,7      |
| Total   | 100%                              | 100%              | 100%      | 100%       |             |           |
| (d) Orçamento Participativo                             | Não                               | N                 | 1         | 8          | 29          | 58        |
|   |                                   | %                 | 3,3%      | 13,3%      | 23,2%       | 38,7%     |
|   |                                   | Standard Residual | -2,5**    | -2,0       | -,7         | 3,0*      |
|   | Sim                               | N                 | 28        | 47         | 63          | 50        |
|   |                                   | %                 | 93,3%     | 78,3%      | 50,4%       | 33,3%     |
|   |                                   | Standard Residual | 3,2*      | 2,9        | -,2         | -3,1      |
| Total   | 100%                              | 100%              | 100%      | 100%       |             |           |

\*Standard Residual > 2 (associação positiva entre as categorias); \*\*Standard Residual < -2 (associação negativa entre as categorias); (a) Pearson Chi-Square = 7,03 (não significativo); (b) Pearson Chi-Square = 17,31 (p < 0,01); (c) Pearson Chi-Square = 30,28 (p < 0,01); (d) Pearson Chi-Square = 60,53 (p < 0,01).  
Fonte: Coleta de Dados (2013).

## Participação política eletrônica e engajamento cívico

O índice de engajamento cívico – também chamando de índice de civismo – foi constituído a partir de uma série de variáveis dicotômicas. A dimensão representada por cada variável corresponde a um critério geral de participação efetiva em uma

atividade cívica, representada pela opção de resposta: “sim, geralmente participo da atividade desta entidade [...]”.

A escolha das variáveis pretendeu contemplar o amplo campo do engajamento cívico: a dimensão política (partido político e orçamento participativo, pela sua ênfase na dimensão da inclusão política), a dimensão ocupacional (sindicato), a dimensão

TABELA 4  
PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ENGAJAMENTO CÍVICO  
(PERCENTUAL DE “SIM, GERALMENTE PARTICIPO  
DA ATIVIDADE DESTAS ENTIDADES [...]”)

| Organizações da sociedade civil | Participantes na amostra (%) |
|---------------------------------|------------------------------|
| Partido político                | 12,8%                        |
| Associação de bairro            | 12,7%                        |
| Centro trad.(CTG, PTG, etc.)    | 14,3%                        |
| Associação animalista           | 2,1%                         |
| Sindicato                       | 11,4%                        |
| Orçamento participativo         | 19,7%                        |
| Outras associações              | 14,0%                        |

Fonte: coleta de dados (2013).

variáveis constantes da Tabela 3. Além disso, não foi dada maior ou menor importância para os tipos de associação, com todas as variáveis apresentando o mesmo peso no índice (Tabela 4). O cidadão que participa plenamente seria aquele que soma sete pontos no índice de civismo; os mais próximos de zero seriam aqueles que não demonstram o menor interesse na participação cidadã.

A pontuação média do índice é cerca de 0,8, ou seja, em média um entrevistado atende menos que uma atividade cívica. Entre os entrevistados, 53,1% não atendem a nenhum dos itens incluídos no índice (pontuação zero no índice) e somente 4,4% da população atende a quatro ou mais atividades cívicas.

As Tabelas 6 e 7 mostram as principais estatísticas do modelo de regressão da participação política

comunitária (associação de bairro e os centro tradicionalistas, também devido à atividade associativa, cultural, recreativa que desenvolvem em São Borja), a dimensão ambiental (associações animalistas), e o amplo espectro de associações minoritárias, mas não menos importantes (outras associações). Para a construção do índice de civismo foi considerada a prática associativa real e não só uma atitude política ou uma afiliação formal a um partido, como no caso das

TABELA 5  
DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA  
DO ÍNDICE DE CIVISMO

| Índice de civismo (0-7) | Frequências | Porcentagem | Porcentagem acumulada |
|-------------------------|-------------|-------------|-----------------------|
| 0                       | 204         | 53,1%       | 53,1%                 |
| 1                       | 89          | 23,2%       | 76,3%                 |
| 2                       | 52          | 13,5%       | 89,8%                 |
| 3                       | 22          | 5,7%        | 95,6%                 |
| 4                       | 12          | 3,1%        | 98,7%                 |
| 5                       | 3           | 0,8%        | 99,5%                 |
| 6                       | 1           | 0,3%        | 99,7%                 |
| 7                       | 1           | 0,3%        | 100%                  |
| N                       | 384         | 100%        |                       |
| Não responderam         | 5           |             |                       |
| Total                   | 389         |             |                       |

Fonte: coleta de dados (2013).

TABELA 6  
RESUMO DO MODELO

| Modelo | R    | R <sup>2</sup> | R quadrado ajustado | Erro padrão da estimativa |
|--------|------|----------------|---------------------|---------------------------|
| 1      | 0,20 | 0,040          | 0,03                | 1,17                      |

Fonte: coleta de dados (2013).

riável de controle); o modelo explica 4% da variância dos escores do engajamento (o valor R<sup>2</sup>). Em outras palavras, 4% da variância nos escores do índice de engajamento é explicado pelo tipo de usuário da internet, conforme a nossa tipologia.

A ANOVA nos informa que o modelo é significativamente melhor em prever a mudança nos escores do engajamento cívico do que não ter um modelo (ou seja, 4% da variância explicada é uma quantia significativa) como também que as diferenças entre os valores médios dos grupos – ainda que significativas – são pouco relevantes.

Afinal, entre os civis.net o valor do índice é igual a 1,38 enquanto entre os off-lines é de 0,75.

## Considerações finais

Em primeiro lugar, o que a análise das tabelas de contingências demonstra é que as principais diferenças entre os quatro tipos de usuários da internet encontram-se na dimensão mais “formal” da cultura política (“afiliação” a um partido), ou em outras atitudes perante temas gerais da democracia (“não abriria mão do voto se não fosse obrigatório”, “conhecer como funciona o orçamento participativo”); outras diferenças entre os tipos aparecem na associação com as “faixas etárias” e os “grupos profissionais”, elementos que sinalizam a existência de diferenças relevantes no acesso ao meio digital. Marco Aurélio Ruediger (2002) já indicava que a relação com o mundo digital representa um fator crescente de assimetria social, aprofundando as disparidades socioeconômicas e espaciais entre aqueles que têm acesso aos sistemas digitais e os que não têm.

É importante sinalizar também outro aspecto: quando associadas com as práticas de participação em associações, as diferenças entre os tipos de usuários da internet se reduzem. Sobre a relação entre tipos e índice de civismo, os resultados vão ao

eletrônica no engajamento cívico. Três variáveis dummy (civis.net, infonautas e internautas) entram no modelo (enquanto os off-lines são considerados como va-

TABELA 7  
ANOVA

| Tipos       | N   |      | Desvio padrão | F    | Sig.  |
|-------------|-----|------|---------------|------|-------|
| Civis.net   | 29  | 1,38 | 1,17          | 4,95 | 0,002 |
| Infonautas  | 61  | 1,25 | 1,19          |      |       |
| Internautas | 124 | 0,74 | 1,04          |      |       |
| Off-lines   | 150 | 0,75 | 1,26          |      |       |
| Total       | 364 | 0,88 | 1,19          |      |       |

Fonte: coleta de dados (2013).

encontro da hipótese de Gilda Anjos e Vanderlei Ezequiel (2011) sobre o crescimento do fenômeno político on-line apresentar efeito até contrário ao que promete: afinal, conforme os resultados da análise, os off-lines são mais engajados do que os internautas. Também reforça o alerta de Manuel Castells (1999) para quem a sociabilidade virtual funciona em outro plano, distinto dos elementos do real, apesar de não ser irreal, formando redes baseadas em laços fracos. Mas o que o artigo destaca é que, afinal, só uma parte residual dos entrevistados está ativamente envolvida em atividades cívicas, independentemente do tipo de uso da internet.

É importante também considerar o contexto regional fronteiro do Rio Grande do Sul e suas especificidades, que podem esclarecer o valor médio do índice de engajamento (i.e., a sua baixa pontuação média). Alguns estudos apontam que as diferenças regionais no Rio Grande do Sul podem ser explicadas pelo diferente tipo de formação histórica regional, o que se reflete em uma diferente distribuição de capital social entre o “Norte colonial”, com matriz de imigrantes europeus, e a matriz ibera, própria do “Sul”, com o predomínio do latifúndio e do uso extensivo da mão de obra escrava (Bandeira, 2003; Monasterio, 2003; Santos *et alii*, 2010). Aliás, no que se refere ao caso do Pampa, a estrutura de poder montada em função da militarização da sociedade rio-grandense e a identificação do estancieiro como representante típico do “gaúcho do Pampa”, ambos contribuíram para o surgimento de uma sociedade excludente (Baquero & Reis, 2007: 38).

A pesquisa oferece enfim uma contribuição também em relação ao debate público mais atual: o fato de a internet poder levar muitas pessoas para as ruas não quer dizer que o uso do meio eletrônico possua relação direta com o engajamento cotidiano na vida política. De fato, a tipologia de utilização da internet explicou só uma pequena parte do engajamento cívico, ainda que significativa. Portanto, não há como prever ou esperar que os indivíduos mais ativos nas discussões e na busca de informações sobre política na internet, tenham uma diferente inclinação a práticas cívicas mais engajadas e efetivas.

*Abstract: The use of internet as a medium for political participation, also known as electronic political participation, represents a sociological issue of growing interest, though a review of literature shows scarce empirical researches about this subject. This paper presents a research developed from a survey data collection (sample of 389 individuals) having as a main goal to map the political culture and participation in the Pampa (more specifically, the city of São Borja, west frontier of Rio Grande do Sul). The paper analyzes the relation between a typology of internet users (an electronic political participation typology) and civic practices: a civiness index derived from indicators of participation and involvement in civic associations. The analysis demonstrates that political engagement in social networks or other digital media is not the reason why people engage effectively in civil society organizations.*

*Keywords: political culture; electronic political participation; internet; Pampa.*

## Referências

ANJOS, Gilda; EZEQUIEL, Vanderlei. Cidadania virtual: o espetáculo do governo eletrônico. *Estudos de Sociologia*, v. 16, n. 30, p. 59-76, 2011.

BANDEIRA, Pedro. Algumas hipóteses sobre as causas das diferenças regionais quanto ao capital social no Rio Grande do Sul. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*, p.15-59. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013.

BAQUERO, Marcello; REIS, Jussara P. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.

BARNES, Samuel; KAASE, Max. *Political action. Mass participation in five western democracies*. Beverly Hills: Sage Publications, 1979.

CARBONAI, Davide; VALENÇA, Fernanda de Lima Mattos. Cultura política no Pampa. *Revista Perspectivas em Políticas Públicas*, v. 8, n. 15, p. 25-40, 2015.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHLGREN, Peter. *Young citizens and new media: learning for democratic participation*. New York: Routledge, 2007.

DEMOS & PI. *Osservatorio sul capitale sociale degli italiani. Gli italiani e l'informazione*. Relatório, Out. 2010. Disponível em: <<http://www.demos.it/a00539.php>>. Acesso em: 24 Mar. 2015.

DINIZ, Eduardo; BARBOSA, Alexandre; JUNQUEIRA, Álvaro; PRADO, Otávio. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. *Revista de Administração Pública*, v. 43, p. 23-48, 2009.

FERREIRA, Gil. Espaços discursivos on-line e democracia deliberativa: promessas e limites. In: MORGADO, Isabel; ROSAS, Antonio. *Cidadania digital*, p.101-116. Portugal: Labcom Books, 2010.

GARETT, Kelly. Protest in an information society: a review of literature on social movements and new ICTs. *Information, Communication and Society*, v. 9, p. 202-224, 2006.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista Famecos*, n. 27, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LIMA, Andréia; SILVA, Juliana; MEDEIROS, Liziany; TYBUSHI, Jerônimo. Democracia digital: uma análise do potencial das tecnologias digitais como fator fortalecedor de uma cultura cívica. *Reget*, v. 19, n. 1, 2015.

MARTINS JUNIOR, José Paulo; DANTAS, Humberto. O índice de participação e a importância da educação. *Opinião Pública*, v. 10, n. 2, p.268-287, 2004.

MONASTERIO, Leandro Monteiro. Medindo o capital social: uma análise das regiões do Rio Grande do Sul. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza. *Capital social e desenvolvimento regional*, p. 61-84. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013.

OLIVEIRA, Fábio. Uma nova democracia representativa? Internet, representação política e um mundo em transformação. *Revista de Direito Administrativo*, v. 264, p. 187-221, 2013.

PUTNAM, Robert David. *La tradizione civica nelle regioni italiane*. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 1993.

RUEDIGER, Marco Aurélio. Governo eletrônico e democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. *Organizações e Sociedade*, v. 9, n. 25, p. 29-43, 2002.

SANTOS, Everton Rodrigo; BITARELLO, Jucelaine; MONTARDO, Sandra; PEDDE, Valdir. Contrastes regionais que fazem diferença no Rio Grande do Sul: capital social e desempenho institucional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 6, n. 2, p. 157-187, 2010.

VERBA, Sidney; NIE, Norman. *Participation in America*. New York: Harper and Row, 1972.

WINKLER, Ingrid. Participação política mediada pela internet: uso das TIC pelos movimentos sociais em sua atuação política. *Anais do VI Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad*, Florianópolis, Maio 2010.

# Resenhas



# Hegemonia e estratégia socialista

Recebido: 30.06.16

Aprovado: 09.11.16

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.

Kamila Lima do Nascimento\*

\* Doutoranda em ciência política na Universidade Federal de Pelotas. <kamilado nascimento@gmail.com>.

**H**egemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical é, sem dúvida, a mais importante obra dos teóricos políticos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Foi originalmente publicada em inglês, em 1985 – sob o título *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic –*, e, somente em 2015, 30 anos após o lançamento, recebeu a sua versão em língua portuguesa. O atraso da tradução para o português reflete a utilização ainda incipiente dos autores no Brasil, apesar de sua importância incontestável em nível mundial onde os mesmos já tiveram seus livros traduzidos para mais de 20 idiomas.

1. Apesar de se considerar um teórico político, os trabalhos de Laclau são utilizados em diversos outros campos acadêmicos.

Ernesto Laclau, falecido em 2014, deixou um extenso e importante legado para a teoria política<sup>1</sup>, sendo mesmo considerando um dos nomes mais proeminentes deste campo. Embora sua carreira tenha se iniciado em Buenos Aires, seu país de origem, realizou a maior parte de sua produção na Universidade de Essex, Inglaterra, onde se radicou, concluiu seu doutorado e permaneceu até sua morte. Também foi nesta universidade que fundou, em 1982, a Escola Pós-Estruturalista de Análise do Discurso de Essex, em funcionamento até os dias de hoje, e que acolhe estudantes do mundo todo com interesse no desenvolvimento de análises nesta área. Chantal Mouffe possui uma carreira igualmente produtiva, tendo lecionado em diversas universidades do mundo todo e escrito mais de uma dezena de livros, principalmente voltados ao tratamento do tema da democracia.

Em termos de influências intelectuais, Laclau e Mouffe fizeram parte da escola marxista até a década de 1970, quando então passaram a criticar os fundamentos desta corrente e aderiram aos pressupostos da escola pós-estruturalista, especialmente a concepção antiessencialista do discurso e sua centralidade. Eles acreditavam que o projeto de esquerda, depois de um período rico e criativo na década de 1960, havia entrado em crise em meados dos anos 1970, crise que só viria a se aprofundar a partir de então. Ela advinha de uma avalanche de mutações históricas de uma sociedade que passou a ser globalizada e governada pela informação e revolveram o terreno em que as verdades do marxismo foram constituídas.

Apesar das críticas, não interessava aos autores simplesmente abandonar a tradição da qual faziam parte. Eles acreditavam que o marxismo clássico podia ajudar a formar o pensamento de uma nova esquerda através do legado de alguns de seus conceitos, desde que suas condições de possibilidade fossem revistas e seus pressupostos essencialistas fossem abandonados. Por isso, ao invés romperem completamente com esta escola, os autores resolveram tomar o caminho da desconstrução e da reativação da herança marxista a partir de dentro, o que lhes rendeu o rótulo de pós-marxistas.

*Hegemonia e estratégia socialista* é o grande marco dessa virada teórica na carreira dos autores. É nesta obra que eles desconstruem a teoria marxista e, na sequência, a partir da reativação de alguns de seus conceitos, criam sua ontologia própria, a teoria do discurso, que, de acordo com os próprios autores, apresenta ferramentas teóricas mais adequadas para pensar o social como este se apresenta na contemporaneidade. O livro está dividido em quatro capítulos e todos têm como fio condutor o conceito de hegemonia, reativado da teoria marxista e sem dúvida o mais central na teoria dos autores.

Os dois primeiros capítulos são respectivamente intitulados “Hegemonia: a genealogia de um conceito” e “Hegemonia: a difícil emergência de uma nova lógica política”, ambos dedicados ao estabelecimento da reconstituição histórica do conceito de hegemonia no âmbito da tradição iniciada por Marx. Esta é a razão pela qual os autores percorrem grande parte das obras de autores centrais para a teoria marxista tais como, Rosa Luxemburgo, Kautsky, Bernstein, Sorel, Lenin, Gramsci, entre outros, para traçar a trajetória do conceito em suas múltiplas construções e reconstruções ao longo da história do marxismo.

Os autores destacam três fases principais do desenvolvimento desse conceito: o surgimento na social-democracia russa, quando emerge como resposta socialista ao hiato que havia sido aberto no horizonte explicativo da categoria da “necessidade histórica”; seu desenvolvimento com o leninismo, ao adquirir um caráter eminentemente político, quando o conceito é instado a preencher outra contingência, entre a constituição de classe no campo das relações de produção e sua presença no campo político, onde os interesses das classes deveriam ser representados; e, por fim, com Gramsci, quando

[...] o termo adquire um novo tipo de centralidade, que transcende seu uso tático ou estratégico: “hegemonia” se torna o conceito-chave na compreensão da própria unidade existente numa formação social concreta (p. 58).

A expansão dos significados atribuídos ao conceito de hegemonia está – segundo os autores – diretamente relacionada à expansão da “lógica do contingente” dentro da teoria marxista, ou seja, com a rejeição progressiva da categoria de necessidade histórica e a aceitação da indeterminação do social. Contudo, para Laclau e Mouffe nenhum dos autores revisados conseguiu romper completamente com o essencialismo daquela teoria, especialmente no que tange à questão do reducionismo econômico.

No terceiro capítulo – “Além da positividade do social: antagonismos e hegemonia” –, os autores mostram uma nova possibilidade para o uso do conceito de hegemonia e apresentam as demais categorias e conceitos de sua teoria, e, por essa razão, trata-se certamente do capítulo mais importante para os leitores interessados em conhecer o trabalho dos autores. De acordo com eles, a hegemonia deve ser entendida como operação política de construção do social, ela ocorre quando uma particularidade, através da articulação contingente, assume a tarefa de representar várias outras particularidades como universal compartilhado.

De forma bastante resumida podemos pensar esta operação com o auxílio de um exemplo. Imaginemos uma situação de extrema desordem: queda abrupta e radical de um governo, por exemplo. Em algum momento, algum tipo de ordem será requerido para que a administração do social seja possível, já que o mundo sem qualquer tipo de estrutura social seria o mundo sem sentido e destituído de ordem. Várias propostas serão apresentadas como a melhor possível para ocupar o espaço da ordem. Elas estão a princípio dispersas no que Laclau e Mouffe chamam de campo da discursividade e são a rigor apenas particularidades. Em algum momento – que não se pode determinar – uma dessas propostas – que também é impossível prever *a priori* – emergirá e, sem deixar de ser particular, tomará para si a tarefa de representar um universal compartilhado com as demais propostas, iniciando uma operação de articulação de equivalência contra outras propostas da agenda. A proposta que conseguir agregar em torno de si o maior número de outras propostas será considerada a mais hegemônica ou o discurso mais hegemônico. Ao ocupar o lugar da ordem – de forma precária e contingente – passará a ser considerada a própria ordem e irá estruturar o social e as identidades sociais.

Embora, em princípio, esta operação pareça ser bastante simples ela é, na verdade, bastante complexa e depende de uma série de condições especiais para o seu funcionamento. Uma delas – talvez a mais importante – é que aceitemos que aquilo que os autores chamam de campo discursivo seja exatamente a mesma coisa daquilo que conhecemos por campo do social e logo que aceitemos que todas as práticas sociais sejam práticas discursivas e que as identidades sociais sejam, a partir desta

perspectiva, discursos. Isso não significa a conversão do campo social em campo linguístico. Discursos aqui não devem ser entendidos como fenômenos relativos estritamente às áreas da fala e da escrita, uma vez que atravessam toda a densidade material do social. Quando os autores falam em campo do discurso, ou em discursos, o que está subentendido é o acolhimento da dimensão simbólica como parte das construções sociais.

Uma segunda categoria absolutamente central na teoria do discurso e que merece destaque é o antagonismo. Esta categoria, também reativada a partir da teoria marxista, diz respeito à experiência do limite do social. Ele não encerra um conteúdo objetivo, o antagonismo é um exterior constitutivo que revela a contingência e a precariedade de toda identidade e objetividade social, já que toda identidade está sempre ameaçada por alguma coisa externa a ela (Howarth, 2000: 106). Entretanto, o antagonismo não apenas limita, mas também constitui as relações sociais e as identidades e é também responsável pela motivação da articulação hegemônica, pois todo discurso é sempre dirigido contra alguém, seu discurso opositor, que é também o que o motivará à articulação.

Apesar de sua fundamental importância, a categoria do antagonismo sofreu diversas críticas. Há de se destacar aquela proferida por Slavoj Žižek – em seu “além da análise do discurso” – para quem os autores mostraram-se sensíveis e admitiram problemas quanto à ambiguidade da categoria. Em sua segunda obra pós-estruturalista – *New reflexions of the revolution of our time* (1990) –, Laclau desenvolve a categoria do deslocamento para substituir o antagonismo a partir das críticas recebidas (Stavrakakis, 2000).

Uma segunda crítica bastante importante contra a categoria de antagonismo quanto ao privilégio do momento da negatividade na construção das identidades sociais foi desenvolvida Aletta Norval. Ela questiona se somente a partir da relação “amigo/inimigo” é possível a formação das identidades, pois a positividade estaria ausente da discussão dos autores que privilegiam apenas as relações antagônicas diferenciais da identidade (Norval, 2000: 223).

Há outros vários conceitos e categorias importantes no terceiro capítulo à espera dos leitores para serem desveladas. É o caso dos pontos nodais, trazidos da psicanálise de Lacan, ideologia reconstruída também do marxismo após um “choque” com o real lacaniano; da categoria do sujeito, completamente diferente tanto daquele do humanismo quanto do marxismo e inteiramente assentado no pós-estruturalismo; das lógicas da diferença e da equivalência que explicam como o social é estruturado politicamente e outros tantos *insights* interessantes.

Por fim, no último capítulo – “Democracia radical e plural” –, Laclau e Mouffe apresentam uma série de sugestões para um futuro projeto político dedicado à esquerda. Para os autores, a crise em que se encontrava a teoria marxista não se restringia ao campo teórico, mas se refletia no campo das práticas políticas, e logo, este também precisava ser socorrido. Segundo Laclau e Mouffe, a esquerda política estaria sistematicamente se redefinindo enquanto centro e esquecendo os projetos de mudanças mais radicais. Defenderam até mesmo que a esquerda elaborasse uma alternativa de credibilidade à ordem neoliberal, ao invés de simplesmente tentar administrá-la de forma mais humana.

Embora os autores não ofereçam uma proposta positiva ou normativa, o projeto de democracia radical e plural oferece no mínimo um ponto de partida segundo o qual um projeto de esquerda deveria ser pensado. Segundo eles, um novo projeto para a esquerda deve ter por missão a construção de um novo indivíduo. Este deveria ser diferente tanto daquele construído pelo liberalismo, pautado no individualismo possessivo, quanto daquele construído pelo socialismo tradicional, portador de uma identidade classista. Deve se fundar na negação da essência do social e na afirmação da contingência como constitutiva deste. Também é preciso que o projeto parta da aceitação do antagonismo como constitutivo da política, e da rejeição da ideia de um argumento racional não excludente (crítica diretamente direcionada ao projeto habermasiano). Para eles, conflito e divisão

[...] não são nem distúrbios que infelizmente não podem ser eliminados, nem impedimentos empíricos que impossibilitam a plena realização de uma harmonia inatingível porque nunca seremos capazes de deixar nossas particularidades inteiramente de lado (p. 45).

O sucesso de um novo projeto depende – segundo os autores – do reconhecimento adequando do funcionamento das construções hegemônicas – como eles as constroem – e da escolha certa da estratégia política que se deveria tomar. Ele não pode pautar-se em uma “estratégia de oposição”, pois um projeto hegemônico que não apresente uma proposta viável de “reconstrução de áreas específicas da sociedade, tem sua capacidade de agir hegemonicamente excluída de saída” (p. 279). Ao invés disso, deve basear-se em uma “estratégia de construção de uma nova ordem” e constituir um projeto pautado em um conjunto de propostas de organização positiva do social” (p. 279).

Mas, afinal, qual a relação entre hegemonia e democracia radical e plural e por que pensar em termos de relações hegemônicas é tão importante para Laclau e Mouffe? Para os autores, mover-se pelo campo da hegemonia não é uma opção, mas o simples reconhecimento da natureza das relações sociais na contemporaneidade.

De acordo com eles, a partir da revolução democrática, a divisão do espaço político passou a ser fragmentada e a complexidade do social se expandiu, bem como a pluralidade peculiar das sociedades industriais tornaram as divisões sociais borradas. Desde então o social não pode mais ser dividido em dois campos radicais e as construções sociais passaram a depender de articulações hegemônicas. Dessa forma, o imaginário democrático é o campo próprio das práticas hegemônicas e estas, de acordo com os autores, são muito mais libertárias e ambiciosas do que o projeto marxista clássico. O mundo é menos dado, e por isso sempre há uma oportunidade de recriá-lo infinitamente.

A democracia abre o espaço para a liberdade de criação, embora não garanta que a direção tomada será sempre progressista. Por isso mesmo, é preciso que a esquerda tome a direção dos projetos e é somente pelo reconhecimento do caráter aberto do social – quando o essencialismo da totalidade e dos elementos é rejeitado – que o potencial da hegemonia como ferramenta de análise política torna-se claro.

## Referências

HOWARTH, D. *Discourse*. Buckingham: Open University Press, 2000.

NORVAL, A. Trajectories of future research in discourse theory. In: HOWARTH, D.; NORVAL, A. J.; STAVRAKAKIS, Y. (Eds.). *Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change*. Manchester: Manchester University Press, 2000.

STAVRAKAKIS, Y. Laclau with Lacan: comments on the relation between discourse theory and Lacanian psychoanalysis. In: ZIZEK, S. (Ed.). *Jacques Lacan: critical evaluations in cultural theory*. v. III: “Society, politics, ideology”. London: Routledge, 2003.

# Crise, uma condição intrínseca à modernidade: realidades e horizontes da sociedade contemporânea

Recebido: 26.07.16

Aprovado: 19.12.16

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. *Estado de crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa\*

*Estado de crise* é uma daquelas obras que aguçam nossa capacidade reflexiva quanto aos fenômenos sociais, políticos e econômicos contemporâneos. Não seria demais afirmar que o olhar crítico sobre o presente e o ceticismo em relação ao futuro próximo acabam por deixar no leitor certa apreensão quanto aos próximos eventos da história global. Embora não se configure como um tratado teórico minucioso, o diálogo existente nesse livro, entre o consagrado sociólogo da “liquidez”, Zygmunt Bauman, e o escritor, jornalista e também sociólogo Carlo Bordoni é bastante profícuo e valioso aos leitores de áreas acadêmicas afins à sociologia, com grande potencial para agradar também àqueles menos íntimos deste campo científico.

Do ponto de vista estilístico, a obra é uma alternância entre a pujante escrita característica da pena de Bauman, a qual chega a assumir, por vezes, certo tom poético, e a arquetizada pronúncia objetiva de Bordoni. O diálogo alternado, utilizado como forma de exposição do livro, seria provavelmente notado por um leitor assíduo de Bauman, ainda que fossem suprimidas as identificações prévias acerca do expositor da vez, pois as distintas escritas são reveladoras dos momentos de fala de cada um. Acreditamos, neste sentido, que a distinção de fontes tipográficas utilizada pela editora a fim de destacar a fala de cada um dos autores no corpo do texto, embora fundada em propósito plausível, acaba por gerar certo incômodo estético, mas nada que atrapalhe a boa leitura que a obra proporciona. Restaria suficiente, neste caso, o artifício já utilizado de destaque do nome de cada autor antes do início de sua passagem como forma de identificá-lo ao longo do texto. Ademais, o padrão gráfico de excelência permanece intacto e homogêneo aos demais títulos de Bauman publicados por essa editora.

Marcada por um senso crítico mordaz e elucidador acerca da realidade social, econômica e política contemporânea, este livro é uma contribuição significativa para a

\* Bacharel e mestre em ciências sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutor em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Instituto Federal do Sertão Pernambucano. Pesquisador com estudos nas áreas de teoria social contemporânea, sociologia da globalização e sociologia rural. <rrfeitosa@gmail.com>.

apreensão dos cenários de crise que afetam o mundo nos dias de hoje. Sem desprezar as evidências históricas relevantes ao entendimento das conjunturas atuais de notória instabilidade e insegurança, sobretudo política e econômica, Bauman e Bordoni caminham no sentido de esclarecer alguns dos porquês tanto no que se refere ao estado de crise permanente quanto à crise do Estado. Em outros termos, os autores abordam tanto essa circunstância permanente em que vivemos, onde as crises são indissolúveis integralmente e, por assim dizer, existem como elemento inexpugnável à realidade hodierna. Do mesmo modo, dão vazão a reflexões sobre a perda de poder do Estado moderno cuja capacidade resolutiva diante de situações críticas foi minada pela sobrevalorização da esfera econômica e das instâncias supraestatais a ela atreladas.

A obra em questão é dividida em três grandes partes, no âmbito das quais se estruturam os capítulos específicos, sendo cada um deles, neste sentido, uma composição mesclada das ideias de Bauman e Bordoni. A impressão causada pelo arranjo de cada capítulo é de que os autores não pretenderam compor um raciocínio de percurso retilíneo e homogêneo, antes intencionaram construir conjuntamente a argumentação de cada debate, a partir da soma de argumentos e sem diluir as peculiaridades de entendimento que cada um deles guarda. Deste modo, a discussão da primeira seção do livro diz respeito à problemática circunstância da indissolução das crises que afetam o Estado moderno, bem como os fundamentos que trouxeram tão malograda condição a esse pilar institucional da modernidade. A segunda parte, por sua vez, trata da crise da modernidade evidenciada pelo não cumprimento de suas promessas, sobre a qual passa a pairar a sombra desuniforme da pós-modernidade. Na última seção, estão contidos os capítulos que debatem, dessa vez, a crise do modelo democrático em vigência, o qual tem se mostrado ineficiente na realização de seus propósitos, oscilantes e, não raro, incongruentes com os meios utilizados.

A reflexão que predomina na primeira parte da obra aponta não apenas para a condição permanente das incontáveis crises na história político-econômica recente, mas, principalmente, para o fato destas representarem, em outro patamar, a falência do Estado-nação como agente soberano. Os dois autores consolidam argumentos destacando esse atributo turbulento da realidade contemporânea, que diz respeito à onda sucessiva de crises que afetam os países; à escassez de ferramentas concretas de solução decisiva destas anormalidades que deveriam ser passageiras. Essa notória insuficiência resolutiva das situações de crise corresponde à condição atual do Estado moderno, cuja falência do poder de agência e redução da potência de ação efetiva estão atreladas à sobrevalorização da esfera econômica, ao domínio do capital móvel e ao fortalecimento dos espaços e instâncias decisórias supraestatais.

Neste sentido, a crise do Estado a que se refere Bauman e Bordoni (p. 22, grifo dos autores) decorre do “*divórcio entre poder e política*” promovido pela apartação da esfera econômica dos marcos regulatórios e limitadores. O mercado, o capital e seus fluxos prescindem das antigas amarras territoriais e normativas do Estado já há algum tempo, mas encontram agora nas formas supraestatais globalizadas as instâncias de exercício de suas autorregulações. Dessa forma, portanto, o Estado, despojado de seu poder efetivo de resolução, carece da capacidade de agência que o tornava respeitável e matinha os cidadãos crédulos à solução das demandas possíveis em tempos de apuros. A ideia de “estatismo sem Estado” (tomada por empréstimo do filósofo francês Étienne Balibar) – levantada ainda na parte primeira do livro – indica íntima conexão com a crise de agência, na medida em que esta sinaliza a incapacidade do Estado em lidar com os “problemas globais” que se fazem concretos sobre seu território, pois o poder para tal mora agora em níveis supraestatais econômicos.

O decorrente declínio da confiança popular na capacidade resolutiva do Estado reflete também o enfraquecimento da “nação” enquanto sentimento comunitário. Inviáveis financeiramente e reprováveis no modelo neoliberal, a atenção do Estado para com os indivíduos sob sua tutela é reduzida a quase nada, e em meio às conturbações estes são abandonados à própria sorte. Fica fácil deduzir que esse Estado atual em muito se distancia da figura imponente do Leviatã, uma vez que opera sob outras racionalidades e princípios estimuladores do individualismo e coadunados com modelo neoliberal de gestão administrativa.

Ao tratarem da crise da modernidade na segunda parte da obra, os autores guardam certas divergências de entendimento que serão manifestas ao longo desse trecho em diferentes passagens. É neste sentido que o livro nos apresenta, indubitavelmente, um belo diálogo intelectual que transita em torno de questões conexas, mas com ênfases diferenciadas sobre um ou outro aspecto e que nem sempre mantêm compreensões afins. Esse diálogo marcado pela contenção de Bauman sobre as assertivas altivas de seu interlocutor é mais evidente no decurso desse segmento segundo, quando os autores debatem os processos de ruptura na modernidade – sua crise, por assim dizer –, a emergência e a possível decomposição da pós-modernidade.

Por vezes, a exposição de um vai confrontar algo anteriormente apresentado pelo outro nesse trecho, tal como ocorre quando discutem o fato de a modernidade abandonar as suas “promessas” com o decorrer do movimento histórico. Nesta passagem em particular é notória a relutância de Bauman não apenas em aceitar que as promessas da modernidade foram abandonadas, motivo pelo qual não acredita

ser apropriado o uso que seu colega faz do termo promessas para denominar aquilo que ele julgou ser “estratégias” e “ilusões” de uma fase juvenil da modernidade. Há também certa ressalva de Bauman em incorporar um tom de prognóstico à sua fala, tal como o faz Bordoni ao suscitar o fim da modernidade. A parcimônia em afirmações decisivas emerge suavemente na fala do polonês, refletindo os anos de pesquisa, os debates ao longo da carreira acadêmica e a experiência com eles acumulada.

Os trechos nos quais Bordoni faz valer sua pena são marcados pela inclinação deste autor à apresentação do movimento histórico com ênfase na superação sucessiva de fases, uma espécie de alteração permanente de cenas. À primeira vista, o ritmo possante que ele utiliza em sua exposição soa um tanto vertiginoso, até mesmo para os fiéis da aniquilação do “tempo moderno”. Essa impressão pode ser diluída em uma segunda leitura, quando mais facilmente se nota que esta postura argumentativa, deveras convicta, é inerente ao seu modo de entendimento e ao estilo de escrita que lhe é peculiar. Essa cadência parece não agradar Bauman que, em tom respeitoso, porém não completamente isento de ironia, tenta refrear algumas dessas investidas argumentativas de Bordoni notoriamente excessivas quanto à convicção, sobretudo quando apressadamente decretam desfechos para a sociedade.

Por ocasião da reflexão levada a cabo nessa segunda parte da obra, Bauman retoma as ressalvas que mantém quanto à ideia de pós-modernidade e que o induziram a cunhar o termo “liquidez” com o intuito de se referir à elevada frequência e volatilidade das mudanças ocorridas na sociedade moderna em sua fase avançada.

A liquidez representaria, por assim dizer, esse estágio em que a modernidade vivencia um processo de crise radical (Bauman, 2001: 9). Esse momento crítico, contudo, gerou uma enxurrada de prefixos “pós” que tentaram nominar o interregno ainda não concluso entre a modernidade e esse outro momento distinto. Aqui, portanto, o entendimento defendido por ambos é de que “a pós-modernidade se caracterizou pela crise das bases que sustentavam a modernidade, ideologia, história e ética do trabalho”, mas não como esse momento novo distinto (p. 132). O limbo deixado pela pós-modernidade é este estado de crise permanente em que o tempo de referência é um eterno presente, sem apego às memórias, isto é, ao passado construído, e a partir do qual se vislumbra o futuro por frestas pouco iluminadas.

O terceiro momento do livro põe o leitor diante da crise do modelo democrático. Para tanto, os autores ventilam a ideia de que o individualismo, o consumismo, a desmaterialização do trabalho e a sensação de liberdade suprema difundidos pelo paradigma neoliberal e assumidos como propósitos parciais a serem perseguidos

pela sociedade, acabam por se configurar como malogros que trazem em seu revés ainda mais incertezas e inseguranças aos indivíduos. Entretanto, a crise da democracia não é algo à parte, por assim dizer, e sim mais uma reverberação do descompasso que abate a modernidade em seu estágio de liquidez extrema. Nesta perspectiva, alguns elementos anteriormente expostos são aqui retomados, como, por exemplo, a tendência ao crescimento da “antipolítica” que representa em uma de suas faces a aversão dos indivíduos à esfera política decorrente do fracasso do Estado no provimento adequado dos serviços públicos.

Ainda neste segmento do livro, os autores refletem sem reservas o sentido oscilante que a democracia manifesta ao longo da modernidade, com diferentes variações nos contextos históricos diversos. Desta forma, a democracia representativa, em sua forma derradeira colapsada, é passível de ser compreendida pela evidência da cisão entre cidadãos e política. Em torno desta cisão quase irreparável, os autores acionam duas chaves possíveis de entendimento para apreensão dessa crise da democracia, a saber, a ideia de “desdemocratização” – originariamente apresentada por Charles Tilly – e a concepção de “pós-democracia” – tomada por empréstimo de Colin Crouch. Ao passo que a primeira sinaliza para a emergência de governos antidemocráticos em circunstâncias peculiares, entrelaçadas com medidas que esvaziam o compromisso social do Estado, como aponta Isabel Cunha (2015: 40); a segunda enfoca a condição antipolítica, na qual os indivíduos se distanciam da política e perdem progressivamente a confiança no Estado. Assim, solapada pelo estado de incerteza trazido com a pós-modernidade (considerada fase crítica da modernidade), a sociedade contemporânea carece de um Estado que revele poder efetivo de intervir nos cenários de crise e mantém-se, por conseguinte, em um modelo democrático cuja falência parece decretada na apartação entre cidadãos e esfera política.

Poderíamos dizer, por fim, que o arguto senso de realidade contido nas sentenças afiadas dos autores quanto à turbidez do cenário global contemporâneo, em especial no que pesa o desfalecimento do Estado e seu modelo democrático, pode causar uma sensação não muito agradável de pessimismo e melancolia. Conquanto essas lúcidas sentenças possam ser classificadas como demasiadamente incrédulas pelos críticos mais esperançosos, ainda assim, são o que de melhor oferece o exercício analítico da obra. Com efeito, um leitor que pretenda utilizar a referida obra como ferramenta para tornar inteligível a realidade contemporânea certamente não se arrependerá, pois embora não encontre na mesma um empreendimento teórico holístico, mesmo assim terá ao seu dispor um refinado apanhado de reflexões sobre aspectos e elementos relevantes da conjuntura crítica pela qual passa o Estado moderno e sua forma particular de democracia representativa.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar 2001.

CUNHA, Isabel Ferin. Da “desdemocratização” da Europa: democracia, media e corrupção política. *Intercom – RBCC*. v. 38, n. 1, p. 37-63, 2015. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/interc/v38n1/1809-5844-interc-38-01-0037.pdf](http://www.scielo.br/pdf/interc/v38n1/1809-5844-interc-38-01-0037.pdf)>. Acesso em: 30 Jun. 2016.

# Resumos



# O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) na área de ciências sociais: da formação do sociólogo à formação do professor em sociologia

Mário Bispo dos Santos

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Antônia da Fonseca Sobral

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 07.04.2017

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) almeja instituir um ambiente de formação docente que reflita uma concepção na qual a produção e o ensino da ciência se desenvolveriam em um contexto interdisciplinar de aplicação do conhecimento e de busca de inovação pedagógica. Mas, os atores envolvidos com o programa, compartilhariam eles dessa concepção epistemológica? O objetivo desta tese consiste justamente em investigar as representações sociais dos bolsistas licenciandos em ciências sociais sobre a sociologia: suas potencialidades e seu papel no ensino médio face às demandas do programa, como a criação de soluções metodológicas e novas práticas pedagógicas. Tendo em vista esse objetivo, realizou-se uma pesquisa baseada na abordagem tridimensional (três fases) das representações sociais proposta por Willem Doise. Na fase 1, houve a identificação dos referenciais comuns compartilhados por 203 bolsistas de 32 universidades. Em síntese, verificou-se que, não obstante variáveis como sexo, idade, tempo de curso e de programa, os bolsistas tendem a conceber a sociologia como instrumento de formação de uma cidadania “sociologizada” a partir do domínio de uma linguagem especializada. Na fase 2, objetivou-se verificar como aquela configuração em âmbito nacional do campo comum se diferenciou localmente em três universidades (UnB, PUC/PR, Unesp/Marília). Os dados foram obtidos por meio de grupos focais e analisados com o apoio do programa Iramuteq (*Interface de R pour les analyses multidimensionnelles de textes et de questionnaires*). Identificaram-se alguns elementos do que se denominou um modo misto ou *entre-deux* de formação de professores que se caracterizaria pela diversidade de saberes mobilizados (disciplinares, pedagógicos e experienciais), de atores (professores do ensino superior e médio) e de instituições (universidades e escolas). Na fase 3, com base

nas contribuições teóricas de autores como Anthony Giddens, Michael Burawoy, Fernanda Sobral, Simon Schwartzman, Mathieu Albert e Paul Bernard, buscou-se mapear as condições socioinstitucionais e epistemológicas que potencialmente servem de ancoragem para as diferenciações.

Palavras-chave: Pibid, sociologia, ensino médio.

# Política pública de acesso ao ensino superior: um estudo de caso sobre a utilização do Enem-Sisu na Universidade de Brasília de 2012 a 2016

Isabella de Araujo Goellner

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Murta Collares

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 20.04.2017

Esta dissertação empreende um estudo de caso, na Universidade de Brasília, sobre a adoção do Enem em 2012 e do Sisu entre 2014 e 2016, em comparação com os principais mecanismos tradicionais de acesso à UnB: o Programa de Avaliação Seriada (PAS) e o Vestibular. O objetivo foi analisar de que forma o perfil dos alunos ingressantes pelo Enem-Sisu se diferencia do Vestibular e do PAS. Os perfis dos alunos foram obtidos através do questionário aplicado no ato de matrícula. A partir das respostas desse questionário, foram elaborados bancos de dados com as informações de ingresso dos alunos de 2012 a 2016. Os dados utilizados foram disponibilizados pelo Decanato de Ensino de Graduação e as bases de dados trabalhadas pelo Observatório da Vida Estudantil da Universidade de Brasília. Por meio de análises descritivas desses perfis, foi possível observar as diferenças durante os anos de entrada e entre as formas de ingresso e confirmar a existência de diferentes perfis segundo a forma de ingresso, validando a hipótese inicial de que a seleção dos estudantes se dá de maneira diversa entre as formas de ingresso, que os alunos têm tipos específicos de perfis e que possivelmente essas diferenças correspondem ao formato da prova e do sistema de ingresso. A diferença na composição do alunado da universidade se daria em diversas dimensões, tais como estado de origem dos alunos, gênero, indicador socioeconômico e satisfação com o curso. O Enem-Sisu apresenta maiores porcentagens de alunos homens, oriundos de outros estados, que apresentam menor *status* socioeconômico, provenientes de escolas públicas e pelo sistema de cotas. Eles também são os alunos que menos fazem cursos preparatórios para a prova e cursos de línguas. Deste modo, existe a possibilidade de certo benefício do ponto de vista da diversificação dos alunos com a adoção deste tipo de mecanismo de seleção pela universidade, mesmo se ainda de forma reduzida e incipiente.

Palavras-chave: ensino superior, sistema de ingresso, métodos de seleção, Enem-Sisu, vestibular, PAS.

# Não existem cordas para nós: relações de produção e pertencimento dentro do sistema de aviamento na região do Médio Purus

Gabriel Ozorio de Almeida Soares  
Orientador: Prof. Dr. Stefan Fornos Klein  
Curso: Mestrado em Sociologia  
Data da defesa: 25.03.2017

Este trabalho consiste em uma análise do aviamento contemporâneo no Médio Purus, região localizada no sul do estado do Amazonas. A hipótese desta dissertação é que o aviamento, sistema produtivo baseado na relação patrão-freguês – também conhecido como escravidão por dívida – estaria adentrando um novo ciclo, o ciclo dos cartões. Programas de transferência de renda (aposentadoria, seguro deficiência, bolsa família etc.) são executados por intermédio de cartões governamentais, que, por sua vez, são retidos pelos patrões como forma de pagamento da dívida de “seus” fregueses. *Lato sensu*, o aviamento dos séculos XIX-XX pode ser entendido como forma de acumulação primitiva que tem o seu desenvolvimento e sua expansão impulsionados pela crescente demanda internacional por produtos de borracha (calçados impermeáveis, mas, principalmente, pneus de bicicleta e de automóveis). Essa prática é observada como mais um desdobramento na trajetória do aviamento no Médio Purus, que teve seu início com a instalação da economia gumífera (no século XIX) mas cujas formas de sociabilidade vigoram até o presente. O que inicialmente começou como um modelo social e espacial reproduzido pela economia gumífera durante sua expansão territorial, rapidamente se autonomizou e diversificou, e hoje possivelmente o aviamento estaria entrando em um novo ciclo, o ciclo dos cartões (em contraposição aos ciclos da borracha e castanha). Para substanciar tal hipótese, foi realizado pelo autor um censo de todos os cartões de uma etnia do Médio Purus (Madihadeni) constatando que aproximadamente dois terços dos seus cartões estavam retidos por terceiros. Também foram realizadas entrevistas com diversas pessoas, indígenas (principalmente Apurinã) e ribeirinhas, que hoje participam ou participaram do aviamento no Médio Purus. Por último, realizou-se uma análise da produção de castanha atual da região para comparar sua rentabilidade em relação aos cartões.

Palavras-chave: Médio Purus; aviamento; cartões; dívida; pertencimento.

# O processo de formação da Lei de Cotas e o racismo institucional no Brasil

Vanessa Patrícia Machado Silva

Orientador: Prof. Dr. Joaze Bernardino-Costa

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 23.03.2017

Este trabalho propõe a investigação de como se deu o processo de formação da Lei de Cotas (Lei n.º 12.711/2012). A partir de referências teórico-analíticas do modelo do ciclo das políticas públicas e, principalmente, do conceito de racismo institucional, procura-se analisar como aconteceu o trâmite legislativo das propostas que deram origem à lei. Busca-se identificar os acordos e as divergências, os conflitos e as parcerias, os embates e as alianças que foram sendo construídos para que fosse possível a existência dessa lei. Interessa ao trabalho observar e refletir sobre como a questão racial – até então central nas discussões sobre ações afirmativas no Brasil – foi incorporada marginalmente à norma. Para tanto, é realizada uma revisão bibliográfica sobre aspectos basilares para a compreensão da formação da Lei de Cotas. Na sequência, há um capítulo dedicado à análise documental da tramitação legislativa dessa matéria. Realiza-se ainda a análise de notas taquigráficas de sete audiências públicas sobre cotas realizadas no Congresso Nacional. E, por fim, discutem-se as principais características da formação dessa Lei a partir das lentes do conceito de racismo institucional. Argumenta-se que a Lei de Cotas é um complexo arranjo institucional que busca conciliar interesses múltiplos e conflitantes, sendo que a incorporação marginal da questão racial na legislação foi amparada pelo já conhecido e confrontado mito da democracia racial. Algumas práticas e alguns discursos analisados são compreendidos por esse trabalho como elementos que indicam o funcionamento do racismo institucional na formação de uma política pública no Brasil. De forma sucinta, o trabalho apresenta o pensamento feminista negro de Patrícia Hill Collins como proposta para pensar as relações de poder e os mecanismos para contrapor-se às práticas de dominação e subordinação. Este estudo visa, portanto, agregar-se e colaborar com as reflexões sobre as políticas públicas com critério racial no país.

Palavras-chave: Lei de Cotas, Lei n.º 12.711/2012, racismo institucional, formação de política pública.

# O jogo das intervenções poéticas: usos e significados em disputa nas ações do Coletivo Transverso em Brasília

Fernando Franciosi

Orientador: Prof. Dr. Edson Silva de Farias

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 12.05.2017

A partir de um olhar pela trajetória do Coletivo Transverso de Brasília-DF, pretende-se apurar as motivações e os principais sentidos atribuídos pelos agentes à prática das intervenções urbanas de arte. Ao considerá-las um fenômeno mundial associado às metrópoles e ao engajamento da arte com a vida cotidiana, sublinharemos, dentre um vasto conjunto de procedimentos e técnicas, as denominadas intervenções poéticas, ou seja, aquelas que se utilizam especialmente das palavras e uma interpelação crítica e lúdico-afetiva. Em sua hibridez e relativa simplificação formal – que alia artesanaria manual, baixas tecnologias e participação performática/colaborativa – possivelmente residem os elementos que as singularizam e tensionam não só a categoria de artisticidade, mas, sobretudo, a lógica moral-normativa que orienta os usos sobre o espaço público urbano. Nota-se que tal postura transborda o campo das artes visuais e da poesia, engendrando novas formas de associação e participação leiga ou micropolítica. Através da triangulação entre as dimensões subjetivas, espaciais e sócio-históricas, problematizam-se os modos de operar, os valores e as justificativas que orientam as atitudes relacionadas a um modelo de intervir coletivamente na vida pública da cidade, a fim de se compreender não só o que está em disputa neste jogo, mas como situações de desvio e fissura podem instaurar proximidade e experiência.

Palavras-chave: arte-política; Coletivo Transverso; ética; intervenções urbanas; sociologia compreensiva; usos.

# Normas de publicação



Universidade de Brasília- UnB / Instituto de Ciências Sociais- ICS  
Departamento de Sociologia- SOL  
Revista Sociedade&Estado  
novo prédio ICS  
Campus Darcy Ribeiro  
Universidade de Brasília  
CEP 70910-900 — Brasília- DF  
Tel.: 55 61 3107-1537  
Homepage: <https://www.sol.unb.br>  
E-mail: [revistasol@unb.br](mailto:revistasol@unb.br)  
[facebook.com/Sociedade e Estado](https://www.facebook.com/Sociedade-e-Estado)

A Revista Sociedade & Estado busca incentivar a publicação de artigos originais, inovadores e que espelhem a grande diversidade e variedade teórica e metodológica no campo das ciências sociais.

#### NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

##### I. TIPO DE COLABORAÇÃO ACEITA PELA REVISTA

Trabalhos originais em sociologia e áreas conexas que digam respeito à relação sociedade/Estado em diferentes contextos sócio-históricos e que se enquadrem nas seguintes categorias:

1. Estudos teóricos: análises e discussões conceituais que contribuam para a compreensão dos modelos teóricos existentes e suscitem elaborações de hipóteses para futuras pesquisas;
2. Revisões críticas da bibliografia relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento das ciências sociais;
3. Relatos de pesquisa: investigações baseadas em dados empíricos, utilizando metodologia científica;
4. Estudos de natureza metodológica: investigações acerca de procedimentos de pesquisa e análise de dados;
5. Notas técnicas: relatos e descrições de instrumentos e técnicas originais de pesquisa;
6. Resenhas;

7. Homenagens;

8. Dossiês temáticos, organizados por, pelo menos, um(a) professor(a) do Departamento de Sociologia e/ou por pesquisador(a) associado(a) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ambos da UnB;

9. Notícias.

## II. APRECIACÃO DOS TRABALHOS

1. A revista publica artigos de doutores/as, bem como de doutores/as e doutorandos/as. Casos diversos serão excepcionais e avaliados individualmente.

2. Os trabalhos enviados serão apreciados pela direção da revista, que fará uso de, pelo menos, dois(duas) especialistas no tema para emitir pareceres sem conhecimento de sua autoria;

3. Os(as) autores(as) serão notificados(as) da aceitação ou recusa de seus artigos;

4. Eventuais sugestões de modificações de estrutura, forma e/ou conteúdo que se façam necessárias serão notificadas ao(à) autor(a), que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês;

5. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à gráfica.

## III. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

1. A submissão de artigos e outros tipos de publicação deve ser realizada pelo link: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/about/submissions#onlinesubmissions>>, seguindo as orientações indicadas.

2. O artigo deverá ser digitado em Word (fonte TIMES NEW ROMAN, corpo 12) contendo no máximo 30 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente.

3. Na primeira página do original deverão ser indicados o título do artigo (e subtítulo, se houver) e o nome do(s)(a)(as) autor(es)(a)(as). Também deverão trazer os dados sobre o(s)(a)(as) autor(es)(a)(as) (instituição, cargo, e-mail e, se quiser(em), suas últimas publicações).

4. Os artigos deverão vir acompanhados de um resumo em português, com tradução em inglês (*abstract*), que sintetize o(s) objetivo(s), métodos e principais conclusões. Também deverão trazer cinco palavras-chave em português e inglês (*keywords*);

5. As resenhas deverão vir com no máximo oito laudas em espaçamento duplo.

6. As notas, que devem ser de natureza substantiva (não bibliográfica) e reduzidas ao mínimo necessário, deverão ser incluídas no final do documento. As menções a autores(as) no correr do texto devem subordinar-se à forma autor(a), data, página;]

7. As figuras e desenhos deverão ser confeccionados eletronicamente e enviados em arquivos separados com indicação do programa utilizado para a sua elaboração;

8. As tabelas e gráficos deverão ser numerados (acompanhando a sequência em que são citados no texto) e confeccionados em Excel ou no próprio Word. Eles deverão ser enviados separados do arquivo de texto.

9. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais. Exemplos:

□ Em caso de livro: VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

□ Em caso de artigo: ROUANET, Bárbara Freitag. Urbanização no Portugal de hoje: o caso de Lisboa. *Sociedade & Estado*, v. XIII, n. 1, p. 160-187, 1998.

□ Em caso de coletânea: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A institucionalização do ensino de ciências sociais. In: BOMENY, H.; BIRMAN, P. (Orgs.). *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj; Relume Dumará, 1990.

□ Em caso de teses: SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Patrimônio histórico e artístico nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

10. A responsabilidade da matéria publicada pela revista é do(a) autor(a); e

11. Cada autor(a) receberá três exemplares do fascículo no qual seu artigo foi publicado.

